

Agosto de 2015

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços Basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, O PAÍS, República, Expansão, Grandes Notícias Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como: ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	I	
1.1	Ministra que não é do comércio nem da agricultura	1
1.2	Angola apresenta relatório em Setembro	2
1.3	Pobreza Leva Jovens “A Tirarem” A Própria Vida	3
1.4	NEO-escravizados	5
1.5	Gestores serão responsabilizados por descaminho das contribuições da segurança social	6
1.6	Governo reconhece elevada mendicidade na capital	9
2. MICROFINANÇAS	10	
2.1	Nova lei proíbe rendas em dólares e antecipações se prioridades a seis meses	10
2.2	Lei de arrendamento passa no parlamento por consenso	12
2.3	Agentes rurais têm acesso a micro-crédito	13
2.4	A reforma legal do sistema financeiro angolano	14
2.5	Banco sol abre agência no Panguila	16
2.6	Crédito mal parado tem taxa elevada	16
2.7	‘Angola Investe’ Sob efeitos da crise económica na Huíla	17
2.8	Lei do Arrendamento Urbano	18
2.9	Ministério do Comércio lança microcrédito para dinamizar PAPAGRO	19
2.10	Afinal o Banco Sol não “engorda” as kinguilas do Maculusso.	20
2.11	Ministério do Comércio lança microcrédito para dinamizar PAPAGRO	21
2.12	Tunga Ngó: Por aqui entrou a imigração norte	22
2.13	Banco Sol abre linha de crédito	23
2.14	Banco Sol disponibiliza 5 milhões de kwanzas para PME’S	24
2.15	Banco Sol apoia iniciativas empresariais	25
2.16	PAPAGRO a 54% da meta quase dois anos depois do seu lançamento	25
2.17	Taxas de juro da linha “ Sol Empreendedor 2015” variam entre 14% e 16%	27
2.18	PAPAGRO (Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários), mais ou menos ???	28
2.19	Banco Internacional garante apoiar empresários ligados ao Angola Investe	30
2.20	Governo reforça linha de crédito para desenvolver o sector	31
2.21	'Precisamos de crédito com taxas de juros bonificadas'	33
2.22	“ É preciso fortalecer as iniciativas empresariais”	34
2.23	+USD 2,5 biliões para crédito	37
2.24	BUE efectua cadastramento	37
3. MERCADO INFORMAL	38	
3.1	Guerra aberta entre 'zungueiras' e administração do Cazenga	38
3.2	Projecto de empreendedorismo p200 ajuda no combate ao comércio informal	38
3.3	Banco sol abre agência no Panguila	39
3.4	Restaurantes cada vez mais caros e barracas são alternativa	40
3.5	Comércio regula a venda ambulante	41
3.6	«Defendemos os nossos membros e resolvemos os problemas»	42
3.7	Angolanas vendem de tudo nas ruas de Luanda sempre de olhos nos fiscais	42
3.8	Kupapatas exigem paz na «guerra» com polícia	43
3.9	«Os membros às vezes são insuportáveis»	43
3.10	Perseguição sem trégua	44
3.11	Administração preocupada com venda ambulante	45

3.12	A final o Banco Sol não “engorda” as kinguilas do Maculusso.	45
3.13	Estamos a tentar transferir o mercado informal para o formal	46
3.14	Administração preocupada com venda ambulante	48
3.15	Administração do Lobito proíbe as vendas nas ruas	49
3.16	Circulação rodoviária conhece melhorias	49
3.17	Projecto de P’200 ajuda no combate ao comércio informal	51
3.18	Polícia da Samba “varre” ambulantes e normaliza circulação rodoviária	52
3.19	Passagens pedonais transformadas em praças	53
3.20	Vendedores forçados a ingressarem no MPLA	54
4.	OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	56
4.1	Comissões analisam política do investimento e limites para OGE-2016	56
5.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	57
5.1	Autonomia financeira dos municípios galvaniza desenvolvimento das localidades	57
5.2	Eleições Autárquicas Mandadas para as calendas Gregas	58
5.3	Municípios apoiam os mais vulneráveis	59
5.4	Defende eleições autárquicas para o desenvolvimento da província	60
5.5	Autoridades tradicionais dizem-se ofendidas pelo PR	61
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	63
6.1	“Nova lei garante protecção acrescida dos direitos dos senhorios e arrendatários”	63
6.2	Quem dos dois “MENTIU” aos moradores do Bairro operário	64
6.3	Nova lei proíbe rendas em dólares e antecipações superiores a seis meses	66
6.4	Lei de arrendamento passa no parlamento por consenso	68
6.5	Presidente da Republica dispensa a peneira para ver o sol	69
6.6	Ocupação ilegal de casas no Zango	70
6.7	A reforma legal do sistema financeiro angolano	71
6.8	Diálogo com moradores do Bairro Operário	73
6.9	Antropóloga estuda o crescimento urbano	73
6.10	Porto de Caio assina carta de Intenções para Exportação de fosfato	74
6.11	Há quatro anos esquecidos no Panguila	75
6.12	O azar do azarado	76
6.13	Administradora do Sambizanga	76
6.14	Chefe de estado quer participação de privados no sector imobiliário	77
6.15	Lei de arrendamento passa por unanimidade no parlamento	77
6.16	PR admite dificuldades na requalificação do Sambizanga	78
6.17	Presidente da República visitou ontem o Sambizanga	79
6.18	Privados devem investir no imobiliário	81
6.19	Demolições marcam requalificação	82
6.20	Presidente da República dispensa a peneira para ver sol	83
6.21	3.002 Apartamentos estão concluídos nas centralidades	84
6.22	Casas desabitadas no Zango servem de depósito de lixo e covil de marginais	85
6.23	Centralidade do Kilamba	86
6.24	Cidadãos temem pelas suas vidas	86
6.25	Lei do Arrendamento Urbano	87
6.26	Promessas, promessas e promessas	88
6.27	Um drama que se arrasta e tende a eternizar-se	88
6.28	Viver em condições Sub-humanas	90
6.29	Moderadores pedem mudanças no Kilamba	91
6.30	Presidente dá murro ponderado na mesa	92
6.31	Apartamentos começam a ser vendidos	93

6.32	Luanda tem novo complexo residencial	93
6.33	Grupo AB aplica 881,2 milhões Kz em novo projecto habitacional	94
6.34	Moradores do BO abandonam reunião de esclarecimento	95
6.35	Centralidade é inaugurada	96
6.36	Autoridades e população longe de consenso	96

7. TERRA 98

7.1	Sinistrados recebem lotes de terreno em Benguela	98
7.2	Irão para a cadeia	99
7.3	Centenas de hectares lavrados no Huambo	99
7.4	Porto de Caio assina carta de Intenções para Exportação de fosfato	100
7.5	Há ou não militares na expropriação	101
7.6	Há quatro anos esquecidos no Panguila	101
7.7	O azar do azarado	102
7.8	Diálogo para solucionar ocupação de terras	103
7.9	A legalidade e as terras	103
7.10	20 Mil cidadãos 'lutam' por 3.500 terrenos em Cacuaco	104
7.11	Administradora do Sambizanga	105
7.12	Alerta aos empresários	105
7.13	PR admite dificuldades na requalificação do Sambizanga	106
7.14	Presidente da República visitou ontem o Sambizanga	107
7.15	Aceitar viver mal na Boavista	108
7.16	Lobito reserva terrenos para a zona industrial	109
7.17	Ocupação ilegal de casas no Zango	111
7.18	Bento Soite	111
7.19	Casas desabitadas no Zango servem de depósito de lixo e esconderismo de marginais	111
7.20	Promessas, promessas e promessas	112
7.21	Cáritas denuncia invasão de terras	113
7.22	'Ninguém será retirado das suas terras'	113
7.23	Divisão de terras divide camponeses dos Bitas e Administração	114
7.24	Moradores fogem da Quiçama para a Ilha	115
7.25	Vidas destruídas	116
7.26	Desalojados recebem lotes de terrenos	117
7.27	Huambo intensifica fiscalização das obras	117
7.28	Lotes de terreno foram entregues aos desalojados	118
7.29	Diálogo com moradores do Bairro Operário	118
7.30	Sambizanga com melhor qualidade de vida	119
7.31	Mais Famílias Serão Desalojadas no Sambizanga	120
7.32	Guerra de terras desemboca em caça às bruchas no Icolo e Bengo	120
7.33	Moradores do BO abandonam reunião de esclarecimento	123
7.34	Administradora garante entrega de lotes de terrenos	124
7.35	Autoridades e população longe de consenso	124

8. SERVIÇOS BÁSICOS 126

8.1	Elisal	126
8.2	Montanhas de lixo continuam em Luanda	126
8.3	Preço da electricidade deverá subir 10% a 15%	127
8.4	Sector eléctrico não tem luz para 17 milhões de angolanos	128
8.5	Um terço dos angolanos tem electricidade	129
8.6	Ambientalistas satisfeitos com novo modelo de recolha	130
8.7	Por que falham todos os modelos?	130
8.8	«Ingestão de água salobra provoca problemas graves à saúde»	131
8.9	Água salobra obriga moradores do Rangel a abandonar as suas residências	132
8.10	Bairro da Polícia está intransitável e cheira muito mal	133

8.11	Cenário triste de alguns bairros de Luanda	134
8.12	Começa neste sábado o novo modelo de recolha de lixo em Luanda	135
8.13	Enquanto isso a malária continua a matar	135
8.14	Luanda fica mais limpa a partir de agora	136
8.15	Escassez de divisas afasta projecto de transformação de lixo em energia eléctrica	136
8.16	Carlos Cavuquila pede colaboração	137
8.17	Associação ambiental elogia o novo modelo	138
8.18	Projectos de Rosa e Graciano podem lesar o Estado em milhões de dólares	138
8.19	Administração pede combate ao lixo	139
8.20	Valas de Drenagem Redes urbanas em reabilitação	139
8.21	Lixo e insegurança nas praias de Luanda	140
8.22	Empresas com dificuldades de cumprir trabalhos das 700 mil ligações domiciliárias	140
8.23	Água começa nos bairros periféricos	141
8.24	Dívidas e garimpos 'roubam' metade da facturação da EPAL	142
8.25	Detido garimpeiro de água em Viana	142
8.26	Habitantes de Cavunga com mais água potável	143
8.27	O consumo de água	143
8.28	Investimentos públicos para a provisão de água	145
8.29	Água para todos chega a mais pessoas	145
8.30	Gestão dos recursos hídricos. SADC tem plataforma interactiva	146
8.31	Recolha de resíduos deve ser uniformizada	146
8.32	ENDE coloca 70 agentes no terreno para reforçar captação de receita	147
8.33	Lixo e insegurança nas praias de Luanda	147
8.34	O fenómeno do «ímã do lixo»	148

9. GÉNERO E VIOLENCIA

151

9.1	Delinquência preocupa administração e polícia em Belas	151
9.2	Aberto ciclo de palestras sobre violência	151
9.3	Polícia evita afrontar marginais	152
9.4	Populares contam apenas com a protecção de Deus	152
9.5	Criminalidade em alta no Kilamba Kiaxi	153
9.6	Meliantes fazem-se passar por moto-taxistas	155
9.7	Meliantes fazem-se passar por moto-taxistas	156

10. AMBIENTE

158

10.1	Cortina florestal trava desertificação	158
10.2	Huambo intensifica fiscalização das obras	158
10.3	Angola com níveis aceitáveis de emissão de gases de efeito de estufa	159
10.4	Lixo e insegurança nas praias de Luanda	159
10.5	Sector da agricultura com futuro ameaçado	160
10.6	«Ingestão de água salobra provoca problemas graves à saúde»	161
10.7	«Ingestão de água salobra provoca problemas graves à saúde»	162
10.8	Água salobra obriga moradores do Rangel a abandonar as suas residências	162
10.9	Bairro da Polícia está intransitável e cheira muito mal	164
10.10	Cenário triste de alguns bairros de Luanda	165
10.11	Enquanto isso a malária continua a matar	165
10.12	Aceitar viver mal na Boavista	166
10.13	Associação ambiental elogia o novo modelo	166
10.14	Cortina florestal trava desertificação	167
10.15	Huambo intensifica fiscalização das obras	167
10.16	Cortina florestal trava desertificação	168
10.17	Huambo intensifica fiscalização das obras	168
10.18	Nós e os efeitos das alterações climáticas	169
10.19	Angola com níveis aceitáveis de emissão de gases de efeito de estufa	170

10.20	Lixo e insegurança nas praias de Luanda	171
10.21	Sector da agricultura com futuro ameaçado	171
10.22	Madeireiros são obrigados a substituírem árvores abatidas	172

I I. MIGRAÇÃO **I74**

11.1	Potencial económico é atractivo	174
11.2	Tunga Ngó: Por aqui entrou a imigração norte	174
11.3	Cidadãos estrangeiros expulsos regressam à Lunda Norte	175
11.4	Estrangeiros repatriados a partir do Soyo	176
11.5	Polícia reforça combate à imigração ilegal	176
11.6	O custo da imigração ilegais em Angola	177

I2. EXPLORAÇÃO MINE **I79**

12.1	Governo avaliou exploração mineira	179
12.2	Casa Militar trava Endiama na investigação de garimpo no Moxico	180
12.3	Prospecção Mineira será menos onerosa	181

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Ministra que não é do comércio nem da agricultura

Jornal A República

7 De Agosto de 2015

Texto: Kissanga Karinda

É visivelmente notório o deambular, das políticas económicas, quer de comércio como agrícolas, da engenheira agrónoma Rosa Pacavira, que está a ministra do Comércio, mas ziguezagueando por outros pelouros, ofuscando o actual ministro da Agricultura que, de facto, não tem poder político para se firmar numa estratégia dentro da tal diversificação da economia muito apreçoada pelo Executivo angolano. Sendo que uma das mais importantes saídas económicas é a agricultura mecanizada e a industrialização da economia do País.

A engenheira agrónoma Rosa Pacavira, que vem da Secretária do Estado dos Assuntos Sociais do Presidente da República e Coordenadora da Comissão Nacional de Luta Contra a Pobreza, sem nenhuma clara e boa definição estratégica de políticas de Comércio Nacional, erradamente vem com políticas arrojadas de tapa buraco dentro do Ministério do Comércio, que é sua tutela. Por outro lado, indo pescando políticas também agrícolas, ofuscando o seu colega de Partido e de Governo, o ministro da Agricultura, Pedro Canga, com programas agrícolas de compra e venda de produtos agrícolas, o chamado PAPAGRO - Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários.

Este referido programa "PAPAGRO" é um tanto quanto irrisório pelo facto de não ser dever do Governo distribuir os produtos agrícolas e, muito menos, da forma que é feita tal distribuição anárquica, em condições de vendas precárias, sem o mínimo de condições sanitárias recomendáveis. Como é possível ser o próprio Ministério do Comércio tutelando e expondo produtos agrícolas em plena via pública num sistema de venda, sem o mínimo de condições básicas de sanidade pública, contrariando as mínimas normas exigíveis por lei? Vislumbremos que de facto os produtos agrícolas

expostos e a venda pelo referido programa é de uma extrema precariedade do ponto de vista da concepção lojista. Ou melhor, estes produtos agrícolas devem ser apresentados num sistema de lojas, com as condições de concepção previstos por lei. Desde locais apropriados com níveis adequados de refrigeração e stocks. Esperava-se que a senhora ministra do Comércio, Rosa Pacavira, dirigisse o Ministério da sua tutela, mas numa função de promotora de políticas de construção de infra-estruturas, regulação do mercado do comércio, criando incentivos a produção e comercialização de todos os produtos da cesta básica e agrícolas, permitindo que os agentes económicos interviessem no mercado normalmente, isto é, sem a concorrência do Ministério do Comércio, como acontece actualmente com o programa "PAPAGRO".

A senhora ministra tem que promover execução de uma rede de lojas de venda de legumes e hortaliças, talhos e peixarias, que, na verdade, não existe no nosso país, de maneira que a nossa população possa comprar e consumir estes produtos com higiene e garantia, conforme exigem as normas de segurança alimentar, tornando a nossa população saudável do ponto de vista da exposição e obtenção dos melhores produtos alimentares. Do ponto de vista do retorno do investimento, o "PAPAGRO" é um fiasco. Claramente que o programa de aquisição de produtos agropecuários tem seus 'dias contados'. Esta estratégia de venda ambulante nos camiões é errónea, porque não define como deve acontecer com um determinado comerciante a especificação do tipo de produto agrícola a ser vendido num determinado local, ou ainda, as necessidades de um nicho de mercado de uma determinada localidade. Mas, ainda é que de facto um comerciante ou lojista, ao planear o seu negócio (venda de produtos agrícolas) disponibiliza e inclui todo o tipo de produto consoante a necessidade do seu possível cliente, de modo que a atractividade seja maior dos clientes, satisfazendo-se por um produto ou por outro.

Esta estratégia na comercialização dos produtos agrícolas, através dos camiões ambulantes do PAPAGRO, terá os seus dias contados devido à inexistência de uma estratégia abrangente que satisfaça os variadíssimos possíveis clientes no mercado, que merecem ser atraídos de forma segura e convincente. Embora a senhora ministra mostre a intenção de também vender arroz, neste mesmo sistema.

Dito isto, colocamos a seguinte pergunta: O Ministério do Comércio terá lojas ambulantes (camiões) através do PAPAGRO? Sempre? Quando a senhora ministra deixar o pelouro do Comércio será que PAPAGRO continuará?

I.2 Angola apresenta relatório em Setembro

Jornal de Angola

21 De Agosto de 2015

Texto: Adelina Inácio

Angola apresenta no próximo mês de Setembro, durante a Assembleia-geral das Nações Unidas, o Relatório Nacional sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). O Relatório, que recebeu ontem contribuições da sociedade civil, contém uma apreciação do cumprimento das diferentes metas estabelecidas para os diversos objectivos.

O secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Pedro Luís da Fonseca, afirmou que o Executivo considera o progresso humano como uma necessidade colectiva da sociedade e, por isso, está a executar as políticas públicas de desenvolvimento humano. Luís da Fonseca, que falava no seminário do Relatório sobre os ODM em Angola, lembrou que o Plano de Desenvolvimento 2013-2017 também centra a sua acção no desenvolvimento social e progresso dos cidadãos.

Pedro Luís da Fonseca destacou a política de promoção do crescimento económico, o aumento do emprego e de diversificação da economia, a política de repartição equitativa do rendimento nacional e de protecção social e a melhoria da repartição do rendimento nacional. Angola foi um dos 189 países que se comprometeram a alcançar, até 2015, os oito ODM, com destaque para a erradicação da pobreza extrema e a fome, alcançar o ensino primário universal, promover a igualdade de género e empoderamento das mulheres e raparigas, reduzir a mortalidade em crianças com menos de cinco anos, melhorar a saúde materna, combater o VIH/SIDA, malária e outras doenças, lembrou. Angola comprometeu-se igualmente a desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento, garantir a sustentabilidade ambiental, melhorar a saúde materna e alcançar o ensino universal.

O desenvolvimento humano, a oferta de serviços básicos, o combate à pobreza, a descentralização, o empoderamento das mulheres, incremento da produção e emprego são prioridades para o país. O secretário de Estado entende que é possível implementar a agenda de desenvolvimento e envolver os intervenientes a nível local, regional e global. O envolvimento da sociedade civil, defendeu, deve ser

consistentemente forte, para implementar a Agenda pós-2015.

Apoio das Nações Unidas

O representante do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento e coordenador dos Órgãos do Sistema das Nações Unidas em Angola, Pier Paolo Balladelli, elogiou o Executivo pelos resultados atingidos no processo de preparação do Relatório de Angola sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Paolo Balladelli considerou que relatório apresentado ontem à sociedade civil é o resultado de um longo processo de consultas técnicas entre os Ministérios que compõem o Executivo e as Nações Unidas. Angola tem realizado desde 2002 importantes transformações, reconheceu. "A economia do país tem mostrado rápido crescimento e atingido níveis significativos de investimento que vão permitir um oportuno desenvolvimento em várias áreas, incluindo a educação e igualdade de género", disse.

Balladelli apontou a diversificação da economia e a melhoria do bem-estar da população, com impacto nos indicadores sociais e de desenvolvimento humano, como os principais desafios colocados para o processo de graduação de Angola para país de rendimento médio.

O Relatório sobre os ODM em Angola, que recebeu contribuições dos membros da sociedade civil, permite identificar os desafios e recomendações para que o país continue a seguir o caminho de desenvolvimento sustentável. Balladelli assegurou que as agências das Nações Unidas estão comprometidas para uma boa coordenação entre os parceiros, os países membros e as organizações da sociedade civil.

Paolo Balladelli afirmou que a Organização das Nações Unidas tem o compromisso de apoiar Angola para que a sua população possa consolidar a democracia, o desenvolvimento económico e social, a equidade e o bem-estar.

Os participantes recomendaram a elaboração da estratégia de graduação de Angola como País de Rendimento Médio, o reforço da integração das abordagens baseadas no género e do sistema de informação a todos os níveis. Recomendaram também o desenvolvimento da agricultura, das micro, pequenas e médias empresas, a expansão da rede de formação profissional e a promoção do empoderamento das mulheres, aumento do investimento na educação e implementação das acções para melhoria da qualidade do ensino.

I.3 Pobreza Leva Jovens “A Tirarem” A Própria Vida

Jornal O Crime

1 De Agosto de 2015

Texto: Costa Kilunda

O distrito que, por muitos á foi tido como o pior para viver ou "instalar" residência, devido à fama que recebeu no que diz respeito à criminalidade (delinquência juvenil e não só) é, actualmente, dos mais serenos, de acordo com populares que 'O Crime' entrevistou. Mas, ao que tudo indica, um sereno assassino.

Os bairros Dimuca, Ngwanhã, São Pedro da Barra, Porto Pesqueiro, Sonangol, zona do Campismo e outros, são daqueles que anteriormente foram tidos como os mais violentos. Mas, a nossa equipa de reportagem, apurou que estão actualmente entre os calmos, devido à intervenção da Polícia.

"Os roubos e assaltos aqui na zona reduziram bastante desde que as autoridades declararam: 'abrir os cemitérios e fechar as cadeias'. Depois disso, a escala já era menor", referiu Daniel Graças, morador da zona do Campismo.

Na sua área, perto da vala que separa o Sambizanga do município do Cazenga, não há actualmente roubos e assaltos a residências como anteriormente, mas que houve relatos de roubos de telefones e outros ao anoitecer.

O cidadão José Alberto Cinquenta, por seu turno, residente ao bairro Sonangol, arredores de São Pedro da Barra, revelou que, em termos de delinquência, a zona em que vive está razoável, mas que em tempos era muito "caricato".

Afirmou que não havia pai nem mãe que poderia levar uma vida, ou realizar actividade normal, porque, ao contrário, estariam a colocar a própria vida na espada, tudo porque o trajecto serviço casa e vice-versa era uma espécie de um acto suicida.

Disse ainda que antes, quando não havia o fluxo de moradores, tudo foi muito calmo. Poderia, inclusive, se deixar ficar bens fora de casa ou ir à rua a qualquer horário do dia. Mas, depois que o bairro começou a crescer, a situação se tornou complicada demais.

Apesar de tudo, em Janeiro último a situação, em termos de roubos e assaltos as cantinas, estava a crescer novamente. 'Assaltavam as cantinas. Mas,

depois de muita reclamação dos moradores, achou-se por bem fazer uma denúncia de tais actos junto da Polícia. Esta, com a população, criou mecanismo para em cada quarteirão se formar um grupo para se vigiar o bairro", disse.

Apelou aos moradores, de qualquer bairro, que, ao avistar com alguma anomalia, deve se juntar aos demais, com vista a se decidir o que fazer para acalmar, ou pôr fim à situação.

Os suicídios

Se, por um lado, a criminalidade diminuiu com o cerco policial. Por outro lado, no distrito do Sambizanga os populares têm se deparado com o fenómeno de suicídio no seio da juventude.

As vítimas mais frescas deste fenómeno são Nilton Roberto da Costa e Paulo Domingos Constantino, 23 e 29 mos, respectivamente, que decidiram pôr fim às próprias vidas por enforcamento por motivos e causas distintas.

Nilton da Costa, jovem de 23 anos, pôs fim a própria vida no seu quarto em horário incerto. A família acredita que o não ingresso na Universidade e a falta de emprego são as verdadeiras razões que levaram a tomar tal medida drástica.

José Roberto da Costa, pai do malogrado, disse que tudo ficou estranho para a família, quando o jovem ficou doente e fora diagnosticado infecções urinárias. Depois de tal resultado, faltavam ainda dois outros exames médicos por realizar, que o mesmo pretendia fazer no Hospital Américo Boa Vida; mas, por questões financeiras, teve de aguardar. Daí esperou-se até que a mãe tivesse tais valores.

Um dia antes de cometer o suicídio, Nilton Costa apresentou comportamento estranho, isto é, não saiu do quarto durante o dia e, muito menos, saudou os pais como era costume.

O seu melhor amigo, inclusive, procurou e este, simplesmente, não atendeu. O pai não revelou a preocupação porque, para si, era hábito o filho se manter fechado no quarto a ler livros de auto-ajuda ou a Bíblia.

O cenário, no dia seguinte, se repetia tendo o mesmo amigo ido à sua procura em casa e Nilton não saía dela, pelo que amigo começou por chamá-lo, mas mesmo não respondia. O pai, desta vez, decidiu entrar no quarto para vê-lo quando, para o seu espanto, encontrou o filho pendurado em cordas.

Questionado sobre as causas e motivos que poderiam levar o jovem a tomar tal decisão, diz desconhecer,

mas que o mesmo fez questão de deixar um manuscrito para a família cujo conteúdo, curto, breve e conciso. Tomamos a liberdade de transcrever:

"Perdão, mãe! Sei que não vai entender por que razão ponho fim à minha vida, mas somos seis (filhos). Vou pedir ao pai que, a partir de agora, terá apenas cinco para cuidar. Não se desmoralizem, porque a vida continua."

Prosseguiu dizendo que seu filho terminou o ensino médio. Depois, havia necessidade de o mesmo trabalhar, mas não conseguiu. Então, este ficou apenas a fazer cursos básicos.

Fez o curso de electricidade industrial e estava a terminar o curso de inglês. Nos últimos dias, começou a demonstrar desinteresse pela formação e pelas coisas que tanto gostava de fazer.

"Começou a isolar-se, mas como sabíamos que ele gostava de o fazer, para ler, achamos normal. Porque, como se sabe, quem lê precisa de estar um pouco sozinho. Afinal, aproveitou da situação para fazer também o seu programa de tirar a própria vida", lamentou.

Questionado se tudo isso influenciou pela negativa na tomada desta decisão, respondeu "acho que se aparecesse um emprego, ou então pudesse entrar para a universidade isto não aconteceria. Porque ele estaria ocupado, não teria como se isolar tanto e pensar nisso. Depois, era de poucos amigos. Isso contribuiu bastante."

José da Costa apela que, quando alguém se sentir deprimido, particularmente os jovens, deve procurar conversar com outras pessoas. Porque o que aconteceu apenas foi possível, porque o jovem em causa não se abriu.

Entretanto, já no segundo caso de suicídio no distrito do Sambizanga, a história é diferente, assim como as suas motivações. Algo em comum: ambos perderam o interesse pela vida.

Os familiares de Paulo Domingos Constantino, 29 anos, o malgrado, dizem que o motivou o seu ente querido e a cometer o suicídio foi a separação com a mulher. Quando isso aconteceu, ao jovem simplesmente afastou-se dos amigos e, conseqüentemente, entregou-se ao álcool.

Fernanda Gomes Tavares, a mãe e Amélia Domingos Constantino, a irmã, explica que tudo aconteceu no passado domingo, 12, quando 'Nanzoya', como era carinhosamente tratado pelos mais próximos o malgrado, tomou algumas cervejas e, curiosamente,

disse aos amigos com quem joga futebol que "vou me matar". Naquela altura, ninguém levou a sério.

Por sua vez, Amélia Constantino que, no fatídico dia se encontrava em casa, explicou que o que aconteceu com o irmão foi muito triste e difícil de contar, mas ganhou fôlego para dizer que na manhã do mesmo dia, quando acarretava água, o irmão estava na rua a ver os amigos jogar futebol.

Amélia recuou no tempo para dizer que o irmão há muito começou dar sinais de algum comportamento de retracção, iniciou por apresentar problemas psíquicos, fechava-se no quarto durante dias com janelas e portas trancadas. Mesmo quando era solicitado para abrir, não fazia e deixou de conviver com os amigos.

No dia em que então tomou a difícil decisão de colocar termo a vida, ficou a ver os amigos jogar, já por volta das 12 horas. Ela foi surpreendida com algum barulho vindo do quarto do irmão.

Nanzoya, com seus planos já bem elaborados, se dirigiu a casa de banho, desta para o quarto, onde minutos depois começou ouvir-se o arrastar de uma cama.

Amélia conta que ouviu tal barulho, mas ignorou por pensar que este arrumava o quarto. Entretanto, se mal pensou pior o fez, pois o irmão estava a criar condições para pôr fim à própria vida.

Só depois de uma hora e meia, quando ainda na cozinha, onde confeccionava o almoço, notou um enorme silêncio no mesmo quarto.

Tal silêncio foi interrompido pelo seu filho aos gritos dizendo que viu o tio pendurado no tecto. Ela, apavorada, se dirigiu ao quarto, mas a porta deste estava trancada.

Correndo pela janela, depois de aberta, depara-se com a triste realidade, ou melhor, o maninho estava assegurado e firme pela corda que se fez ao pescoço e suportada pelos fios do tecto de casa.

Com gritos de socorro, surgem os vizinhos para tentar ajudar a arrombar a porta, e nada aparece. Uma vizinha avantajada em termos de corpo, empurrou a porta para abrir, mas já sem nada por se fazer, pois Paulo Constantino há muito que estava morto.

Amélia diz que é assustador, porque não havia motivos para tal e, para si, mais ainda, já que o malgrado não deixou nenhuma carta a explicar o que o levou a tomar tal decisão.

Mas, adianta que o abandono por parte da sua mulher foi um dos grandes motivos, pois a partir deste momento ele simplesmente deixou de viver, afastando-se dos amigos e das coisas que de gostava fazer. Daí o enio. camento foi apenas um passo.

"Ele teve mulher e uma filha. Quando a mulher lhe deixou, os amigos também se afastaram dele. E, como uma espécie de solução, rendeu-se ao álcool e trancado no seu no quarto", lamentou. A irmã acresceu que "nesse dia bebeu algumas cervejas e disse aos amigos que iria matar-se. Porquê, apenas ele sabe".

Os restos mortais de Nilton da Costa e Paulo Constantino descansam, desde 27 e 15 de Junho e Julho no Cemitério da Mulemba, no município de Cacuaco.

Assassinatos

Por outro lado, o cidadão António Pereira, residente na comuna do Kikolo, em conversa com a nossa equipa de reportagem, manifestou a vontade de ver a violência reduzida na cidade capital. E motivos não lhe faltam para manifestar tal apelo, pois nos contou o triste momento que viveu durante e depois do assassinato do seu irmão.

Disse que há acerca de um ano o seu irmão foi encontrado na rua, por populares, já sem vida, no bairro em que vivia. António Pereira afirma que quem mata só pode ser marginal, porque se não fosse não mataria.

Tudo aconteceu quando Joaquim da Silva, 42 anos, a vítima, regressava de um convívio por volta das 20 horas, num domingo. Foi presumivelmente atacado por marginais, com facas e garrafas.

"Foi já por volta das seis horas da manhã, quando os vizinhos surgiram a dizer que o meu irmão estava estendido na rua. Fomos para lá, não tinha nem os documentos", recordou.

Curiosamente, o seu irmão apresentava vários cortes de facas e garrafas por toda a parte do corpo. O malgrado deixou viúva e sete órfãos.

O nosso interlocutor lamentou o facto de Polícia não ter consultado a família para algum esclarecimento sobre o caso e, muito menos, se deu o trabalho de investigar, pois até hoje desconhecêsse-se os autores do crime.

Referiu também que, naquela zona, no Kikolo, é bastante perigosa e que situação do género é uma constante. Por outro lado, alertou que os assaltos e roubos são os pratos do dia.

É de recordar que, o município é Cacuaco, situado mais ao norte da capital é tido e achado, por muitos, como dos mais perigo actualmente em Luanda.

I.4 NEO-escravizados

Jornal A República

14 De Agosto de 2015

Texto: Vanilde Bandula

Certamente devemos todos estar lembrados da história de há quinhentos anos. História contada de livro em livro, de boca em boca, de diversas formas e versões, mas que no fundo era a mesma. Homens pretos, presos às correntes, levados daqui em embarcações, vendidos, para servirem de escravos no além-mar, trabalhando ao som do chicote que cantava empolgado.

Todos se lembram da história. Pelo menos os que a ouviram e os que a contaram, pois os que a viveram não puderam resistir à quinhentos anos de chicotadas nas costas; às correntes prendendo mãos, pernas e mente; à catinga clamando pelo banho; e à fome que não aceitava morrer e por isso deixava homens morrerem no seu lugar.

Volvidos quinhentos anos, ela reaparece. A mesma história. Homens pretos, fazendo trabalho forçado feito animais de carga. A catinga é a mesma, permanece. As correntes soltaram-se-lhes das mãos e pernas, e apenas continuam a prender-lhes as mentes. O som que os obriga a trabalhar já não vem de fora, do chicote; vem de dentro, das horas de fome, corpo fraco. Têm de decidir, ou matam a fome ou a fome os mata a eles.

Felizmente ainda têm escolha. Já não é como no passado. Tudo parece ter mudado. Mudou o local de trabalho, já não é no além mar, é aqui próximo, aos nossos olhos. O escravizador já não é branco vindo de navios pelo mar, o escravizador é seu irmão, seu vizinho, preto como ele.

Coitado do preto, sempre com saudades da escravatura! Quando não é escravizado, ele próprio se dá à escravidão.

Tivemos saudades deles, por isso fomos resgatá-los do passado. Que seria da humanidade sem pretos carregando o seu peso às costas?

Que seria da humanidade sem gente como esta que se deixa escravizar ou que se escraviza a si própria?

Cada um foi predestinado, uns, para pensar, outros, para transportarem cargas como animais. Afinal não é mesmo este o nome que se dá àqueles que não têm inteligência?

Preto burro, burro preto, tudo mesma coisa!

A escravatura pertence-nos, não podemos viver sem ela. Ela tem de estar, se não em nós, pelo menos perto de nós. E tudo fazemos para que ela não se vá embora, que não desapareça. Um dia escravos, escravos para sempre!

É este o nosso lema. Por isso o preservamos. Mudamos a forma, mudamos o nome, mas mantemos a essência. Pretos, presos, dominados, explorados, pelos outros ou por eles próprios.

Lembram-se dos sobas e reis que perseguiram, prendiam e vendiam homens livres, jovens, fortes? Pois!, eles também reapareceram, não quiseram ficar presos nos túmulos da história da humanidade. Vieram junto com os escravos. E tal como eles, novos, também arranjam outras formas de os vender. Só que, com uma ligeira diferença, os próprios pretos, escravos, é que os escolhem para os explorarem e venderem.

Como vêem, têm a tarefa facilitada. Não precisam de os perseguir, não. Os próprios pretos seguem os sobas e reis com um fanatismo inexplicável e não se importam em serem explorados e vendidos.

Burro preto, preto burro, mesma coisa só!!!

1.5 Gestores serão responsabilizados por descaminho das contribuições da segurança social

Jornal Semanário Económico

20 De Agosto de 2015

Texto: Mariano Quissola

Manuel Moreira revela, ao SE, que um Decreto -lei está na forja e vai, entre outras medidas, responsabilizar os gestores que não depositem as contribuições dos trabalhadores no Instituto acional de Segurança Social. As medidas serão, entre outras, a hipoteca dos bens pessoais dos administradores. O gestor conta que cinco empresas, em média, pedem todos os dias ao INSS, interrupção dos depósitos das

contribuições alegadamente por estarem a enfrentar dificuldades decorrentes da crise financeira.

Em que consiste o Plano de Gestão e Sustentabilidade da Segurança Social

O Plano de Gestão e Sustentabilidade da Segurança Social surge na sequência de vários outros planos, no âmbito da modernização e desenvolvimento da segurança social. É o esteio de um processo gizado desde 2005, que depois se chegou à conclusão que havia a necessidade de se modernizar a Segurança Social. Desde o ano passado entramos na fase da sustentabilidade, que tem a ver com o futuro. As bases estão criadas, precisamos de olhar agora para o equilíbrio da segurança social.

O que pressupõe "olhar para o equilíbrio da segurança social sustentável"?

Tem a ver com dois aspectos: a captação de mais contribuintes e segurados, aumento das receitas, que é por aí que a segurança social cresce e controlar as despesas.

O quadro da segurança social no país antes desses planos era crítico. Lembra-se?

Era um quadro não saudável, nas várias vertentes. Temos memória das enchentes, por exemplo, que havia nos serviços da Segurança Social. A qualidade dos valores das prestações e a existência de processos manuais que davam origem a grandes fraudes. Hoje unificamos as bases de dados.

Quais são os resultados desta-unificação?

Concentramos o deferimento dos pagamentos das prestações numa análise única de forma a não permitir, como eram os casos do passado, pessoas com duas ou três pensões. Era uma situação comprometedor para os pensionistas que dedicavam-toda uma vida a trabalhar e depois tinham que esperar, às vezes, entre cinco meses a um ano para terem direito às suas pensões.

Que tipos de fraudes eram frequentes na altura?

Alteração de processos ou introdução de pessoas sem os requisitos necessários para aferir uma pensão. Era muito fácil, inclusive, alterar-se os valores das pensões.

Alguém que teria direito a uma pensão equivalente a 100 mil kwanzas, como o processo era manual, se alguém pusesse mais um zero, a pensão passava para um milhão.

E como se comportam as empresas em termos de depósitos das contribuições?

Hoje o INSS controla, em todo o país, 105 mil e 407 empresas. Estamos a falar de empresas públicas e privadas e instituições públicas. Destas, três mil e 668 são públicas e as restantes privadas.

Estes números não parecem representarem o universo de empresas existentes no país!

Os dados das finanças e os do Instituto Nacional de Estatísticas também dizem que não. Este é o número que temos na nossa base de dados.

E quanto ao número de segurados?

A pergunta faz-se também do lado dos segurados. A Segurança Social, hoje, controla um milhão e 381 mil, dos quais 345 mil são funcionários públicos. Será que em Angola só existe uma massa activa de um milhão de trabalhadores? Os números do último senso dizem que não.

O que isto representa, a seu ver? Que há uma fuga, há um descompromisso dessas instituições. Se estamos aqui a dizer que temos 100 mil empresas e mais de um milhão de trabalhadores, isto denota que a evasão ainda é grande. Mas temos um outro problema, dessas 100 mil inscritas, muitas delas não paga as contribuições.

Qual é a percentagem?

Não' queria entrar em números absolutos. É um estudo que precisamos de fazer. Ultimamente, por exemplo, o INSS tem recebido cartas de empresas que dizem por causa da crise querem fazer a interrupção da actividade para não pagarem as contribuições. Há um outro problema mais grave: o caso de uma empresa que faz os descontos na folha de salário do trabalhador, mas não deposita o dinheiro no fundo da Segurança Social. É aquilo a que chamamos crime de abuso de confiança. Com denúncias ou com alguma investigação mais forense daria origem ao respectivo processo-crime e às coimas previstas no Decreto 38.

Que empresas estão nessa situação? São só privadas ou as públicas também?

São fundamentalmente empresas privadas.

Desde quando começaram essas solicitações e qual é o número de empresas que, em média, solicita?

Desde o início deste ano, com alguma intensidade, na ordem de cinco pedidos por dia, em média. Mas quem tem que dizer se as empresas não têm

capacidade não é o empregador. Há mecanismos que podem ser comprovados se determinada empresa tem uma situação patrimonial deficitária ou não. Há um caso que achei "interessante", em que foi emitida uma acta onde todos os trabalhadores assinaram e estavam de acordo que houvesse interrupção dos pagamentos para a segurança social. São daquelas coisas que, às vezes, bem manipuladas se consegue chegar a esses resultados.

Uma acção judicial, nesses termos, pode ser intentada pelo INSS e ou pelo trabalhador? Exactamente. E este hoje também é um grande problema. Grande parte dos funcionários são coniventes com a entidade empregadora, porque existe, dentro de algumas empresas, duas folhas de remuneração. Uma que é declarada para a Segurança Social e outra folha que é para o trabalhador. Ou seja, para a Segurança Social declara-se 100, quando na realidade este trabalhador tem uma remuneração de mil. Porque como fazendo incidir a taxa sobre 100 vai dar três e oito e é menos do que se incidisse sobre mil, que daria 30 e 80, então o trabalhador chega a esse acordo com a entidade trabalhadora e vamos descontar sobre 100, mas ele terá sempre o nível de vida de mil.

O que é que acontece no futuro quando se reformar?

Vamos atribuir a pensão na base de 100 e terá uma baixa do nível de vida de quase 90 por cento .

Não será por ignorância dos trabalhadores? Poderá estar a faltar aqui, talvez, mais sensibilização da parte do INSS?

Também poderá ser verdade, alguma falta de conhecimento. Em quase todas as esquinas, hoje, já se fala de segurança social. Estamos com um processo de consciencialização enorme, mas isso não é um problema só de Angola, os outros países também vivem isso.

Esse discurso não é conformista?

Geralmente quando se usa esse tipo de alegação, embora, às vezes, sirva para contextualizar, mas parece algum conformismo ou consolação: "não somos os únicos". Não, não diria que seja conformismo. São questões mesmo pensadas' estratégicas. Porque para uma economia nova, como a nos- sa, o consenso a que chegamos, INSS e o Executivo, é que a fiscalização ou inspecção antes de ser repressiva deve ser pedagógica. Daqui para a frente será diferente, porque o tempo para as pessoas aprenderem foram quase vinte anos, já está a esgotar-se. A Segurança Social também não pode ser um elemento desincentivador, porque se for bastante

rígida com as instituições que geram empregos, alimentam famílias, que municiam a economia, poderá ser um elemento de inibição.

São mais empresas privadas ou públicas na condição de fraudulentas?

As empresas públicas como, por exemplo, a Taag, o Jornal de Angola, Rádio Nacional de Angola, empresas do sector público empresarial que exploram como a Endiama, a ENE, algumas dessas são devedoras, ficaram tempo sem pagar as contribuições para a segurança social.

Por quanto tempo?

Algum tempo. Isso posso garantir que algumas empresas públicas, não todas, estão num processo agora de regularização das dívidas.

Só à título de curiosidade. A Sonangol já foi devedora?

Não.

Insisto nessa questão. Dessas, entre públicas e privadas quais são as mais devedoras?

Como as empresas privadas estão em muito maior número que as públicas, o grau de endividamento é maior para as empresas privadas.

Como resolver este problema?

É inspecção, fiscalização, publicitação das empresas devedoras. São medidas que vamos tomar agora com a nova equipa de inspecção criada no Instituto. Vamos reagir. Todos os meses a Segurança Social paga o equivalente a 73 milhões de dólares. Estamos a falar de 106 mil pensionistas, com uma pensão média de quase 70 mil kwanzas, mais os subsídios imediatos.

Que condições humanas, técnicas e financeiras o INSS necessitaria para sanar essas fraudes e em que horizonte temporal?

Nunca se sana situações dessa natureza. Mitiga-se. E há aqui um esforço muito grande na mitigação do risco operacional que dará origem à maior entrada de receitas. Acreditamos que nos próximos três ou quatro anos estaremos com a situação totalmente controlada.

Estamos a falar de um conjunto de contravenções que andam por aí impunes...

Estamos agora com um plano em curso de fiscalização e o conceito é um pouco como "Forças de Elite".

Não adianta para esse universo de 100 mil empresas sairmos a disparar para todos os lados. Fizemos um levantamento da base de dados, vimos os contribuintes críticos, os grandes contribuintes, e essa "Força de Elite", especializada fará concretamente acções cirúrgicas.

E. ..

Estamos a trabalhar num novo diploma legal e vai ser um pouco mais difícil as pessoas não pagarem as contribuições a Segurança Social. Porque se a nova lei avançar, haverá, inclusive, responsabilidade pessoal do administrador. Havendo falta de meios para pagar e se for apurado que o responsável teve culpa, vai-se aos próprios bens dessa pessoa. O carro do director e outros bens, que vão para as hipotecas até que a situação seja regularizada.

Será aprovada ainda este ano?

Depende um pouco da agenda política do país, mas estamos muito bem avançado .

Que outras medidas esta lei trará na perspectiva de inibir essas fraudes?

São várias as nuances. Hoje, por exemplo, os processos de cobrança são, às vezes, mais complicados porque alguns têm que se fazer recurso a tribunal. E quando se faz recurso ao tribunal, sabemos que a demora com que as coisas são feitas pode chegar a 10 anos. E a dívida também pode prescrever. Esse novo projecto, o que estamos a propor é o que inspector possa fazer a execução. Vamos dar poderes de polícias aos inspectores, para não esperar que o processo vá ao tribunal.

A partir de quando a "Força de Elite" entra em acção?

Vamos começar ainda este ano. A partir deste segundo semestre.

Como um profissional liberal pode preparar a sua velhice no INSS?

Temos um regime denominado Trabalhador por Conta Própria, onde estão os trabalhadores liberais como advogados, engenheiros, médicos, arquitectos e músicos. As pessoas não têm a cultura previdencial. Mesmo estado o regime aberto, ainda são muito poucos os segurados inscritos. Hoje para regime de Trabalhadores por Conta Própria, temos mil e 771 funcionários inscritos, dentre os quais o regime especial, que é o dos religiosos. Mas também as pessoas, às vezes, confundem o liberal com o informal.

Explique-nos a diferença. Uma vez a mim já vieram perguntar: agora vamos inscrever também as zungueiras?

Não. As zungueiras não são trabalhadoras liberais, elas são informais, com um grau muito grande de risco. Não têm número de contribuinte, não têm uma renda que determine o pagamento das contribuições. Procuramos fazer com que ao nível das ordens e associações que se organizem, porque é muito mais fácil para o INSS poder caracterizar se o indivíduo é músico ou não, se é médico, advogado, engenheiro ou não. Porque, senão, corremos o risco de termos pedreiros e a dizer que são engenheiros.

Existe um decreto-lei da Cultura que obriga as instituições religiosas a inscrever os seus "funcionários". Qual é o grau de cumprimento?

Temos um regime que é uma espécie de um Conta Própria com características especiais, que é o regime do Clero e Entidades Religiosas. Este regime já está vigente, mas houve alguns requisitos que exigimos para que as Entidades Religiosas fizessem inscrição na Segurança Social. E um desses requisitos é a sua legalização.

Há um pastor de uma igreja que vinha com uma lista de 10 ou 20 pessoas, em que tinha os fiéis, o acólito, o cozinheiro, o motorista... essas não são entidades religiosas. Entidade religiosa é o pastor ou o padre legalizado, não é aquele que trabalha na casa do pastor que vai estar inscrito na Segurança Social. Agora, se ele trabalha na igreja, aí a igreja, enquanto instituição e se remunera, então vai entrar como funcionário por conta de outrem.

Do número de igrejas legalizadas qual é a taxa de inscrição no INSS?

Hoje estamos a controlar 51 religiosos inscritos.

Num universo de quantos?

Não dispomos desse número. Não sei quantos padres tem a igreja católica, por exemplo. Mas sei quantos padres a igreja católica tem inscrito e são esses, incluindo também os protestantes. Porque os religiosos também pagam contribuições, recebem benefícios.

As medidas são as mesmas que se aplicam, por exemplo, às empresas fraudulentas?

Sim, a partir do momento em que o regime se torna obrigatório. Sendo uma coisa obrigatória, a sanção é a mesma.

I.6 Governo reconhece elevada mendicidade na capital

Jornal Agora

21 De Agosto de 2015

As autoridades angolanas estão preocupadas com o elevado número de pessoas em situação de mendicidade, o fenómeno de crianças de e na rua, bem como o trabalho infantil, que se verifica na cidade capital.

A preocupação reuniu, segunda-feira, o ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kusumua, e a governadora em exercício de Luanda, Jovelina Imperial, acompanhados dos administradores municipais e directores provinciais.

Na capital, os deserdados sobem em flecha e estão em quase todas as esquinas da urbe.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Nova lei proíbe rendas em dólares e antecipações se priores a seis meses

Jornal Expansão

7 De Agosto de 2015

Texto: Francisco De Andrade

A proposta de Lei do Arrendamento Urbano (LAU), aprovada na generalidade na Assembleia Nacional no passado dia 18 de Julho - e que deverá ir a votação final global no dia 12 do corrente, obriga à fixação da renda em moeda nacional e proíbe as partes de estipularem antecipações de pagamentos por períodos superiores a seis meses.

A nova lei deixa de permitir também que se convençione o pagamento das rendas em moeda estrangeira, sendo que, se o seu valor for fixado em dólares, por exemplo, na prática deverá corresponder ao seu equivalente em kwanzas, segundo o câmbio do dia e lugar de celebração. dos contratos assinados e em vigor até à data da publicação do diploma.

O exemplo prático desta situação são os contratos celebrados entre a Sonip, anterior gestora das novas centralidades construídas e em construção no País, e os seus inquilinos - cujos valores das rendas continuam fixados em dólares.

Entre as novidades do novo diploma, destaca-se ainda a clarificação da acção de despejo, destinada a fazer cessar a situação jurídica do arrendamento, sempre que a lei imponha o recurso à via judicial para promover tal cessação. O documento estabelece que a acção de despejo não pode ser intentada no caso em que o senhorio pretenda invocar a nulidade ou anulabilidade do contrato de arrendamento, aplicando-se nestes casos as disposições gerais de direito.

Entre as alterações da acção de despejo, que na sua fase declarativa segue os termos do processo sumário, sobressai o facto de, para além do pedido de cessão do arrendamento e/ou da efectivação da cessão do mesmo, poder ainda ser formulado o pedido de condenação do réu no pagamento de rendas vencidas ou vincendas, ou ainda de indemnização.

O réu, indica o documento, ao contestar, num período que não deve exceder oito dias, sob pena de ser condenado no pedido, pode deduzir em reconvenção o seu direito a benfeitorias ou a uma indemnização, desde que tal direito seja legalmente fundado.

No Relatório de Fundamentação da LAU, o Executivo justifica a instituição de um novo regime jurídico do arrendamento urbano com a necessidade de se criar "um maior número de alternativas no acesso à habitação, uma maior e mais diversificada oferta, uma maior capacidade para a satisfação das necessidades existentes, uma diminuição das tensões económicas e sociais, um maior e mais sustentado equilíbrio e estabilização do mercado, e uma participação mais activa de todos os agentes económicos".

Lei desmistifica a ideia da necessidade da casa própria

Ouvido pelo Expansão, Miguel Eiras Antunes, partner da Deloitte, considera que a instituição da nova LAU, que vem substituir o Decreto n.º 43.525, de 7 de Março de 1961, aplicado de modo subsidiado por artigos do Código Civil, vem responder à necessidade de actualizar uma regulamentação que já não se adequa às alterações que o País conheceu do ponto de vista económico e social nas últimas décadas.

Encontrando-se o âmbito da referida lei alargado ao arrendamento de prédios para comércio, indústria e para o exercício de profissões liberais, Miguel Antunes refere ser no segmento habitacional que se estima haver maior impacto, em resposta ao estimado défice habitacional actual de aproximadamente 1,5 milhões de unidades, promovendo o arrendamento e desmistificando a ideia de que "o direito à habitação passa necessariamente pela compra de casa própria, nomeadamente para a população com menor poder de compra".

"A promoção do acesso à habitação é concretizada através de um conjunto de medidas das quais se destacam a limitação a um período de seis meses dos valores cobrados a título de antecipação de renda, assim como a introdução de uma disciplina exaustiva para as obras a serem realizadas em prédios arrendados, nomeadamente através da responsabilização do senhorio pela realização de obras de conservação nos referidos prédios", indica.

Por outro lado, o partner da Deloitte avança que a LAU vem "fomentar o aumento da oferta de habitações para arrendamento, através da

minimização do risco associado aos senhorios, face à possibilidade de estipulação de prazo efectivo de duração de contratos de arrendamento (contratos de duração limitada), assim como por meio da consagração de especificidades processuais referentes a acções de despejo de inquilinos".

Desta forma, diz, prevê-se que o novo diploma "potencie a dinamização do mercado imobiliário angolano com a criação de alternativas ao modelo de acesso à habitação, em linha com a imperiosidade de satisfazer necessidades habitacionais da população anteriormente sem resposta, assim como, também, através da promoção do investimento do sector privado no mercado de arrendamento habitacional".

Anabela Silva, sócia do escritório Fátima Freitas Advogados, reforça a ideia, acrescentando que a nova LAU vem clarificar e sistematizar o regime jurídico do arrendamento urbano e, ainda, actualizar algumas das suas disposições, de modo a reflectir a realidade e prática corrente do mercado, sem contudo descaracterizar na essência o regime jurídico do arrendamento.

"Há melhorias claras em termos de sistematização, algumas novidades introduzidas para permitir às partes maior liberdade e autonomia de regulamentação, sem todavia alterar no essencial o regime de maior protecção dos arrendatários, em particular no arrendamento para habitação", sublinha.

Anabela Silva enfatiza ainda disposições que considera "importantes" introduzidas para assegurar um maior controlo e responsabilização dos senhorios, como são os casos das condições de habitabilidade e obras para evitar a degradação do parque habitacional. "Alguns pontos terão de ser mais bem analisados e outros terão ficado de fora, mas, no geral, é uma alteração positiva", conclui.

Nova LAU 'pendurada' ao Código Civil

Para fonte oficial da PLMJ/GLA Advogados, vários artigos da LAU correspondem a disposições gerais relativas a aluguer que não foram revogadas, sendo, inclusive, "aplicáveis ao arrendamento urbano supletivamente", o que obrigará sempre a uma consulta do Código Civil, "pondo em causa a opção por elaborar uma lei avulsa aplicável ao arrendamento urbano, em vez de se proceder à integração desta matéria no Código Civil, conforme sucede, ainda que em parte, até então".

Para a fonte, as inovações mais significativas traduzem-se na "transmissão do contrato por morte do arrendatário, no direito de preferência do

arrendatário na compra do local arrendado se o arrendamento subsistir há mais de três anos, na possibilidade de denúncia pelo senhorio nos contratos de duração limitada, na clarificação da possibilidade de o arrendatário proceder à revogação dos contratos de duração limitada a todo o tempo, na atribuição de um direito de representação às associações de inquilinos para assegurar a defesa judicial dos seus membros, no regime das obras, e no regime de actualização de rendas".

"Na LAU, é destacada a questão das obras, mas fica por se compreender se haverá fiscalização por parte de alguma entidade específica e se este regime será, efectivamente, aplicado aos arrendamentos que incidem sobre prédios degradados", aponta, recordando que o diploma se aplica apenas aos contratos celebrados após a sua entrada em vigor.

Sobre os aspectos que ficaram clarificados na proposta de lei a fonte da PLMJ/GLA Advogados indica a clarificação dos contratos que estão sujeitos a escritura pública, o conteúdo mínimo que deve ser observado nos contratos de arrendamento a celebrar, que inclui os documentos que devem, obrigatoriamente, ser anexos, sendo de destacar, neste âmbito, o certificado de habitabilidade.

Ficaram ainda aclarados os regimes das obras, que "constituem uma inovação, na medida em que parecem consagrar normas transparentes e completas susceptíveis de regular, ainda que forma supletiva, questões que dificilmente são resolvidas por acordo entre as partes".

"Com excepção do regime de denúncia do contrato de duração limitada - o qual certamente suscitará diversas dúvidas na sua aplicação -, importa referir que o regime de cessação do contrato de arrendamento passou a estar regulado num único diploma, através de regras claras e, ao que tudo indica, completas e de fácil aplicação. Por exemplo, foram devidamente clarificados os fundamentos que podem ser invocados pelo senhorio para a denúncia do contrato [por tempo indeterminado]", salienta.

Entretanto, a fonte aponta também alguns aspectos que carecem de clarificação, entre os quais a actualização de rendas, que, embora esteja detalhada, "comporta algumas noções vagas, tais como o da comissão especial, quanto à fórmula de actualização de renda, quando a mesma não tenha sido efectuada anualmente, e quanto à fórmula relativa ao ajustamento e pagamento de rendas após decisão final em resultado do recurso à comissão especial.

No artigo 52.0, n.º 2 e 3, prossegue, deverá ser esclarecido o que significa o "reconhecimento do

subarrendatário como tal, por parte do senhorio", até por comparação com o "mero conhecimento", uma vez que o citado artigo, na sua redacção actual, poderá suscitar dúvidas legítimas quanto à ratificação do contrato, defendeu.

A fonte da PLMJ/GLA Advogados perspectiva que a actual conjuntura económica não favorecerá aumentos de preços nos novos arrendamentos, mas acautela que tudo dependerá dos coeficientes de actualização de rendas que venham a ser fixados, anualmente, pelos ministros que superintendem às Finanças e à habitação.

Sobre o mesmo assunto, o consultor Galvão Banco (ver entrevista na pág. 7) advoga ser ainda prematuro assegurar que os objectivos dos legisladores, através da figura jurídica dos regimes de rendas (livre, condicionada e apoiada) possam alcançar os resultados pretendidos e estabilização dos preços de arrendamento.

2.2 Lei de arrendamento passa no parlamento por consenso

Jornal Terra Angolana
14 De Agosto de 2015
Texto: JP. Mundombo

Assistido pelo ministro da Construção e Urbanismo, José Silva, segundo o Relatório-Parecer conjunto apresentado pelo deputado da Bancada Parlamentar do MPLA, Virgílio Tchiova, este diploma legislará o arrendamento urbano, cuja situação remonta antes da Independência Nacional, alcançada em 1975.

O documento em causa, que foi votado pelo MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA, refere que o arrendamento urbano é um contrato pelo qual uma das partes se obriga à outra o gozo temporário de um prédio urbano, no seu todo ou em parte.

O referido diploma acrescenta que no que tange à política habitacional só poder ser traçada com a participação de todas as entidades competentes e dos operadores económicos. Com a aprovação deste documento, segundo a opinião dos deputados, a situação habitacional poderá ser minimizada. Medidas Cautelares

Na reunião desta Quarta-feira, os deputados do MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA aprovaram ainda a Proposta de Lei Sobre as Medidas Cautelares em Processo Penal, sem a CASA-CE, que votou

contra o referido diplomam. O deputado Lindo Bernardo Tito justificou que "a prisão preventiva na prática é uma execução da pena privativa de liberdade antes da condenação transitar em julgado".

Já o deputado da bancada do MPLA, Domingos Kajama, que apresentou o aludido diploma, disse que com a aprovação deste, pretende-se dar maior afirmação ao sector da justiça. Segundo o deputado, esta lei permitirá também estabelecer uma política criminal e de reforma de justiça penal.

Detenção

O diploma define a detenção como sendo o acto processual de privação de liberdade por tempo não superior a 48 horas, praticada unicamente com o objectivo de apresentar o detido em flagrante delito para julgamento sumário.

Segundo ainda o diploma, este deve ser presente perante o magistrado do Público, junto dos órgãos de investigação criminal.

Na reunião foi retirado o ponto nº 2 da agenda de trabalhos, a pedido da 1ª e 5ª Comissões especializadas. Foi igualmente retirada a Proposta de Lei de Alteração à Lei de Nacionalidade e da Proposta de Lei Orgânica dos Tribunais de Relação.

Universitários da UCAN

Esta sessão foi também assistida por um grupo de estudantes do curso de Direito da Universidade Católica de Ministério Público, para o primeiro interrogatório e subsequente aplicação ou substituição de medida de coação, garantindo a presença do detido em acto processual, perante a autoridade judiciária.

Detenção em flagrante delito

Quanto à detenção em flagrante delito, o diploma refere que qualquer autoridade judiciária ou entidade policial deve e qualquer cidadão pode, se nenhuma daquelas autoridades estiver presente ou não puder ser chamada em tempo útil, proceder à detenção em flagrante delito.

No seu artigo 6º nº 4, este diploma estabelece que depois da detenção, deve ser imediatamente levantado o correspondente auto de notícia e de seguida ser apresentado o detido ao Ministério Angola (UCAN), convidados pelo Presidente da Assembleia Nacional.

Durante a sessão, os estudantes tiveram o privilégio de assistir a aprovação destes diplomas. Apesar de não se tratar de uma reunião mais alargada, ainda

assim os mesmos mostraram-se satisfeitos com o que assistiram, segundo declarações feitas à imprensa no final da plenária.

Para esta Sexta-feira, 14 de Agosto, está agendado o encerramento do ano legislativo 2015 a decorrer no salão principal da Assembleia Nacional. No dia 15 de Outubro far-se-á a abertura do próximo ano legislativo 2016, durante o qual o Presidente da República deve falar à Nação, com base no que a Constituição estabelece.

2.3 Agentes rurais têm acesso a micro-crédito

Jornal de Angola

20 De Agosto de 2015

Texto: Natacha Roberto

A ministra do Comércio, Rosa Pacavira, lançou ontem, em Luanda, a componente de micro-crédito do Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários (PAPAGRO), que institui a concessão de empréstimos aos Agentes Logísticos Rurais.

Os Agentes Logísticos Rurais, representados nas cooperativas de camponeses, constituem uma nova figura do PAPAGRO que tem a missão de transportar a produção agrícola em veículos concedidos pelo Ministério do Comércio para os centros de processamento localizados nas zonas urbanas e para as redes de distribuição.

Rosa Pacavira entregou ontem, às cooperativas, no Centro de Logística e Distribuição (CLOD) de Viana, cheques simbólicos do BPC, o banco operador desse programa de micro-crédito, cifrados entre 500 mil kwanzas e um milhão de kwanzas, assim como camiões para o transporte dos produtos agrícolas para os centros integrados de microprocessamento de alimentos.

Os ministros da Economia, Abraão Gourgel, da Energia e Águas, João Baptista Borges, o secretário de Estado da Agricultura, Amaro Tati, e altos responsáveis do Governo também entregaram cheques aos representantes das cooperativas e associações certificadas pelo Ministério do Comércio para a rede do PAPAGRO.

Os cheques foram entregues às cooperativas e associações Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola (Unaca), Associação de Apoio aos

Combatentes das ex-FAPLA (Ascofa), Associação Industrial de Angola (AIA) e o Instituto de Pesca Artesanal (IPA).

Rosa Pacavira esclareceu que o Ministério do Comércio criou a figura dos Agentes Logísticos Rurais para garantir produtos agrícolas de qualidade às redes de supermercados e outros estabelecimentos comerciais através dos centros de logística. "Este novo modelo contempla um canal de escoamento de produtos agro-pecuários, servindo de instrumento facilitador para os Agentes Logísticos Rurais certificados, que vão operacionalizar o PAPAGRO a nível das províncias e municípios", explicou.

A ministra disse que o Executivo garante uma quota mínima de 15 por cento do valor global do micro-crédito para os jovens que fazem parte do grupo dos Agentes Logísticos Rurais, com um prazo de reembolso de 45 dias. Na sua opinião, o novo modelo facilita a criação do agro-negócio, com a compra directa da produção aos camponeses e o escoamento da produção para as zonas de grande consumo.

A ministra do Comércio informou que, desde 2013, o PAPAGRO integrou 140 mil famílias camponesas e pretende atingir 300 mil, com a compra directa da sua produção.

A execução do programa alcançou resultados animadores com a comercialização de 16 mil toneladas de produtos diversos e permitiu reduzir os índices de pobreza e estabilizar os preços dos produtos agro-pecuários no mercado, referiu.

Rosa Pacavira salientou que a estratégia de descentralização do PAPAGRO apresenta um conjunto de incentivos para a expansão de canais rurais de escoamento, contando com as infra-estruturas logísticas, rodoviárias, ferroviárias, aéreas e fluviais.

Lembrou que o Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários foi criado para agregar as cooperativas e associações com grandes números de trabalhadores e de famílias e transformar os produtos através dos Centros Integrados de Microprocessamento de Alimentos, que garantem a industrialização e armazenamento de pequena escala.

A ministra destacou o papel das Centrais de Compras Agro-pecuários provinciais, com o objectivo de evitar que os camiões e outros meios rolantes sejam transformados em silos e armazéns ambulantes.

Cooperativas da Unaca

O presidente da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola (Unaca), Albano Lussati, considerou que a iniciativa do Ministério Comércio vai acelerar a produção e melhorar o escoamento dos produtos para os centros urbanos.

"Esta foi sempre a nossa ideia desde o lançamento do PAPAGRO. Hoje, assistimos a entrega simbólica dos créditos às cooperativas e esperamos que a iniciativa se estenda a todas as comunidades rurais do país", disse. Para Albano Lussati, é importante um acompanhamento às cooperativas para que continuem a beneficiar do crédito e aumentem a produção agrícola.

O responsável da Unaca disse que as cooperativas seleccionadas pelo Ministério do Comércio possuem infra-estruturas, organização aceitável e reconhecimento da organização. O Ministério do Comércio concedeu crédito a 22 cooperativas filiadas na Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola.

O presidente da Unaca quer ver melhorias nas vias de comunicação que ligam os municípios às comunas e aldeias, porque muitas cooperativas estão situadas longe das sedes municipais.

O administrador executivo do Banco Nacional de Desenvolvimento (BDA), Walter Barros, informou que existe uma linha de crédito para o sector do comércio e serviços de cinco mil milhões de kwanzas para os empreendedores.

"O BDA canaliza a linha de crédito aos bancos comerciais para atender os empreendedores que pretendam adquirir o micro-crédito", informou.

Walter Barros esclareceu que as linhas de crédito canalizadas aos bancos comerciais estão destinadas aos pequenos e médios produtores agrícolas, os quais podem beneficiar de até 630 milhões de kwanzas. "Para os projectos destinados a médias e grandes empresas dos sectores das infra-estruturas ou indústria transformadora os montantes são superiores a cinco milhões de dólares", adiantou.

2.4 A reforma legal do sistema financeiro angolano

Semanário Económico

20 De Agosto de 2015

Texto: Herlânder Diogo

1 O Decreto Legislativo Presidencial nº 54/13, de 6 de Junho:

Aprova o novo Estatuto Orgânico da CMC, regula os princípios, a natureza, a organização, as atribuições, responsabilidades e o enquadramento dos seus quadros, definindo também as matérias ligadas às suas competências na promoção e desenvolvimento do mercado de capitais. O Estatuto Orgânico da CMC representa um marco no Direito angolano dos Valores Mobiliários, na medida em que altera a organização interna inicial da instituição, ajustando-a relativamente às necessidades actuais do mercado de capitais e às atribuições que lhe são confiadas, de modo a tomar a instituição mais flexível face às mudanças constantes do mercado, através da adopção de uma estrutura de governo de matriz empresarial, quer ao nível do órgão de gestão quer ao nível do órgão de fiscalização;

2 O Decreto Legislativo Presidencial n.114/13, de 9 de Outubro:

Aprova o Regime Jurídico do Mercado Regulamentado da Dívida Pública Titulada. Estabelece, entre outros aspectos, a definição de mercados regulamentados, estabelece matérias sobre a organização e funcionamento do mercado, a admissão dos membros do mercado, bem como tem em consideração, conforme se consagra no seu preâmbulo, que a regulamentação de um mercado secundário para a dívida pública angolana é uma prioridade no actual estágio de desenvolvimento do mercado financeiro e que a Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro, sobre a Dívida Pública Directa, consagrou como opção fundamental o financiamento do Estado através de títulos de dívida, de entre os quais se destacam as obrigações e os bilhetes de tesouro;

3 Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/13, de 9 de Outubro:

Aprova o Regime Jurídico das Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários. Visa regular a actividade das sociedades corretoras e das sociedades distribuidoras de valores mobiliários que se regem pelas normas dele constantes e pelas disposições aplicáveis da Lei n.º 12/05, de 23 de Setembro - dos Valores Mobiliários e doravante da Lei n.º 12/15, de 17 de Junho - Lei de Bases das Instituições Financeiras;

4 Decreto Legislativo Presidencial n.º 6/13, de 10 de Outubro:

Aprova o Regime Jurídico das Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados e de Serviços Financeiros sobre Valores Mobiliários. Dispõe sobre a constituição, registo e controlo prudencial das referidas sociedades, realçando para o efeito o papel do Ministério das Finanças e da Comissão do Mercado de Capitais no processo de autorização e registo destas instituições que terão a tarefa de gerir os mecanismos organizados de negociação de valores mobiliários e instrumentos derivados, admitindo a emissão e a negociação dos títulos e outros instrumentos financeiros a comercializar no mercado de valores mobiliários;

5. Decreto Legislativo Presidencial n.º 7/13, de 11 de Outubro:

Aprova o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo. Dispõe sobre as normas gerais que regem os organismos de investimento colectivo "OIC", cuidando das regras que definem o processo de autorização e o funcionamento dos OIC's, bem como aquelas relativas à sua gestão, depósito, comercialização e supervisão;

6 Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/14, de 13 de Outubro:

Aprova o Regime Fiscal dos Organismos de Investimento Colectivo. Visa regular o regime fiscal aplicável aos Organismos de Investimento Colectivo sob a forma de fundos ou sociedades de investimento, que se constituam e operem de acordo com o seu regime específico, bem como o dos seus participantes.

7 Regulamento n.º 1/14, de 31 de Janeiro, da CMC, sobre os Peritos Avaliadores de Imóveis de OIC's Imobiliários:

Estabelece as condições para o exercício da actividade de peritos avaliadores de imóveis dos

organismos de investimento colectivo imobiliários, previstos no Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo, aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 7/13, de 11 de Outubro;

8 Regulamento n.º 2/14, de 30 de Outubro, da CMC, sobre o Mercado Regulamentado da Dívida Pública Titulada:

Visa disciplinar o exercício da actividade dos Mercados regulamentados, nomeadamente ao que se refere ao tipo de mercado, operações, comunicações e suspensões, a autorização e registo destas entidades, as operações fora do mercado e os instrumentos derivados e operações de fomento de mercado, de modo a concretizar o Decreto Legislativo Presidencial n.º 4/13, de 9 de Outubro, sobre o Mercado Regulamentado da Dívida Pública Titulada (MRDPT);

9 Regulamento n.º 3/14, de 30 de Outubro, da CMC, sobre as Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados e de Serviços Financeiros sobre Valores Mobiliários:

Estabelece regras de constituição e funcionamento das Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados e de Serviços Financeiros sobre Valores Mobiliários, bem como as regras técnicas que possibilitam um melhor acompanhamento das mesmas. Vem concretizar o Decreto Legislativo Presidencial n.º 6/13, de 10 de Outubro de 2013;

10 Regulamento n.º 4/14, de 30 de Outubro, da CMC, sobre os Organismos de Investimento Colectivo:

Estabelece as regras técnicas necessárias para o funcionamento dos Organismos de Investimento Colectivo (OIC), concretiza a remissão que decorre do artigo 182º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 7/13, de 11 de Outubro, sobre o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo;

11 Regulamento n.º 1/15, de 15 de Maio, da CMC, sobre os Agentes de Intermediação e Serviços de Investimento:

Regula o processo de autorização para constituição e de registo dos agentes de intermediação, os deveres jurídicos aplicáveis à sua actividade, a organização destes e a respectiva supervisão e o exercício da actividade por correspondente;

12 Regulamento n.º 2/15, de 15 de Maio, da CMC, sobre os Auditores Externos:

Estabelece os requisitos de registo e as regras a observar pelas empresas de auditoria legalizadas e

estabelecidas em Angola, que pretendam exercer a sua actividade no mercado de valores mobiliários, bem como a obrigação de auditoria da informação financeira;

13 Regulamento n.º 3/15, de 15 de Maio, da CMC, sobre os Repositórios de Transacções:

Estabelece as regras relativas ao registo e supervisão de repositórios de transacções e aos deveres de informação a prestar no âmbito de operações sobre instrumentos derivados.

Conclusão

O presente texto, divulgado em quatro edições, não pretendeu ser exaustivo sobre a matéria, até porque a reforma legal do sistema financeiro está na sua fase embrionária. Procurou -se apenas destacar aqueles elementos mais marcantes, numa perspectiva do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados, num cenário em que se aguarda, à qualquer momento, a publicação do Código dos Valores Mobiliários que, juntamente com a Lei de Bases das Instituições Financeiras "LBIF", são os pilares do sistema financeiro nacional.

Tanto a DF revista como o CVM espelham o alinhamento necessário entre a visão do executivo angolano e os passos necessários para implementação do mercado de valores mobiliários e instrumentos

derivados em Angola. Um mercado que se pretende adaptado à realidade angolana, activo, desenvolvido, propiciando não somente fontes alternativas de financiamento e capitalização do Estado e das empresas, como também a rentabilização das poupanças das famílias e a geração de oportunidades de constituição e desenvolvimento das empresas que actuam nos mais variados sectores da actividade económica nacional. Um mercado, contudo, em conformidade com os princípios e normas internacionalmente aceites e coerentes de regulação e supervisão, com intuito de proteger os investidores, manter os mercados justos, eficientes e transparentes. Os demais diplomas referenciados e que fazem parte deste grande processo de criação e adequação normativa espelham já, na sua maioria, o pensamento acima adiantado.

Porém, como já referido, o trabalho apenas começou, pois, tanto a LBIF como o CVM vão exigir, para a sua regulamentação, uma produção normativa de tal forma intensa, cujo fim último é dotar o sistema de regulação e supervisão financeira dos instrumentos tecnicamente mais avançados, de formas a procurar assegurar a estabilidade e robustez do sistema financeiro como um todo.

2.5 Banco sol abre agência no Panguila

Folha 8

21 De Agosto de 2015

Texto De António Neto e Garcia

Mayamona

O presidente do Conselho de Administração do Banco Sol (BS), Coutinho Nobre Miguel, inaugurou uma nova agência no mercado do Panguila, município do Dande, província do Bengo, visando apoiar as micros e pequenas empresas, bem como pessoas singulares com iniciativa na área do empreendedorismo. Numa primeira fase, a instituição financeira tem disponível o pacote Sol Crescimento 2015/2016, avaliado em 10 milhões de dólares, inserido, segundo Coutinho Nobre Miguel no Programa de expansão do banco e de combate à pobreza, a fome e ao desemprego, sobretudo no seio da juventude.

O banqueiro garantiu que vai continuar a abrir novos balcões e a trabalhar na estratégia de crescimento, oferecendo sempre os melhores serviços à população.

Por sua vez, o vice-governador da província do Bengo, Domingos Guilherme, agradeceu o gesto do Banco Sol cuja iniciativa vai ajudar as pessoas da área a diversificar a economia da província, permitindo um rápido desenvolvimento das circunscrições.

O Banco Sol conta até ao momento com 176 balcões em todo país.

2.6 Crédito mal parado tem taxa elevada

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2015

Texto: Domingos Mucuta

A taxa de reembolso dos créditos concedidos pelo Balcão Único do Empreendedor (BUE) na província da Huila chegou a 19 por cento, disse no Lubango a chefe do Departamento de Fomento de Micro, Pequenas e Médias Empresas do Ministério da Economia, Isabel Cipriano.

"A taxa de reembolso dos créditos concedidos pelos balcões únicos de empreendedores na província da Huila é de 19 por cento e isto significa que em cada 100 empréstimos concedidos 19 empreendedores

estão a reembolsar os valores", admitiu Isabel Cipriano, à margem de uma visita que o ministro da Economia, Abraão Gourgel, efectuou aos balcões únicos de empreendedores do Lubango e Chibia.

Cultura da amortização

A cultura de amortização dos créditos por parte dos micro-empresários "é ainda fraca", devido a insuficiências na gestão de negócios, disse Isabel Cipriano.

"A formação dos empreendedores sobre técnicas de gestão de pequenos fundos recebidos a título de empréstimo deve ser incentivada, para aumentar a cultura de reembolso dos créditos", notou Isabel Cipriano.

Sem precisar o valor global do crédito malparado a nível do país, Isabel Cipriano informou que o universo de beneficiários do programa de apoio aos micro-empresários ronda actualmente 27 mil empreendedores. Inicialmente, referiu Isabel Cipriano, cada beneficiário recebia o valor de 700 mil kwanzas, mas, acrescentou, agora o valor atribuído, a título de empréstimos a cada empreendedor, ronda os 375 mil kwanzas. "A cultura do reembolso é fraca, porque muitos empreendedores ainda pensam que o valor recebido é uma oferta. Falta sensibilização. Estamos a reajustar o programa de apoio a pequenos negócios, no sentido de conferir aos candidatos

sustentabilidade e melhorar a responsabilidade", explicou Isabel Cipriano. Um maior diálogo entre beneficiários de créditos e bancos, para um ambiente de reestruturação dos financiamentos, sobretudo os que resultam em incumprimentos ou que decorram de atrasos provocados pela actual conjuntura económica, foi defendido pelo ministro da Economia.

2.7 'Angola Investe' Sob efeitos da crise económica na Huíla

Jornal O País

14 De Agosto de 2015

O empresário fez estas declarações no final de um encontro que a classe empresarial manteve com o ministro da Economia, Abraão Gourgel, tendo sido este, um dos assuntos discutidos.

Para Paulo Gaspar, a impossibilidade das transferências bancárias para o exterior tem-se

mostrado um grande empecilho para desenvolver a actividade empresarial.

Referiu que um outro problema está relacionado com a desvalorização do Kwanza face ao dólar norte-americano, facto que, segundo afirmou, está a prejudicar os empresários junto aos bancos já que estes continuam a indexar o valor inicial da aprovação dos projectos ao valor actual da moeda estrangeira no mercado.

O presidente da AAPCIL, mostrou-se satisfeito com os resultados do encontro, sobretudo depois de ter recebido explicações do governante segundo as quais é possível, nalguns casos, reestruturar o crédito e noutros, solicitar um reforço na eventualidade de não se ter atingido o valor global do financiamento, avaliado ao equivalente a USD 5 milhões.

A província da Huíla possui, no âmbito do programa "Angola Investe", um total de 26 projectos, sendo que destes, 15 já receberam ou estão em fase de financiamento, segundo revelou Paulo Gaspar.

"Creio que dentro de dois meses alguns problemas aqui levantados estarão resolvidos", concluiu o líder da classe de empresários da região, que sustentou o seu optimismo com as garantias de Abraão Gourgel de que tinha tomado nota das preocupações colocadas pelos empresários.

O titular da pasta da Economia disse que os problemas suscitados pelos empresários, no quadro do programa "Angola Investe", são consequências do momento difícil do país e não do programa em si que, de acordo com as suas palavras, podem ser ultrapassados com diálogo e encontros como o que acabava de ter com os empresários locais.

Abraão Gourgel, apelou para a existência de mais diálogo entre os empresários e a banca como meio de se encontrarem, em situações pontuais, as melhores formas de se reestruturar os créditos, sobretudo perante a existência de incumprimentos causados pelo actual momento difícil em que está mergulhado o país. Notou que são visíveis as dificuldades de importação' por exemplo, de maquinarias, mas reiterou que é fundamental a manutenção do diálogo com a banca e, se necessários for, com a intervenção do Ministério da Economia através do Instituto Nacional de Apoio as Pequenas Médias Empresas, (IAPEM).

O ministro da Economia disse ter constatado com agrado na Huíla, apesar dos empecilhos levantados pelos empresários, o surgimento de empresas de raiz que ao abrigo do Angola Investe, estão a produzir e

empregar pessoas e, por via disto, " a ajudar famílias a viver melhor".

2.8 Lei do Arrendamento Urbano

Jornal Economia e Finanças
21 De Agosto de 2015

Foi aprovada em definitivo, na quarta-feira, 12 de Agosto do corrente ano, pela Assembleia Nacional, a Lei do Arrendamento Urbano, que, grosso modo, vai substituir a Lei do Inquilinato, cujo foco de regulação incide essencialmente sobre o arrendamento dos prédios urbanos.

A Lei do Inquilinato, datada de 1961, enfrentou várias peripécias na sua aplicabilidade prática em Angola, resultado de um lado, da escassez de imóveis objectos de arrendamento e a consequente pressão habitacional e, do outro lado, da ineficácia de garantias do Estado para combater as práticas abusivas. Estes dois factores, associados a tantos outros, tornaram a referida lei que está na eminência de cessar, numa (quase) letra morta.

Neste contexto, a (nova) Lei do Arrendamento Urbano surgiu como uma forma de chamar atenção à sociedade para disciplina das relações jurídicas que se operam no mercado imobiliário, em geral, e nas práticas dos contratos de arrendamento, em particular.

Dentre as novidades que têm presidido as discussões desta lei nova, até chegar à aprovação pelo Parlamento, destacam-se, fundamentalmente, a proibição das cobranças das rendas em dólares, ou mais precisamente em moeda estrangeira e a impossibilidade da convenção de antecipação das rendas, pelo menos até seis meses.

Em boa verdade, a anterior ainda em vigor -Lei do inquilinato - já orienta nesse sentido. No seu artigo 23, número 1, a lei em referência (já) proíbe a fixação da renda em moeda estrangeira. Outrossim, o artigo 27, números 1 e 2 da Lei do Inquilinato mais o artigo 1.091 do Código Civil proibem a antecipação da renda em período superior a um mês.

Corno se pode deprender acima, já há muitos longos anos a questão da preferência das rendas em moeda estrangeira tinha sido acautelada e a declaração de ambas as partes contratantes em realizar a

antecipação das prestações de rendas mensais antecipadas tinha sido limitada somente para até um mês. A nova lei vem, no entanto, alargar ainda mais este prazo, fixando-o num limite de seis meses, o que, sem dúvida alguma, irá fazer pesar o bolso do arrendatário, também conhecido como inquilino, que, diga-se de passagem, ainda é o elo mais fraco do contrato de arrendamento, pelo menos para a nossa realidade.

Não é de desconsiderar-se, pois, o acento tónico desta reforma do arrendamento urbano deveria ter sido colocado nos mecanismos de tutela controlo para cumprimento execução das normas que a Lei do Inquilinato já plasma(va), atendendo à prática social já sobejamente conhecida.

Se nos fosse permitido fazer um juízo de valor à Lei do Inquilinato e a algumas disposições do Código Civil referentes à matéria do contrato de arrendamento, diríamos ainda que tímida e holograficamente, que o regime jurídico angolano do arrendamento não é, em si, mau. Aliás, o simples carácter antiquado da lei e outras questões (algumas de carácter processuais) não poderiam forçar a substituição das "boas" normas que o regime jurídico (antigo) fixou.

De resto, não é de ignorar-se a boa intenção do legislador proponente em instituir um regime jurídico novo, embora reconhecesse que "não se tratando de aspectos nucleares, eles podem alterar aspectos estruturais do arrendamento urbano, facilitando a dinamização do mercado da habitação", como se pode ler na nota preambular da proposta de Lei do Arrendamento Urbano.

Num olhar mais social da Lei do Arrendamento Urbano, é possível reconhecer a preocupação do Estado em dar outro rumo à visão redutora da política de habitação em Angola nos dias de hoje, ou até mesmo da praxis imobiliária. "Em termos de política de habitação, é mister que o arrendamento se afigure como uma alternativa eficaz à aquisição de casa própria" - remata o preâmbulo da Lei do Arrendamento Urbano.

2.9 Ministério do Comércio lança microcrédito para dinamizar PAPAGRO

Jornal Agora

21 De Agosto de 2015

O financiamento foi disponibilizado para atender aos agentes logísticos rurais a nível nacional, mas o pontapé foi dado em Luanda.

Constituídos em cooperativas de camponeses, os beneficiários são vistos como a nova figura do PAPAGRO, que tem a missão de transportar a produção agrícola em veículos concedidos pelo Ministério do Comércio para os centros de processamento localizados nas zonas urbanas e para as redes de distribuição.

Às cooperativas do Centro de Logística e Distribuição (CLOD) de Viana, a titular do Comércio entregou cheques simbólicos do Banco de Poupança e Crédito (BPC), como banco operador deste programa de micro-crédito, cifrados entre 500 mil kwanzas e 1 milhão de kwanzas, assim como camiões para o transporte dos produtos agrícolas para os centros integrados de microprocessamento de alimentos.

A medida, segundo a ministra, é a resposta de dinamização do PAPAGRO.

Acompanhada dos ministros da Economia, Abraão Gourgel, da Energia e Águas, João Baptista Borges, o secretário de Estado da Agricultura, Amaro Tati, e altos responsáveis do Governo, Rosa Pacavira acredita que, com o dinheiro, a cadeia poderá estar mais próxima dos cidadãos e prometeu corrigir as falhas registadas no início do programa.

Os cheques foram entregues às cooperativas e associações Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Adra), Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola (Unaca), Associação de Apoio aos Combatentes das ex-FAPLA (Ascofa), Associação Industrial de Angola (AIA) e o Instituto de Pesca Artesanal (IPA).

O Ministério do Comércio, avançou, criou a figura dos Agentes Logísticos Rurais para garantir produtos agrícolas de qualidade às redes de supermercados e outros estabelecimentos comerciais, através dos centros de logística.

"Este novo modelo contempla um canal de escoamento de produtos agro-pecuários, servindo de instrumento facilitador para os Agentes Logísticos Rurais certificados, que vão operacionalizar o PAPAGRO a nível das províncias e municípios", explicou.

No novo modelo de gestão da rede de logística, a ministra destacou que o Executivo garante uma quota mínima de 15% do valor global do microcrédito para os jovens que fazem parte do grupo dos Agentes Logísticos Rurais, com um prazo de reembolso de 45 dias.

Entende, igualmente, que a medida adoptada permitirá o desenvolvimento do agronegócio, com a compra directa da produção aos camponeses e o escoamento da produção para as zonas de grande consumo.

Quanto às realizações, destacou que, em 2013, o PAPAGRO integrou 140 mil famílias camponesas e pretende atingir 300 mil, com a compra directa da sua produção.

"Os resultados são animadores e foram comercializados 16 mil toneladas de produtos diversos e permitiu reduzir os índices de pobreza e estabilizar os preços dos produtos agro-pecuários no mercado", referiu.

Criticado por uns e apoiado por outros, o PAPAGRO, de acordo com a governante, com a nova estratégia da descentralização, criaram-se vários incentivos para a expansão de canais rurais de escoamento, contando com as infra-estruturas logísticas, rodoviárias, ferroviárias, aéreas e fluviais.

O Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários, continuou, foi criado para agregar as cooperativas e associações com grandes números de trabalhadores e de famílias e transformar os produtos através dos Centros Integrados de Microprocessamento de Alimentos, que garantem a industrialização e o armazenamento em pequena escala.

As Centrais de Compras Agro-pecuárias provinciais são o exemplo e têm por objectivo evitar que os camiões e outros meios rolantes sejam transformados em silos e armazéns ambulantes.

Com o novo plano de gestão do PAPAGRO, revelou o presidente da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola (Unaca), Albano Lussati, a iniciativa do Ministério do Comércio vai acelerar a produção e melhorar o escoamento dos produtos para os centros urbanos.

Referiu, igualmente, que "esta foi sempre a nossa ideia desde o lançamento do PAPAGRO. Assistimos à entrega simbólica dos créditos às cooperativas e esperamos que a iniciativa se estenda a todas as comunidades rurais do País".

Albano Lussati considerou importante um acompanhamento às cooperativas, para que continuem a beneficiar do crédito e aumentem a produção agrícola, no sentido de aumentar o rendimento dos associados e garantir a alimentação para milhares de famílias.

As cooperativas seleccionadas pelo Ministério do Comércio, referiu, possuem infra-estruturas, organização aceitável e reconhecimento da organização.

O Ministério do Comércio concedeu crédito a 22 cooperativas filiadas na Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola.

Já o administrador executivo do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), Valter Barros, anunciou a existência de uma linha de crédito para o sector do comércio e serviços de 5 mil milhões de kwanzas (cerca de 5 milhões de dólares) para os empreendedores.

"O BDA canaliza a linha de crédito aos bancos comerciais para atender aos empreendedores que pretendam adquirir o micro-crédito", fez saber, tendo avançado que as linhas de crédito canalizadas aos bancos comerciais estão destinadas aos pequenos e médios produtores.

2.10 Afinal o Banco Sol não “engorda” as kinguilas do Maculusso.

Jornal Grandes Notícias

21 De Agosto de 2015

Texto: António Andre

Na última segunda-feira 17, estivemos com o Presidente do Conselho de Administração (PCA) do Banco Sol, Dr. Coutinho Nobre Miguel, que nos mostrou os mapas e os compromissos que o banco tem para com os seus clientes que, para comprarem as notas de USD devem ter um comprovativo para conseguir obter as divisas. Para satisfazer a necessidade dos seus clientes o Banco recebe muito pouco do Banco Nacional de Angola para satisfazer os seus clientes.

Aqui ficam as nossas sinceras desculpas ao colectivo de trabalhadores, clientes e em particular a pessoa do seu PCA, Dr. Coutinho Nobre Miguel. Temos consciência dos danos causados a si e a instituição que doutamente dirige, com a informação veiculada por este semanário, na sua edição do dia 14 de Agosto de 2015, sob o título «Banco Sol Engorda kinguilas do Maculusso»

Em busca da verdade, e porque ela pauta a nossa actividade, na base da isenção, ética e deontologia profissional, responsabilidade e objectividade, contactada a Direcção do Banco Sol, e obtidos os mapas de gestão de liquidez, mapas de compras e vendas de divisas e notas, obtivemos a informação plausível, rigorosa e tecnicamente suportada por elementos que, reprovam a informação por nos veiculada. Por estas razões, reiteramos publicamente, as nossas sinceras desculpas ao mesmo tempo que felicita a direcção do Banco Sol pelos elevados níveis de controlo, rigor e de acompanhamento da gestão dos recursos cambiais. Alias, a inequívoca solidez financeira do Banco, a julgar pelos seus rácios de solvabilidade, eficiência, resultados líquidos e o seu firme posicionamento no mercado, devem orgulhar cada um de nós.

Nas vendas do mercado, primeiro a banca comercial, no que toca ao Banco Sol, verificamos através dos documentos a que tivemos acesso que esta instituição tem cumprido com as orientações do banco nacional de Angola, concerne a gestão das divisas e, para a sua obtenção, tem de forma transparente e rigorosa como orienta as políticas do Executivo no e a venda de divisas dos bancos.

O seu presidente Coutinho Nobre Miguel considerou que a gestão do banco que dirige tem sido positiva, «demonstrando os resultados do banco ao longo da sua criação e da sua actividade no país. E estamos nas 18 provinciais dos países e, também estamos nos municípios e nas comunas e antes éramos um banco de micro crédito e, agora, estamos a caminhar para um banco de referência nacional.

Nesta sexta-feira, 21, vamos inaugurar mais dois balcões em Luanda, um no município de Belas e o outro no Cazenga», disse. Podemos notar que o Banco Sol tem gerado uma mais valia quer para os accionistas, quer para os funcionários e promoveu também a concorrência no mercado, que conta com mais de dez bancos comerciais. Mais uma vez, as nossas sinceras desculpas e, o extensivo ao público leitor deste semanário.

2.11 Ministério do Comércio lança microcrédito para dinamizar PAPAGRO

Jornal Agora

21 De Agosto de 2015

O financiamento foi disponibilizado para atender aos agentes logísticos rurais a nível nacional, mas o pontapé foi dado em Luanda.

Constituídos em cooperativas de camponeses, os beneficiários são vistos como a nova figura do PAPAGRO, que tem a missão de transportar a produção agrícola em veículos concedidos pelo Ministério do Comércio para os centros de processamento localizados nas zonas urbanas e para as redes de distribuição.

Às cooperativas do Centro de Logística e Distribuição (CLOD) de Viana, a titular do Comércio entregou cheques simbólicos do Banco de Poupança e Crédito (BPC), como banco operador deste programa de microcrédito, cifrados entre 500 mil kwanzas e 1 milhão de kwanzas, assim como camiões para o transporte dos produtos agrícolas para os centros integrados de microprocessamento de alimentos.

A medida, segundo a ministra, é a resposta de dinamização do PAPAGRO.

Acompanhada dos ministros da Economia, Abraão Gourgel, da Energia e Águas, João Baptista Borges, o secretário de Estado da Agricultura, Amaro Tati, e altos responsáveis do Governo, Rosa Pacavira acredita que, com o dinheiro, a cadeia poderá estar mais próxima dos cidadãos e prometeu corrigir as falhas registadas no início do programa.

Os cheques foram entregues às cooperativas e associações Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Adra), Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola (Unaca), Associação de Apoio aos Combatentes das ex-FAPLA (Ascofa), Associação Industrial de Angola (AIA) e o Instituto de Pesca Artesanal (IPA).

O Ministério do Comércio, avançou, criou a figura dos Agentes Logísticos Rurais para garantir produtos agrícolas de qualidade às redes de supermercados e outros estabelecimentos comerciais, através dos centros de logística.

"Este novo modelo contempla um canal de escoamento de produtos agro-pecuários, servindo de instrumento facilitador para os Agentes Logísticos Rurais certificados, que vão operacionalizar o PAPAGRO a nível das províncias e municípios", explicou.

No novo modelo de gestão da rede de logística, a ministra destacou que o Executivo garante uma quota mínima de 15% do valor global do microcrédito para os jovens que fazem parte do grupo dos Agentes Logísticos Rurais, com um prazo de reembolso de 45 dias.

Entende, igualmente, que a medida adoptada permitirá o desenvolvimento do agro-negócio, com a compra directa da produção aos camponeses e o escoamento da produção para as zonas de grande consumo.

Quanto às realizações, destacou que, em 2013, o PAPAGRO integrou 140 mil famílias camponesas e pretende atingir 300 mil, coma compra directa da sua produção.

"Os resultados são animadores e foram comercializados 16 mil toneladas de produtos diversos e permitiu reduzir os índices de pobreza e estabilizar os preços dos produtos agro-pecuários no mercado", referiu.

Criticado por uns e apoiado por outros, o PAPAGRO, de acordo com a governante, com a nova estratégia da descentralização, criaram-se vários incentivos para a expansão de canais rurais de escoamento, contando com as infra-estruturas logísticas, rodoviárias, ferroviárias, aéreas e fluviais.

O Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários, continuou, foi criado para agregar as cooperativas e associações com grandes números de trabalhadores e de famílias e transformar os produtos através dos Centros Integrados de Microprocessamento de Alimentos, que garantem a industrialização e o armazenamento em pequena escala.

As Centrais de Compras Agro-pecuárias provinciais são o exemplo e têm por objectivo evitar que os camiões e outros meios rolantes sejam transformados em silos e armazéns ambulantes .

Com o novo plano de gestão do PAPAGRO, revelou o presidente da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola (Unaca), Albano Lussati, a iniciativa do Ministério do Comércio vai acelerar a produção e melhorar o escoamento dos produtos para os centros urbanos.

Referiu, igualmente, que "esta foi sempre a nossa ideia desde o lançamento do PAPAGRO. Assistimos à entrega simbólica dos créditos às cooperativas e esperamos que a iniciativa se estenda a todas as comunidades rurais do País".

Albano Lussati considerou importante um acompanhamento às cooperativas, para que continuem a beneficiar do crédito e aumentem a produção agrícola, no sentido de aumentar o rendimento dos associados e garantir a alimentação para milhares de famílias.

As cooperativas seleccionadas pelo Ministério do Comércio, referiu, possuem infra-estruturas, organização aceitável e reconhecimento da organização.

O Ministério do Comércio concedeu crédito a 22 cooperativas filiadas na Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola.

Já o administrador executivo do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), Valter Barros, anunciou a existência de uma linha de crédito para o sector do comércio e serviços de 5 mil milhões de kwanzas (cerca de 5 milhões de dólares) para os empreendedores.

"O BDA canaliza a linha de crédito aos bancos comerciais para atender aos empreendedores que pretendam adquirir o micro-crédito", fez saber, tendo avançado que as linhas de crédito canalizadas aos bancos comerciais estão destinadas aos pequenos e médios produtores.

2.12 Tunga Ngó: Por aqui entrou a imigração norte

Jornal O País

21 De Agosto de 2015

Texto: André Mussamo

O Tunga oferece em abundância apenas carvão e úcua, um magro cardápio para um local que já chegou

a ser o ponto de abastecimento até para restaurantes e unidades hoteleiras.

De produtos do campo, seu antigo forte, quase já não se vê nada, dizem os vendedores, que agora a mercadoria proveniente do norte é descarregada no mercado do Km 30, arredores do município de Viana.

Calcula-se aos milhares as almas que por este ponto entraram metrópole adentro depois da independência. Na memória dos protagonistas restam lembranças de um tempo auro em que se misturavam o fervor revolucionário, a progressão da guerra fratricida e a evolução da prodigiosa candonga, à época crime de lesa-pátria, mas que arditamente sobreviveu ao combate cerrado que sempre lhe foi declarado.

Na língua nacional Quimbundo Tunga Ngó quer dizer "constrói só". É um emblemático mercado surgido com o musseque que começou a ser erguido ainda no período colonial sob designação de Reordenamento da Comissão do Rangel.

A Comissão do Rangel, como passou a ser abreviadamente chamado o novo bairro, é composto por 27 arruamentos principais, e casas rústicas destinadas pela autoridade colonial aos nativos.

Rua 11: acesso direito a paragem dos musseques

A rua 11 ficou mais conhecida que as outras, porque era o caminho direito para a estação ferroviária dos Musseques, uma rota obrigatória de muitos comerciantes e quitadeiras da época, que todos os dias eram assíduos visitantes mesmo sob risco de assaltos protagonizados por famosos larápios que também no Tunga "ganhavam a vida".

O motivo da quase interminável romaria de luandenses à Paragem dos Musseques, não era outro, senão à caçados apetecíveis produtos escoados das zonas agrícolas à Norte do país, particularmente através do famoso comboio de Malanje.

Gonçalves, um veterano na zona, hoje na casa dos 60 anos de idade, chegou ao bairro Rangel em 1971 proveniente de Nambuanguo e viu o Tunga gó, ou seja o Reordenamento da Comissão do Rangel, a ser erguido. Conta que o bairro já foi cenário de famosos e temidos bandidos, palco de venda de diamantes e estupefacientes e um célebre restaurante de "comes e bebes" visitado por clientes vindos dos quatro cantos de Luanda.

"Muitas pessoas vinham ao Tunga só para se divertir, outros para roubar, outros mais à procura de emprego temporário ou de meninas bonitas. O

Tunga era uma verdadeira feira", lembra Gonçalves. O ancião, guarda na memória lembranças de toda ordem desde boas e más, conta romances, revela amores e desencantos, histórias de fortunas e desgraças, mitos e feitiço, sonhos e lendas, à volta do Tunga e a famosa Paragem (estação) dos Musseques. Pelo Tunga Ngó Tunga Ngó não entraram apenas pessoas. O mercado era o grande ponto de abastecimento de produtos agrícolas provenientes do celeiro agrícola em que se tinha convertido a região norte e leste do país com o bom no campo.

No Tunga vendeu-se de tudo um pouco

Sacos de bombó, milho, ginguba, verduras, fruta e paradoxalmente produtos manufacturados, como óleo alimentar sabão e açúcar, que adquiridos a preços acessíveis na rede do Comércio Interno através de um sistema de economia planificada voltavam às escondidas à capital do país para serem revendidos na candonga, ou seja a preços especulativos numa Luanda já com maior poder de compra, tal era o crescimento demográfico.

Contam os moradores e veteranos vendedores do Tunga que do norte viram chegar de tudo um pouco desde o óbvio ao inusitado. Veio, desde a "loirinha", a marca de cerveja da vila do Dondo, à grandes quantidades de estupefaciente, diz-se desde as férteis terras da palanca Negra.

Também vieram garrações de caporoto, a aguardente de fabrico caseiro que muitos chamavam "das ponteiras".

No mesmo frenesim da época, também vieram jovens aventureiros que acreditando no sonho de melhor vida na capital do país, aqui se instalaram e nunca mais voltaram as terras de origem. A fama do Tunga Ngó, que antes também já se chamou Mercado das Corridas, estendeu-se por centenas de quilómetros, particularmente na região norte e leste.

Moreno, veio de Cangandala (Malanje), Carlos Mendes da Caculo Cabaça (Cuanza-Norte), Nduanina do Maquela do Zombo (Uíge) e Maria Ramos de Camabatela (Cuanza-Norte). Hoje vizinhos no Tunga, ambos tem em comum o facto de já terem passado dos 50 anos de idade, terem constituído família, e continuarem a ser moradores do emblemático lugar da urbe luandina.

Ambos vieram a Luanda à procura do eldorado de que tanto se falava nas suas terras de origem. "Aquele tempo, quando um conterrâneo regressasse de Luanda era como que uma estrela, todos queríamos falar com ele para saber mais da capital.

Todos os dias a juventude no mato sonhava com a vinda à Luanda".

Os carros provenientes do Luena, Saurimo, Malanje, Uíge, Ndalatando, Dondo, Calulo, Negage, Camabatela, Gulungo-Alto e outras localidades da região, não tinham outro ponto de descarga e desembarque de passageiros senão a famosíssima Paragem do Tunga Ngó.

2.13 Banco Sol abre linha de crédito

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2015

Texto: Natacha Roberto

O Banco Sol lançou sexta-feira em Luanda uma nova linha de crédito de cinco mil milhões de kwanzas para apoiar as micro, pequenas e médias empresas com projectos de investimento imediato.

A administradora executiva do Banco Sol, Carla Van-Dúnem, anunciou que a nova linha de crédito, denominada "Sol empreendedorismo 2015", foi criada com o objectivo de tornar os serviços bancários mais próximos da comunidade e reduzir a burocracia de acesso aos empréstimos.

Cada Van-Dúnem anunciou a linha de crédito depois de inaugurar uma agência do Banco Sol no distrito do Cazenga, no bairro Tala-Hadi, e afirmou que a concessão de novos financiamentos vai imprimir uma nova dinâmica à classe empresarial.

"Nestes 14 anos de existência do Banco Sol, decidimos lançar o produto no Cazenga e depois expandir a todo o país, para satisfazer os nossos clientes, que são o maior capital", realçou.

O subdirector de pequenas e médias empresas do Banco Sol, Viriato Capita, informou que a linha de crédito está destinada aos sectores de restauração, saúde, comércio a grosso e a retalho.

"Criámos um intervalo de taxas em função do risco da actividade que varia de 14 a 16 por cento e um prazo de reembolso de 36 meses ainda negociável", disse.

A directora de crédito do Banco Sol, Eliana Matondo, informou que, no total, a carteira de empréstimos da instituição está orçada em 800 milhões de dólares (100,8 mil milhões de kwanzas). Os desembolsos para o Angola Investe atingiram 20

milhões de dólares (2.520 milhões de kwanzas), com perspectivas de aumentar para 42 milhões (5.292 milhões de kwanzas).

Além disso, anunciou Eliana Matondo, o Banco Sol beneficiou de uma nova linha de crédito do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) para conceder cinco milhões de dólares (630 milhões de kwanzas) aos empreendedores agrícolas. O administrador adjunto do distrito do Cazenga, José Bastos de Oliveira, informou que o balcão satisfaz a comunidade, que doravante pode efectuar os pagamentos e realizar operações sem constrangimentos.

O Banco Sol mantém a carteira de crédito aprovada para o período de 2012 a 2015, avaliada em 750 milhões de dólares (94,5 mil milhões de kwanzas), cerca de cem milhões (126 mil milhões de kwanzas) concedidos ao longo de 2015, afirmou quinta-feira o presidente do conselho de administração da instituição. Coutinho Nobre Miguel considerou que a diversificação da economia só vai ser efectiva se a banca desempenhar o seu papel de catalisadora do crescimento e do desenvolvimento económico do país e que "quanto maior for [a diversificação], maior será a capacidade dos bancos de captar liquidez e obter rendimentos".

O presidente do conselho de administração afirmou ser fundamental apostar em micro, pequenas e médias empresas, que são os eixos estratégicos para contornar a crise económica, ao contrário das grandes empresas, que são mais abaladas.

2.14 Banco Sol disponibiliza 5 milhões de kwanzas para PME'S

Jornal Semanário Económico

27 De Agosto de 2015

Texto: Camilo Lemos

Os pequenos empreendedores que operam nos sectores das Pescas, Comércio geral, Transportes, Farmacêuticos, Agrícolas contam, há uma semana, com uma linha de crédito para financiar os seus projectos.

Trata-se do "Sol Empreendedorismo 2015", lançado pelo Banco Sol, com plafond de cinco mil milhões de kwanzas, cujas condições acesso passam pela apresentação de "um pequeno projecto de negócios devidamente estruturado e com áreas especificamente identifica das ". De acordo com informação o presidente do Conselho de Administração do Banco, a linha de crédito fixa taxas de juros entre 14 e 15 por

cento, dependendo do risco de cada actividade e com prazo de reembolso de 36 meses negociáveis.

"O projecto é de âmbito nacional e com maior incidência para as zonas periurbanas e rurais. Está a ter uma aderência bastante grande sobretudo nos distritos da Maianga e Ingombota e municípios de Cazenga e Cacuaco", disse Coutinho Nobre Miguel ao SEMANÁRIO ECONOMICO.

Segundo o gestor, "Sol Empreendedorismo 2015" enquadra-se na estratégia do banco que visa combater o desemprego, sustentar a diversificação da economia, bem como a redução da pobreza e combate à fome. Coutinho Miguel anunciou o lançamento de mais uma linha de crédito dirigido às grandes empresas até ao final do ano.

Disse que a nova linha de crédito abrangerá todos os sectores da economia sendo que, até ao momento, encontra-se em análise e avaliação técnica e só depois poderão ser divulgadas todas as informações relacionada com a mesma.

O banco Sol tem no mercado 12 produtos de microcréditos em curso. Desse conjunto destaca-se, o sector do Comércio de bebidas, roupas, electrodomésticos e o sector Pesqueiro no Porto Amboim, província do kwanza-Sul, dirigido exclusivamente às mulheres.

Primeira agência no Cuando Cubango

O Banco Sol abre no próximo dia 1 de Setembro, o seu primeiro balcão no município de Menongue, província do Cuando Cubango, num investimento de um milhão e 250 mil dólares americanos.

O empreendimento, construído de raiz, proporcionará 14 postos de trabalho, oito dos quais para técnicos especialistas em banca e seis para os serviços gerais, todos residentes locais, segundo informações do seu PCA, Coutinho obre Miguel.

O Presindete do Conselho de Administração do banco Sol assegurou que, apesar da actual conjuntura financeira, o Banco Sol mantém - se fiel à sua agenda comercial, expansão, crescimento e afirmação no mercado. Depois da inauguração da nova agência, o Banco Sol contará com 170 agências em todo país.

2.15 Banco Sol apoia iniciativas empresariais

Jornal Agora

28 De Agosto de 2015

O Banco Sol lançou, recentemente, uma nova linha de crédito de cinco mil milhões de kwanzas (40 milhões de dólares) para apoiar as micro pequenas e medias empresas com projectos de investimento imediato.

De acordo com a administradora executiva da instituição, Carla Van-Dunem, a nova linha de crédito, denominada 'Sol empreendedorismo 2015', foi criada com o objectivo de aproximar os serviços bancários da comunidade e reduzir a burocracia de acesso aos empréstimos.

O subdirector de pequenas e médias empresas do Banco Sol, Viriato Capita, informou que a linha de crédito esta reservada aos sectores de restauração, saude, comércio par grosso e a retalho. A directora credito da mesma empresa, Eliana Matondo, informou que, no total, a carteira de empréstimos da instituição esta orçada em 800 milhões de dólares (100,8 mil milhões de kwanzas), tendo os desembolsos para o 'Angola Investe' atingido 20 milhões de dólares (2520 milhões de kwanzas), com perspectivas de aumentar para 42 milhões de dólares (5292 milhões de kwanzas).

"O Banco Sol tem uma carteira de credito aprovada de 750 milhões de dólares (94,5 mil milhões de kwanzas) para o período de 2012 a 2015, tendo cerca de 100 milhões de dólares (126 mil milhões de kwanzas) sido concedidos desde o inicio do ano", afirmou, na ocasião, o presidente da instituição, Coutinho Nobre Miguel. Recentemente, a instituição financeira lançou um centro empresarial na cidade do Lubango, que vai abranger a Huila, Namibe, Cunene e Cuando Cubango, a fim de alavancar as iniciativas empreendedoras 1 da juventude. O novo empreendimento financeiro vai apoiar os projectos dos empreendedores da Região Sul, no âmbito do processo de diversificação da economia em curso no País.

O novo centro empresarial esta dotado de valências técnicas, recursos humanos qualificados capazes de assegurar maior proximidade entre a instituição financeira e os clientes.

2.16 PAPAGRO a 54% da meta quase dois anos depois do seu lançamento

Jornal Expansão

28 De Agosto de 2015

Texto: Osvaldo Manuel e Francisco de Andrade

O Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários (PAPAGRO) está longe de atingir a meta estabelecida aquando do seu lançamento, a 11 de Novembro de 2013, no município do Chiguar, província do Bié.

Das 300 mil família) camponesas que o programa previu abranger, apenas 140 mil foram integradas, representando pouco mais de 46%.

Dois anos depois, o PAPAGRO permitiu a compra de mais de 160 mil toneladas de produtos diversos nas 18 províncias, segundo dados oficiais, ficando por se saber, entretanto, o valor pago pelo Estado aos agro- pecuários para a aquisição destes produtos.

O que se sabe é que muitos agricultores manifestaram o seu descontentamento com "débil" acondicionamento dos produtos no transporte das mercadorias até às agromercas, que, segundo dizem, se traduziram em perdas de quase 40% da produção.

Inicialmente, o programa arrancou em nove províncias do País, com o objectivo de assegurar o escoamento e comercialização regular, por via dos Centros de Logística e Distribuição (CLOD), dos excedentes da produção das famílias camponesas, das cooperativas e associações. Actualmente existem quatro CLOD nas cidades do Huambo, Cuanza Sul, Benguela e Luanda. Fazendo uma abordagem sobre o desempenho do programa, o docente universitário Norberto Carlos considera que, num primeiro momento, o programa deu sinais positivos de alguma vitalidade, principalmente na província de Luanda, sendo que de lá para cá não funcionou como o previsto.

"Penso que nesta fase ainda não temos a agricultura de grande escala. Os produtores médios também são escassos. Então, quando falamos de agricultura estamos a falar, fundamentalmente, de agricultores individuais ou familiares, ou seja, a chamada agricultura de subsistência", disse.

O académico acrescentou que as pessoas que produzem essencialmente para a sua própria subsistência e que vendem parte da produção para adquirir outros produtos para o seu consumo são camponeses, cujo grosso não anda à volta das grandes cidades. "Eles vivem nas aldeias distantes, muitas vezes, das comunas, longe das estradas asfaltadas e longe dos municípios", indicou, defendendo, por isso, que o ideal seria o programa chegar às zonas mais recônditas do País, por ser aí que os homens do campo têm mais carências.

Por sua vez, o engenheiro agrónomo Fernando Pacheco defende a descentralização das decisões do programa. Pacheco disse acreditar que a desconcentração das decisões pode ajudar no desenvolvimento do P AP AGRO.

"Temos visto agricultores a reclamar dos preços baixos. Por exemplo, 1 kg de batata era comercializado a 100 Kz, mas o programa pagava abaixo de 80 Kz."

Para o também consultor agrí-cola, o atraso nos pagamentos aos produtores é um dos factores que contribuem para o insucesso do programa.

"Sei que ainda há dívidas com alguns produtores e penso que o programa seria uma oportunidade para fazer chegar dinheiro vivo aos municípios, sobretudo nas localidades mais afastadas das capitais provinciais, corroborando assim com Norberto Carlos.

Apesar disto, Fernando Pacheco enalteceu a ideia de criação de um projecto, como o caso do PAPAGRO, que se preocupa com a comercialização no campo e com inserção dos produtores nos grandes mercados localizados nas zonas urbanas, bem como com a edificação de infra-estruturas locais de armazenamento.

O director nacional para comércio rural e empreendedorismo do Ministério do Comércio, Estêvão Chaves (ver entrevista na página 6), admitiu que o PAPAGRO ainda apresenta certas lacunas por suprir, com realce para o mau estado das estradas, um dos principais veículos de facilitação do escoamento dos produtos das áreas de produção para as grandes superfícies de consumo.

"Ainda nos deparamos com problemas sérios a nível da base, principalmente na ligação entre os municípios e na acomodação dos produtos agro-pecuários por parte dos produtores, o que afecta consideravelmente a qualidade dos produtos", destacou.

O responsável reforçou que as maiores preocupações do seu pelouro passam pela melhoria dos acessos aos locais de produção e a participação de um sector agro-industrial forte, capaz de absorver os excedentes de produção sem valor comercial.

Já a ministra do Comércio, Rosa Pacavira, lembrou que o Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários foi criado também para agregar as cooperativas e associações com grande número de trabalhadores e famílias, no sentido de se transformar os produtos através dos Centros Integrados de Microprocessamento de Alimentos, que garantem a industrialização e armazenamento de pequena escala, contribuindo desta forma para o combate à fome e à pobreza.

Em 2013, altura do lançamento do programa, o transporte dos produtos para os locais de armazenamento e para os centros de distribuição era feito pelo agricultor, com recurso a meios próprios. Os camponeses deslocavam-se também às grandes superfícies comerciais a fim de comercializarem, directamente, os seus produtos ao Estado.

Fonte próxima ao programa, que solicitou o anonimato, informou ao Expansão que o PAPAGRO previa a criação de estruturas bancárias nas zonas de comercialização dos produtos, "mas o facto é que até ao momento não foram criadas tais estruturas bancárias junto das comunidades agrícolas".

Ministério do Comércio descentraliza PAPAGRO

O Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários será descentralizado a nível de municípios e províncias do País. Para tal, o Ministério do Comércio, que coordena o programa, criou a figura do agente logístico rural (ALR), representado nas cooperativas de camponeses, que tem a missão de comparar os produtos nos camponeses e transportar, em veículos concedidos pelo Estado, para os centros de processamento localizados nas zonas urbanas e para as redes de distribuição.

A figura do ALR, explicou a ministra Rosa Pacavira, surge para garantir que os produtos agrícolas de qualidade cheguem às redes de supermercados e outros estabelecimentos comerciais, através dos centros de logística.

"Este novo modelo contempla um canal de escoamento de produtos agro-pecuários, servindo de instrumento facilitado para os agentes logísticos rurais certificados, que vão operacionalizar o PAPAGRO a nível das províncias e municípios", realçou.

PAPAGRO" não vai trazer grandes avanços.

"O que o PAPAGROpretende é tirar os camponeses da pobreza e, pelo que me parece, os grandes beneficiários desta linha de crédito não são todos os camponeses. Digo camponeses com dificuldades. Alguns até me pareceram empresários agrícolas ou de outra área Não vejo estas pessoas a andarem, com os meios que lhes foram dados, pelas zonas rurais a comprarem produtos dos camponeses", referiu com algum cepticismo.

Norberto defende a necessidade de se criar uma rede estruturada como a que existia na era colonial, em que os comerciantes locais eram os que movimentavam campo.

"Penso que deveríamos potenciar algumas pessoas, com certas actividades a nível local, que se ocupem da aquisição desses produtos dos camponeses individuais, lá onde eles vivem, no município ou na comuna. A ADRA seria um bom aliado, nisto e noutras acções. Aliás, ela vem trabalhando há anos para retirar muita gente da pobreza extrema", sublinhou.

O académico advogou, por outro lado, a criação de CLOD em todo o território nacional, junto das comunidades camponesas, por considerar serem estes centros que têm a capacidade de armazenamento, conservação, processamento e distribuição, sendo que os camponeses ligados às cooperativas poderiam vender directamente os seus produtos naqueles locais.

O engenheiro agrónomo Fernando Pacheco, por seu turno, questiona os moldes de selecção dos agentes logísticos rurais e os benefícios dos pequenos produtores 10 cais.

UNACA acredita no projecto O presidente da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola (UNACA), Albano Lussati, considerou que a iniciativa do Ministério do Comércio vai acelerar a produção e vai melhorar o escoamento dos produtos para os centros urbanos.

"Esta foi sempre a nossa ideia desde o lançamento do PAPAGRO. Recebemos de forma simbólica o crédito e esperamos que a iniciativa se estenda a todas as comunidades rurais do País", frisou.

O líder associativo defendeu a necessidade de as autoridades fazerem um acompanhamento às cooperativas, no sentido de estas continuarem a beneficiar de empréstimos e, por esta via, aumentarem a produção.

Produtores podem beneficiar de até 630 milhões Kz do BDA ° administrador do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), Valter Barros, que testemunhou o lançamento do "Microcrédito PAPAGRO, deu a conhecer que as linhas de crédito canalizadas pela sua instituição aos bancos comerciais estão destinadas para o apoio aos pequenos e aos médios produtores agrícolas, os quais podem beneficiar de verbas que podem ir até 630 milhões Kz.

Para os projectos destinados a médias e grandes empresas dos sectores das infra-estruturas ou da indústria transformadora, acrescentou Valter Barros, os montantes já são superiores a 5 milhões USD.

2.17 Taxas de juro da linha “ Sol Empreendedor 2015” variam entre 14% e 16%

Jornal Expansão

28 De Agosto de 2015

Texto: Francisco De Andrade

As taxas de juro da nova linha de crédito de 5 mil milhões Kz do Banco Sol, lançada, na passada semana, em Luanda, no quadro da estratégia da instituição de apoio à diversificação da economia, variam entre 14% e 16%, aplicadas com base na análise de risco da operação, sendo que o prazo de reembolso vai até 36 meses negociáveis, revelou à imprensa Viriato Capita, subdirector da direcção de pequenas e médias empresas.

De acordo com o responsável, o montante máximo da referida linha de crédito, denominada "Sol Empreendedor 2015", pode atingir 10 milhões Kz por beneficiário, indicando que serão privilegiados os sectores da restauração, educação, saúde, comércio a grosso e a retalho.

"Alinha de crédito está disponível desde o dia 21 de Agosto. Para aquelas pessoas que não são clientes do banco, tão logo se dirijam para o acesso à linha de crédito, os nossos comerciais farão a abertura da conta e terão também um papel orientado r de consultoria, de forma a organizarem os seus processos", frisou, acrescentando não estar quantificado o número de empreendedores que pretendem beneficiar.

Segundo a administradora executiva da instituição, Carla Van-Dúnem, que apresentou o produto na cerimónia de inauguração de uma agência do banco no município do Cazenga, o "Sol Empreendedor

2015" visa capacitar e fomentar o tecido empresarial nacional.

"O produto vai dar uma nova dinâmica ao tecido empresarial angolano. O sol brilha para todos, e por isso nós temos procurado trabalhar mais próximo das comunidades. Começámos a trabalhar no Cazenga com empreendedores que hoje já estão dentro da banca clássica, e vamos continuar a potencializar os empreendedores", afirmou Carla Van- Dúnem.

Por outro lado, a directora de crédito do banco, Eliana Matondo, disse a jornalistas que, actualmente, a carteira de crédito da instituição é de 800 milhões USD (100,7 mil milhões Kz), sendo que para Angola Investe foram já disponibilizados cerca de 20 milhões USD (2,5 mil milhões Kz), com perspectivas de se desembolsar mais 42 milhões USD (5,2 mil milhões Kz).

Aproveitou para anunciar que o banco gere agora também uma nova linha do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) para o crédito agrícola, cujo limite máximo para cada cliente é de 5 milhões USD (629,9 milhões Kz), sem, no entanto, revelar o valor da referida linha.

Agência Cazenga 'come' 68,8 milhões Kz Pouco mais de 68,8 milhões Kz foi quanto o Banco Sol investiu na reabilitação e apetrechamento da agência Cazenga, reinaugurada no passado dia 21 de Agosto, pelo vice-administrador municipal para o sector social, José Oliveira Bastos. O estabelecimento vai garantir emprego a 12 novos colaboradores, e a sua reinauguração foi aproveitada pelo banco para proceder à apresentação e ao lançamento da linha de crédito "Sol Empreendedor 2015".

A administradora executiva da instituição, Carla Van-Dúnem, justificou o lançamento do novo produto no Cazenga pelo facto de, como disse, o Banco Sol ter estado a fazer "muita" banca de microfinanças nos últimos 14 anos.

"Sendo Cazenga um dos municípios onde nós nos últimos 14 anos fizemos muita banca de microfinanças, teve o privilégio de" com a reabertura desta agência, albergar o acto de lançamento deste novo produto. Trata-se de um produto fácil, acessível e com pouca burocracia", frisou.

O banco conta actualmente com uma rede de 169 balcões espalhados pelo País e emprega perto de 1.400 funcionários.

2.18 PAPAGRO (Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários), mais ou menos ???

Jornal O Crime

29 De Agosto de 2015

Texto: Adão Pascoal

Os últimos 5 anos, o Ministério do Comércio tem estado a desenvolver alguns projectos, de âmbito nacional e em coordenação com outros órgãos públicos, tais como o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério da Energia e Aguas, Ministério da Economia, Governos provinciais, entre outros, alguns programas para a redução da pobreza e de incentivos a produção nacional, com maior realce para a agricultura, a organização e formalização das actividades comerciais a nível rural e urbano.

A contar da data do seu lançamento, "Papagro" vai a caminho do seu segundo ano de existência ou de criação, cujo objectivo principal é a compra dos produtos agrícolas directamente das famílias e cooperativas agrícolas a partir dos campos, para a sua posterior distribuição e comercialização, aos grandes centros urbanos de consumo, ou ainda, para as recentes lojas de comercialização de produtos agrícolas, criados pelo próprio Governo. Estou a falar precisamente e, sobretudo, do Nosso Super, lojas papagro, paparocas e outras tantas que, eventualmente, poderão ter interesses em adquirir produtos provenientes do campo, fazendo ou não parte de qualquer rede comercial, conforme acima referenciados.

Num passo subsequente e complementar a este programa, a ministra do Comércio, Dra. Rosa Pacavira, lançou, no dia 21 de Agosto, em Luanda, a componente de microcrédito do Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários (PAPAGRO), que institui a concepção de empréstimos aos agentes logísticos rurais (extractos do 'Jornal de Angola'). Estes agentes rurais serão os indivíduos que, através do qual, estão encarregues de irem ao campo adquirir os produtos locais, para levarem aos grandes centros de consumo, em substituição ao trabalho que era efectuado pelo próprio Ministério do Comércio, através de viaturas distribuídos para este propósito.

Assim sendo, foram entregues as cooperativas no Centro de Logística e Distribuição (CLD), de Viana, cheques simbólicos do banco operador deste programa de Microcrédito, cifrado em AOA 500.000,00 (Quinhentos Mil Kwanzas) e AOA 1.000.000,00 (Um Milhão de Kwanzas) respectivamente, bem como camiões para transporte dos produtos agrícolas, para os grandes centros integrados de microprocessamento de alimentos. Para o reembolso deste Microcrédito ao banco operador, foi estipulado um prazo de 45 dias, com a taxa total de 15%, sendo que o Estado irá subvencionar 12% e os agentes de logística rural pagarão apenas 5%.

A partir deste último ponto, encontra-se o foco principal do problema, que enferma este programa, pelos seguintes motivos:

1.º Apesar de estes agentes logísticos rurais estarem a exercer uma actividade de carácter comercial, isto é, comprar para vender. O ciclo de exploração que eles terão é muito reduzido, ou seja, estes agentes de comercialização de produtos agrícolas irão ao campo para comprar os produtos agrícolas e, partindo do pressuposto de que os produtos já estarão totalmente colhidos, terão 5 a 15 dias até a comercialização dos produtos junto das áreas de consumo. No entanto, os preços por eles praticados não poderão ser acima dos praticados normalmente pelo mercado, logo, pressupõe dizer que as margens serão reduzidas, o tempo de comercialização poderá ser prolongado, ou seja, acima do previsto, os valores atribuídos para a realização deste programa são bastantes reduzidos, se tivermos em conta as necessidades dos compradores, bem como a capacidade dos camiões, destinados a transportação das mesmas estarão subaproveitadas.

2.º Os valores em causa, que cada comerciante colocará a disposição deste negócio, não lhes permitiram retirar margens suficientes para a cobertura dos gastos operacionais, isto é, salários, combustíveis, lubrificantes para a viatura de transporte, gastos com alimentação no decorrer das viagens, etc., logo, eles, na primeira, segunda e, quiçá, na terceira viagem, poderão acumular algumas perdas financeiras, fruto da adaptação, perdas de produtos por deterioração ao longo da viagem, assim como a sobra de alguns produtos que poderão não ser comercializados no momento certo, etc.

3.º As grandes superfícies comerciais existentes em Luanda e nas restantes sedes municipais, espalhados pelo país, são bastantes exigentes em termos de qualidade, quantidade e regularidade no fornecimento dos produtos, por isso, penso que, nestes moldes, estes agentes logísticos rurais agora munidos com pequenas verbas estarão longe de conseguir cumprir com estes requisitos.

4.º Os prazos de pagamentos, que são propostos pelos centros comerciais, são variados, isto é, dos 15 aos 45 dias, no caso de um destes agentes conseguir fornecer directamente os seus produtos a uma destas superfícies comerciais, terão dificuldades em continuar com o seu ciclo de exploração, porque ficará condicionado ao recebimento dos valores do seu negócio.

5.º Uma das grandes escapatórias para estes agentes comerciais serão as praças de fins-de-semana, estou a falar precisamente do largo do Cine Atlântico, 1º de Maio, Catinton, Km 10, etc., uma vez que os agentes farão a venda directa dos seus produtos e receberão em queche dos seus clientes, mas estes por si só não conseguirão escoar toda a sua produção, o que também irá provocar interrupção no seu ciclo de exploração.

6.º Os produtos e as cooperativas existentes são normalmente carentes de meios de produção, isto é, um sistema de irrigação adequado, acolhedoras, tratamento dos solos, sistema de conservação adequado, tendo em conta que, produtos como a mandioca, o ananás, e outros tantos produtos, levam um tempo prolongado para a sua maturação, e necessitam de excelentes condições de irrigação e outros cuidados especiais, até a fase da colheita. Na falta destes elementos, estes produtos poderão sair com muito pouca qualidade, logo, estes produtos serão alvos de pouca aceitação das grandes superfícies comerciais. Daí o facto de em primeira instância há que se fazer uma aposta na capacitação dos produtores, em todos os níveis, conhecimento, material e financeiro.

7.º Passados 45 dias, que os agentes logísticos rurais terão para reembolsar os valores emprestados, segundo os argumentos acima apresentados, eles não terão a totalidade de valores para fazer a devolução de tais valores, os que eventualmente conseguirem reunir tais recursos e fazerem a sua devolução, já não terão recursos para continuar com o seu ciclo de exploração da sua actividade, como agente comprador de produtos do campo, logo, começará o fracasso de um processo, onde foi depositado enormes esperanças e recursos financeiros.

8.º Existem outros factores de riscos, não menos importantes, que penso por bom fazer menção, que acredito que trarão alguns abalos ao bom andamento deste programa, tais como a estiagem, que está a afectar uma parte considerável das regiões do nosso país, que são tradicionalmente agrícolas. A situação conjuntural que o país está a viver (crise) reduziu significativamente poder de compra de muitas famílias, que irá proporcionar uma redução na

procura dos produtos, a sazonalidade de alguns produtos agrícolas, entre outros factores.

Portanto, existe uma série de factores que, em meu entender, deveriam e devem ser melhoradas para os sucessos deste programa, começando desde a criação de condições, para que o produtor possa produzir em condições mais favoráveis, para extrair daí produtos com excelente qualidade e quantidade, para que possam estar em condições de competir em pé de igualdade com qualquer outro produto que possa aparecer no mercado.

É também necessário munir os compradores com recursos financeiros, com prazos mais dilatados, taxas mais atractivas e períodos de reembolsos faseados ao longo do tempo, num prazo mínimo de 6 meses e máximo de 12 meses eventualmente renováveis, de forma a não haver uma descapitalização total e brusca numa única prestação de reembolso.

Recomenda-se que para o pagamento dos produtos as cooperativas ou aos produtores, não sejam apenas feitas com dinheiro sonante, mas, sim, em equipamentos básicos que o possam potenciar nas suas actividades e também de formação na sua área de produção. No caso de o pagamento ser apenas com meios financeiros, os produtores poderão encaminhar o dinheiro em bens de consumo imediato, para o seu bem-estar e da sua família e, em muitos casos, deixando de parte a compra de equipamentos para a melhoria do seu processo de produção.

2.19 Banco Internacional garante apoiar empresários ligados ao Angola Investe

Jornal Economia e Finanças

14 De Agosto de 2015

Texto: Arão Martins

O presidente do Conselho de Administração do Banco Internacional de Crédito (BIC), Fernando Teles, disse, recentemente no Lubango, que a instituição que dirige vai continuar a apoiar os empresários, que actuam nos diversos programas produtivos, no quadro do "Angola Investe" e da diversificação da economia.

Fernando Teles disse, igualmente, que o banco já concedeu créditos agrícolas de 300 milhões de dólares (37,5 mil milhões de kwanzas) no quadro do programa "Angola Investe".

Ainda de acordo com o bancário, o BIC tem um valor geral de mais de seis milhões de dólares (750 milhões de kwanzas) para os particulares e para o Estado, no âmbito do programa "Angola Investe".

Por outro lado, Fernando Teles garantiu que o crédito agrícola já beneficiou vários empresários das províncias da Huíla, Cuanza Sul, Benguela, Malanje e Uíge, entre outros. Por via disso, admite que o banco deverá continuar a conceder créditos com o propósito de acelerar a diversificação da economia.

Os incentivos que estão a ser operacionalizados pelo Executivo angolano são razões de sobra para que os bancários se sintam satisfeitos com as perspectivas de futuro, segundo assegurou o próprio. Disse que os ganhos são um contributo valioso no programa da redução da importação dos produtos agro-pecuários.

"E o objectivo do Executivo deixar de importar produtos agro-pecuários. Angola possui capacidade para produzir quantidades elevadas e abastecer o mercado nacional.

Empresários agro-pecuários Em Angola, já existem regiões que produzem grandes quantidades de carne, leite, ovos e outros produtos derivados de bovinos e Fernando Teles lembrou que a província da Huíla possui condições para produzir e fazer reduzir a importação.

O PCA do BIC reafirmou que vai continuar a prestar apoio aos empresários agro-pecuários, através da carteira do crédito agrícola do "Angola Investe".

O gestor dá destaque ao papel preponderante do Executivo de estimular os empresários nacionais, para que a produção agro-pecuária e não só seja cada vez mais efectiva, visando que o propósito de alavancar a economia nacional seja cada vez mais um facto.

O ganho está a ser um facto, em função dos apoios que estão a ser efectivados, com a criação de várias políticas criadas pelo Governo.

Exemplificou a Huíla como sendo um exemplo vivo da potencialidade, pois existem condições efectivas para a produção agro-pecuária. Fernando Teles diz-se radiante com a determinação dos fazendeiros huílanos, dada a capacidade de produção que têm.

2.20 Governo reforça linha de crédito para desenvolver o sector

Jornal Agora

14 De Agosto de 2015

Texto: Martins Chambassuco

Para inverter este quadro, segundo o ministro da Agricultura, Pedro Kanga, o Presidente da República aprovou um crédito especial para o apoio ao agropedágico e, sobretudo, para a produção agrícola e a reposição das espécies animais que Angola perdeu durante o conflito armado.

Nem tudo está mal a partir de iniciativas governamentais, pequenos e grandes produtores. O País conseguiu a auto-suficiência na produção do leite e para a carne de caprinos/ovino, mas, na carne de bovinos, suíno, frangos e nos ovos, apresenta ainda grande dependência do exterior.

Estatísticas do Ministério da Agricultura apontavam, até 2010, ser um dos países com maior potencial de desenvolvimento nos mais diversos sectores de actividade no continente berço. Em contrapartida, as políticas de desenvolvimento de sectores estratégicos, como o da agricultura, mereceram pouca atenção e, consequentemente, financiamento quase que irrisório.

Embora a guerra tenha afectado de modo assinalável a produção pecuária, tendo os efectivos sido quase dizimados, ainda existe a vontade de animar o sector.

Foi a pensar nas carências do mercado e da falta de incentivos que as autoridades têm vindo a desenvolver campanhas que visam o desenvolvimento do sector.

Recentemente, o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural garantiu, na Huíla, a existência de um pacote financeiro aprovado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, destinado a potenciar o sector agro-pecuário do País.

O Governante, que falava à margem da 12.^a Feira Agro-pecuária da Huíla, assegurou que o Governo continua empenhado e determinado em dar os apoios, criando oportunidades de negócios e facilidades de acesso aos financiamentos.

"Quero referir-me às últimas decisões do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, de aprovar linhas de crédito específicas para o sector agro-pecuário, que estão à disposição nos bancos comerciais e no Banco de Desenvolvimento de Angola", lembrou, tendo alertado a classe empresarial para participar do projecto do Executivo de desenvolver este ramo.

Sem revelar o montante, o governante fez saber que "agora compete aos empresários organizarem-se, preparando os seus projectos e cumprirem com os critérios de acesso ao financiamento".

No âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-2013-2017), Angola traçou dois objectivos específicos que reflectem sobre a necessidade de aumentar e de diversificar a produção agro-pecuária de forma sustentável, melhorando o abastecimento alimentar da população e as condições de vida do meio rural, bem como a garantia de disponibilidade da oferta de produtos alimentares, interligando zonas com excedentes e zonas de maior procura e poder de consumo.

Desde 1978, quando o País teve o maior investimento no sector, embora o projecto tivesse fracassado, o anúncio do ministro demonstra o interesse do Chefe de Estado em diversificar as fontes de financiamento do Orçamento Geral do Estado, que ainda vive do petróleo e dos diamantes.

Apesar disso, o Governo quer alcançar metas para o desenvolvimento da agricultura em Angola, por isso, assegurou, foi delineado um conjunto de actividades e de acções, integrado em eixos estratégicos transversais aos objectivos definidos a desenvolver até 2017.

Afonso Pedro Kanga garantiu que o Executivo está a trabalhar, para que possam existir condições de seguros nos investimentos agrícolas, "pois investir neste segmento há riscos que devem ser acomodados através do seguro agrícola".

Ainda dentro do quadro do PND 2013-2017, disse estar, igualmente, em curso outras medidas de facilitação de crédito, assim como algumas que vão privilegiar a importação de matéria-prima para o processo produtivo e reduzir as carências de alguns bens que o País ainda importa.

Referindo-se aos 40 anos de independência, alegou que a feira agro-pecuária da Huíla acontece num bom momento.

"Estamos todos felizes, pois o dever está cumprido. Há avanços significativos. Os empresários agro-pecuários enfrentaram, ao longo deste ano, grandes batalhas, tal como o País no seu todo e, nesta guerra, as pecuárias estão sempre na linha da frente e com certeza que venceremos", sublinhou, tendo alertado os empresários para que primem sempre pelas práticas legais e evitem processos que possam afectar os seus negócios.

Lembrou, ao mesmo tempo, que os ovos importados à margem da lei serão destruídos e os responsáveis pela importação responsabilizados com multas e outras penalizações administrativas.

"Nos últimos meses, constatámos, com muita preocupação, que alguns empresários introduziram em Angola ovos, sem cumprir com a lei. Primeiro, porque não obtiveram a competente autorização do Ministério da Agricultura para poder importá-los nos termos da lei, nem o competente licenciamento por parte do Ministério do Comércio", revelou.

"Estes ovos, que entraram em grandes quantidades, cerca de 11 milhões, não podem ser introduzidos no circuito comercial".

"Temos conhecimento de que entraram em Angola sem se fazer acompanhar do competente certificado de sanidade do país de origem", afirmou.

Quanto à capacidade do País, declarou que "os empresários fizeram grande investimento. A nossa produção agora é superior a 25 milhões de ovos por mês e, nos próximos meses, poderemos chegar entre 30 a 35 milhões de ovos por mês e estamos a chegar a uma quantidade que nos permite satisfazer as nossas necessidades. Mas, como sabemos, as necessidades são crescentes".

FRACASSO DO 'ANGOLA INVESTE'. Cerca de 700 milhões de dólares foram já disponibilizados pelos bancos comerciais, para financiar diversas actividades no sector produtivo no País, mas continuam as inquietações relativamente aos reais beneficiários.

Por isso, o ministro da Economia, Abraão Gourgel, presente na feira, esclareceu as razões que estão na base do quase fracasso do programa de iniciativa presidencial.

"O programa 'Angola Investe' regista algum afrouxamento na sua execução, na província da Huíla, motivado pelo actual momento que Angola

vive, mas que deverá ser ultrapassado nos próximos tempos", fez saber.

Avançou, em contra partida, que o Executivo está a estudar mecanismos, no sentido de ultrapassar a actual situação que tem imposto embaraços à economia e aos empresários nacionais.

E apontou negociações com os bancos, por parte dos empresários, com vista a reestruturar os créditos, para garantir pontualidade nos pagamentos (reembolsos).

Destacou, inclusive, que as parcerias devem ser reestruturadas, a partir do diálogo entre o empresário e os bancos, podendo recorrer à intermediação do Ministério da Economia e do Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

Satisfeito, afirmou que o número de empresas na Huíla, ao abrigo do 'Angola Investe', cresceu.

"Surgiram de raiz várias iniciativas e estão a produzir e a gerar emprego para os jovens, rendimentos e com eles ajudam famílias a combater a pobreza", referiu.

O certame, que decorre até domingo, 19, juntou 560 animais, entre os quais 365 bovinos, 100 caprinos, 50 ovinos, 20 suínos e 30 equinos cavalos, vindos de três províncias (Huíla, Cunene e Namibe), embora os produtores sejam de várias partes do País, incluindo políticos.

BIC APOSTA NA AGRICULTURA. O presidente do conselho de administração (PCA) do Banco BIC, Fernando Teles, reafirmou o compromisso de a instituição que gere continuar a apoiar as iniciativas do Executivo para revitalizar o sector agro-pecuário.

A instituição, avançou, já concedeu créditos agrícolas avaliados em mais de 300 milhões de dólares, no quadro do programa 'Angola Investe'.

Fernando Teles garantiu que o crédito agrícola beneficiou um número indeterminado de empresários da Huíla, do Cuanza Sul, de Benguela, de Malange e do Uíge.

O PCA acrescentou que vai continuar a ceder créditos no âmbito do programa 'Angola Investe', mas chamou atenção aos credores, no sentido de honrarem com os seus compromissos (reembolsos).

"O que temos verificado é que muitos empresários recebem créditos, mas, na altura da devolução, não o fazem, alegando situações que nada têm a ver com os contratos assinados", realçou.

Recentemente, Fernando Teles considerou pertinente que o Estado reduza as importações de produtos

agro-pecuários, uma vez existirem províncias com capacidades para abastecer o mercado.

Ressaltou, igualmente, a importância de o Governo estimular os empresários, a fim de que eles possam produzir cada vez mais e alavancar a economia nacional.

"O exemplo é esta feira que anualmente é realizada no Sul de Angola, pois ela tem grande importância para a diversificação da economia", realçou, assegurando que no País existem regiões que produzem grandes quantidades de carne, de leite, de ovos e de outros produtos derivados de bovinos.

Há dias, o PCA do BIC lembrou que o País, para sair do sono, deve apostar na agricultura e reduzir o consumo excessivo de divisas, sendo necessário isso para se atingir a tão propalada diversificação da economia.

"Há menos receitas em Angola, visto que o preço do petróleo baixou no mercado internacional, e adormecemos com o 'ouro negro'", deplorou, apontando as consequências que advêm da "dependência de um único recurso que sustenta o Orçamento Geral do Estado", acrescentou.

Em contrapartida, fez saber que o território angolano é detentor de condições climáticas comparáveis às nações da América do Sul, capazes de desenvolverem a pecuária, bem como a agricultura. "Não se pode consumir demasiadas divisas na importação da alimentação e é, exactamente, isso que acontece", criticou.

2.21 'Precisamos de crédito com taxas de juros bonificadas'

Jornal O País

14 De Agosto de 2015

Texto: João Katombela

O presidente da Cooperativa de Criadores de Gados do Sul de Angola (CCGSA) disse este sábado (8 de Agosto) na cidade do Lubango, província da Huíla, precisar do apoio do Governo na abertura de linhas de crédito com taxas de juros bonificadas para o sector agropecuário.

Durante a cerimónia de abertura da 12ª edição da Feira Agro-pecuária da Região Sul na Província da Huíla, presidida pelo Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Kanga, Luís

Nunes, afirmou ser necessário que se preste mais atenção aos criadores tradicionais, pelo facto de estes deterem a maior parte de rebanhos no território nacional.

'Precisamos que o Governo olhe para este sector, como uma região com características hedafoclimáticas excepcionais para a produção de gado de carne, que dê mais apoio aos criadores tradicionais de gado que detêm 93 % os rebanhos de Gado no país' disse.

Tendo em atenção ao grande desiderato consubstanciado na redução das taxas de importação de carne, o nosso interlocutor explicou que, é imprescindível haver apoios na importação de produtos indispensáveis ao desenvolvimento e crescimento dos rebanhos. Não é possível continuar a importar bens necessários ao desenvolvimento do sector com custos demasiadamente elevados, disse Luís Nunes, e que condicionem a actividade agropecuária, é necessário que as estruturas do Governo encarem o sector como um potencial aliado em todo este processo de crescimento da economia com a prioridade que o país exige.

'Nós, os Criadores de Gado e Associados da Cooperativa de Criadores de Gado do Sul de Angola, estamos a cumprir a nossa quota-parte, bastando olhar ao redor, que, todo o gado exposto é de produção nacional. Acredito que, em todos estes anos conseguimos transformar o sector pecuário e provamos que somos capazes de fazer mais e melhor, bastando apenas, que, o Governo preste alguma atenção pois, fazer a criação de gado sem apoios, é pura perda de tempo' enfatizou.

Com vista ao desenvolvimento do sector económico e social do país, o presidente do grémio empresarial agrónomo avançou que a Cooperativa de Criadores de Gado do Sul de Angola vai continuar o fomento do crescimento do número e da qualidade de Gado, de forma a dar uma resposta positiva às necessidades do país. Para o efeito, defendeu Luís Nunes, existe no seio dos associados a intenção de se criar uma Federação Nacional de Associações de Criadores de Gado e que a ela esteja atribuída a equação dos problemas do país, com vista a procurar as respectivas soluções.

'Assumindo o papel de promotores do fomento de criação de gado em toda a extensão do território nacional, queremos continuar a assumir-nos como parceiros incondicionais do Governo e colaborar na materialização dos mais diversos projectos que se pretendam implementar no país. Estamos preparados para enfrentar dificuldades se sentirmos o apoio das

estruturas governamentais que geram o sector' revelou.

Além do ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, a cerimónia de abertura da 12ª edição da Feira do Gado, contou com as presenças dos ministros da economia Abrão Gourgel, dos Governadores do Namibe, Rui Falcão, do Cuando Cubango, Higino Carneiro e do presidente do tribunal de contas, Julião António.

Combater o desemprego

O ministro da Economia destacou no último sábado na cidade do Lubango, durante a cerimónia de abertura da feira do gado em alusão as festas da Nossa Senhora do Monte, o papel dos empresários agropecuários na tomada de consciência, de empenho e de desenvolvimento, que permite a criação de riqueza, emprego e o crescimento sustentável do país.

Abraão Gourgel garantiu que o evento é um marco que influencia as medidas do Executivo, tendente à diversificação da economia, bem como a posição do empresariado nacional na qualidade de novos promotores no desenvolvimento da actividade interna.

'Penso que esta feira vai ajudar a criar mais consciência e também abrir várias oportunidades de negócios aqui presentes e atribuição de emprego directo. Esta é a melhor forma de combater a pobreza e motivar o desenvolvimento', salientou.

O titular da pasta da Economia em Angola disse, por outro lado, que a Feira do Gado tem a missão de gerar oportunidades de negócios e novas receitas, que fazem caminhar plenamente a economia nacional.

Em resposta às inquietações apresentadas pelo presidente da Cooperativa de Criadores de Gado do Sul de Angola, Abraão Gourgel garantiu que o ministério que dirige vai continuar a apoiar o sector privado, na perspectiva de haver maior crescimento e catalisar um desenvolvimento sustentável do país.

2.22 “ É preciso fortalecer as iniciativas empresariais”

Jornal Economia e Finanças
14 De Agosto de 2015
Texto: Arão Martins

Melhorar o atendimento à classe empresarial da região Sul, que compreende as províncias da Huíla,

Quando Cubango, Cunene e Namibe, nos vários projectos de desenvolvimento nacional, e

proporcionar o bem-estar da população motivaram o Conselho de Administração do Banco Sol a abrir, no Lubango, o primeiro centro de empresas local. A administradora executiva, Carla Marina Van-Dúnem, disse que o ganho consta do programa do Executivo de diversificar a economia.

Qual é o objectivo da inauguração do primeiro Centro Regional de Empresas na cidade do Lubango, provida da Huna?

Constitui objectivo do ganho melhorar o atendimento à classe empresarial e, particularmente, do segmento das grandes empresas. E também prioridade com esta acção a diversificação do atendimento, para que o banco se diferencie no que diz respeito à banca comercial.

É a primeira central aberta na região Sul?

Devo lembrar aqui que a diversificação da economia é uma prioridade nacional. Nesta conformidade, o centro de empresas aberto pelo Conselho de Administração do Banco Sol é o primeiro do género no interior do país, depois de Luanda. A acção deveser contínua pelo território todo.

Qual é a vantagem que resulta desta iniciativa para o banco, as empresas e também para a população da região?

Entre os ganhos, deve-se referenciar a apresentação de um perfil diferenciado do cliente, empresa e particular. O centro vai funcionar com todos os tipos de produtos e serviços da banca clássica, desde a abertura das contas correntes, caucionadas, descobertas, a cedências de financiamentos à construção, agricultura e ao desenvolvimento comercial. Com esta nova estrutura de apoio, o banco está disponível para tudo.

Já há um valor específico estipulado para atender 's empresas que aderirem aos serviços? Anualmente, o banco delinea mais de 200 milhões de dólares (25 mil milhões de kwanzas) para a concessão de crédito e, neste programa, a província da Huíla também está abrangida. De realçar que, até muito recentemente, mais de 20 milhões de dólares (2,5 mil milhões) foram cedidos à Huíla, principalmente na área agrícola e não só, resultantes do presente exercício económico.

Por se tratar da primeira central de empresas a ser inaugurada na região Sul, depois de Luanda, há algum motivo especial para a abertura deste centro?

Quero em primeiro lugar manifestar a minha satisfação em nome do presidente do Conselho de Administração do nosso banco pela forma positiva como o governo provincial da Huíla, através do vice-governador para o sector Técnico e de Infra-estruturas, Nuno Mahapi Dala, que inaugurou o empreendimento, e a classe empresarial local nos acolheram durante a abertura do banco localizado junto da agência central na zona nobre da cidade do Lubango. A região Sul, concretamente a província da Huíla, tem uma classe empresarial muito forte. Refiro-me, por exemplo, à Associação Agro-pecuária, Comercial e Industrial (AAPCIL) e à Cooperativa dos Criados de Gado do Sul de Angola (CCGSA). É uma região que abrange as províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Cuando Cubango. É, igualmente, uma zona cuja parte comercial e o empresariado têm desenvolvido bastante, sobretudo no sector agrícola e não só. Sabemos ainda de antemão que estão a ser desenvolvidas grandes fazendas na região e o banco Sol quer acompanhar esta dinâmica. Entramos num programa de crédito agrícola de campanha e do "Angola Investe" e queremos potencializar estas áreas.

Para este programa, já há uma estimativa de clientes ou famílias que se pretende financiar?

Não temos uma estimativa em si. O banco vai disponibilizar os valores de acordo com a disponibilidade de cada província. Pensamos que o dobro de mais de 20 milhões de dólares (2,5 milhões de kwanzas) já cedidos na província pode ser disponibilizado.

Quais são os outros pontos proporcionados com a abertura da primeira central regional de empresas?

Afectivação da abertura da primeira central de empresas na Huíla permite também a criação de novos postos de trabalho. Com a abertura de novas agências e centros de empresas, primamos muito pelo recrutamento de novos jovens, localmente. Houve de facto recrutamento de seis novos trabalhadores. Assim, muitos jovens ganham um primeiro emprego, o que já faz parte da cultura do Banco Sol.

A contínua formação e superação dos quadros está acautelada?

De facto sim. Esta acção está acautelada. Gostaria de realçar que o banco Sol, dentro do seu orçamento, aposta muito na formação do capital humano.

A estiagem que tem assolado esta região tem prejudicado ou retardado o reembolso de vários créditos que o banco Sol tem cedido, sobretudo no sector agrícola?

Até certo modo, sabemos que os factores naturais em algum sentido prejudicam, mas o banco Sol registou uma boa recuperação. Nas primeiras campanhas agrícolas, conseguiu recuperar boa parte do que emprestou.

Nessa altura em que se regista uma ligeira dificuldade de tesouraria resultante do baixo preço do barril do petróleo, a robustez financeira do banco é salutar? Acredito que sim. É uma conjuntura que se vive não só no país, mas em todo o mundo e penso que, dentro da estratégia e políticas do Executivo, Angola está e vai superar este período com segurança.

Olhando para o programa de extensão do banco Sol a nível nacional, como é que se está atualmente?

O banco está representado em todas as províncias. Neste momento, são controladas mais de 150 agências e com esse número foram proporcionados mais de mil e 400 postos de trabalho. O processo de alargamento vai continuar. Gostaria de realçar que, depois da abertura da Central de Empresas do banco Sol na região Sul, dentro de dias, vai ser inaugurada mais uma agência na província do Bengo, mais precisamente junto ao mercado do Panguila. A questão do programa de extensão territorial das agências do banco Sol, pelos municípios, é também abordada com o governo provincial da Huíla, na pessoa do vice-governador local para o sector Técnico e de Infra-estruturas, Nuno Mahapi Dala, e atendendo à política de desenvolvimento de província, nós dispusemos ao governo da Huíla a total disposição de abertura de todo o tipo que nos for solicitada.

Foram indicados alguns municípios chaves da província onde há maior necessidade, tendo em conta o potencial existente?

Para o banco, tudo depende muito daquilo que a província pretende. Nós acompanhamos os governos provinciais e sabemos de antemão que, em função das necessidades locais, se pode fazer o devido acompanhamento das acções por desenvolver, aí onde houver abertura de serviços públicos.

O potencial agro-pecuário da província da Huíla também pode ser um factor catalisador para fazer com que os serviços do Banco Sol se expandam cada vez mais na região?

Fizemos algumas reuniões com alguns empresários neste ramo. Esperamos efectuar outros encontros nos próximos dias e no primeiro mostrámos total disponibilidade na concessão de produtos agrícolas.

A diversificação da economia constitui actualmente prioridade do Executivo. de modo a deixar de depender somente do petróleo. Como é que o banco Sol tem respondido a este programa?

O banco Sol tem respondido de forma positiva, não só na classe empresarial, no que tange à banca clássica, mas também na área do empreendedorismo. Não somos um banco com apenas cariz de banca clássica. Temos também banca de microfinanças e temos acompanhado o desenvolvimento. Sabe-se que é também aposta do Governo a produção local, por isso, temos estado a trabalhar com a classe empresarial para conceder mais dinheiro, para que haja desenvolvimento. Aliás, respondemos positivamente em tudo o que nos é solicitado, desde que haja viabilidade e que venha acompanhar o crescimento da economia nacional. Estamos disponíveis a atender com satisfação. Aliás, o lema do banco Sol é "O Sol é para Todos Nós". Somos sólidos, inovadores, solidários, equipa, pioneiros, diferentes, angolanos e sobretudo somos o futuro. Vamos continuar a crescer com a dinâmica nacional.

O banco Sol 'parceiro fundamental do Executivo no programa de combate à fome e à pobreza. O contributo tem sido efectivo?

Sem dúvida. Primeiro realçar que dos 900 milhões de dólares (112 mil milhões de kwanzas), já concedemos em crédito cerca de 160 milhões (20 mil milhões) à banca de microfinanças com um retorno total. Não temos tido problemas inclusive nesse sentido. É nossa bandeira acompanhar o micro empreendedorismo.

Para quem pretenda aderir à central de empresa o que é necessário fazer?

Para todo o empresário ou outro interessado aderir aos serviços disponíveis na central, basta abrir uma conta. Ter uma empresa que esteja legalizada e registada e apresentar projectos viáveis e, dentro da satisfação e melhoria das condições sociais e financeiras, os financiamentos estão disponíveis.

Quando se fala de condições sociais e financeiras da província, a que se refere de concreto?

Ao conceber qualquer projecto, é preciso haver uma visão naquilo que proporciona desenvolvimento. A agricultura é um dos factores e a construção também. Para haver crescimento e desenvolvimento, é preciso que haja construção, além da actividade comercial que não podemos deixar de apoiar.

Referiu-se ao processo da construção. O crescimento de qualquer cidade e localidade depende também da construção. Na sua opinião o país está a crescer?

Se compararmos o que era Angola em 2005, não tem nada a ver com aquilo que é hoje. Verifica-se um crescimento estrondoso. O Executivo criou infra-estruturas aeroportuárias, hospitalares, escolas, estradas e ferroviárias sustentáveis. Hoje, podemos sair de uma província para outra e nota-se que a rede viária está bastante desenvolvida. Neste momento, Angola tem os melhores aeroportos em África. Quem não reconhece é porque não quer acreditar no bem conquistado. Não podemos comparar o de 2000 com o de hoje. Em 2015, temos uma Angola que orgulha a todos. Muitos países africanos e não só, não têm as infra-estruturas que Angola conseguiu nesses poucos anos.

Podemos considerar o surgimento do banco Sol como ganho dos 40 anos de independência que o país vai comemorar a 11 de Novembro deste ano?

É um ganho. Se verificar a idade média de trabalhadores recrutados, é na sua maioria jovem. Para a maior parte do pessoal que trabalha com o banco Sol, a média de idade é de 25 anos. Muitos destes quando entraram tinham apenas 20 a 21 anos. O seu primeiro emprego fez com que a maior parte tenha uma vida social estável. Eu penso que dar emprego a mais de mil e 400 pessoas é criar desenvolvimento nacional.

Ao primar pela juventude, responde-se também ao legado de que o futuro está nas mãos dos jovens?

Sim. As pessoas de maior idade têm que capacitar a nova geração. Com a criação do centro de empresas, novos jovens ingressaram no quadro do pessoal do banco. Na sua maioria, foram formados nas universidades e o emprego vai-lhes proporcionar a oportunidade do aprendizado. Eu penso que estamos a conseguir acompanhar a política do Executivo.

Como caracteriza a relação entre a sua agência e outras do país?

Dentro do sistema financeiro, somos mais um banco. Sabemos que em Angola existem mais de 20 instituições bancárias. É como tudo. O país é grande e cabemos todos. Penso que cada banco está a desenvolver a maior parte dos serviços da banca clássica, para responder àquilo que é a política do Executivo. Penso que o sector da banca está a demonstrar desenvolvimento nos últimos anos. Todos os bancos têm contribuído para o desenvolvimento do sistema financeiro nacional. O banco Sol vai continuar a cavalgar no ritmo de crescimento do país. A nossa função é potencializar cada vez mais a camada empresarial, sobretudo a juventude. Para tal, temos estabelecido parcerias com

entidades públicas e privadas. O banco Sol é de todos nós. Estamos para servir e criar desenvolvimento.

Quantos clientes 510 controlados pelo banco Sol actualmente?

O banco Sol actualmente com mais de 680 mil clientes. O objectivo é continuar a crescer. Não podemos parar por aqui. Com a bancarização, ainda há muita população nacional que está fora do sistema financeiro. Estamos a acompanhar o Banco Nacional de Angola (BNA) no processo da bancarização da população e vamos continuar a fazê-lo. Iniciámos a nossa actividade a 4 de Outubro de 2001, com objecto social, além de contemplar o exercício de operações bancárias clássicas e a retalho, prever também o exercício da actividade de microfinanças. Este foi na realidade o motivo impulsionador para a constituição do banco.

O incentivo ao desenvolvimento das microfinanças é a arma de combate A fome?

Sem dúvidas. O incentivo ao desenvolvimento de microfinanças é de certa forma uma arma de combate à fome e à pobreza, sendo que vem colmatar uma falha do nosso mercado, através da constituição de pequenas e médias empresas e assim diminuir, de certa forma, o desequilíbrio social patente em Angola. A actividade de micro- finanças, isto é, micro-depósitos e miero-crédito envolve custos fixos elevados. Se nos dedicássemos apenas à actividade de microfinanças, nomeadamente de micro-crédito, seríamos obrigados a recorrer a donativos, ou seja, apoios financeiros a fundo perdido. No entanto, como também nos dedicamos ao exercício de operações clássicas, as operações de microfinanças (até atingirem o "ponto crítico") serão financiadas não só pelos meios libertos das operações correntes, mas também por financiamento externo.

2.23 +USD 2,5 biliões para crédito

Semanário Angolense
21 De Agosto de 2015

O Banco dispõe de uma carteira de depósitos com um valor superior a USD 2,5 biliões o que garante a sua disponibilidade para a concessão de créditos diversos, em particular, para os sector económico e produtivo, segundo a administradora executiva, Cada Van-Dúnem. Desde a sua abertura, em 2001, o Banco Sol concedeu mais de USD 900 milhões de

créditos à banca clássica e outros USD 160 milhões à banca de micro crédito, a nível do país.

2.24 BUE efectua cadastramento

Jornal Economia e Finanças
21 De Agosto de 2015

O Balcão Único do Empreendedor (BUE) na província do Huambo está a efectuar, desde o mês passado, o cadastramento de empreendedores informais, com o objectivo de constituir micros, pequenas e médias empresas.

Ao informar o facto essa semana à Angop, a coordenadora do BUE, Maria da Conceição Catuvala, explicou que esta iniciativa visa, também, a legalização dos empreendedores informais, permitindo que estes contribuam para as receitas do país, através do pagamento de impostos, e que tenham acesso ao crédito bancário. Fez saber ainda que, depois do cadastramento, os empreendedores informais vão beneficiar de formação em gestão de pequenos negócios, no Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas.

A principal intenção do Balcão Único do Empreendedor, segundo Maria da Conceição Catuvala, é terminar com as actividades mercantis informais realizadas nas zonas urbanas e rurais por via de cantinas, farmácias, salões de beleza, serralharias e carpintarias, entre outros, apenas com o aval das administrações municipais.

Por isso, apelou aos empreendedores no sentido de colaborarem para a concretização do projecto, que vai ser executado em toda a extensão da província do Huambo.

Desde o início do processo, informou, foram já cadastrados 1.832 micro-empresários em nove dos 11 municípios da província do Huambo.

O processo de cadastramento em curso na província do Huambo é extensivo a todo o território nacional, para reduzir o nível de informalidade no mercado.

No entanto, a Administração Geral Tributária (AGT) está a trabalhar no sentido de garantir maior eficácia e eficiência na arrecadação de receitas.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Guerra aberta entre 'zungueiras' e administração do Cazenga

Jornal Terra Angolana

14 De Agosto de 2015

Texto: Agostinho Maria

Foram expulsas dos locais habituais de venda e o fenómeno da zunga volta na estrada da Cuca, onde o engarrafamento e a venda à beira da estrada já são o cartão-de-visita.

Entre o clamor de quem quer o ganha-pão para a sua família, os fiscais reservam-se a dizer estarem a cumprir ordens superiores. Mas as zungueiras apontam a dificuldades de espaço para exercerem a sua actividade num mercado e o cenário é complicado.

Os mercados indicados pela administração, segundo apuramos, os clientes estão às mocas e as vendedoras não querem regressar.

Maria Madalena, 38 anos, vende naquela zona há mais de treze anos e não se vê em sair para ir vender noutra lugar, tendo em conta a distância entre a sua casa e o local indicado pelas autoridades locais.

"Eu vivo na Frescangol e vendo aqui na Cuca, e fica muito difícil para mim deixar de vender aqui e ir noutra lugar, também reconheço que ao vender aqui a beira da estrada é um risco, porque temos que fugir dos fiscais e muitas vezes algumas são atropeladas, outras acabam por morrer. Mas neste local conseguimos tirar lucros nos negócios que fazemos", disse Maria Madalena. Isabel Luís garantiu que, "é difícil vender nos mercados que a administração quer. Se fores ao mercado da Nova Luz, no Hoji-ya-henda, confirmarás que o recinto pequeno, e eu não posso ficar com o negócio uma semana sem conseguir vender a metade daquilo que eu gastei para comprar. Nós vamos continuar a vender aqui, porque os mercados que administração deu não têm clientes".

Num autêntico desafio, a vendedora acrescenta: "eu, por exemplo, o meu marido não trabalha já há seis meses, aqui a pessoa consegue levar para a casa, pelo menos, 10 mil kwanzas por dia, já nos mercados, é difícil de acontecer. Ainda mais tenho que pagar escolas dos filhos".

De recordar que a administração municipal do Cazenga realizou uma campanha contra a venda

ambulante no início do mês alertando a população para os efeitos negativos desta prática. Na ocasião o administrador local, Tani Narciso deu a conhecer os planos do seu pelouro relativamente ao fenómeno da venda ambulante de bens diversos.

"Estamos a levar a cabo esta campanha para diminuir, se não mesmo acabar, o fluxo de vendedoras nesta via, porque além da venda desorganizada, a presença dos vendedores ambulantes contribui no engarrafamento que se tem verificado nesta via, e também estamos a criar condições para colocar os comerciantes nos mercados que temos disponíveis", avançou.

A exemplo da Cuca, este cenário verifica-se também na avenida Ngola Kiluanje.

3.2 Projecto de empreendedorismo p200 ajuda no combate ao comércio informal

Jornal Manchete

21 De Agosto de 2015

Texto: ANGOP

O ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, disse, nesta quarta-feira, 19, em Luanda, que o ricem lançado projecto P200, para criação de 130 unidades de retalho (quiosques), nas 18 províncias do país, vai ajudar o esforço do Executivo na redução, no sentido de se reduzir o comércio informal.

Segundo o governante, que falava à imprensa no âmbito do lançamento do projecto, a ideia é de que esses quiosques sejam colocados em sítios de maior movimento de pessoas e em espaços com segurança para os equipamentos, principalmente depois da hora normal de trabalho.

"Pretende-se formalizar o comércio, os jovens beneficiários dos quiosques vão ter espaços apropriados, protegidos da chuva e do sol, onde os seus produtos serão bem conservados, assim como vão pagar as devidas taxas e impostos obrigatórios, terão licenças e serão contribuintes", detalhou. Por outro lado, advertiu que nesses espaços serão vendidos, entre outros produtos, bebidas alcoólicas e tabaco, mas que só às pessoas maiores de 18 anos de idade.

Explicou que o projecto tem regras a que os jovens beneficiados prometem cumprir e haverá um sistema de monitorização e acompanhamento, para certificar se os vendedores estarão a cumprir com os regulamentos.

"Se não cumprir com os regulamentos pré-definidos, o jovem beneficiário arrisca-se a perder o negócio", avisou.

Sublinhou que o projecto pretende beneficiar jovens empreendedores honestos, responsáveis, com necessidade de sustentarem as suas famílias e os seus estudos, contribuindo deste modo para o combate ao desemprego, à fome e à pobreza.

O projecto P200, precisou, tem um período de implementação de 12 meses, altura em os jovens seleccionados nas 18 províncias terão já os quiosques a funcionarem.

Salientou que este é mais um desafio que se coloca aos jovens, mais um esforço de implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude, cujos principais objectivos são a formação profissional e o emprego para os jovens.

Informou que a formação dos jovens beneficiários será garantida pela Câmara de Comércio e Indústria de Angola, que vai transmitir aos jovens noções de negócios, gestão, poupanças.

Reconheceu que a iniciativa é um gesto pequeno em função do grau de desemprego da juventude, mas a vontade e programas para o seu combate.

Fez saber que o projecto, estimado ao equivalente a um milhão de dólares, é de iniciativa privada, sendo que o Ministério da Juventude e Desportos apenas fornece o apoio institucional, mobilizando os governos provinciais e as administrações municipais para o sucesso do programa.

De iniciativa privada, o P200, destinado à juventude, o programa vai criar 200 novos postos de trabalho directos e cerca de duas mil outras pessoas serão beneficiadas com a sua implementação.

A BAT-Angola é uma subsidiária da BAT Global, que opera no país desde a década de 1950, como accionista da Empresa de Tabacos de Angola, actualmente com uma quota de mercado de 48 por cento.

3.3 Banco sol abre agência no Panguila

Folha 8

21 De Agosto de 2015

Texto De António Neto E Garcia

Mayamona

O presidente do Conselho de Administração do Banco Sol (BS), Coutinho Nobre Miguel, inaugurou uma nova agência no mercado do Panguila, município do Dande, província do Bengo, visando apoiar as micros e pequenas empresas, bem como pessoas singulares com iniciativa na área do empreendedorismo. Numa primeira fase, a instituição financeira tem disponível o pacote Sol Crescimento 201512016, avaliado em 10 milhões de dólares, inserido, segundo Coutinho Nobre Miguel no Programa de expansão do banco e de combate à pobreza, a fome e ao desemprego, sobretudo no seio da juventude.

O banqueiro garantiu que vai continuar a abrir novos balcões e a trabalhar na estratégia de crescimento, oferecendo sempre os melhores serviços à população.

Por sua vez, o vice-governador da província do Bengo, Domingos Guilherme, agradeceu o gesto do Banco Sol cuja iniciativa vai ajudar as pessoas da área a diversificar a economia da província, permitindo um rápido desenvolvimento das circunscrições.

O Banco Sol conta até ao momento com 176 balcões em todo país.

3.4 Restaurantes cada vez mais caros e barracas são alternativa

Semanário Angolense

1 De Agosto de 2015

Texto: Gasar Faustino

A cada dia que passa, vários são os restaurantes que nascem na cidade capital, mas, apesar do aumento da concorrência, os preços altos ainda são um denominador comum e uma dor de cabeça para os cidadãos.

A equipa de reportagem do *Semanário Angolense* (SA) fez uma ronda pelos restaurantes e mercados de Luanda, para constatar as dificuldades para se fazer uma refeição em algum restaurante. A razão? A mesma de sempre: são caros. A solução passa por ir comer nos mercados onde há de tudo e a baixo preço.

De acordo com Domingas Rafael, uma das primeiras vendedoras do mercado «Asa Branca», onde começou há mais de 35 anos, Mana Minguíta, como é carinhosamente tratada pelos clientes e por outras vendedoras, afirma que os clientes que optam pelo mercado para fazer refeições não encontram dificuldades, «porque aqui encontra-se de tudo».

Os clientes não têm reclamações de nada, como explica Mana Minguíta: «Aqui fazemos de tudo um pouco, ao gosto dos clientes. O funji de milho e o de bombó, com o acompanhamento do peito alto, da muamba de galinha rija, das miudezas de cabrito, do peixe grelhado com molho de tomate, kizaca e funji com muteta, ou feijão de óleo de palma com catato, são iguarias da terra e que podem ser saboreadas nestes lugares. Os pratos mais rotineiros são o calulú e o mufete».

Mana Minguíta disse ainda que alguns trabalhadores da Administração do Cazenga preferem consumir a comida do mercado, ao invés dos restaurantes existentes naquele bairro. A razão é simples: no mercado, o prato mais caro fica por 8GO Kwanzas, muito menos que nos restaurantes.

Luanda é uma das cidades mais caras do mundo. O que é barato aqui, em Nova Iorque é um jantar num excelente restaurante com cocktail incluído: cocktail seno, diga-se de passagem, ou seja: esta lista é para ser apreciada com base na nossa realidade peculiar, onde, em média, o preço de um prato de carne ronda os cinco mil Kwanzas e um prato de peixe ronda Kz seis mil.

Oferta limitada nos restaurantes

Na ronda que o *Semanário Angolense* (SA) fez pela cidade de Luanda, apurou que comer fora de casa tornou-se um hábito entre os cidadãos. Mas a oferta de comidas típicas angolanas nos dias de hoje é limitada, o que proporciona poucas escolhas aos clientes. Grande parte dos luandenses têm no funji, com os seus acompanhantes, uma comida de eleição, havendo mesmo quem não escolha a hora para comer.

«Não tenho problemas quanto a comer o nosso funji. Seja de manhã, ou de noite; sempre que estiver à disposição eu como sem qualquer problema», disse-nos Tito Maurício, que afirmou desconhecer as razões que estão na base da ausência dos pratos típicos em grande parte dos restaurantes luandenses de primeira classe.

«Se calhar é o facto de os angolanos que frequentam esses locais não solicitarem os nossos pratos, talvez por preconceito», disse o jovem trabalhador. A maioria dos clientes encontra sérias dificuldades para saborear um prato da terra devido à escassez de iguarias nacionais nas casas de restauração em Luanda.

«É difícil encontrar calulú de carne seca ou mufete nos restaurantes, o que me obriga a comer a mesma coisa de segunda a sexta», começou por contar Edivaldo Caracol, funcionário público, salientando que «não há nada melhor do que poder comer um bom quitute da terra sempre que apetecer».

Funji não casa com luxo?

Os pratos angolanos não fazem parte da ementa da maioria dos restaurantes de luxo. Os cozinheiros justificam que obedecem a ordens. Os proprietários alegam que há pouca procura da culinária nacional e os clientes queixam-se da falta de opção. No final de contas ficam todos a perder.

Segundo uma fonte afecto ao restaurante Grill, mas que pediu anonimato, «a comida de excelente qualidade compensa o preço».

«Os preços nos restaurantes em Luanda custam os olhos da cara porque a vida em Angola é muito cara. Nós não fazemos comidas típicas angolanas no nosso restaurante devido a pouca procura. A maioria dos clientes que procuram os nossos serviços é estrangeira. É um ou outro que pede comida nacional, como o famoso funji de milho ou de mandioca, muamba de carne seca ou de galinha, peixe grelhado, feijão de óleo de palma, entre outros», explicou.

Resumindo, afinal, para quem quiser degustar um bom quitute da terra, deve recorrer a uma boa barraca, num mercado, sobretudo se for de uma cozinheira de mãos cheias.

3.5 Comércio regula a venda ambulante

Jornal de Angola

13 De Agosto de 2015

Texto: Lourenço Bule e Weza Pascoal

O Ministério do Comércio identificou a falta de um código de barras nacional, o ordenamento comercial, venda desordenada de mercadorias, Incentivos ao comércio precário e o desajuste das leis das actividades comerciais como os principais factores que concorrem para a fraca dinamização do sector e que devem ser revistos com celeridade para que o país possa encontrar o caminho certo para a diversificação da economia.

Ao discursar no encerramento do oitavo conselho consultivo do órgão, realizado na cidade de Menongue, de segunda a quarta-feira, a ministra do Comércio citou como exemplo a retenção no Porto de Luanda de 26 contentores com 11 milhões de ovos que entraram no país sem licença do Ministério do Comércio ou da Agricultura, bem como se desconhece o país de origem do produto.

Rosa Pacavira disse que "são situações como esta que não podemos permitir se queremos realmente tomar cada vez menos de pendente a economia de Angola do petróleo, porque esta atitude prejudica a produção nacional". A ministra acrescentou que os 26 contentores estão a ser alvo de exames laboratoriais pelas autoridades competentes em coordenação com o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) que depois se vai encarregar do destino a dar ao produto.

O Conselho, que decorreu sob o lema "Formalização do comércio rumo à diversificação da economia", sublinhou que a necessidade da regulação de estratégias de apoio à produção nacional e a elaboração de um plano anual de importação são medidas que podem ajudar a alavancar a diversificação da economia nacional.

Outra medida defendida no encontro é a realização de um levantamento das cantinas e cadastramento dos vendedores ambulantes e feirantes, em coordenação com as Administrações Municipais, com vista à sua inserção em galerias a serem construídas

em todo o país, que podem ajudar a engordar as contas públicas.

A ministra reafirmou que até ao final deste mês de Agosto os operadores económicos devem concluir a transferência de toda a actividade do comércio a grosso dos centros das cidades para as zonas periféricas e anunciou a retirada de circulação das cédulas do alvará comercial antigo.

O conselho anunciou também a construção de galerias comerciais de proximidade, no âmbito da formalização do comércio informal e trabalhar em parceria com os Governos Provinciais para o cadastramento das cantinas existentes. Outra medida saída do encontro é a criação de mecanismos para garantir o escoamento da produção nacional para os grandes centros urbanos, no âmbito do Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários (PAPAGRO) e identificar e fazer o levantamento das acções de criatividade e empreendedorismo em prol da promoção das exportações do país. Rosa Pacavira destacou a produção de arroz na fazenda agro-industrial do Longa, no Cuando Cubango, com uma capacidade de produção de 30 mil toneladas por ano, que vai contribuir para a redução progressiva das importações deste produto.

A ministra tranquilizou os diferentes operadores económicos, dizendo que o novo alvará comercial, lançado no dia 30 de Agosto de 2013, oferece maior segurança e impõe regras no exercício da actividade comercial no país, em detrimento do anterior que era usado de modo abusivo, fraudulento e averbado para várias actividades de forma fictícia.

Produção nacional

Os participantes apontaram ainda o aperfeiçoamento de estratégias de salvaguarda da produção nacional, assim como os planos anuais de importação, criação de Centrais de Compras Agropecuárias (CEAGRO), a nível das províncias, e condições operacionais de funcionamento do Entrepasto Aduaneiro, como estabilizadores de preços no mercado nacional e gestão das reservas estratégicas do Estado.

A regulação dos prazos para pagamento aos fornecedores de produtos agro-pecuários pelas grandes e médias superfícies, revisão, actualização e aprovação do estatuto orgânico das representações comerciais de Angola no exterior como serviços tutelados pelo Ministério, realização do balanço quinquenal 2010-2015, do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, entre outros temas ligados à regulação do sector, foram outras preocupações durante o encontro.

3.6 «Defendemos os nossos membros e resolvemos os problemas»

Semanário Angolense
14 De Agosto de 2015

O responsável para a área fiscal da associação de moto-taxistas do Rocha Pinto, Mariano Lauriano Paulino, reconheceu a este jornal que os efectivos da polícia que actuam naquela circunscrição muitas vezes deixam a desejar por manifestarem condutas menos boas, principalmente com os seus membros.

«Depois de termos criado a associação julgamos que seria o fim de todos os nossos problemas mas, ao que tudo indica, teremos de travar ainda uma guerra entre os membros e os polícias. A associação foi criada há dois meses com o objectivo de traçar metas para melhor servir a população, ou seja, trabalharmos de forma mais eficaz», informou, ao apontar que os membros têm uma dose de benefícios que surgem da quota que pagam todos dias.

Segundo aquele responsável, qualquer membro que tiver algum problema de saúde proveniente de algum acidente no período de trabalho, gozam de privilégios e são assistidos medicamentosamente.

A reportagem do *Semanário Angolense* que se deslocou até ao projecto Nova Vida, onde está localizado um elevadíssimo grupo de kupapatas inscritos numa outra Associação que é a Amotrang, constatou igualmente que aqueles vivem os mesmos problemas e criticam a polícia por trata-los de forma inadequada.

3.7 Angolanas vendem de tudo nas ruas de Luanda sempre de olhos nos fiscais

Jornal A República
14 De Agosto de 2015

Às primeiras horas do dia, Clementina da Silva, de 29 anos, já está na "zunga", como é conhecida a venda ambulante em Angola, prática ilegal, nomeadamente pelas dificuldades que provoca no trânsito ou por se tratar de economia informal.

A venda da água mineral que transporta à cabeça permite-lhe levar para casa, todos os dias, pouco mais

de 1.000 kwanzas de lucro, alimentando seis filhos e o marido.

"É sofrimento, meu irmão", conta à agência Lusa, ao mesmo tempo que explica não ter dinheiro para comprar uma banca num dos vários mercados da capital, por entre a boa disposição típica destas mulheres.

Resta-lhe, como a Albertina Dias, de 28 anos, improvisar uma banca num qualquer passeio, chamando a atenção dos clientes, mas tentando passar despercebida aos fiscais.

"Há dias que [o negócio] anda um pouco, há outro que não compensa", conta esta zungueira, que vende bolachas pelas ruas de Luanda, por onde fica entre as 07:00 e as 20:00, todos os dias, deixando em casa os seus cinco filhos. Noutra zona de Luanda, e já com seis horas de caminhada nas pernas, Antónia da Cunha, de 30 anos, leva a bacia cheia de frescos. A "correr bem", deverá regressar com 30.000 kwanzas (pouco mais de 200 euros), grande parte para pagar o "negócio" que comprou para vender na rua.

Em casa tem cinco filhos e o marido para alimentar, na rua é um olho no produto e outro no fiscal, que pode chegar a qualquer momento, apreendendo a mercadoria que muitas deixam para trás na correria.

Isto porque as poucas bancas livres para vender nos mercados "são muito caras", conta, sempre desperta para fazer o melhor negócio com os clientes por entre a conversa.

É como Joana 'Mãezinha', que tem 40 anos e que carrega à cabeça, na bacia, os seus legumes. O problema é que ao fim de uma manhã ainda não fez negócio.

"Não tem clientes, as coisas têm subido [de preço]", confessa, admitindo "muitas dificuldades" para conseguir levar de comer para casa, onde estão seis filhos, a mais velha a tratar das refeições dos irmãos.

"Não estão a deixar vender na rua. Os fiscais dão-nos muita corrida, perdemos o negócio", diz, espreitando as movimentações à volta, não vá ser surpreendida.

A chegada em força das grandes superfícies ao centro de Luanda também complicou a vida a quem vende na rua, em qualquer esquina, como o calçado da zungueira Edna Maria.

Seja de homem ou de mulher, tem oferta suficiente para fazer 10.000 kwanzas por dia, mas só uma pequena parte é lucro.

"Eu trabalhava, mas depois vi que o bocado que eu ganhava não chegava para nada, por isso vim para ser zungueira.

Por enquanto, eu gosto porque não tenho um emprego fixo", admite Edna, já mãe de quatro filhos aos 23 anos.

Debaixo de um sol escaldante durante a tarde, procurando sombra nas entradas dos pré-dios ou junto às palmeiras, Maria Divina, de 20 anos, e uma filha de três anos que já leva para a "zunga" da bijuteria, a sua "especialidade" nas ruas de Luanda, sabe da ilegalidade do negócio.

"Eu sei que sim, mas não tenho local para vender. Não tenho dinheiro para comprar uma bancada no mercado", atira. Eisa Constantina é pouco mais velha, tem 23 anos, mas já três filhos. Pelas 07:00, todos os dias, já anda por Luanda a vender garrafas velhas de refrigerante com o mel que compra nas províncias. Contas feitas, consegue levar menos de 8.000 kwanzas por dia, após muitos quilómetros nas pernas, a única solução para milhares de mulheres que trocam as províncias pela capital.

"A situação está mal, os empregos não aparecem, não dá para ficar em casa porque é preciso pagar as propinas das crianças [escola], a doença [medicamentos]. Temos de vender mesmo na rua", desabafa Eisa.

3.8 Kupapatas exigem paz na «guerra» com polícia

Semanário Angolense

Texto: Baldino Miranda

Depois da criação de uma associação na comuna do Rocha Pinto, distrito urbano da Maianga, os moto-taxistas, vulgo «kupapatas» exigem dos efectivos da Polícia Nacional naquela circunscrição a pautarem-se por uma conduta mais adequada no relacionamento com os mesmos, ou seja, com todos os moto-taxistas que estão incrustos na referida associação e não forçá-los a pagar qualquer valor se não for a quota estipulada pela organização.

As exigências surgem no âmbito da pressão que os «kupapatas» têm sofrido por parte dos efectivos, que cobram determinados valores quando os interpelam, mesmo possuindo ou não todos os documentos que os permite praticar tal actividade. Dito de outra

forma, os moto-taxistas têm sido submetidos a «impostos revolucionários».

A necessidade de criar uma associação com objectivo de velar pelo interesse dos seus membros, segundo informaram vários associados, trouxe de alguma forma um clima de satisfação uma vez que todos trabalham de forma bem identificada.

Trabalham com coletes, um cartão de membro e, em função disso, exigem das autoridades respeito, tratamento igual em relação aos membros que existem noutras associações.

Ainda assim, mesmo depois da criação da associação, há membros que se sentem injustiçados pois têm sido, de acordo com vários depoimentos daqueles, interpelados e a direcção da associação não tem cumprido com os propósitos pelos quais a organização foi criada.

Outros contaram à reportagem do Semanário Angolense que mesmo desconfiados de que a criação da associação tenha a mão da própria polícia, não tem sido fácil manter e continuar a trabalhar nas condições a que são submetidos.

3.9 «Os membros às vezes são insuportáveis»

Semanário Angolense

14 De Agosto de 2015

Esta afirmação é do supervisor do município de Belas da Associação de Motoqueiros Transportadores de Angola (AMOTRANG), Leonardo Armando, que disse ao Semanário

Angolense que a associação do Rocha Pinto não tem razão de existir, uma vez que já existe a Amotrang com os mesmos objectivos e objecto social.

De acordo com aquele responsável, os problemas que se verificam com os motoqueiros do Rocha Pinto são os mesmos por que passam os da Amotrang: faltas de respeito, faltas de documentação, falta dos instrumentos de trabalho, nomeadamente o colete e o capacete.

«Os polícias são bons em muitos momentos mas, os membros das associações é que não cumprem com as regras do jogo. Tem havido encontros entre os membros, ou seja, os kupapatas e responsáveis da Polícia Nacional para ajustar o comportamento destes à realidade que se vive. O facto de pagarem 100 kwanzas diariamente não significa que devem

andar sem capacete ou inabilitados, isto é sem documentação apropriada para exercer a actividade», alertou, concluindo que a organização a que pertence vai negociar com a outra do Rocha Pinto no sentido de formarem uma única e velarem pelos interesses dos motoqueiros.

3.10 Perseguição sem trégua

Semanário Angolense

14 De Agosto de 2015

O *Semanário Angolense*, como não podia deixar de ser, andou um pouco por algumas artérias da cidade de Luanda e, principalmente, nas áreas por onde essa actividade é frequente e onde são incomodados todos os dias.

Estevão Relógio, natural da Huíla, tem 21 anos de idade. Trabalha no serviço de táxi há poucos meses e, para ele, foi tempo suficiente para perceber que a polícia não é um órgão sério, ou seja, os efectivos da Polícia Nacional que operam no distrito da Maianga têm muitas vezes posto em causa a corporação.

«Estou em Luanda há poucos meses, proveniente do Lubango, vim com o propósito de trabalhar e conseguir algum dinheiro para enviar à família em geral e para o sustento principalmente da minha esposa e filhos que estão a estudar. Estou inscrito na associação de moto-taxistas do Rocha Pinto e temos a obrigação de pagar à organização a quota de 100 kwanzas todos os dias para nos ajudar nos mais variados problemas que vivemos», contou, adiantando que a promessa feita pela presidência da organização nem sempre é cumprida uma vez que a polícia incomoda-os com ou sem habilitações.

O interlocutor que encontramos nas imediações da paragem da MACON ao Rocha Pinto, confessou à nossa reportagem que muitos efectivos da polícia, ao agirem no exercício das suas funções tornam em pesadelo o sonho de muitos cidadãos que na maioria dos casos são provenientes de várias partes do país e que têm Luanda como terra da realização dos sonhos.

«Neste momento, o meu desejo é que a polícia pare de incomodar os membros, sentimo-nos sufocados, há momentos em que o indivíduo não sabe como respirar porque a pressão é tanta por parte dos agentes policiais. Não pedimos muito, precisamos simplesmente que nos proporcionem paz», referiu.

No mesmo local, onde a reportagem deste jornal terá encontrado dezenas de membros da referida associação, conversamos igualmente com Adriano José, natural da Huíla, município do Lubango. É chefe de família e tem dois filhos. É mototaxista há 2 anos e inscrito na associação há poucos dias, ou seja, precisamente há 2 semanas.

«Precisamos que a polícia preocupe-se mais com a segurança da Maianga, precisamente nas zonas ou comunas mais críticas. Pelo contrário, os kupapatas normalmente não complicam e muito menos põem em risco a ordem pública. Nós ajudamos a levar as pessoas até ao seu destino por apenas cem kwanzas», recordou, apelando que para isso precisam que a polícia os deixe trabalhar de forma tranquila.

Tem 23 anos de idade e como fez questão de mencionar, é chefe de uma família que não tem muitos recursos económicos sendo que boa parte do tempo passa no campo a dedicar-se a agricultura e ao pasto. Veio a Luanda com o intuito de melhorar as condições de vida. O dinheiro que consegue semanal ou mensalmente faz questão de enviar, 70% do valor, à família.

«A ideia era que eles parassem com tais perseguições uma vez criada a associação, mas agora tudo está ao contrário. Quando somos interpelados, exigem até coisas que nada têm a ver com o tipo de meio com que trabalhamos e quando respondemos que não temos este ou um outro documento, é motivo suficiente para levarem o nosso instrumento de trabalho e obrigarem-nos a pagar valores muitas vezes altos», denunciou, sublinhando o que os seus colegas referiram: ou seja, que não são simplesmente os moto-taxistas que não estão inscritos na associação que têm encontrado dificuldades ou que são vítimas dos polícias. Até os inscritos encontram tais dificuldades e chegam na maior parte das vezes a serem os mais desrespeitados.

Uma revelação de Adriano quase que assenta a nossa reportagem: «A ideia da criação da associação partiu do segundo comandante da divisão do distrito da Maianga, tendo ele promovido um encontro com um número bom de moto-taxistas, onde nos sugeriu a brilhante ideia, aliás, consideramos brilhante porque em certos momentos, pertencer à associação tem sido vantajoso. Foi assim que materializamos a ideia e criamos uma associação onde elegemos o corpo directivo», esclareceu, adiantando que os eleitos não têm sido suficientemente capazes de resolver os problemas de todos os membros, uma vez que um dos objectivos traçados é defender os interesses de todos os taxistas inscritos na organização.

Bento Chimuco, é kupapata há 4 anos, natural do Huambo. Ao contrário de vários membros, aquele reconhece que há mais vantagens agora que é membro da associação do que quando não pertencia, uma vez que agora goza de certos benefícios.

«Pela experiência que tenho, acho que a associação veio dar um impulso e uma certa dinâmica no que concerne às complicações com os agentes reguladores do trânsito apesar de muitos deles continuarem a complicar a vida de muitos colegas», reconheceu.

Sublinhou igualmente que os membros da direcção da organização, nomeadamente o presidente, vice-presidente, o secretário-geral e o responsável pela área da fiscalização, têm a obrigação de redobramos esforços no sentido de defenderem melhor os interesses do colectivo.

«É por este motivo que constituímos a associação, inclusive com o apoio da própria polícia e, nestes termos, não vemos motivos para muitos agentes agirem de má fé, uma vez que quando trabalhamos bem identificados estamos ajudar a própria corporação», disse o interlocutor que admitiu viver simplesmente do trabalho que faz, ao contrário de muitos dos seus colegas que fazem daquele trabalho um passatempo.

3.11 Administração preocupada com venda ambulante

Jornal Agora

21 De Agosto de 2015

O administrador da comuna de Ramiros, a Sul de Luanda, revelou ao Agora que uma das inquietações do seu mandato é acabar com a venda ambulante na circunscrição.

António Mukissi diz que o fenómeno poderá ser ultrapassado com a construção de um mercado, onde venham a ser agrupados todos os vendedores que hoje têm as ruas e bermas das estradas como pontos de comercialização das suas mercadorias.

"A venda ambulante é uma das nossas grandes preocupações, uma vez que as pessoas não devem vender nas ruas ou à beira da estrada. Mas, o Ramiros ainda não tem um mercado oficial. Isso está na nossa agenda. Vamos resolver", observou edil do Ramiros.

A comercialização de produtos nas ruas, para além de ser um atentado à higiene, também periga a vida dos

próprios vendedores, em virtude da intensa circulação de viaturas e motorizadas.

A administração já empreendeu campanhas de sensibilização das pessoas, mas a prática ainda é uma realidade que ensombra, em certa medida, a vida na comuna.

O administrador António Mukissi referiu-se, igualmente, ao lixo e à organização do serviço de moto táxi. Neste último aspecto, pelo menos 126 moto-taxistas já foram cadastrados e receberam colectes reflectores que servem para os identificar. 'Todos pela vida crescemos juntos', esta é a inscrição estampada no dorso dos coletes de cor verde.

O lixo é outra frente que igualmente não deixa o administrador dormir à vontade, numa altura em que o projecto 'Luanda Limpa', que previa a recolha dos resíduos dos moradores mediante um pagamento, parece já não ter 'pernas' para andar.

Com o concurso da micro-operadora 'El-Paz', espera-se por melhorias neste domínio. Já foram colocados alguns contentores nas principais ruas da circunscrição, mas ainda insuficientes para uma localidade que cresce a cada dia.

Durante breve conversa com o repórter, o administrador falou ainda da delinquência, avançando que, "neste momento, a situação está acautelada", e que "estamos a trabalhar com a Polícia e o Posto de Comando Unificado (PCU)", para o patrulhamento contínuo em toda a jurisdição.

Na comuna, que pertence ao município de Belas, a recente campanha de vacinação contra a Poliomielite foi um êxito. O responsável diz que a campanha foi cumprida em 91%, tendo sido vacinadas 10 mil e nove crianças contra a doença dos zero a cinco anos de idade, em três dias.

3.12 A final o Banco Sol não “engorda” as kinguilas do Maculusso.

Jornal Grandes Notícias

21 De Agosto de 2015

Texto: António André

Na ultima segunda-feira 17, estivemos com o Presidente do Conselho de Administração (PCA) do Banco Sol, Dr. Coutinho Nobre Miguel, que nos mostrou os mapas e os compromissos que o banco tern para com os seus clientes que, para comprarem

as notas de USD devem ter um comprovativo para conseguir obter as divisas. Para satisfazer a necessidade dos seus clientes o Banco recebe muito pouco do Banco Nacional de Angola para satisfazer os seus clientes.

Aqui ficam as nossas sinceras desculpas ao colectivo de trabalhadores, clientes e em particular a pessoa do seu PCA, Dr. Coutinho Nobre Miguel. Temos consciência dos danos causados a si e a instituição que doutamente dirige, com a informação veiculada por este semanário, na sua edição do dia 14 de Agosto de 2015, sob o título «Banco Sol Engorda kinguilas do Maculusso»

Em busca da verdade, e porque ela pauta a nossa actividade, na base da isenção, ética e deontologia profissional, responsabilidade e objectividade, contactada a Direcção do Banco Sol, e obtidos os mapas de gestão de liquidez, mapas de compras e vendas de divisas e notas, obtivemos a informação plausível, rigorosa e tecnicamente suportada por elementos que, reprovam a informação por nos veiculada. Por estas razões, reiteramos publicamente, as nossas sinceras desculpas ao mesmo tempo que felicita a direcção do Banco Sol pelos elevados níveis de controlo, rigor e de acompanhamento da gestão dos recursos cambiais. Além disso, a inequívoca solidez financeira do Banco, a julgar pelos seus rácios de solvabilidade, eficiência, resultados líquidos e o seu firme posicionamento no mercado, devem orgulhar cada um de nós.

Nas vendas do mercado, primeiro a banca comercial, no que toca ao Banco Sol, verificamos através dos documentos a que tivemos acesso que esta instituição tem cumprido com as orientações do banco nacional de Angola, concerne a gestão das divisas e, para a sua obtenção, tem de forma transparente e rigorosa como orienta as políticas do Executivo no e a venda de divisas dos bancos.

O seu presidente Coutinho Nobre Miguel considerou que a gestão do banco que dirige tem sido positiva, «demonstrando os resultados do banco ao longo da sua criação e da sua actividade no país. E estamos nas 18 provinciais dos países e, também estamos nos municípios e nas comunas e antes éramos um banco de micro crédito e, agora, estamos a caminhar para um banco de referência nacional.

Nesta sexta-feira, 21, vamos inaugurar mais dois balcões em Luanda, um no município de Belas e o outro no Cazenga», disse. Podemos notar que o Banco Sol tem gerado uma mais valia quer para os accionistas, quer para os funcionários e promoveu também a concorrência no mercado, que conta com mais de dez bancos comerciais. Mais uma vez, as

nossas sinceras desculpas e, o extensivo ao público leitor deste semanário.

3.13 Estamos a tentar transferir o mercado informal para o formal

Novo Jornal

21 De Agosto de 2015

Texto: Hortêncio Sebastião

Porque a aposta neste segmento de negócio?

Por um lado, porque há muito potencial. Sabemos o peso que o mercado informal tem no nosso País, portanto há muito potencial de transferência desse consumo para unidades mais bem montadas, confortáveis, com outras condições de preservar a qualidade dos alimentos, de preservar o frio. E há uma apetência do consumidor angolano em ter sítios onde possa fazer as suas compras de alimentação com esse conforto e garantia de qualidade.

Até que ponto será apetecível apostar na distribuição num mercado como Luanda?

A cidade de Luanda é uma região para investir, porque há muitos consumidores que não estão satisfeitos com as lojas e supermercados onde fazem os seus abastecimentos, nomeadamente no mercado informal. É uma cidade em crescimento que tem mais gente a entrar na classe média, com mais rendimento disponível e que exige outro tipo de estabelecimentos para fazer as suas compras. Aqui há mais garantias de qualidade, mais confiança nas compras que se fazem e nesse sentido serve para acompanhar essa transferência do mercado informal para o formal. Faz sentido investir em lojas que tenham algum conforto e ambiente de compra de mais confiança. Por outro lado, porque o País está numa fase de crescimento e modernização, faz todo o sentido que haja sítios e operadores que consigam ter uma resposta às exigências crescentes da população angolana.

Isto, a medida que a população vai também crescendo, começa a ser mais exigente e devemos estar preparados para responder essas exigências.

Em termos de produtos nacionais há alguma oferta substancial?

Neste momento, mais de 60% dos produtos que vendemos são comprados a fornecedores nacionais, seja de produtores directos de perecíveis, frutas, vegetais, carne, peixe, seja a nível de produtos secos.

seja a nível da produção já realizada aqui pela indústria transformadora.

E o que representam os produtos importados e uma fatia ainda bastante elevada? E porque, infelizmente, ainda não temos aqui a capacidade de produção para dar resposta a procura que existe de todo o tipo de produtos e ainda se recorre muito a importação. No fundo e para que se possa ter produtos que satisfaçam os clientes que no fundo e quem mandam no meio disto tudo, pois eles querem e precisam e nós tentamos responder da melhor forma.

Que experiência trás da primeira loja já aberta há algum tempo?

A experiência e que o consumidor angolano e muito mais exigente do que aquilo que se poderia pensar a partida, que já tem um nível de exigência de qualidade em que nós temos de estar preparados para responder. Mas por outro lado, o consumidor angolano não e igual em todas as localizações, Isto também não pode ser um modelo que serve para todas as regiões, bairros e municípios. Vamos ter capacidade de ajustar a nossa oferta a população que esta nos sítios onde estamos inseridos. Esta e a aprendizagem que temos tido. Há uma apetência muito grande para que os consumidores adiram a proposta de valor que estamos a oferecer produção já realizada aqui pela indústria transformadora.

E o que representam os produtos importados e uma fatia ainda bastante elevada?

E porque, infelizmente, ainda não temos aqui a capacidade de produção para dar resposta a procura que existe de todo o tipo de produtos e ainda se recorre muito a importação. No fundo e para que se possa ter produtos que satisfaçam os clientes que no fundo e quem mandam no meio disto tudo, pois eles querem e precisam e nos tentamos responder da melhor forma.

Que experiência trás da primeira loja já aberta há algum tempo?

A experiência e que o consumidor angolano e muito mais exigente do que aquilo que se poderia pensar a partida, que já tem um nível de exigência de qualidade em que nos temos de estar preparados para responder. Mas por outro lado, o consumidor angolano não e igual em todas as localizações. Isto também não pode ser um modelo que serve para todas as regiões, bairros e municípios. Vamos ter capacidade de ajustar a nossa oferta a população que esta nos sítios onde estamos inseridos. Esta e a aprendizagem que temos tido. Há urna apetência

muito grande para que os consumidores adiram a proposta de valor que estamos a oferecer.

Mas a recente pauta aduaneira não tem, de alguma maneira, sido urn entrave no vosso trabalho, naquilo que diz respeito a importação de produtos?

Considero que urna das formas de promover a produção nacional e de alguma forma taxar os produtos importados, principalmente aqueles que não são de necessidades básicas. E perfeitamente legitimo e normal que haja uma pauta aduaneira que defenda a produção nacional conseguisse suprir todas as necessidades e com as importações estamos a pagar uma pauta aduaneira cara e isso vai depois reflectir-se nos preços ao consumidor. Mas e este equilíbrio que tem de haver entre a qualidade de produtos de produção nacional e as necessidades de importação.

E tern havido esse equilíbrio?

Pensamos que sim. Tem havido esse equilíbrio, mas e importante que a produção nacional consiga responder as necessidades e aquilo que podemos comprar. Porque muitas vezes aquilo que queremos comprar não e fornecido ou porque a produção não chegou ou houve algum problema, e importante que a produção nacional tenha mais capacidade, seja logística, seja da própria produção para responder a procura que e crescente.

E quanta a escassez de divisas, não tem estado a dificultar as importações?

Dificulta como e obvio e isso deve-se também aquilo que esta disponível no mercado e a continuar a importar aquilo que e necessário, sem que o consumidor sinta que há rupturas de fornecimentos.

A crise económica e também outro empecilho?

Não, mas e algo com o qual temos que saber conviver, porque senão estivermos disponíveis para ter problemas e não soubermos viver com eles, temos que nos adaptar. E uma coisa que e para todos e quem estiver no mercado tern que saber adaptar-se aos períodos de crise, de crescimento, de abundância e todas as operações que estejam preparados para isso. Sem entrar em euforias, com os pés bem assentes na terra, mas tentarmos fazer urn trabalho sério, contínuo, consistente, que permita ter aquilo que os consumidores precisam.

Qual e o volume de negócios alcançado ate hoje pelo grupo na loja anterior, do Cazenga?

Tem sido uma grande surpresa porque conhecemos aquela zona que tem uma densidade populacional muito grande. Começou com muitos clientes e a média de compra não era nada e a medida que nos fomos instalando, a compra média, ou o cesto de compras dos clientes foi aumentando e neste momento estamos a aumentar as vendas em cerca de 30% face ao ano passado. E muito por causa disso, as pessoas começaram a experimentar novos produtos, comprar novas coisas e a alargar o cabaz; tem sido uma experiência a seguir.

Ainda assim existem três ou mais concorrentes aqui por perto da nova loja, tirando o Deskontão. Refiro-me ao Kero e ao Shoprite... Temos que estar habituados a concorrer uns com os outros e depois o consumidor vai escolher aquele que preferir. Temos que estar habituados a isso, porque esses operadores estão cá para ficar e como em todos os sítios onde houver pessoas para servir esses operadores estão juntos uns dos outros.

Quantos postos de trabalho vai criar com este novo estabelecimento comercial?

Vamos criar cerca de 85 postos de trabalho directos, mas há outros indirectos, porque quando uma unidade destas abre há sempre as equipas de segurança e de limpeza. São estes serviços indirectos que depois são gerados pelas unidades deste género quando se instalam.

Que outras perspectivas de expansão tem o grupo?

Para já queremos sustentar a nossa posição em Luanda. Temos mais algumas lojas em construção para depois serem abertas, antes de avançar para outras províncias o que será numa segunda fase de exploração.

Ainda assim também existem constrangimentos?

Há sempre constrangimentos, mas e como digo: Num negócio há sempre problemas diários. Ainda agora avariou-se um forno da padaria e nos temos que estar preparados para resolver estes problemas. Constrangimentos vão haver sempre em qualquer lado e temos de estar preparados para resolvê-los,

Esta a dizer que a qualidade, preço e benefício e um dos propósitos salvaguardados?

Sim. É evidente que não podemos estar a espera de um operador do mercado informal que não tem os investimentos, nem os custos que nos temos... Mas estamos a tentar, a custa da nossa própria margem de rentabilidade, que os nossos preços sejam aproximados aos do mercado informal para gerar

essa transferência dos consumidores de um sítio para o outro.

3.14 Administração preocupada com venda ambulante

Jornal Agora

21 De Agosto de 2015

O administrador da comuna de Ramiros, a Sul de Luanda, revelou ao Agora que uma das inquietações do seu mandato é acabar com a venda ambulante na circunscrição.

António Mukissi diz que o fenómeno poderá ser ultrapassado com a construção de um mercado, onde venham a ser agrupados todos os vendedores que hoje têm as ruas e bermas das estradas como pontos de comercialização das suas mercadorias.

"A venda ambulante é uma das nossas grandes preocupações, uma vez que as pessoas não devem vender nas ruas ou à beira da estrada. Mas, o Ramiros ainda não tem um mercado oficial. Isso está na nossa agenda. Vamos resolver", observou o edil do Ramiros.

A comercialização de produtos nas ruas, para além de ser um atentado à higiene, também periga a vida dos próprios vendedores, em virtude da intensa circulação de viaturas e motorizadas.

A administração já empreendeu campanhas de sensibilização das pessoas, mas a prática ainda é uma realidade que ensombra, em certa medida, a vida na comuna.

O administrador António Mukissi referiu-se, igualmente, ao lixo e à organização do serviço de moto-táxi. Neste último aspecto, pelo menos 126 moto-taxistas já foram cadastrados e receberam colectes reflectores que servem para os identificar. "Todos pela vida crescemos juntos", esta é a inscrição estampada no dorso dos coletes de cor verde.

O lixo é outra frente que igualmente não deixa o administrador dormir à vontade, numa altura em que o projecto 'Luanda Limpa', que previa a recolha dos resíduos dos moradores mediante um pagamento, parece já não ter 'pernas' para andar.

Com o concurso da micro-operadora 'El-Paz', espera-se por melhorias neste domínio.

Já foram colocados alguns contentores nas principais ruas da circunscrição, mas ainda insuficientes para uma localidade que cresce a cada dia.

Durante breve conversa com o repórter, o administrador falou ainda da delinquência, avançando que, "neste momento, a situação está acautelada", e que "estamos a trabalhar com a Polícia e o Posto de Comando Unificado (PCU)", para o patrulhamento contínuo em toda a jurisdição.

Na comuna, que pertence ao município de Belas, a recente campanha de vacinação contra a Poliomielite foi um êxito. O responsável diz que a campanha foi cumprida em 91%, tendo sido vacinadas 10 mil e nove crianças contra a doença dos zero a cinco anos de idade, em três dias.

3.15 Administração do Lobito proíbe as vendas nas ruas

Jornal de Angola
23 De Agosto de 2015
Texto: Jesus Silva

A comercialização de produtos industriais, alimentares e agrícolas, por feirantes, na via rápida de acesso ao Bar Africano, São João, Santa Cruz e Catumbela está proibida, desde ontem, pela Administração Municipal do Lobito.

O administrador municipal do Lobito, Alberto Ngongo, anunciou que aquela via vai ser requalificada e os empreiteiros a quem foram adjudicadas obras de asfaltagem vão colocar as máquinas e o equipamento necessário ao arranque dos trabalhos na próxima terça-feira, para que sejam cumpridos os prazos previstos.

De igual modo, a Administração Municipal do Lobito pediu aos feirantes que comercializam na avenida Norton de Matos (paragem de táxis Lobito/Benguela) para abandonarem o local e deixarem livre a Estrada Nacional nº 100 (Luanda/Sumbel/Benguela), para se evitarem acidentes, como tem acontecido.

As "zungueiras" que pousam os seus produtos nas ruas mais movimentadas da cidade do Lobito também foram aconselhadas a deixarem de trabalhar dessa forma e inscreverem-se para venderem no edifício do Mercado Municipal, em condições adequadas, com recinto fechado, bancadas, água, energia e quartos de banho, sem pagamento de qualquer tipo de taxa. O administrador Alberto Ngongo foi peremptório em afirmar que os

comerciantes que não acatarem as ordens da Administração do Lobito, a partir do dia 31 de Agosto os fiscais vão actuar com multas de acordo as infracções.

O administrador municipal do Lobito manifestou o seu descontentamento pelo facto de alguns cidadãos, incitados por falsos profetas, insistirem em construir e viver em zonas de risco.

Aproximando-se a época chuvosa e para se evitar tragédias idênticas à de 11 de Março de 2015, em que 80 pessoas morreram por habitarem sobre o leito do rio Catumbela, o administrador Alberto Ngongo garantiu que todas as medidas persuasivas estão a ser tomadas pela Administração Municipal.

3.16 Circulação rodoviária conhece melhorias

Jornal de Angola
25 De Agosto de 2015-08-28
Texto: Francisco Curibingana

A realidade então vivida, levou o Governo Provincial de Malanje a adoptar medidas de carácter restritivo aos acessos ao casco urbano dos condutores dos motociclos de 50 centímetros cúbicos e com carga, a restrição do acesso ao casco urbano de condutores de motociclos superiores a 50 centímetros cúbicos transportando crianças com idade inferior a 14 anos, a restrição de acesso ao casco urbano dos condutores de motociclos inferiores a 50 centímetros cúbicos que não possuem ou que não utilizam capacetes ou meios de segurança, livrete e licenças de condução.

O segundo comandante provincial de Malanje da Polícia Nacional, subcomissário Pedro Quiambi, disse que os órgãos chamados a manter a ordem e tranquilidade pública da população criaram um plano operacional que se encontra em execução. Desde o dia 9 de Maio de 2015, disse, a Polícia Nacional realizou mais de mil apreensões diversas. Neste período, referiu, foram registados vários acidentes que resultaram em mortes e feridos mas, comparativamente ao período que antecedeu o início da operação, foi registada uma diminuição considerável de acidentes.

O subcomissário Pedro Quiambi, ao realçar a reportagem do Jornal de Angola as melhorias em termos de sinistros provocados pelos constantes acidentes, referiu que o trabalho vai ser estendido a todos os bairros. "Nos já temos um plano, que

denominamos "Plano Sequencial", das actividades que realizamos no casco urbano.

Aqueles que ainda continuam a circular com motociclos ou mesmo com ciclomotores sem registo, sem que estejam matriculados e sem que façam o uso dos meios de segurança como capacetes tem os seus dias contados", advertiu director provincial da Juventude e Desportos, Caetano da Rita Tintas, disse ao Jornal de Angola que decorre neste momento o processo de registo dos moto taxistas para o Governo Provincial criar condições para lhes dar trabalho.

Jovens motoqueiros

Um total de 1.262 jovens taxistas foram já registados nos bairros da Carreira de Tiro, Canambua, Maxinde, Cabala, Vila Matilde e Quizanga. O processo, disse Caetano da Rita Tintas, vai continuar noutros bairros periféricos. "Independentemente do registo dos moto-taxistas, também continuamos a mobilizar os jovens nos seus pontos de concentração, para respeitarem a posição do Governo, porque houve um período em que os jovens tomaram a iniciativa de vandalizar alguns meios em função da medida do Governo. A nossa responsabilidade consiste em mobilizar esses jovens para manterem a calma e se organizarem na associação dos moto-taxistas que, em nossa opinião, esta a fazer um trabalho muito positivo", disse Caetano da Rita Tintas. O director provincial da Juventude e Desportos assegurou que o trabalho de sensibilização e realizado em algumas igrejas e instituições de ensino, "porque muitas pessoas não tinham compreendido a essência desse trabalho". Valeu a pena essa medida do Governo pois registamos a redução dos acidentes e dos níveis de internamento no hospital em função da prática menos boa dos nossos moto-taxistas", sublinhou Caetano da Rita Tintas, acrescentando que no quadro dos esforços do Governo provincial para dar solução aos problemas dos moto-taxistas, foram já admitidos 62 jovens em algumas empresas que prestam serviços de táxi.

Tranquilidade nas ruas

O administrador municipal Osvaldo Naval dos Santos considerou que actual mente se vive um clima de tranquilidade nas ruas da cidade de Malanje. No que toca aos dados clínicos, Naval dos Santos disse haver uma melhoria pois se assiste a uma redução significativa de feridos ao nível das urgências. "Os acidentes com motorizadas afectavam sobretudo jovens que constituem a força do desenvolvimento do País."

Hoje já há mais tranquilidade na circulação dos munícipes pelas várias artérias da cidade de Malanje, já se pode conduzir com mais segurança, sem o perigo de sermos batidos por uma mota, considera Naval dos Santos, que informou que Administração Municipal de Malanje esta a trabalhar no sentido de rever o sistema de semáforos da sinalética vertical e horizontal.

"Temos conhecimento de que grande parte do material já esta em Luanda preparado para vir para a nossa província", concluiu Caetano da Rita Tintas.

Mortes por negligência

O director clínico do Hospital Geral de Malanje, Jacob Nlenvo Diata, disse a reportagem do Jornal de Angola que de Maio a Julho houve uma redução de 91 casos de internamento em relação a 2014. No que toca ao número de óbitos, prosseguiu, em igual período do ano passado foram registados 22 casos causados pela sinistralidade rodoviária, contra três óbitos em Maio de 2015. "Foram três óbitos em Maio, depois de terem sido tomadas as medidas de restrição aos moto-taxistas nas várias artérias da cidade de Malanje", destacou Jacob Nlenvo Diata.

O responsável clínico saudou as medidas do Governo que permitiram uma redução trimestral significativa de 97 por cento, o que, como disse, "e a primeira vez que o hospital tem uma redução tão drástica de mortalidade de ortotraumatologia por causa da sinistralidade rodoviária", sublinhou Jacob Diata, que frisou que durante Junho e Julho não se registaram óbitos por acidentes de motas na cidade de Malanje, pois os três óbitos são a consequência de acidentes registados antes da tomada das medidas restritivas. Em 2014, disse Jacob Nlenvo Diata, a média diária de casos por sinistralidade rodoviária era de 34 casos por dia, contra os dois casos actuais. "O banco de urgência de cirurgia, só por causa da sinistralidade rodoviária, recebia no ano passado uma média diária de 34 acidentados e hoje a média é de dois casos por dia."

Medidas do Governo

A reportagem do Jornal de Angola foi ao Hospital Geral de Malanje para conversar com alguns pacientes aí internados em consequência dos acidentes provocados pelas motorizadas. Miguel José Francisco, de 21 anos, veio do município de Cacusó.

Miguel conta que tudo aconteceu quando se dirigia a escola, embateu contra uma viatura e teve fractura numa perna. O paciente reconheceu que muitas vezes as motorizadas circulam sem segurança. José Alves, 18 anos, outro paciente internado há mais de dois

meses no Hospital Geral de Malanje, referiu que o acidente, com sua própria motorizada, aconteceu quando ia fazer compras, caiu e fracturou uma perna.

Rodrigo Gonçalves, 22 anos, foi surpreendido por uma viatura e, como consequência, a mota que o transportava despistou-se o provocando-lhe fractura no fémur. Como consequência, deixou de ir a escola e fazer outras acções que habitualmente realizava. Ao saudar a medida do Governo em restringir a circulação de motas no casco urbano da cidade de Malanje, Rodrigo Gonçalves disse que "apesar da desgraça de uns ser a vantagem de outros", a medida do Governo só peca por demorar tanto.

"Eu encorajo as autoridades a prosseguirem o seu trabalho", disse. Orlanda José Mendes não escapou a imprudência dos moto-taxistas. O dia 15 de Maio de 2015, passou a ser o mais triste da sua vida porque nesse dia sofreu o embate de uma mota que lhe fracturou a perna esquerda.

Orlanda José esta internada, com dores constantes, e aconselha as pessoas a terem cuidado quando utilizam as motas, porque muitas não possuem os requisitos mínimos de segurança, pondo em risco de vida os outros utentes das vias.

3.17 Projecto de P'200 ajuda no combate ao comércio informal

Semanário Económico
27 De Agosto de 2015

O ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, disse que o recém lançado projecto P200, para criação de 130 unidades de retalho (quiosques), nas 18 províncias do país, vai ajudar o esforço do Executivo na redução, no sentido de se reduzir o comércio informal.

Segundo o governante, que falava à imprensa no âmbito do lançamento do projecto, a ideia é de que esses quiosques sejam colocados em sítios de maior movimento de pessoas e em espaços com segurança para os equipamentos, principalmente depois da hora normal de trabalho.

"Pretende-se formalizar o comércio, os jovens beneficiários dos quiosques vão ter espaços apropriados, protegidos da chuva e do sol, onde os seus produtos serão bem conservados, assim como vão pagar as devidas taxas e impostos obrigatórios, terão licenças e serão contribuintes", detalhou.

Por outro lado, advertiu que nesses espaços serão vendidos, entre outros produtos, bebidas alcoólicas e tabaco, mas que só às pessoas maiores de 18 anos de idade.

Explicou que o projecto tem regras a que os jovens beneficiados prometem cumprir e haverá um sistema de monitorização e acompanhamento, para certificar se os vendedores estarão a cumprir com os regulamentos. "Se não cumprir com os regulamentos pré-definidos, o jovem beneficiário arrisca-se a perder o negócio", avisou.

Sublinhou que o projecto pretende beneficiar jovens empreendedores honestos, responsáveis, com necessidade de sustentarem as suas famílias e os seus estudos, contribuindo deste modo para o combate ao desemprego, à fome e à pobreza. O projecto P200, precisou, tem um período de implementação de 12 meses, altura em os jovens seleccionados nas 18 províncias terão já os quiosques a funcionarem.

Salientou que este é mais um desafio que se coloca aos jovens, mais um esforço de implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude, cujos principais objectivos são a formação profissional e o emprego para os jovens.

Informou que a formação dos jovens beneficiários será garantida pela Câmara de Comércio e Indústria de Angola, que vai transmitir aos jovens noções de negócios, gestão, poupanças. Reconheceu que a iniciativa é um gesto pequeno em função do grau de desemprego da juventude, mas a vontade e programas para o seu combate.

Fez saber que o projecto, estimado ao equivalente a um milhão de dólares, é de iniciativa privada, sendo que o Ministério da Juventude e Desportos apenas fornece o apoio institucional, mobilizando os governos provinciais e as administrações municipais para o sucesso do programa.

De iniciativa privada, o P200, destinado à juventude, o programa vai criar 200 novos postos de trabalho directos e cerca de duas mil outras pessoas serão beneficiadas com a sua implementação.

A BAT - Angola é uma subsidiária da BAT Global, que opera no país desde a década de 1950, como accionista da Empresa de Tabacos de Angola, actualmente com uma quota de mercado de 48 por cento.

3.18 Polícia da Samba “varre” ambulantes e normaliza circulação rodoviária

Jornal Agora

28 De Agosto de 2015

Texto: Júlio Gomes

Naquela que é a principal entrada de Luanda, a Sul, não muito distante, o tráfego automóvel era arreliante. Num troco de menos de dois quilómetros, entre o Morro dos Veados e o início da via expressa Cabolombo Cacucaco, perdiam-se hops. Tal era o 'anda-para' que caracterizava a marchas das viaturas.

"Era extremamente difícil passar e chegar cedo a outros pontos da cidade, entrando pelo corredor Sul. Sempre demorei mais nesta curta distancia do que entre Cabo Ledo e Ramiros. Já perdi ali três horas, por causa da confusão dos taxistas", diz Joao Vasconcelos, jovem camionista da Huila. "Para transpor este ponto, tinha de atravessar a madrugada ou a altas horas da noite", conta Rui Galiano, outro homem do volante que seguia no seu acavalo mecânicos Mercedes de cabine avançada.

Há dias, uma mulher, residente no bairro Mundial, nas imediações do Matadouro da Songo Comercial, que trabalha na baixa da capital. Revelou que antes tinha de sair de casa as 3 horas para passar por ali sem sobres saltos e chegar cedo ao emprego. Estas e outras lamentações parecem ter ficado relegadas ao passado.

O que afinal ocorreu para a mudança repentina de cenário?

Muitas pessoas que não assistiram ao que se passou questionam. Mas, a resposta está aí: há cerca de 15 dias, o Comando de Divisão da Polícia da Samba entrou em cena e, num ápice, acabou com a bagunças dos candongueiros, vulgo taxistas e vendedores ambulantes, que emprestavam ar de desordem naquele extremo de Luanda. A corporação investiu com homens pavimentos para varrer a anarquia que estava no auge, oferecendo imagem degradante para quem chega das províncias do mesmo de turistas ávidos de apreciar beleza que a natureza nos oferece de b embora, em grade medida, estejam subaproveitadas.

Houve um bom trabalho que devolveu normalidade a circulação de viatura e de peões. O comandante da Divisão da Samba explicou ao Agora como decorreu a operar empurrou os vendedores para um novo espaço longe da estrada e os taxistas para pontos de estacionamento. "O nosso objectivo foi e continua

combate a venda ambulante e melhorar o tráfego automóvel naquela zona. Primeiro, levamos a cabo uma acção de sensibilização as comunidades, para que os vendedores mudassem para outra praça que fica ao lado. Também tomamos medidas de advertência aos taxistas, numa primeira fase, para depois serem autuados os reincidentes", afirma o superintendente-chefe Gabriel Jorge dos santos Capusso.

As acções de sensibilização foram das de modo a abranger não só os taxistas como também os motoristas de auto públicos, "Criamos espaços para o estacionamento dos autocarros públicos e do taxistas. No caso de atropelamento repetido, demos a carta de condução e encaminhamos o prevaricador ao tribunal", reforça o comandante da Divisão da Samba.

"É possível vivermos na normalidade"

Gabriel Capusso avança que, neste momento, a situação está sob controlo e "o mais importante e que conseguimos moldara consciência das pessoas sem muitos comentários. Entendemos que, afinal, é possível fazermos da nossa cidade uma urbe com normas. Podemos viver na normalidade. Para o oficial superior, depois das acções desta índole, as outras estruturas deviam acompanhar com a reparação da estrada e colocação de sinais, incluindo o de estacionamento.

Em contra partida, revelou que da parceria com a sociedade tern havido muita denuncia, o que previne muitos crimes. Alias, os números de telefone das esquadras e postos, bem como dos seus comandantes, podem estar facilmente ao alcance dos cidadãos, a luz dos programas de interacção da corporação com as comunidades, como referiu o superintendente-chefe Capusso.

"Pensamos que temos de melhorar cada vez mais, uma vez que não se deve fazer só a denuncia quando a situação toca a nossa família", sublinhou. Para o reforço da parceria com o cidadão, a Divisão da Samba tern reunido com a população, incluindo alguns condóminos, organiza doações para idosos ou associações filantrópicas.

Essa é uma pratica que tern por objectivo "aproximarmo-nos cada vez mais da sociedade" e, deste modo, "abre-se o campo de troca de informação ente a Polícia e o cidadão, melhorando, igualmente, a confiança mútua".

Antecedentes de um 80m desempenho.

O Agora sabe que, entre 2012 e 2013, Gabriel Capusso esteve na origem do recrutamento de meninos de rua em Benguela e mobilizou-os para uma vida mais digna. Consta que passou a dar-lhes uma refeição diária e, com isso, pouco a pouco foram sendo integrados como oficiais num parque onde era frequente a quebra de vidros de viaturas.

Em função disso, acabou com a destruição, porque os adolescentes então envolvidos nesta confusão se tornaram em denunciadores dos malfeitores e assim as informações chegavam mais cedo a Polícia, levando a caça dos delinquentes. A iniciativa teve de imediato parceiros e, com isso, muitos dos antigos meninos de rua se tornaram hoje gestores das suas vidas. Os parceiros sociais ofereceram vários bens, entre os quais motorizadas que, por sua vez, foram sendo paulatinamente entregues aos jovens que as rentabilizaram, tornando-se em moto taxistas.

São exemplos como estes que, se fossem ensaiados nesta Luanda, que é maior urbe do País, talvez levassem à redução do exército de meninos de rua que deambulam por aí descontroladamente sem beira nem eira. Consideram-se ações que requerem, porém, tacto, persistência e apoio de homens e mulheres que apostam no futuro brilhante de quem sofre por causa da desagregação familiar ou da sociedade.

Limites do distrito.

OS limites geográficos do distrito urbano da Samba, com sede no bairro da Corimba (Samba Grande e Pequena), município de Luanda, que compreende os bairros da Corimba, Rocha Pinto e Morro Bento, constam do Diário da República (DR), série, nº 56, de 22 de Março de 2012.

De acordo com este documento oficial, a localidade começa na linha imaginária que une a costa marítima ao ponto de intercepção da Marginal Sudoeste (Praia do Bispo), com a rua Comandante Arguelles, desta até a rotunda da Samba a estrada da Corimba e Barra do Kwanza, que parte da rotunda Sul até ser interceptada pela zona projectada na ex-rotunda da Corimba.

A divisão abrange, igualmente, o troço da ex-rotunda da Corimba até a intercepção com a Avenida 21 de Janeiro (na ex-rotunda do Gamek) e a rua que passa pela Vila do Gamek até a sua junção com a Avenida Pedro de Castro Van-Dunem (Loy), para Sul, sendo interceptada pela 21 de Janeiro (rua do Kikagill). Essa faz ligação com a Corimba e a Barra do Kwanza.

Pertence, ao mesmo tempo, a esta divisão, parte da Barra do Kwanza até a vala de drenagem que passa

pelo Clube das Nações Unidas (ex-rotunda da Corimba) e desta até a sua Foz, seguindo a Costa do Oceano Atlântico para Norte até ao ponto de intercepção da Marginal Sudoeste (Praia do Bispo), com a rua Comandante Arguelles. Em contrapartida, um dos males que complicam muitas vezes as diligências da Polícia tem a ver com as construções anárquicas que nem sempre permitem o patrulhamento por meio de viaturas, ou ainda, as insuficiências da iluminação pública que tomam as ruas escuras em muitos bairros no período nocturno.

Na comuna do Futungo II, abre-se um desafio para a corporação. Aos fins-de-semana, o barulho ensurdecedor de uma casa nocturna, nas 'barbas' do Complexo Turístico do Futungo, não deixa os moradores a vontade. A gritaria dos foliões, na sua maioria jovens provenientes de outros bairros, ou ainda, as suas roupas muitas vezes indecentes, chegando mesmo alguns a mostrar a sua nudez, sob efeito de álcool ou de drogas, requer uma séria intervenção da Polícia.

3.19 Passagens pedonais transformadas em praças

Jornal Terra Angolana

28 De Agosto de 2015

Texto: Agostinho Maria

Concebidas para minimizar ou mesmo acabar com os atropelamentos Návia pública, principalmente nas estradas mais movimentadas, nomeadamente a N230, a passagens superiores foram hoje transformadas em autencas praças e em muitos casos com a chancela dos agentes de autoridade.

Esta é uma realidade, mas em outros casos, são os marginais que toma conta das famosas pontes aéreas, um quadro muitas vezes denunciado, mas que as autoridades não conseguem dar resposta e criar um ambiente de segurança nas pedonais.

O crescimento das vendas nas passagens está a provocar a deterioração sanitária das mesmas e o fluxo de pessoas faz com que muitos peões optem em atravessar as estradas sob o risco de sofrerem um atropelamento.

A falta de um eficaz regulamento jurídico da venda ambulante, em Luanda, também é vista como um elemento determinante para o crescimento do fenómeno, já que é uma realidade que acompanha a nossa cidade há 40 anos de independência.

Com Luanda na montra da venda ambulante, este Jornal saiu à rua e ouviu o que vai na alma de

muitos homens e mulheres que se dedicam á venda informal nas ruas.

A apetência pelas passagens, segundo Teresa Fonseca, ela que se dedica à venda da banana, na Fermat (Frescangol), diz que comercializa o seu produto, na zona, porque já não vê outro sítio mercantil.

"Meu pai, já não sei mais aonde é que a pessoa tem que vender, eu também sei que o local não é próprio, por exemplo, eu vivo nestas imediações, e a praça da BCA já está cheia e não tem lugar para nós, temos filhos para sustentar e também temos que ajudar os maridos nos gastos da casa", justificou, mas sempre atenta ao movimento dos carros de patrulha da Polícia Nacional e quando fazíamos a reportagem eis que os homens da farda azul surgiram, mas mesmo debaixo destas corridas a mulher acredita que é melhor que numa praça onde tem de pagar uma taxa de ocupação e por vezes não consegue vender nada.

Retomando a conversa disse que "temos que estar sempre atentas para não ser apanhada pelos fiscais, mas na verdade o que nos faz vender nestes locais é porque aqui as coisas andam mais, há dias que quando a sorte está mesmo do teu lado, o negócio acaba no mesmo dia, e tem dias que fica complicado, a pessoa pode ficar aqui até às dezoito horas e nem consegue vender mais do que 7 mil kwanzas", revelou a nossa interlocutora.

Adelaide, companheira de Teresa Fonseca, nas vendas, trás uma ferida no joelho, em causa está a tentativa de fugir dos agentes da Polícia Nacional que apenas passavam por aí.

Revelou, por outro lado que acidentes do género são constantes, porque "nós não sabemos se o polícia vem prender ou não. Então temos que fugir quase sempre, basta ver um polícia, temos de salvar o negócio."

O cenário não é diferente na ponte partida, são às centenas as vendedoras e como não podia deixar de ser são vários os constrangimentos de quem passa por aí todos os dias. As bermas da estrada foram invadidas e são vários os relatos de atropelamento na ponte partida. Vende-se de tudo um pouco, desde o perfume, creme peixe e uma variedade de hortofrutícolas.

Muitas delas são acompanhadas de crianças e quando devem fugir dos fiscais, algumas optam por abandonar a criança e levam os negócios.

Roberta Mateus disse que apesar das dificuldades que enfrenta ao vender no local, declarou que se trata do único espaço que entendeu para ganhar o pão,

alegando mesmo que "já percorri em vários sítios e não encontrei espaço." Roberta lembra também que estas dificuldades só começaram "depois do desmantelamento do mercado da Estalagem. As coisas para nós que dependemos das vendas para sustentar a casa ficaram complicadas. Na mama gorda, não chega para tanta gente, e na zunga, a pessoa pensa o peso que leva e com a criança nas costas é duro, por isso é que muitas de nós decidiram vir vender aqui."

O dia-a-dia destas senhoras nas passagens aéreas é muito difícil, pois constantemente estão em corrida, escapando ou não dos fiscais e agentes da Polícia Nacional. O segredo é manter o olho de falcão, porque senão são surpreendidas e ficam sem o negócio. Uma situação que Naninha Canda relata na primeira pessoa.

"Vender aqui na ponte é preciso ter muita atenção para não ser apanhada, caso contrário tens as tuas coisas recebida, para que isso não aconteça, vendemos mesmo aqui na entrada da escada, porque se uma colega gritar, aí tem como fugir, agora se eles virem dos dois lados aí à solução é preparar o dinheiro ou mesmo estar preparada para perder o negócio", contou.

Revelou ainda que o segredo de levar os seus produtos e deixar os filhos, "as minhas colegas têm bebés às vezes preferem deixar os bebés e levar o negócio porque os fiscais não vão levar as crianças, já o negócio de jeito nenhum, eles não deixam, e para deixar o seu negócio primeiro estragam e abandonam ali, se gastaste, por exemplo, 6 mil kwanzas, perdes mesmo."

3.20 Vendedores forçados a ingressarem no MPLA

Jornal Terra Angolana

28 De Agosto de 2015

Texto: Carlos Monteiro

Um grupo de vendedores de diferentes mercados da cidade do Uíge acusam o executivo de Paulo Pombolo de estar a forçar os vendedores a tirar cartão de militantes do MPLA.

O acto, segundo estes vendedores que falaram em exclusivo para o Terra Angolana, está a ser feito através de recolha compulsiva de cópias de Bilhetes de Identidades dos vendedores, principalmente do mercado municipal do Uíge, sob pretexto de fazerem o levantamento de quantas pessoas vendem no local, e quantas estão legais.

"Dizem que estão a fazer esse levantamento porque alguns de nós seremos transferidos para um outro mercado que está a ser construído aqui na cidade, mas a verdade é que nós não acreditamos nesta desculpa", disse a nos-sa fonte que preferiu falar na condição de anonimato.

" ... É uma situação que decorre desde o mês de Março deste ano, em que os militantes do MPLA circulam na praça, dizendo que são fiscais quando no fundo querem outra coisa. os pedem duas fitografias e cópia do B.I. ou da Cédula ... ", explicou o nosso interlocutor.

Segundo uma outra fonte contactada pela equipa do TA, os fiscais em causa pedem informações aos vendedores, questionando a sua militância partidária.

"Essa situação perturba muitos de nós, pois a praça é um lugar de comércio onde convergem pessoas de todas classes, raças e ideologias", lamenta.

" Não é só nas praças que isto está acontecer, este fenómeno decorre nas escolas onde os alunos jovens são forçados a serem da JMPLA para que não encontrem barreiras na transição de classe", afirmou o nosso interlocutor.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Comissões analisam política do investimento e limites para OGE-2016

Jornal Agora

21 De Agosto de 2015

As comissões Económicas e para a Economia Real do Conselho de Ministros apreciaram, nesta quinta-feira, em Luanda, na sua IX Reunião Ordinária Conjunta, a situação da Política Nacional do Investimento Privado.

O órgão apreciou, igualmente, o Projecto de Regulamento da Lei do Investimento Privado, que estabelece as regras de tramitação processual das propostas de investimento privado, de modo a tornar mais célere e expedita a tomada de decisão, a fiscalização e o acompanhamento dos projectos aprovados, para além do Decreto Presidencial que introduz alterações no regime jurídico de organização e no funcionamento da Unidade Técnica de Negociação, relacionadas com os processos de contratação e as propostas de investimento privado que dependam da autorização do Titular do Poder Executivo.

A reunião orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aprovou o Quadro Macroeconómico Anual de Referência e os Limites de Despesa para a Elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2016, com o objectivo de assegurar a implementação de programas e projectos prioritários, tendo em conta o quadro actual económico e financeiro do País.

No domínio fiscal, foi aprovado o Relatório de Balanço de Execução do Plano de Caixa do mês de Julho de 2015 e o Plano de Caixa para o mês de Setembro de 2015, tendo sido analisado por parte das comissões, o Relatório e Contas do Banco Nacional de Angola referente ao ano de 2014, que apura um resultado líquido superior a 2% em relação ao ano de 2013.

O encontro apreciou também o projecto de Decreto Presidencial que extingue a ANIP e cria a API-Angola (Agência para a Promoção do Investimento

de Angola), que tem por objectivo promover, captar e acompanhar os projectos de investimento privado no interior e no exterior do País.

De acordo com o comunicado final, as comissões tomaram conhecimento da informação relativa às reuniões anuais com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial.

A Política Nacional do Investimento Privado tem por principal objectivo promover a atracção do investimento qualificado, substituição de importações e estimular a exportação de produtos de maior valor acrescentado, no quadro do processo de diversificação da economia.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Autonomia financeira dos municípios galvaniza desenvolvimento das localidades

Jornal Economia e Finanças

14 De Agosto de 2015

Texto: Ismael Botelho

Na segunda edição da Feira dos Municípios e Cidades de Angola (FMCA'2015), que encerrou, esta semana, em Luanda, durante quatro dias serviu de partilha de experiências e estabelecimento de parcerias entre expositores e potenciais investidores no quadro das localidades. Ficou patente que uma das questões fundamentais, considerada crucial para galvanizar o Desenvolvimento destas localidades, é a autonomia financeira e a organização da administração pública local, enquadrada no novo paradigma jurídico-político, cujo objectivo é a alavancagem da economia e a redução significativa da pobreza, em que o exercício pleno da autonomia conferida aos municípios está efectivamente alicerçado no seu impacto, poderá possibilitar a concretização dos avanços institucionais que as localidades necessitam para atingir o desenvolvimento através de políticas de transferências de recursos cedidos pelo Governo central.

Por outro lado, resultante do agrupamento de famílias numa mesma localização geográfica, vinculadas por interesses comuns, o município é um fenómeno social que deve ser analisado além do ponto de vista da instituição político-jurídica, entre as quais, a descentralização que deve ser entendida como uma das estratégias de reforma do Estado, ajustada ao contexto de redemocratização das estruturas do poder local, mas também à globalização dos mercados e de crise. A feira teve como objectivo divulgar as práticas da administração pública, através da apresentação dos projectos desenvolvidos pelos governos provinciais, administrações municipais e comunais. Pretendeu-se ainda com o certame apresentar soluções, tecnologias, equipamentos, produtos e serviços para as novas municipalidades.

Angola possui 163 municípios subdivididos em 618 comunas, cuja participação durante a feira, que contou com a presença de 350 expositores das 18

provincias, onde ficou à mostra o grande potencial existente fora da área dos petróleos e dos diamantes para relançar a economia a nível dos municípios, com o sector agrícola a falar mais alto, onde, com urgência, se deve criar estratégias para mostrar as potencialidades económicas existentes e atrair investidores privados para as localidades, com apostas na diversificação da economia, agricultura, pesca, turismo e outras actividades para sairmos da dependência dos produtos importados.

A actividade financeira das autarquias locais exerce-se no quadro da Constituição, da lei, das regras de direito da União Europeia e das restantes obrigações internacionais assumidas pelo Estado português. São nulas as deliberações de qualquer órgão das autarquias locais que envolvam o exercício de poderes tributários, determinem o lançamento de taxas não previstas na lei, que determinem ou autorizem a realização de despesas não permitidas por lei.

Estabilidade orçamental

Os municípios devem agora, quando o projecto das autarquias locais forem um facto, primeiro obedecer o princípio da estabilidade orçamental, que pressupõe, na aprovação e execução dos orçamentos, a sustentabilidade financeira das localidades, bem como uma gestão orçamental equilibrada, incluindo as responsabilidades contingentes por si assumidas, pois elas, não podem assumir compromissos que coloquem em causa a respectiva estabilidade orçamental, de forma a não por em causa a autonomia financeira local. Os municípios, por sua vez, têm património e finanças próprias, cuja gestão compete aos respectivos órgãos. Por outro lado, a autonomia financeira das autarquias locais assenta, nomeadamente, nos seguintes poderes dos seus órgãos: elaboração, aprovação e modificação das opções do plano, orçamentos e outros documentos previsionais, bem como elaboração e aprovação dos correspondentes documentos de prestação de contas, além de gerir o seu património, bem como aquele que lhes seja afecto. Depois, devem exercer os poderes tributários que legalmente lhes estejam atribuídos, de forma a poderem liquidar, arrecadar, cobrar e dispor das receitas que por lei lhes sejam destinadas e ordenar e processar as despesas legalmente autorizadas e ainda assim aceder ao crédito, nas situações previstas na lei.

Transparência

A actividade financeira municipal local está sujeita ao princípio da transparência, que se traduz no dever de informação mútua entre estas e o Estado, bem como no dever de divulgar aos cidadãos, de forma acessível

e rigorosa, a informação sobre a sua situação financeira da sua localidade. O princípio da transparência que se aplica igualmente à informação financeira respeitante às entidades participadas deve estender-se às entidades intermunicipais que não integrem o sector local, bem como às concessões municipais e parcerias público-privadas, para gerar confiança local.

Solidariedade recíproca

O outro elemento crucial é a relação entre o Estado central e as localidades, vinculadas a um dever de solidariedade nacional recíproca, que obriga à contribuição proporcional do sector local para o equilíbrio das contas públicas nacionais, tendo em vista assegurar a consolidação orçamental das contas públicas, em situações excepcionais e transitórias, podem ser estabelecidos, através da Lei do Orçamento do Estado, limites adicionais à dívida total autárquica, bem como à prática de actos que determinem a assunção de encargos financeiros com impacto nas contas públicas das localidades. A Lei do Orçamento do Estado pode determinar transferências do mesmo de montante inferior àquele que resultaria das leis financeiras especialmente aplicáveis a cada subsector, sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Estado nas áreas da solidariedade e da segurança social.

Finanças locais

Portanto, a coordenação entre finanças locais e as do Estado tem especialmente em conta o desenvolvimento equilibrado de todo o país e a necessidade de atingir os objectivos e metas orçamentais traçados no âmbito das políticas nacionais. A coordenação referida no número anterior efectua-se através do conselho de coordenação financeira, sendo que os municípios deverá possuir um programa de estabilidade e crescimento, que se enquadre no âmbito da Lei do Orçamento Geral do Estado, nomeadamente quanto à sua participação nos recursos públicos e à evolução do montante global da dívida total de cada localidade.

5.2 Eleições Autárquicas Mandadas para as calendas Gregas

Jornal Manchete

14 De Agosto de 2015

Texto: Nganga Fula

Realizadas já três eleições gerais nos últimos 25 anos, a primeira das quais em 1992 e as seguintes em 2008

e 2012, infeliz e desafortunadamente, as eleições autárquicas foram mandadas para as calendas gregas, não se sabendo ao certo se serão em 2017 ou nos anos subsequentes. A oposição que queria que fossem pelo menos até 2015 ou 2016, ou no extremo, em 2017, vão vendo a banda a passar, apesar de já ter avançado inclusive um proposta eleitoral para as autárquicas pela mão da UNITA, que infelizmente foi chumbada no Parlamento, pela bancada maioritária; proposta que a UNITA diz ter sido plagiada pelo partido no poder para o seu projecto autárquico.

Em Outubro do ano passado, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ao proceder à análise do Estado da Nação, no Parlamento, disse que "Eu prefiro ser realista e pragmático e ter um calendário de tarefas que possa cumprir efectivamente", interrogando-se que "Será que até ao ano de 2017 poderemos, em primeiro lugar, adequar a legislação eleitoral e actualizar o registo eleitoral para a realização de Eleições Gerais e, em segundo lugar, conceber a legislação para as Autarquias Locais e para a realização das Eleições Autárquicas?"

Na ocasião, o PR sublinhou logo de seguida que "São assuntos muito sérios para apreciar e para se clarificar o calendário de tarefas a realizar nos dois processos eleitorais", enfatizando que "Penso que todos queremos dar passos firmes em frente para aprofundarmos o nosso processo democrático, mas é melhor evitar a pressa para não tropeçarmos!". O PR destacou antes que ""As eleições autárquicas estão na agenda política de todos os partidos e têm suscitado os mais acesos debate e as mais diversas dissertações. Com efeito, a Constituição da República diz que os órgãos competentes do Estado, incluindo o Parlamento, determinam por lei a oportunidade da sua criação, o alargamento gradual das suas competências, o doseamento da tutela de mérito e a transitoriedade entre a Administração Local do Estado e as autarquias locais", reforçando que "São várias as questões que estes órgãos têm de tratar até que sejam reunidas as condições necessárias para a criação das autarquias."

Na mesma senda avançou várias razões técnicas para que tal desiderato fosse possível a nível local, estribando-se na opinião abalizada de reputados juristas da nossa praça, quando invocou que "Uma equipa de trabalho constituída por juristas experientes identificou, pelo menos, as seguintes: 1) Adequação de recursos económicos, financeiros, técnicos, materiais e humanos; 2) Divisão territorial, tendo em conta as especificidades culturais, soeiais, económicas e demo gráficas de cada área que abrange o município; 3) Compatibilização entre a Administração Local do Estado e a Administração Autárquica; 4) Configuração dos órgãos

representativos locais, os seus poderes, atribuições e competências; 5) O sistema de eleição dos representantes locais; 6) Definição do modelo de financiamento das autarquias; 7) Convivência no mesmo espaço territorial de serviços de Administração Local do Estado e serviços da Administração Autárquica" - enumerou os cenários técnicos prévios mais do que prováveis.

O Mais Alto Magistrado da Nação frisou que "Como se pode concluir, a negociação e discussão dos diplomas legislativos para a legitimação e adequação jurídica do processo autárquico levará o seu tempo", observando que "a discussão da revisão da legislação eleitoral em que se basearam as Eleições Gerais de 2012, como sabem, levou mais de um ano. A acrescentar a isso há o processo de Registo Eleitoral para as Eleições Gerais de 2017, bem como para as Eleições Autárquicas."Entretanto, argumentando politicamente, o líder da bancada parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho (Miau), levou a água para o seu moinho de contestatário visceral do regime, enrolado "nas saias do MPLA", sustentando esta terça-feira (11/8) em declarações à RNA, que "O MPLA não promove as eleições autárquicas, porque tem medo de perder o poder e influência em determinadas regiões do país", enfatizando ainda que é impossível haver eleições livres, transparentes e justas, quando a media pública faz propaganda do regime, 365 dias, portanto, durante todo o ano. O deputado da CASA-CE sugeriu que os eleitores ficam sem conhecer outras forças políticas que não seja o MPLA, o que viabiliza, à partida, habitualmente, as suas vitórias nas umas em eleições gerais.

Por seu turno, o líder da bancada parlamentar do PRS, Benedito Daniel, defende que as eleições autárquicas seriam um bom mecanismo para melhorar as condições de vida das populações, bem como prover os serviços sociais básicos indispensáveis com eficiência, nomeadamente, o acesso à água potável, à saúde, à educação, à energia eléctrica, com soluções locais, contestando a excessiva concentração do poder vigente actualmente.

N a verdade, a eleição dos gestores locais, nomeadamente dos autarcas, obriga os mesmos à constante prestação de contas e estarem expostos ao escrutínio permanente dos eleitores locais que o guindaram à gestão comunitária, pelo que o seu desempenho bom ou mau, seria matéria suficiente para serem reeleitos ou chumbados nas umas nas eleições locais seguintes, segundo o juízo final dos munícipes e demais habitantes da periferia, comunas, bairros e sanzalas. De resto, pré-requisito que se poderia repetir á escala nacional, em nome da alternância e da democracia política em geral, sendo

certo que "poder corrompe", e, por maioria de razão, o poder permanente corrompe muito mais. Até porque os exemplos que nos vêm da gestão de outras autarquias falam por si! Finalmente, importa destacar que as eleições locais seriam um bom barómetro para desmentir ou confirmar o recorrente argumento da UNITA, em relação à alegada fraude urdida pelo poder para ganhar sistematicamente as eleições gerais, sendo certo que a contagem é local, podendo que a contagem é local, podendo ser manual, sem ser necessário o recurso aos habituais meios informáticos usados habitualmente, dispensando-se a estafada aleivosia savimbista de que "as eleições só são livres e justas, quando a oposição as ganha", conforme repisou recentemente o líder da sua bancada parlamentar. (Voltaremos a este importante dossier das eleições gerais e autárquicas em próximas edições).

5.3 Municípios apoiam os mais vulneráveis

Jornal de Angola

18 De Agosto de 2015

Texto: Nilza Massango

Trabalhar de forma conjunta, coordenada e concertada com as administrações municipais, onde realmente estão os problemas e de onde devem partir as soluções para minorar a actual situação das populações desfavorecidas, foi uma das orientações saídas ontem da visita do ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, ao Governo Provincial de Luanda.

O encontro serviu para identificar com o Governo Provincial de Luanda métodos conjuntos para fazer face às situações de vulnerabilidade que afecta alguma parte da população da província de Luanda.

Questões pertinentes que assolam a área social da província de Luanda foram ainda vistas e foi colocado o acento tónico na disseminação de alguma legislação para dar sustentação legal a toda a intervenção do Estado no domínio da acção social, além de alguns instrumentos que na prática podem auxiliar a execução das políticas da assistência e reinserção social. Foram ainda abordadas algumas questões de índole social que requerem esforços conjugados a nível central e local.

Ao apresentar os objectivos da visita, João Baptista Kussumua referiu que Angola é ainda um país pós-conflito, com problemas a resolver e, por isso, entende que o esforço conjunto é necessário para ajudar as pessoas mais carenciadas e em situação de

vulnerabilidade, como crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência.

João Baptista Kussumua pediu aos responsáveis da área social do Governo Provincial de Luanda empenho, para alcançar os ganhos que o Estado pretende para as populações vulneráveis.

À saída do encontro, o director nacional de Acção Social do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), André Zinga, disse que a intervenção de cada órgão, central ou local, deve ser feita

de forma articulada e referiu que a equipa técnica do Ministério está disponível para continuar a identificar as melhores soluções para fazer face a algumas questões de vulnerabilidade. "Existem questões concretas que devem ser feitas no domínio da assistência e reinserção social. Mas a sua execução e colocação em prática exige que sejam delineadas estratégias e ver quais são as responsabilidades de ambos os níveis", disse.

O director nacional de Acção Social do MINARS apontou como preocupante o elevado número de pessoas que se dedicam à mendicidade, o fenómeno de crianças de e na rua e o trabalho infantil. Para combater esses fenómenos, disse, é necessário que as administrações tenham quadros sociais capazes de dar respostas mais eficazes à população, o que passa pela formação de activistas sociais, vigilantes, educadores de infância e assistentes sociais. "Existe essa possibilidade do Governo.

Provincial paulatinamente ter estes quadros sociais formados nas instituições que ministram estes cursos", referiu, sublinhando que é necessário que encontre enquadramento nas administrações municipais.

Durante o encontro, foram ainda analisados o grau de execução dos programas e projectos da acção social na província de Luanda, desde as orientações decorrentes do Governo, relativamente ao alcance das metas previstas no Plano Nacional de Desenvolvimento.

A governadora provincial em exercício, Jovelina Imperial, que apresentou o ponto de situação do sector da assistência social na província e suas preocupações, disse que com as orientações metodológicas saídas do encontro vão aprimorar o trabalho já desenvolvido.

O director do gabinete provincial da Acção Social, Cultura e Desportos, Manuel Sebastião, reconheceu o actual quadro social que se revela com grandes dificuldades, uma vez que cada vez mais existe

mendicidade nas ruas, crianças abandonadas, de e na rua, idosos e portadores de deficiências que carecem de assistência.

Manuel Sebastião disse que o sector social entra agora numa nova era na estratégia de actuação, onde as administrações municipais vão desempenhar um papel fundamental.

Outra orientação saída da reunião foi o levantamento dos equipamentos sociais existentes na província, para a sua caracterização e ver até que ponto corresponde ao que está estabelecido no regulamento sobre o assunto.

Por outro lado, Zecamutchima disse que a sua organização continuará a insistir para que haja diálogo com as autoridades angolanas e, tão logo estejam esgotadas as tentativas não terá outra saída que não seja a realização de manifestações pacíficas.

5.4 Defende eleições autárquicas para o desenvolvimento da província

Grandes Notícias

28 De Agosto de 2015

Texto: Escrivão José

De acordo com Félix Simão Lucas, para o desenvolvimento das comunidades, os municípios são chamados para analisarem em conjunto as dificuldades que vivem nas suas localidades e procurar estratégias para os resolver.

O secretário disse ainda que as eleições autárquicas dão poder aos administradores locais, e quem esta no município conhece melhor as dificuldades, as soluções dos problemas serão mais fáceis de resolver. Félix, disse, por outro lado, que na actual governação os governadores controlam todos os municípios. «Agora questiono como e que vai tomar as decisões urgentes daquelas comunidades que se encontram em péssimas condições»

Nós achamos que deve existir eleições autárquicas e os municípios vão desenvolver-se em termos de infra-estruturas em todos os sentidos, acrescentou. Os recursos humanos e financeiros da província são suficientes para o desenvolvimento do Uíge, e nós não temos dificuldades para qualquer desafio que Ira vir, porque os quadros são do país e todos podem trabalhar em prol da nação, Os jovens de outros

partidos políticos não tem beneficiado com os projectos de combate a pobreza, como créditos e meios de transporte que tern dado aqui na província por não terem o cartão de militante do regime, disse.

Por outro lado, se vemos as pessoas que recebem os tais créditos, são sempre os mesmos e os beneficiários nunca são das zonas rurais. Acrescentou aquele dirigente. Acima de tudo nós gostaríamos que, quem está a governar o país, que olhasse para os angolanos e não para a cor partidária, mas reflectir os nossos problemas, para tirarmos os angolanos do desemprego, deixarem livre os jornalistas a exercer as suas funções, e os partidos políticos a desenvolverem as suas actividades. Acrescentou o secretário provincial da UNITA no Uíge, Félix Simão Lucas.

5.5 Autoridades tradicionais dizem-se ofendidas pelo PR

Jornal Manchete

28 De Agosto de 2015

Texto: Francisco Cabila

O Poder da Autoridade Tradicional da Região Lunda Tchokwe diz-se desapontado com a atitude do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, alegadamente por o Chefe do Executivo não ter respondido, até agora, uma missiva que lhe tinha sido endereçada, em Setembro do ano passado.

Segundo apurou o Manchete, de fontes próximas ao assunto, os signatários da carta acham-se ofendidos, porquanto, em seu entender, são merecedores de uma resposta por parte do Presidente da República, tal como mandam os ditames administrativos e o direito costumeiro da sociedade angolana.

Este jornal apurou, por outro lado, que na missiva em causa, resultante de um encontro havido na região leste de Angola, entre alguns chefes da autoridade tradicional local, os mesmos, entre outros, pedem ao Chefe do Executivo para que se restabeleça o diálogo entre as autoridades angolanas e o Movimento do Protectorado Lunda Tchokwe que, de algum tempo há esta parte, reivindica a autonomia administrativa e económica daquela região.

As autoridades tradicionais, que temos vindo a citar, encabeçadas por Muene Mbandu li, Muene Muamuxico, Muene Muxilindjidji, Muene Litenda, Muene Thumba Kalunga, Muene Muamboma,

Muene Muamalundu e Muene Capenda Camulemba dizem estar de acordo com a intenção da autonomia da região Luanda e que se o processo é pacífico se deve recorrer ao diálogo.

Ainda de acordo com fontes do Manchete, para além da solicitação das autoridades tradicionais, desde 2007 que o Movimento do Protectorado Lunda Tchokwe tem vindo a endereçar cartas ao PR, tendo-se juntado a estas, em Maio último, uma outra proveniente da European Free Alliance, uma agrupação de 45 partidos da União Europeia, na qual pedem o fim das violações dos Direitos Humanos e o restabelecimento da autonomia da Lunda Tchokwe, não tendo as mesmas sido respondidas. Tudo quanto se sabe, pelo menos oficialmente, é que em Abril último, a Assembleia Nacional, através da sua Comissão de Relações Exteriores e Comunidades Angolana chumbou a proposta de autonomia das Lundas, alegando ter recorrido a Carta da então Organização de Unidade Africana, e a Carta da organização que a substituiu, a União Africana, estabelecem a "intangibilidade" das fronteiras herdadas do colonialismo como meio de se evitarem conflitos.

No entanto, o presidente do Movimento do Protectorado, José Mateus Zeca-mutcima, disse na altura ser grave a decisão da referida comissão parlamentar de rejeitar a reivindicação à autonomia das Lundas.

Recentemente, contactado pelo Manchete, Zecamutchima disse que a organização que dirige e o povo tchokwe vão continuar a sua luta pacífica até se chegar a um acordo que responda as aspirações das partes, sempre no interesse superior da soberania colectiva, na diferença com a manutenção da unicidade heterogénea de Angola, para a construção em conjunto de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz na divergência, com respeito as legítimas diversidades, progresso social e o direito dos povos.

O interlocutor lembrou que, no princípio do mês de Agosto do ano em curso, o Movimento que dirige endereçou mais uma carta ao Presidente Eduardo dos Santos, manifestando o diálogo como resolução da questão Lunda Tchokwe. Recorda no documento que a autonomia em causa fundamenta-se juridicamente no Direito Internacional Comparado, como a Escócia e Irlanda do Norte, no Reino Unido, um direito Processual Aplicável, e os princípios universais de "Quitacet consentit, de Jus Cogens Internacional e de Pacta Scripta Sunt Servanda", um direito legítimo, histórico e natural, enquanto povos com a sua própria dignidade no contexto internacional.

Por outro lado, Zecamutchima disse que a sua organização continuará a insistir para que haja diálogo com as autoridades angolanas e, tão logo estejam esgotadas as tentativas não terá outra saída que não seja a realização de manifestações pacíficas.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 “Nova lei garante protecção acrescida dos direitos dos senhorios e arrendatários”

Jornal Expansão

7 De Agosto de 2015

Texto: Francisco de Andrade

Como é que olha para a nova Lei do Arrendamento Urbano (LAU)?

Ela materializa a actualização crítica e premente do normativo legal do arrendamento de prédios urbanos destinados à habitação e ao exercício de actividades comerciais, industriais e profissões liberais. A desactualização da legislação é facilmente evidenciada se atendermos a que os diplomas reguladores do contrato de arrendamento urbano remontavam a 1961 e, conseqüentemente, existia um desajustamento evidente entre o dinamismo actual do mercado imobiliário e dos contratos de arrendamento face às directrizes legais que vigoravam antes da aprovação da nova lei.

O que se espera desta lei?

Existe uma forte expectativa de que a LAU contribua para a dinamização do mercado de arrendamento, que terá de revelar-se, de forma crescente, como uma alternativa financeira de acesso à habitação pelos cidadãos e conseqüente desvalorização da aquisição de habitação, que constitui um mecanismo financeiro limitado a uma faixa muito reduzida da população, agravada pela fraca apetência e disponibilidade do sector bancário em matéria de crédito hipotecário.

Do ponto de vista socioeconómico, que enquadramento se pode fazer da nova lei?

Ela garante uma protecção acrescida dos direitos dos senhorios e arrendatários, reflectindo uma preocupação evidente em encontrar uma relação de equilíbrio entre os interesses, naturalmente divergentes, das partes envolvidas.

Que aspectos destaca?

Do ponto de vista do arrendatário, destacamos as inovações legislativas da possibilidade de as partes poderem optar por um regime de arrendamento condicionado que limita o valor máximo das rendas ao valor actualizado do fogo, o estabelecimento de um prazo de duração do contrato nunca inferior a cinco anos, a antecipação do pagamento das rendas a um período máximo de seis meses e o direito de preferência do arrendatário nas situações de compra ou dação em pagamento.

E em relação ao senhorio?

Na óptica do senhorio, enalteçemos o facto de ter sido acautelado e legislado o despejo incidental por não pagamento de rendas, o estabelecimento de uma disciplina exaustiva em relação à responsabilidade pelas obras a realizar nos prédios arrendados e a garantia do direito à denúncia do contrato pelo senhorio em situações expressas e identificadas pelo legislador, nomeadamente a necessidade de o prédio para sua habitação ou para ampliação do número de locais arrendáveis.

Que ganhos a LAU poderá agregar à economia do País?

Em termos económicos, enalteceria o facto de existir uma preocupação com a protecção do exercício de actividades comerciais e industriais através da: introdução de soluções que garantam a estabilidade da relação jurídica locativa, nomeadamente a não caducidade do arrendamento por morte do arrendatário. Esta questão reveste-se de enorme relevância, se tivermos em consideração a importância crítica dos activos imobiliários nos negócios comerciais e industriais, cujo risco de continuidade não deverá ser condicionado por factores de natureza pessoal.

E se analisarmos esta situação de maneira oposta...

Numa vertente de análise diametralmente oposta, destacamos a obrigatoriedade de apresentação do certificado de habitualidade por parte do senhorio, emitido por uma autoridade administrativa. Esta deliberação constitui um claro desincentivo à construção clandestina e anárquica, para além de, na eventualidade de assistirmos ao desejável rigor na aplicação da lei, despoletar a necessidade de investimentos da reabilitação dos prédios urbanos, o que constitui uma excelente e desejável oportunidade de negócios para o sector de construção nacional.

Que implicações em geral traz a LAU para o mercado imobiliário?

As implicações, independentemente da dimensão dos resultados, serão sempre positivas, porque está criado

o ambiente legal necessário para reforçar as práticas de arrendamento urbano e o reforço da participação do sector privado. A este nível, é importante reforçar a vertente da habitação que, pese embora o esforço do Executivo materializado no Programa Nacional de Habitação, requer uma participação crescente do sector privado, atendendo a que o défice habitacional que não será, certamente, colmatado exclusivamente pelos subprogramas governamentais da autoconstrução dirigida, das novas centralidades e dos 200 fogos por município, pelo menos no calendário previsto inicialmente.

O novo quadro pode reduzir desejo das pessoas em possuírem casa própria e estimular mais o arrendamento?

Acreditamos que a evolução legislativa preconizada irá reforçar a credibilidade da alternativa de arrendamento que, por razões culturais, económicas e sociais, tem sido desvalorizada face à aquisição de habitação própria. As constantes mutações das condições económicas e as necessidades crescentes da mobilidade do capital humano não se compadecem com o peso esmagador da opção de compra face ao arrendamento, agravado pelo facto de a participação do sistema bancário no mercado imobiliário habitacional ser imaterial.

Em termos fiscais, que alterações se podem assinalar?

Numa abordagem preliminar e não exaustiva, não perspectivamos grandes alterações em termos fiscais, nomeadamente na aplicação do Imposto Predial Urbano. Eventualmente, poderá registar-se um aumento da arrecadação desta receita fiscal pelo facto de se reforçar a necessidade de apresentação pelo senhorio do contrato de arrendamento na respectiva repartição fiscal, no prazo de oito dias após a celebração do contrato.

Irá suceder o mesmo com o arrendamento para actividades comerciais?

Contrariamente ao arrendamento de prédios para as actividades comerciais e industriais, entendemos que existe uma margem significativa de reforço da arrecadação fiscal na componente de arrendamento urbano para habitação, em relação à qual a autoridade fiscal enfrenta dificuldades na introdução de mecanismos legais, jurídicos e técnicos adequados.

6.2 Quem dos dois “ MENTIU” aos moradores do Bairro operário

Jornal A República
7 De Agosto de 2015

Alguns apartamentos do primeiro edifício erguido no âmbito do processo de requalificação do BO que serviria para acolher apenas moradores desta zona história de Luanda serão comercializados para liquidar a dívida com a construtora, informou a O PAÍS o representante da Comissão Ad-Hoc, Carlos Aberto Garrido.

Carlos Garrido disse que no encontro realizado a 9 de Maio, cujo teor está vem expresso numa acta a que este jornal teve acesso, o presidente do CACL informou igualmente que o edifício inaugurado em Agosto de 2014 não foi feito apenas para os moradores deste bairro.

Os pronunciamentos de José Tavares apanharam de surpresa os moradores que realçaram que "esta informação contraria as que foram proferidas inicialmente pela administradora do distrito de Sambizanga que em declarações ao Jornal de Angola de 16 de Dezembro de 2014 afirmou que nenhum estranho teria acesso aos apartamentos". Na acta da reunião, os moradores sublinham que sempre lhes foi informado que o edifício Anangola, situado na Rua do Massangano, seria o primeiro de um total de três que tinha como objectivo exclusivo alojar os moradores cujas casas estão a ser demolidas.

"O que sempre nos foi dito, e isso é público, é que o prédio serviria para acolher os moradores daqui e ninguém seria realojado noutra bairro de Luanda", reforçou Hélder Galiano, tendo acrescentado que as mesmas garantias foram reforçadas no acto de inauguração do edifício. Segundo os representantes dos moradores, no decurso das conversações que serviu para avaliar o processo de requalificação e a forma como os moradores estão a ser desalojados, o responsável da CACL exibiu uma conta bancária que alegou pertencer ao Ministério das Finanças aonde os interessados na aquisição dos apartamentos deverão depositar o dinheiro.

Para confirmar a autenticidade do documento, "solicitamos ao senhor José Tavares uma cópia da referida conta, mas ele recusou-se fornecer sem, no entanto, dar qualquer tipo de justificação", contaram os moradores.

No entanto, a Comissão Ad-Hoc entende que estas explicações visam tão-somente distrair a opinião pública e surgem na sequência de denúncias feitas pelos moradores de que alguns apartamentos já estão ocupados por pessoas que não pertencem ao Bairro Operário (como noticiou este jornal na edição 339).

Por isso, para criar transparência no processo, sugerem que se faça uma auditoria no processo de requalificação para se apurar as alegadas irregularidades na ocupação dos edifício, assim como a elaboração de um edital de todos os moradores contemplados com apartamentos, cujos resultados devem ser publicados no Jornal de Angola.

Importa lembrar que o termo de responsabilidade distribuído às famílias a ocuparem apartamentos do edifício Anangola, estabelece no seu primeiro ponto da linha 'd' que a habitação cedida destina-se exclusivamente para residência do beneficiário e dos elementos do seu agregado familiar.

O mesmo documento em posse deste jornal, determina a proibição de qualquer outra utilização, nomeadamente, subarrendamento total ou parcial, cedência da casa ou exercício de actividades comerciais ou industriais.

Refira-se ainda que em Janeiro deste ano a Comissão Ad-Hoc do BO elaborou um dossier de preocupações e enviaram-no ao secretário-geral do MPLA, Dino Matross, que por sua vez remeteu ao gabinete do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. "Peço que esta explicação seja remetida ao conhecimento do Camarada Presidente", lê-se no documento.

'Não existe autorização para desalojamentos' Contrariamente ao que se assiste no interior do bairro em que os moradores alegam estarem a ser confrontados com imposições e ameaças por parte de alguns funcionários da administração do Sambizanga forçando-os a assinar documentos para serem transferidos ao Zango 3 e o edifício Anangola, o presidente da CACL garantiu na reunião que não existe orientação alguma para que os moradores sejam desalojados.

É que, de acordo com os moradores, José Tavares disse que "o processo encontra-se parado por ordens superiores", tendo questionado o administrador comunal do BO, Tony Caldas, sobre as razões que o

levaram a ordenar os desalojamentos, mas este se limitou a baixar a cabeça sem nada dizer, conforme explicou Carlos Garrido.

Ainda nesta vertente, acrescentou que foram informados que neste momento existem outras obras prioritárias que não passam pela demolição do bairro, pelo que os moradores não são obrigados a abandonar as suas casas e no momento oportuno o Governo negociará com os proprietários. Mas os proletários alegam que não é isto que se tem constatado, pois que os acordos saídos nos encontros quer com a administração comunal, assim como a administração distrital apenas têm ficado no papel, registando-se o inverso na prática.

Devolução das chaves

No mesmo encontro, de acordo com as informações dos próprios moradores, José Tavares realçou que os moradores que já receberam as chaves das fracções do edifício assim como no Zango 3 e por qualquer razão não estão de acordo, poderiam fazer a devolução das chaves e voltar para as suas casas.

Aliás, um outro documento distribuído pela administração do distrito do Sambizanga no Sábado, 24 de Julho dava o ultimato aos moradores que já receberam apartamentos no edifício Anangola e no projecto BK do Zango para abandonar impreterivelmente até Terça-feira, 28 de Julho, caso não quisessem devolver as chaves.

Assim sendo, os moradores reiteraram a sua disposição em colaborar incondicionalmente com a CACL e a administração de Sambizanga no sentido de conduzir o processo da melhor maneira, mas recordaram que é necessário primeiro averiguar e sanar as irregularidades que têm comprometido o processo.

Nenhum estranho terá acesso às novas habitações no «BO» 16-12-2014 I Fonte: Jornal de Angola

A administradora do distrito urbano do Sambizanga, Mara Baptista Quiosa, garantiu ao Jornal de Angola que nenhuma pessoa estranha ao Bairro Operário «BO» vai ser transferida para o prédio que começou a ser habitado ontem, no âmbito da requalificação do antigo bairro de Luanda. Mara Baptista Quiosa lembrou que os apartamentos do prédio que dá início à requalificação do Bairro Operário são destinados aos titulares das casas principais, devendo os moradores dos anexos ser transferidos até ao dia 24 de Janeiro para o Zango.

A responsável pela administração do distrito urbano do Sambizanga disse que, no âmbito do processo de requalificação do histórico bairro de Luanda, estão

registadas mais de 548 famílias, cujo número, segundo a administradora, é resultante de "um levantamento rigoroso".

A administradora do Sambizanga confirmou que são transferi das para o novo edifício as famílias que vivem entre a Rua de Massangano, a Alameda Manuel Van-Dúnem e Avenida Ndunduma, em casas construí das no tempo colonial.

Negociações

Mara Baptista Kiosa frisou que, por haver situações de casas principais com vários anexos, "resolvemos atribuir, além do apartamento, casas no bairro Zango", que, como os apartamentos, vão estar em nome dos proprietários das casas principais, embora venham a ser ocupadas pelos seus herdeiros.

"O Estado só vai negociar no processo de transferência com o proprietário dos imóveis", acentuou a administradora do distrito urbano do Sambizanga.

Frisou que a transferência é feita de duas formas: uma local, do bairro para o edifício. E a outra, do Bairro Operário para o Zango. A decisão de passar o imóvel para o nome do titular da antiga moradia visa resolver litígios nas famílias, disse a administradora do distrito, acrescentando que, se os proprietários são falecidos, o imóvel em causa torna-se uma herança, para cuja partilha é necessário haver uma decisão do Tribunal.

A conclusão das obras vai proporcionar aos moradores excelentes condições de alojamento. Mara Kiosa disse que os proprietários dos apartamentos já começaram a receber os contratos, pelo que têm, até o dia 24 de Janeiro, de abandonar as suas antigas casas, recomendação que é extensiva aos que vão para o Zango, em Viana.

O edifício Anangola, de 15 andares, dispõe de 150 apartamentos, de um sistema de vídeo vigilância e contra incêndio, um gerador e duas garagens subterrâneas para 150 viaturas. Os moradores vão ocupar a custo zero as moradias, confirmou a administradora. O espaço habitacional é um "sistema de condomínio com normas de convívio social". Foi criada uma comissão instaladora integrada por moradores. Mara Baptista Kiosa chamou à atenção dos moradores para não se deixarem influenciar por pessoas que usam o nome do Governo para fins pessoais ou obstruir o processo de requalificação do Bairro Operário.

"O Governo de Luanda não está a trabalhar sozinho neste processo, uma vez que temos a Associação dos Amigos e Naturais do Bairro ", disse a

administradora, que anunciou a construção de mais dois edifícios nos espaços onde vão ser demolidas as moradias. "As casas vão ser demolidas no dia da transferência", informou que a administradora, tendo garantido que no Zango, estão ser preparadas escolas do ensino básico e médio.

6.3 Nova lei proíbe rendas em dólares e antecipações superiores a seis meses

Jornal Expansão

7 De Agosto de 2015

Texto: Francisco De Andrade

A proposta de Lei do Arrendamento Urbano (LAU), aprovada na generalidade na Assembleia Nacional no passado dia 18 de Julho - e que deverá ir a votação final global no dia 12 do corrente, obriga à fixação da renda em moeda nacional e proíbe as partes de estipularem antecipações de pagamentos por períodos superiores a seis meses.

A nova lei deixa de permitir também que se convencie o pagamento das rendas em moeda estrangeira, sendo que, se o seu valor for fixado em dólares, por exemplo, na prática deverá corresponder ao seu equivalente em kwanzas, segundo o câmbio do dia e lugar de celebração. dos contratos assinados e em vigor até à data da publicação do diploma.

O exemplo prático desta situação são os contratos celebrados entre a Sonip, anterior gestora das novas centralidades construídas e em construção no País, e os seus inquilinos - cujos valores das rendas continuam fixados em dólares.

Entre as novidades do novo diploma, destaca-se ainda a clarificação da acção de despejo, destinada a fazer cessar a situação jurídica do arrendamento, sempre que a lei imponha o recurso à via judicial para promover tal cessação. O documento estabelece que a acção de despejo não pode ser intentada no caso em que o senhorio pretenda invocar a nulidade ou anulabilidade do contrato de arrendamento, aplicando-se nestes casos as disposições gerais de direito.

Entre as alterações da acção de despejo, que na sua fase declarativa segue os termos do processo sumário, sobressai o facto de, para além do pedido de cessão do arrendamento e/ou da efectivação da cessão do mesmo, poder ainda ser formulado o pedido de condenação do réu no pagamento de rendas vencidas ou vincendas, ou ainda de indemnização.

O réu, indica o documento, ao contestar, num período que não deve exceder oito dias, sob pena de ser condenado no pedido, pode deduzir em reconvenção o seu direito a benfeitorias ou a uma indemnização, desde que tal direito seja legalmente fundado.

No Relatório de Fundamentação da LAU, o Executivo justifica a instituição de um novo regime jurídico do arrendamento urbano com a necessidade de se criar "um maior número de alternativas no acesso à habitação, uma maior e mais diversificada oferta, uma maior capacidade para a satisfação das necessidades existentes, uma diminuição das tensões económicas e sociais, um maior e mais sustentado equilíbrio e estabilização do mercado, e uma participação mais activa de todos os agentes económicos".

Lei desmistifica a ideia da necessidade da casa própria

Ouvido pelo Expansão, Miguel Eiras Antunes, partner da Deloitte, considera que a instituição da nova LAU, que vem substituir o Decreto n.º 43.525, de 7 de Março de 1961, aplicado de modo subsidiado por artigos do Código Civil, vem responder à necessidade de actualizar uma regulamentação que já não se adequa às alterações que o País conheceu do ponto de vista económico e social nas últimas décadas.

Encontrando-se o âmbito da referida lei alargado ao arrendamento de prédios para comércio, indústria e para o exercício de profissões liberais, Miguel Antunes refere ser no segmento habitacional que se estima haver maior impacto, em resposta ao estimado défice habitacional actual de aproximadamente 1,5 milhões de unidades, promovendo o arrendamento e desmistificando a ideia de que "o direito à habitação passa necessariamente pela compra de casa própria, nomeadamente para a população com menor poder de compra".

"A promoção do acesso à habitação é concretizada através de um conjunto de medidas das quais se destacam a limitação a um período de seis meses dos valores cobrados a título de antecipação de renda, assim como a introdução de uma disciplina exaustiva para as obras a serem realizadas em prédios arrendados, nomeadamente através da responsabilização do senhorio pela realização de obras de conservação nos referidos prédios", indica.

Por outro lado, o partner da Deloitte avança que a LAU vem "fomentar o aumento da oferta de habitações para arrendamento, através da minimização do risco associado aos senhorios, face à possibilidade de estipulação de prazo efectivo de

duração de contratos de arrendamento (contratos de duração limitada), assim como por meio da consagração de especificidades processuais referentes a acções de despejo de inquilinos".

Desta forma, diz, prevê-se que o novo diploma "potencie a dinamização do mercado imobiliário angolano com a criação de alternativas ao modelo de acesso à habitação, em linha com a imperiosidade de satisfazer necessidades habitacionais da população anteriormente sem resposta, assim como, também, através da promoção do investimento do sector privado no mercado de arrendamento habitacional".

Anabela Silva, sócia do escritório Fátima Freitas Advogados, reforça a ideia, acrescentando que a nova LAU vem clarificar e sistematizar o regime jurídico do arrendamento urbano e, ainda, actualizar algumas das suas disposições, de modo a reflectir a realidade e prática corrente do mercado, sem contudo descaracterizar na essência o regime jurídico do arrendamento.

"Há melhorias claras em termos de sistematização, algumas novidades introduzidas para permitir às partes maior liberdade e autonomia de regulamentação, sem todavia alterar no essencial o regime de maior protecção dos arrendatários, em particular no arrendamento para habitação", sublinha.

Anabela Silva enfatiza ainda disposições que considera "importantes" introduzidas para assegurar um maior controlo e responsabilização dos senhorios, como são os casos das condições de habitabilidade e obras para evitar a degradação do parque habitacional. "Alguns pontos terão de ser mais bem analisados e outros terão ficado de fora, mas, no geral, é uma alteração positiva", conclui.

Nova LAU 'pendurada' ao Código Civil

Para fonte oficial da PLMJ/GLA Advogados, vários artigos da LAU correspondem a disposições gerais relativas a aluguer que não foram revogadas, sendo, inclusive, "aplicáveis ao arrendamento urbano supletivamente", o que obrigará sempre a uma consulta do Código Civil, "pondo em causa a opção por elaborar uma lei avulsa aplicável ao arrendamento urbano, em vez de se proceder à integração desta matéria no Código Civil, conforme sucede, ainda que em parte, até então".

Para a fonte, as inovações mais significativas traduzem-se na "transmissão do contrato por morte do arrendatário, no direito de preferência do arrendatário na compra do local arrendado se o arrendamento subsistir há mais de três anos, na possibilidade de denúncia pelo senhorio nos

contratos de duração limitada, na clarificação da possibilidade de o arrendatário proceder à revogação dos contratos de duração limitada a todo o tempo, na atribuição de um direito de representação às associações de inquilinos para assegurar a defesa judicial dos seus membros, no regime das obras, e no regime de actualização de rendas".

"Na LAU, é destacada a questão das obras, mas fica por se compreender se haverá fiscalização por parte de alguma entidade específica e se este regime será, efectivamente, aplicado aos arrendamentos que incidem sobre prédios degradados", aponta, recordando que o diploma se aplica apenas aos contratos celebrados após a sua entrada em vigor.

Sobre os aspectos que ficaram clarificados na proposta de lei a fonte da PLMJ/GLA Advogados indica a clarificação dos contratos que estão sujeitos a escritura pública, o conteúdo mínimo que deve ser observado nos contratos de arrendamento a celebrar, que inclui os documentos que devem, obrigatoriamente, ser anexos, sendo de destacar, neste âmbito, o certificado de habitabilidade.

Ficaram ainda aclarados os regimes das obras, que "constituem uma inovação, na medida em que parecem consagrar normas transparentes e completas susceptíveis de regular, ainda que forma supletiva, questões que dificilmente são resolvidas por acordo entre as partes".

"Com excepção do regime de denúncia do contrato de duração limitada - o qual certamente suscitará diversas dúvidas na sua aplicação -, importa referir que o regime de cessação do contrato de arrendamento passou a estar regulado num único diploma, através de regras claras e, ao que tudo indica, completas e de fácil aplicação. Por exemplo, foram devidamente clarificados os fundamentos que podem ser invocados pelo senhorio para a denúncia do contrato [por tempo indeterminado]", salienta.

Entretanto, a fonte aponta também alguns aspectos que carecem de clarificação, entre os quais a actualização de rendas, que, embora esteja detalhada, "comporta algumas noções vagas, tais como o da comissão especial, quanto à fórmula de actualização de renda, quando a mesma não tenha sido efectuada anualmente, e quanto à fórmula relativa ao ajustamento e pagamento de rendas após decisão final em resultado do recurso à comissão especial.

No artigo 52.0, n.º 2 e 3, prossegue, deverá ser esclarecido o que significa o "reconhecimento do subarrendatário como tal, por parte do senhorio", até por comparação com o "mero conhecimento", uma vez que o citado artigo, na sua redacção actual,

poderá suscitar dúvidas legítimas quanto à ratificação do contrato, defendeu.

A fonte da PLMJ/GLA Advogados perspectiva que a actual conjuntura económica não favorecerá aumentos de preços nos novos arrendamentos, mas acautela que tudo dependerá dos coeficientes de actualização de rendas que venham a ser fixados, anualmente, pelos ministros que superintendem às Finanças e à habitação.

Sobre o mesmo assunto, o consultor Galvão Banco (ver entrevista na pág. 7) advoga ser ainda prematuro assegurar que os objectivos dos legisladores, através da figura jurídica dos regimes de rendas (livre, condicionada e apoiada) possam alcançar os resultados pretendidos e estabilização dos preços de arrendamento.

6.4 Lei de arrendamento passa no parlamento por consenso

Jornal Terra Angolana

14 De Agosto de 2015

Texto: JP. Mundombo

Assistido pelo ministro da Construção e Urbanismo, José Silva, segundo o Relatório-Parecer conjunto apresentado pelo deputado da Bancada Parlamentar do MPLA, Virgílio Tchiova, este diploma legislará o arrendamento urbano, cuja situação remonta antes da Independência Nacional, alcançada em 1975.

O documento em causa, que foi votado pelo MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA, refere que o arrendamento urbano é um contrato pelo qual uma das partes se obriga à outra o gozo temporário de um prédio urbano, no seu todo ou em parte.

O referido diploma acrescenta que no que tange à política habitacional só poder ser traçada com a participação de todas as entidades competentes e dos operadores económicos. Com a aprovação deste documento, segundo a opinião dos deputados, a situação habitacional poderá ser minimizada. Medidas Cautelares

Na reunião desta Quarta-feira, os deputados do MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA aprovaram ainda a Proposta de Lei Sobre as Medidas Cautelares em Processo Penal, sem a CASA-CE, que votou contra o referido diplomam. O deputado Lindo Bernardo Tito justificou que "a prisão preventiva na prática é uma execução da pena privativa de liberdade antes da condenação transitar em julgado".

Já o deputado da bancada do MPLA, Domingos Kajama, que apresentou o aludido diploma, disse que com a aprovação deste, pretende-se dar maior afirmação ao sector da justiça. Segundo o deputado, esta lei permitirá também estabelecer uma política criminal e de reforma de justiça penal.

Detenção

O diploma define a detenção como sendo o acto processual de privação de liberdade por tempo não superior a 48 horas, praticada unicamente com o objectivo de apresentar o detido em flagrante delito para julgamento sumário.

Segundo ainda o diploma, este deve ser presente perante o magistrado do Público, junto dos órgãos de investigação criminal.

Na reunião foi retirado o ponto nº 2 da agenda de trabalhos, a pedido da 1ª e 5ª Comissões especializadas. Foi igualmente retirada a Proposta de Lei de Alteração à Lei de Nacionalidade e da Proposta de Lei Orgânica dos Tribunais de Relação.

Universitários da UCAN

Esta sessão foi também assistida por um grupo de estudantes do curso de Direito da Universidade Católica de Ministério Público, para o primeiro interrogatório e subsequente aplicação ou substituição de medida de coação, garantindo a presença do detido em acto processual, perante a autoridade judiciária.

Detenção em flagrante delito

Quanto à detenção em flagrante delito, o diploma refere que qualquer autoridade judiciária ou entidade policial deve e qualquer cidadão pode, se nenhuma daquelas autoridades estiver presente ou não puder ser chamada em tempo útil, proceder à detenção em flagrante delito.

No seu artigo 6º nº 4, este diploma estabelece que depois da detenção, deve ser imediatamente levantado o correspondente auto de notícia e de seguida ser apresentado o detido ao Ministério Angola (UCAN), convidados pelo Presidente da Assembleia Nacional.

Durante a sessão, os estudantes tiveram o privilégio de assistir a aprovação destes diplomas. Apesar de não se tratar de uma reunião mais alargada, ainda assim os mesmos mostraram-se satisfeitos com o que assistiram, segundo declarações feitas à imprensa no final da plenária.

Para esta Sexta-feira, 14 de Agosto, está agendado o encerramento do ano legislativo 2015 a decorrer no salão principal da Assembleia Nacional. No dia 15 de Outubro far-se-á a abertura do próximo ano legislativo 2016, durante o qual o Presidente da República deve falar à Nação, com base no que a Constituição estabelece.

6.5 Presidente da Republica dispensa a peneira para ver o sol

Jornal A Capital

15 De Agosto de 2015

Texto: José Dos Santos

Por aquilo que se ouviu do Chefe de Estado ficou-se com a nítida sensação de que a economia angolana acaba de dar entrada numa espécie de 'cuidados intensivos', de que precisará quanto baste de técnicas de reanimação com vista a devolver-lhe a imagem saudável com que contava até então.

Sem tergiversar, José Eduardo dos Santos demonstrou claramente que falta dinheiro para a conclusão de alguns projectos de grande dimensão já iniciados. Levantando uma hipotética 'bandeira branca' - num claro sinal de que a situação é para ser levada muito a peito, o Presidente destacou a ingente necessidade de intervenção do sector privado.

"O Estado não poderá fazer tudo sozinho", reconheceu Eduardo dos Santos, apontando, inclusive, os sectores que, desde já, devem convocar uma 'mãozinha' privada. "Sobretudo na promoção e desenvolvimento do sector imobiliário para a construção de casas para diferentes níveis de rendimento. Casas para pessoas que tenham um nível de rendimento médio ou alto e também casas para aquelas pessoas que tenham rendimentos baixos, que tenham menos recursos", apelou.

É público que decorrem no Sambizanga obras de requalificação, que passam pela construção de um projecto habitacional e a consequente protecção e estabilização das encostas da Boavista. Para tal, tudo está dependente de como vai decorrer o processo de realojamento das pessoas que vivem nestas zonas consideradas de alto risco. São no total cerca de 4 mil 500 casas cadastradas, sendo que 864 das quais estão directamente relacionadas com o traçado das vias nesta altura em curso.

Apesar de já terem sido realojadas algumas famílias que interferiram directamente no processo, há ainda por realojar cerca de 490 famílias, daí toda a necessidade de verbas, o principal 'combustível' para levar de avante todo este processo.

Há dificuldades financeiras. Vindo da boca do PR poucos serão aqueles que se atreverão em dizer o contrário, como, aliás, tem sido apanágio intramuros de algumas mentes 'iluminadas'.

A verdade, segundo JES, é que na falta de dinheiro fica também difícil, só para citar estes, a condução de dois programas de reabilitação e realojamento que decorrem no popular distrito do Sambizanga.

Embora o Orçamento Geral do Estado (OGE) deste ano tenha previsto recursos para financiar os dois programas em curso naquela circunscrição, o certo é que não se poderão fazer omeletes sem ovos. "Este factor cria constrangimentos, dificuldades", considerou.

Este cheirinho à realidade do Chefe de Estado poderá ter o mesmo efeito que um soco no estômago de todos quantos acreditavam que a visita do JES à China conformava uma espécie de milagre do tipo Jesus Cristo regressou à terra. A última reunião do Conselho de Ministros foi sintomático de como o empréstimo chinês - desconhece-se o montante real - obedece a programas prioritários, daí que muita coisa poderá ficar de fora.

Este momento menos bom da economia, anunciado em Outubro passado pelo Presidente angolano, está para tudo e todos. Aliás, em Junho último, analistas da conceituada Economist Intelligence Unit alertaram para a probabilidade de Angola começar a atrasar-se nos pagamentos do Estado e das empresas públicas ao sector privado devido a súbita desvalorização da moeda nacional (kwanza), que ocorreu nos últimos meses.

Alinhando no mesmo diapasão, o Centro de Estudos, Investigação Científica da Universidade Católica (CEIC) garantiu em meados deste ano que Angola poderá ter um crescimento médio de 3,5 por cento ao ano até 2017, mas alertou para o facto de que tal se revela insuficiente para a distribuir para uma população que cresce cada vez mais.

E não é para menos: o Produto Interno Bruto deste ano deverá descer de 4,400 para 3.875 dólares. De um tempo para cá, os níveis sócio-económicos do país tendem a baixar e não há previsões de melhoria, à semelhança do nível de vida dos angolanos, com a previsão de que a situação venha a piorar até 2017, em face de uma maior aposta na Defesa e Segurança,

em detrimento dos sectores sociais (Educação, Saúde...).

O caso angolano parece ser o mais preocupante entre os países exportadores de petróleo: já em Dezembro do ano passado, por exemplo, a agência de notação financeira Moody's considerava que Angola, pela sua forte dependência do petróleo, ficarão mais vulneráveis às variações de preço.

Cerca de 76 por cento das receitas fiscais de Angola provêm do petróleo, representando mais de 99 por cento das suas exportações. As coisas, porém, tendem a piorar. "A queda dos preços oferece aos países exportadores de petróleo um desafio que pode ser piorado se os preços caírem muito abaixo da previsão", reflecte a Moody's.

Neste momento, o petróleo corresponde a cerca de 66% das receitas correntes angolanas. Porém, o saldo negativo de 7,6 nas contas públicas do presente ano, ao que se junta uma estimativa de 0,2% de défice, corresponde a uma necessidade de financiamento de 1,031 biliões de kwanzas.

Como se não bastasse, o stock de dívida pública angolana atingirá este ano os 48,3 mil milhões de dólares, o que corresponde a 35,5 por cento do PIB nacional. Prevê-se, por isso, uma taxa de inflação de 7 por cento, o que representa uma descida de meio ponto percentual em relação ao ano passado.

6.6 Ocupação ilegal de casas no Zango

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2015

O comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos Wala, desencoraja a ocupação de residências e terrenos por parte de elementos das Forças Armadas Angolanas (FAA) ou outros cidadãos. O apelo decorre de uma acção realizada por uma companhia da Polícia Militar, que resultou na desocupação de 160 residências pertencentes ao Ministério da Juventude e Desportos, nas localidades do Zango 4 e Sapú, município de Viana.

Por solicitação deste organismo ministerial, a Região Militar de Luanda procedeu à desocupação dos imóveis, ocupados ilegalmente e por invasão, por efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), da Polícia Nacional (PN) e civis.

Como resultado da operação, os ocupantes ilegais das residências foram detidos e aguardam por

procedimentos judiciais. Segundo o comandante da Região Militar de Luanda, general Carlitos Wala, operações semelhantes vão prosseguir, no sentido de desencorajar este tipo de práticas. De referir que um pouco por toda a capital do país tem ocorrido a ocupação ilegal de imóveis nas centralidades e outros projectos residenciais erguidos pelo Executivo.

6.7 A reforma legal do sistema financeiro angolano

Semanário Económico

20 De Agosto de 2015

Texto: Herlânder Diogo

1 O Decreto Legislativo Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho:

Aprova o novo Estatuto Orgânico da CMC, regula os princípios, a natureza, a organização, as atribuições, responsabilidades e o enquadramento dos seus quadros, definindo também as matérias ligadas às suas competências na promoção e desenvolvimento do mercado de capitais. O Estatuto Orgânico da CMC representa um marco no Direito angolano dos Valores Mobiliários, na medida em que altera a organização interna inicial da instituição, ajustando-a relativamente às necessidades actuais do mercado de capitais e às atribuições que lhe são confiadas, de modo a tomar a instituição mais flexível face às mudanças constantes do mercado, através da adopção de uma estrutura de governo de matriz empresarial, quer ao nível do órgão de gestão quer ao nível do órgão de fiscalização;

2 O Decreto Legislativo Presidencial n.º 114/13, de 9 de Outubro:

Aprova o Regime Jurídico do Mercado Regulamentado da Dívida Pública Titulada. Estabelece, entre outros aspectos, a definição de mercados regulamentados, estabelece matérias sobre a organização e funcionamento do mercado, a admissão dos membros do mercado, bem como tem em consideração, conforme se consagra no seu preâmbulo, que a regulamentação de um mercado secundário para a dívida pública angolana é uma prioridade no actual estágio de desenvolvimento do mercado financeiro e que a Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro, sobre a Dívida Pública Directa, consagrou como opção fundamental o financiamento do Estado através de títulos de dívida, de entre os

quais se destacam as obrigações e os bilhetes de tesouro;

3 Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/13, de 9 de Outubro:

Aprova o Regime Jurídico das Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários. Visa regular a actividade das sociedades corretoras e das sociedades distribuidoras de valores mobiliários que

se regem pelas normas dele constantes e pelas disposições aplicáveis da Lei n.º 12/05, de 23 de Setembro - dos Valores Mobiliários e doravante da Lei n.º 12/15, de 17 de Junho - Lei de Bases das Instituições Financeiras;

4 Decreto Legislativo Presidencial n.º 6/13, de 10 de Outubro:

Aprova o Regime Jurídico das Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados e de Serviços Financeiros sobre Valores Mobiliários. Dispõe sobre a constituição, registo e controlo prudencial das referidas sociedades, realçando para o efeito o papel do Ministério das Finanças e da Comissão do Mercado de Capitais no processo de autorização e registo destas instituições que terão a tarefa de gerir os mecanismos organizados de negociação de valores mobiliários e instrumentos derivados, admitindo a emissão e a negociação dos títulos e outros instrumentos financeiros a comercializar no mercado de valores mobiliários;

5. Decreto Legislativo Presidencial n.º 7/13, de 11 de Outubro:

Aprova o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo. Dispõe sobre as normas gerais que regem os organismos de investimento colectivo "OIC", cuidando das regras que definem o processo de autorização e o funcionamento dos OIC's, bem como aquelas relativas à sua gestão, depósito, comercialização e supervisão;

6 Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/14, de 13 de Outubro:

Aprova o Regime Fiscal dos Organismos de Investimento Colectivo. Visa regular o regime fiscal aplicável aos Organismos de Investimento Colectivo sob a forma de fundos ou sociedades de investimento, que se constituam e operem de acordo com o seu regime específico, bem como o dos seus participantes.

7 Regulamento n.º 1/14, de 31 de Janeiro, da CMC, sobre os Peritos Avaliadores de Imóveis de OIC's Imobiliários:

Estabelece as condições para o exercício da actividade de peritos avaliadores de imóveis dos organismos de investimento colectivo imobiliários, previstos no Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo, aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 7/13, de 11 de Outubro;

8 Regulamento n.º 2/14, de 30 de Outubro, da CMC, sobre o Mercado Regulamentado da Dívida Pública Titulada:

Visa disciplinar o exercício da actividade dos Mercados regulamentados, nomeadamente ao que se refere ao tipo de mercado, operações, comunicações e suspensões, a autorização e registo destas entidades, as operações fora do mercado e os instrumentos derivados e operações de fomento de mercado, de modo a concretizar o Decreto Legislativo Presidencial n.º 4/13, de 9 de Outubro, sobre o Mercado Regulamentado da Dívida Pública Titulada (MRDPT);

9 Regulamento n.º 3/14, de 30 de Outubro, da CMC, sobre as Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados e de Serviços Financeiros sobre Valores Mobiliários:

Estabelece regras de constituição e funcionamento das Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados e de Serviços Financeiros sobre Valores Mobiliários, bem como as regras técnicas que possibilitam um melhor acompanhamento das mesmas. Vem concretizar o Decreto Legislativo Presidencial n.º 6/13, de 10 de Outubro de 2013;

10 Regulamento n.º 4/14, de 30 de Outubro, da CMC, sobre os Organismos de Investimento Colectivo:

Estabelece as regras técnicas necessárias para o funcionamento dos Organismos de Investimento Colectivo (OIC), concretiza a remissão que decorre do artigo 182º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 7/13, de 11 de Outubro, sobre o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo;

11 Regulamento n.º 1/15, de 15 de Maio, da CMC, sobre os Agentes de Intermediação e Serviços de Investimento:

Regula o processo de autorização para constituição e de registo dos agentes de intermediação, os deveres jurídicos aplicáveis à sua actividade, a organização destes e a respectiva supervisão e o exercício da actividade por correspondente;

12 Regulamento n.º 2/15, de 15 de Maio, da CMC, sobre os Auditores Externos:

Estabelece os requisitos de registo e as regras a observar pelas empresas de auditoria legalizadas e estabelecidas em Angola, que pretendam exercer a sua actividade no mercado de valores mobiliários, bem como a obrigação de auditoria da informação financeira;

13 Regulamento n.º 3/15, de 15 de Maio, da CMC, sobre os Repositórios de Transacções:

Estabelece as regras relativas ao registo e supervisão

de repositórios de transacções e aos deveres de informação a prestar no âmbito de operações sobre instrumentos derivados.

Conclusão

O presente texto, divulgado em quatro edições, não pretendeu ser exaustivo sobre a matéria, até porque a reforma legal do sistema financeiro está na sua fase embrionária. Procurou -se apenas destacar aqueles elementos mais marcantes, numa perspectiva do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados, num cenário em que se aguarda, à qualquer momento, a publicação do Código dos Valores Mobiliários que, juntamente com a Lei de Bases das Instituições Financeiras "LBIF", são os pilares do sistema financeiro nacional.

Tanto a DF revista como o CVM espelham o alinhamento necessário entre a visão do executivo angolano e os passos necessários para implementação do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados em Angola. Um mercado que se pretende adaptado à realidade angolana, activo, desenvolvido, propiciando não somente fontes alternativas de financiamento e capitalização do Estado e das empresas, como também a rentabilização das poupanças das famílias e a geração de oportunidades de constituição e desenvolvimento das empresas que actuam nos mais variados sectores da actividade económica nacional. Um mercado, contudo, em conformidade com os princípios e normas internacionalmente aceites e coerentes de regulação e supervisão, com intuito de proteger os investidores, manter os mercados justos, eficientes e transparentes. Os demais diplomas referenciados e que fazem parte deste grande processo de criação e adequação normativa espelham já, na sua maioria, o pensamento acima adiantado.

Porém, como já referido, o trabalho apenas começou, pois, tanto a LBIF como o CVM vão exigir, para a sua regulamentação, uma produção normativa de tal forma intensa, cujo fim último é dotar o sistema de regulação e supervisão financeira dos instrumentos tecnicamente mais avançados, de formas a procurar

assegurar a estabilidade e robustez do sistema financeiro como um todo.

6.8 Diálogo com moradores do Bairro Operário

Jornal de Angola
26 De Agosto de 2011
Texto: Yara Simão

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda reuniu-se ontem no Cine São Paulo com os moradores do Bairro Operário para explicar como se vai desenrolar o processo de requalificação urbana daquela zona da capital do país.

O vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda, António Manuel Fiel "Didi", esclareceu que qualquer processo de reconversão ou requalificação urbana é complexo e envolve várias fases, pelo que é sempre necessário uma grande articulação entre os promotores, os executores e os beneficiários.

"Ninguém desconhece também que nestas ocasiões surgem sempre muitos oportunistas, pessoas desonestas e pouco sérias que acabam por deturpar os objectivos que se pretende alcançar", sublinhou o edil.

O objectivo da Comissão Administrativa de Luanda é trabalhar de forma coordenada, de modo a que sejam criadas condições que permitam que a atribuição de habitações no Bairro Operário, à medida que forem concluídos os novos edifícios, se faça com transparência, obedecendo a um plano que requer o respeito pelas regras de ordem técnica.

O vice-presidente da edilidade apelou aos moradores para se organizarem, vigiarem e colaborarem com a Administração e órgãos responsáveis pela execução do projecto. "Esse apoio e ajuda tem de ser permanente, desde o cadastramento das casas e famílias até à conclusão de todo o processo para que efectivamente as pessoas que têm direito às casas não saiam prejudicadas, por qualquer manobra tendente a ludibriar os responsáveis", referiu Fiel "Didi".

A requalificação do Bairro Operário tem como marca melhorar as condições de habitabilidade, de segurança e de acessibilidade em benefício das famílias que ao longo de gerações viveram e

permanecem no bairro, mediante condições especiais a estabelecer e que permitam o seu regresso às zonas de influência do projecto à medida que estiverem prontos os edifícios concebidos e construídos para

esse fim, num método de "bola de neve". As outras famílias que não estão nessas condições vão ser também contempladas, mas em condições que serão objecto de regulamentação.

Com este método, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda acredita ir ao encontro das necessidades e possibilidades reais das famílias em matéria de habitação condigna e de consolidação jurídica do direito de propriedade e de posse do bem patrimonial habitacional, ao mesmo tempo que assegura a sustentabilidade operacional e financeira das operações de requalificação urbana. A sessão de ontem foi a primeira de outras que se vão seguir, destinadas ao esclarecimento sobre a reconversão do município. Alguns moradores consideraram insuficiente a informação prestada e por essa razão a Comissão Administrativa apelou a uma melhor coordenação de opiniões. Muitos dos moradores que estiveram na reunião moram na área do Ngola Kiluanje, mas o encontro de ontem era apenas destinado aos moradores do Bairro Operário.

O processo de requalificação do Bairro Operário tem uma duração prevista de cinco anos.

6.9 Antropóloga estuda o crescimento urbano

Jornal de Angola
14 De Agosto de 2015
Texto: Adriano De Melo

O desenvolvimento dos principais centros urbanos é o tema de análise do novo trabalho da antropóloga e pesquisadora angolana Cristina Udelsmann Rodrigues que começa a ser realizado em Outubro no Centro de Investigação "Nordic Africa Institute", na Suécia.

O projecto, denominado "Cidades Médias", inclui, numa fase inicial, estudos sobre os principais centros urbanos de Angola e Moçambique. O objectivo, explicou ao Jornal de Angola, é analisar as dinâmicas de crescimento fora das cidades capitais.

Para Cristina Udelsmann Rodrigues, que trabalha neste ramo há mais de 15 anos, as mudanças e alterações que acontecem nestas cidades são parte de um processo de mudança muito especial, que precisa de ser documentado por incluir também alterações na dinâmica cultural e social dos seus habitantes.

O foco do estudo, disse, recai principalmente sobre os negócios feitos nas fronteiras, as zonas mineiras, o

desenvolvimento dos programas agro-pecuários e o turismo, que são as principais causas de grande concentração populacional. "Um dos resultados reais e imediatos do aumento populacional numa região é o surgimento de novos projectos urbanizados."

O trabalho, adiantou, é feito em quatro anos e conta com a parceria de diversas redes internacionais de investigação e universidades angolanas e moçambicanas. Numa primeira fase, precisou, os trabalhos de investigação são feitos à base de material bibliográfico e a posterior, numa segunda fase, que arranca no próximo ano, a pesquisa é feita nas localidades. Além de documentar para a próxima geração, o projecto também é desenvolvido com o intuito de ajudar a explicar o funcionamento da dinâmica dessas zonas urbanizadas, algumas delas afastadas mesmo das cidades capitais.

Outro aspecto importante, referiu, é a criação e dinamização dos centros de investigação nacionais. "A criação de mais espaços do género vai permitir aos estudantes e investigadores, nacionais ou estrangeiros, aprofundar os seus conhecimentos sobre algumas alterações que existem em várias estruturas da sociedade."

A pesquisadora reconheceu que existe já um investimento do Executivo na criação e modernização de centros de investigação. "Porém, é preciso aposta mais, porque os ganhos são inúmeros, particularmente na área da investigação, um ramo da ciência que é fundamental como legado para a próxima geração", destacou Cristina Udelsmann Rodrigues.

Com a criação dos centros de investigação existe um maior interesse e aproveitamento dos estudantes, "que podem continuar a desenvolver os seus trabalhos de investigação e os utilizar como fonte de orientação sobre os vários fenómenos socioculturais do país".

Os centros permitem aos estudantes ter mais experiência sobre trabalhos de investigação e trocar ideias sobre alguns temas. "E também uma oportunidade de desenvolverem, com mais bases, os seus projectos no ramo da ciência", disse. A investigadora angolana trabalha, até ao final deste mês, no Instituto Universitário de Lisboa (IS-CTE-IUL). Os seus trabalhos de investigação em Angola têm tido incidência em temas relacionados com a pobreza, a urbanização, o desenvolvimento local, as fronteiras, as zonas mineiras e as migrações. A maior parte desses estudos sobre Angola, realçou, já foram apresentados em conferências internacionais e publicados em revistas científicas internacionais. A

investigadora tem também trabalhado com instituições universitárias angolanas.

Nascida em Luanda, Cristina Udelsmann Rodrigues é antropóloga social com doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares, investigadora do Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (IS-CTE-IUL), Portugal. Participou e liderou vários projectos de investigação sobre países africanos de língua portuguesa, a maior parte deles em Angola.

Asua principal área de pesquisa é a Africa urbana, apesar de realizar investigação sobre a pobreza e a protecção social, as crianças, jovens e idosos, as fronteiras em Africa ou o desenvolvimento e cooperação.

O "Nordic Africa Institute" é um centro de investigação, documentação e informação sobre a África moderna existente nos países nórdicos. O instituto, fundado em 1962, está localizado em Uppsala, Suécia, e é parte de uma rede de Centros de Estudos Africanos na Europa.

6.10 Porto de Caio assina carta de Intenções para Exportação de fosfato

Semanário Económico
6 De Agosto De 2015
Texto: Maria Teixeira

O Porto de Caio assinou carta de intenções com a Minbos Resources Limited, uma empresa de exploração e extracção de minério, na província de Cabinda.

A carta de intenções, com data de 4 de Agosto, revela que o acordo envolve um pedido fume dessa empresa para exportação a partir de Porto Caíó para vários países do mundo de não menos de 800 de toneladas de fosfato por ano.

"A assinatura deste acordo e conseqüente seguimento dos trabalhos é um marco significativo no cronograma deste projecto crucial", disse o Presidente do Conselho de Administração do Porto de Caíó, Brian Fuggle.

"Além disso, é de salientar não apenas como o Porto apoiará os sectores de petróleo e gás em expansão em Angola, mas também será um incentivo ao crescimento e desenvolvimento das empresas", acrescentou.

Outro pormenor assumido na carta é a previsão da inauguração do Porto de Caio, cujo funcionamento está previsto para o terceiro trimestre de 2017. "O Porto vai estimular o crescimento de novas indústrias na província de Cabinda", disse Brian Fuggle.

De salientar que os parâmetros do acordo dos serviços do porto definem um prazo de um mínimo de 10 anos (com a possibilidade de ser alargado no decorrer de 10 anos após o seu termo), uma capacidade de ancoradouro para aproximadamente 26 embarcações por ano, espaço no cais para armazenamento e acomodação de equipamentos necessários, além da alocação de cinco hectares de espaço de trabalho na área industrial do Porto de Caio.

Cacongo é o município da província de Cabinda que conta com grandes quantidades de fosfatos em toda parte da extensão da localidade. Aliás, em 2010 o ministério da Geologia e

Minas fez um estudo de levantamento de fosfato, levando o administrador local, na altura, João Macaia Tati, a revelar ao "Semanário Económico" que para se explorar o minério seria necessária a criação de um porto de águas profundas para o seu escoamento. As obras do Porto Caio não tinham ainda iniciado.

O fosfato é um produto utilizado fundamentalmente na produção de fertilizantes e responde a aproximadamente 25 % do consumo mundial.

É um mineral importante no fabrico de pasta de dentes, detergentes, bebidas não alcoólicas, suplementos vitamínicos e rações de animais.

Há que ter em atenção o cuidado indispensável na aplicação do fosfato. Quando, por exemplo, utilizado na redução da dureza da água em detergentes, pode poluir rios e mananciais.

Ecologicamente, o fosfato tem estas limitações, no que se refere à sua aplicação no ambiente, pois provoca o crescimento de muitos organismos que podem causar desequilíbrios ecológicos. Se for utilizado como fertilizante, também se deve levar em conta algumas preocupações ambientais, pois a sua aplicação descuidada pode causar a poluição dos rios e lençóis de água, resultando na proliferação de algas de superfície as quais diminuem o teor de oxigénio dissolvido na água, comprometendo, desse modo, a fauna aquática.

Certo é que a industrialização do país é uma prioridade, pois tem reflexos directos nos custos de bens, na diminuição do nível de desemprego, etc. "Todavia, a exploração deste minério em Cabinda, província também rica em petróleo, com todos os

seus aspectos económicos e sociais positivos já anunciados, deve ser avaliada sob o ponto de vista ambiental", disse um especialista ao SE.

6.11 Há quatro anos esquecidos no Panguila

Jornal A Capital

8 De Agosto de 2015

Texto: Manuel Alberto

Eram aproximadamente 12h00 quando a reportagem A Capital chegou ao Panguila para 'mais uma vez constatar as condições em que se encontram os ex-moradores da antiga favela da Chicala. Primeira observação: desumanidade por parte de quem para lá encaminhou e alojou tanta gente.

Àquela população se haviam prometido que, ao cabo de 15 dias viriam resolvida a questão das residências, isto é, cada família teria residência fixa. Nada disso aconteceu até hoje, a julgar pela realidade dura que se vive no acampamento.

É que há mais de quatro anos sentem-se abandonados e humilhados pelo facto de as suas lamentações não serem levadas em conta. Conceição Torres, 47 anos, está entre as afectadas. Mãe de cinco filhos, reside numa casa com mais duas outras famílias, perfazendo ao todo 18 pessoas numa única casa de três quartos, uma sala, cozinha, quarto de banho e dispensa.

Segundo ela quando foram transferidos da Chicala para o Panguila em nenhum momento passou-lhes pela cabeça que partilhariam um único tecto mais de duas famílias. Mas, na prática, a realidade acabou por ser esta.

"É uma vida lastimável. Eu durmo com os meus cinco filhos na sala por falta de espaço na casa. Vivemos muito mal", descreveu Conceição, visivelmente agastada com a precariedade em que se encontram. Como adiantou à nossa reportagem, a sua situação é ainda mais triste e revoltante, pelo facto de ter que estar ali com os pais, deficientes.

"Viver num único quarto com os meus pais deficientes, e nestas condições, com falta de água e energia, francamente", deplorou a moradora de uma casa que, em tempo chuvoso mete água pelo tecto.

"Ninguém consegue viver assim por muito tempo", lastimou. Uma onda de insatisfação nasceu no seio daqueles munícipes que têm motivos de sobra para se

perguntarem onde erraram para merecerem tamanho sofrimento?

Maria Rosa dos Santos, 37 anos, também exprimiu a sua insatisfação. Para ela a situação das famílias naquele acampamento tem se deteriorado a cada dia, sendo que, a situação mais insuportável é mesmo ter que conviver com pessoas estranhas dentro da mesma casa.

"Vivo com um vizinho que não me deixa dormir. Já fomos parar duas vezes na Polícia. Apareceu às duas horas de madrugada, enquanto eu dormia, Tive que deixar a casa por causa do comportamento dele", revelou Maria dos Santos, atestando que a falta de entendimento entre os vizinhos, tem originado brigas entre as famílias.

"Pior o quarto de banho. Há quem tem higiene e outros não. Você tem que suportar a sujeira e limpar o quarto de banho. Há vezes que, por causa de falar, sai confusão e vão parar na Polícia", retratou, para depois resumir peticionou Dos Santos, implorando pela intervenção das autoridades competentes na resolução do dilema com maior brevidade.

"Que o Governo cumpra com a promessa feita quando nos colocou aqui", rogou.

"Estamos a ver coisas que não dão", completou Joana Domingos, que se junta às suas companheiras de situação, descrevendo as péssimas condições em que se encontram algumas casas, bem como o amontoado de lixo que está próximo delas.

"Estas casas são de baclite. Temos tido muitos casos de doenças por falta de higiene de alguns vizinhos. É triste. Disseram-nos que no prazo de quinze dias dar-nos-iam casas próprias", entretanto, frisou, "já se passa muito tempo", e nada, lacrimejou angustiada Joana Domingos.

Entre as necessidades prementes dos moradores do "Tecto vermelho" como é chamado o acampamento, figura uma Esquadra de Polícia, ainda que móvel, bem como um centro de saúde.

"Tem havido muita violência doméstica e roubos. Um centro ou posto médico para os primeiros socorros", reforçou.

"O nosso apelo vai no sentido de o Governo vir nos separar e dar a cada família a sua casa, conforme havia prometido", clamou.

6.12 O azar do azarado

Jornal A Capital

8 De Agosto de 2015

Aconteceu há três meses. Azarado Francisco Catambi e familiares perderam a casa e todos os seus haveres, quando chamas de fogo até ao momento de origem desconhecida devorou a moradia. Contou que na altura do incidente todos encontravam-se ausentes de casa, tendo recebido a notícia da ocorrência por telefone.

Em consequência disso, Azarado Catambi recebeu uma tenda que partilha com mais uma.

"Para remediar, os responsáveis deram-nos uma tenda, onde estamos a viver em condições péssimas", lamentou o jovem pedreiro, ansioso pelo cumprimento das promessas das autoridades.

"Disseram-nos que dariam casas no sector 11 do Panguila, mas até aqui, nada. A vida continua ruim e difícil. Praticamente estamos a sobreviver", dramatizou.

Os ex-moradores da antiga favela da Chicala estão divididos em dois sectores, nomeadamente, 09 e 10, onde se podem encontrar mais de cinco famílias a partilharem o mesmo tecto e a penúria convive de mãos dadas com os moradores.

Falta um pouco de tudo. Água, há mais de quatro anos, serviços sociais tais como bancos, supermercados, bem como, um hospital.

6.13 Administradora do Sambizanga

Jornal Manchete

14 De Agosto de 2015

O processo de requalificação e transferência dos moradores do bairro Operário, no distrito urbano do Sambizanga, em Luanda, não tem sido conduzido com transparência.

A informação foi prestada ao Manchete, pelos próprios moradores que acusam a sua administradora, Mara Baptista de beneficiar com apartamentos alguns cidadãos que nunca viveram na mesma circunscção.

Segundo as fontes, muitos habitantes aproveitaram ganhar casas através de requalificação do bairro Operário. Enquanto, que os verdadeiros moradores estão a mendigar para conseguir um espaço para morar. Por outro lado, os injustiçados solicitam a intervenção imediata das autoridades centrais, sobretudo do governador da província de Luanda, Graciano Domingos com vista a colocar ordem naquilo que os cidadãos estão a considerar de nepotismo.

6.14 Chefe de estado quer participação de privados no sector imobiliário

Jornal A República
14 De Agosto de 2015

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, advogou hoje, quinta-feira, a participação privada no desenvolvimento do sector imobiliário, com vista a reduzir a falta de recursos financeiros com que o Estado se debate neste momento. Presidente José Eduardo dos Santos recebe explicações das obras na encosta da Boavista.

O Chefe de Estado fez este pronunciamento na reunião que manteve no Gabinete de Reconversão Urbana, no término da jornada de campo realizada ao distrito urbano do Sambizanga, onde estão a ser erguidas urbanizações com vista a minimizar a falta de habitação com que a população se debate.

De acordo com José Eduardo dos Santos, os dois empreendimentos levados a cabo quer pelo Ministério da Construção quer pelo do Urbanismo e Habitação debatem-se com insuficiência de recursos financeiros, embora o Orçamento Geral do Estado tenha previsto recursos para estes dois programas que estão em curso.

"A verdade é que dificilmente o Governo consegue mobilizar dinheiro suficiente para o pagamento das obras e neste contexto deve-se fazer uma melhor gestão dos solos através do direito de superfície que permita a implementação de programas de urbanismo", referiu.

O Presidente da República sublinhou que a materialização deste pressuposto passa pelo loteamento de terrenos para a implementação de projectos urbanísticos, de forma que possam ser angariados recursos para financiar o sector imobiliário.

"O Estado deve contar com a participação do sector privado sobretudo na promoção e desenvolvimento do sector imobiliário na construção de casas para pessoas que tem rendimento médio e alto e para aquelas com menos recursos": realçou.

De acordo com o Chefe de Estado serão tomadas medidas com vista a tirar, o mais rápido possível, as pessoas que se encontram em zonas de risco, acelerando a construção de cerca de quatro mil casas.

6.15 Lei de arrendamento passa por unanimidade no parlamento

Jornal O País
14 De Agosto de 2015
Texto: Ireneu Mujoco

Segundo o deputado da Bancada Parlamentar do MPLA, Virgílio Tchiova, que apresentou o Relatório-Parecer conjunto deste diploma, este instrumento servirá para legislar o arrendamento urbano, que remonta antes da Independência Nacional, em 1975.

O documento em causa, votado pelo MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNIA, explica que o arrendamento urbano é um contrato pelo qual uma das partes se obriga à outra o gozo temporário de um prédio urbano, no todo ou em parte. Segundo ainda o referido documento, a política que tange à política habitacional só poder ser traçada com a participação de todas as entidades competentes e dos operadores económicos. Com a aprovação deste diploma, segundo opinião dos deputados, colmatar-se-á à procura deste bem que ainda não está ao alcançado de todos.

Medidas Cautelares em Processo Penal

Durante esta sessão, os deputados do MPLA, UNITA, PRS e FNLA aprovaram, igualmente, a Proposta de Lei Sobre as Medidas Cautelares em Processo Penal, sem a CASA-CE, que votou contra o referido diploma.

O deputado Lindo Bernardo Tito desta bancada, na declaração de voto, justificou que "a prisão preventiva na prática, "é uma execução da pena privativa de liberdade antes da condenação transitar em julgado".

O deputado da bancada do MPLA, Domingos Kajama, que apresentou o aludido diploma, disse que com a aprovação deste, pretende-se dar maior

afirmação ao sector da justiça, sendo um factor de desenvolvimento sócio-económico do país. Segundo o deputado, esta lei permitirá também estabelecer uma política criminal e de reforma da justiça penal no país.

Sobre a detenção

O diploma estabelece que a detenção é o acto processual de privação de liberdade por tempo não superior a 48 horas, praticada unicamente com o objectivo de apresentar o detido em flagrante delito para julgamento sumário. Segundo ainda o diploma, este deve ser presente perante o magistrado do Ministério Público, para o primeiro interrogatório e subsequente aplicação ou substituição de medida de coacção, garantindo a presença do detido em acto processual, perante a autoridade judiciária.

Detenção em flagrante delito

Sobre esta matéria, o diploma refere que qualquer autoridade judiciária ou entidade policial deve e qualquer cidadão pode, se nenhuma daquelas autoridades estiver presente ou não puder ser chamada em tempo útil, proceder à detenção em flagrante delito.

No seu artigo 6º nº 4, este diploma estabelece que depois da detenção, deve ser imediatamente levantado o correspondente auto de notícia e de seguida ser apresentado o detido ao Ministério Público, junto dos órgãos de investigação criminal. Nesta sessão, orientada pelo Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, foi retirado o ponto nº 2 da agenda de trabalhos, a pedido da 1ª e 5ª Comissões especializadas. Foi igualmente retirada a Proposta de Lei de Alteração à Lei de Nacionalidade e da Proposta de Lei Orgânica dos Tribunais de Relação.

Universitários assistem sessão

Esta sessão foi também assistida por um grupo de estudantes do curso de Direito da Universidade Católica de Angola (UCAN), convidados pelo Presidente da Assembleia Nacional.

Durante a sessão, que durou duas horas e meia, os estudantes tiveram o privilégio de assistir a aprovação destes diplomas.

Apesar de não se tratar de uma reunião mais alargada, ainda assim os mesmos mostraram-se satisfeitos com o que assistiram, segundo declarações feitas à imprensa no final da plenária.

Para hoje, 14 de Agosto, está agendado o encerramento do ano legislativo 2015 a decorrer na

sala principal da Assembleia Nacional. No dia 15 de Outubro far-se-á a abertura do próximo ano legislativo 2016, durante o qual o Presidente da República deve falar à ação, com base no que a Constituição estabelece.

6.16 PR admite dificuldades na requalificação do Sambizanga

Jornal O País

14 De Agosto de 2015

José Eduardo dos Santos falava' com membros do Executivo angolano, numa reunião de balanço da referida visita. "Este grande factor cria constrangimentos, dificuldades", disse o chefe de Estado angolano, embora o Orçamento Geral do Estado tenha previstos recursos para o financiamento desses dois programas que estão em curso.

O chefe de Estado angolano frisou a necessidade de intervenção do sector privado, salientando que o "Estado não poderá fazer tudo sozinho.

"Sobretudo na promoção e desenvolvimento do sector imobiliário para a construção de casas para diferentes níveis de rendimento. Casas para pessoas que tenham um nível de rendimento médio ou alto e também casas para aquelas pessoas que tenham rendimentos baixos, que tenham menos recursos", sublinhou.

De acordos com José Eduardo dos Santos, os dois empreendimentos levados a cabo quer pelo Ministério da Construção quer pelo do Urbanismo e Habitação debatem-se com insuficiência de recursos financeiros, embora o Orçamento Geral do Estado tenha previsto recursos para estes dois programas que estão em curso.

"A verdade é que dificilmente o Governo consegue mobilizar dinheiro suficiente para o pagamento das obras e neste contexto deve-se fazer uma melhor gestão dos solos através do direito de superfície que permita a implementação de programas de urbanismo", referiu.

O Presidente da República sublinhou que a materialização deste pressuposto passa pelo loteamento de terrenos para a implementação de projectos urbanísticos, de forma que possam ser angariados recursos para financiar o sector imobiliário.

De acordo com o Chefe de Estado serão tomadas medidas com vista a tirar, o mais rápido possível, as pessoas que se encontram em zonas de risco, acelerando a construção de cerca de quatro mil casas.

Sobre a questão dos realojamentos, José Eduardo dos Santos, manifestou preocupação com o que apelidou de "problema de disciplina", casos de pessoas que são realojadas e de seguida abandonam ou vendem as casas, retomando para as zonas dos projetos.

"Voltam a ocupar anarquicamente os espaços, dificultam o andamento dos trabalhos e das obras, provocam tremendos atrasos e vários constrangimentos. Portanto, há também o problema da disciplina e do exercício da autoridade pelos responsáveis da administração local, administradores municipais, comunais, no sentido de exercer essa autoridade, naturalmente com ponderação, mas de tal maneira que se respeite a legislação", frisou.

Concluídos 30 edifícios no distrito urbano do Sambizanga.

Trinta edifícios estão concluídos no distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda, no quadro da requalificação urbana em curso na circunscrição, anunciou ontem em Luanda, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva.

O ministro fez saber que os edifícios estão em fase de entrega aos futuros ocupantes, restando os acabamentos nas redes técnicas de água, energia eléctrica e esgotos.

José Silva considerou que a metodologia definida para a implementação da estratégia de reconversão urbana consiste numa primeira fase, e de forma genérica, na urbanização de uma área disponível (sem ocupação) com objectivo de acomodar a população residente nas áreas circunvizinhas.

"Esta estratégia permitirá edificar novas urbanizações de forma faseada, nas áreas libertas após a transferência da população dos espaços degradados", frisou.

Na sua óptica, esta metodologia, apelidada de "bola de neve", permitirá que a estratégia definida para reconversão urbana se configure num ciclo de acções sustentáveis, servindo de exemplo para a intervenção noutras localidades.

A reconversão implica a alteração completa do existente de um estado degradado, para um estado renovado.

Mil e 250 metros da rua Ndundwana em reabilitação

Quatrocentos metros de estrada, dos mil e 250 previstos na rua dundurna, no distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda, encontram-se em reabilitação, informou ontem nesta cidade o ministro da Construção, Valdemar Pires Alexandre. O governante referiu que as intervenções em curso consistem em terraplenagem, drenagem pluvial, drenagem das águas residuais, rede de esgotos, pavimentação, equipamentos de sinalização e segurança, colocação de lancis, iluminação pública e espaços para estacionamento.

"Nesta altura nós já estamos acima dos 30 por cento de execução física. Mais ou menos na mesma proporção na execução financeira", sublinhou.

Fez saber que os constrangimentos são inúmeros e muitos têm haver com a falta de cadastramento das redes técnicas que existem ao longo desta empreitada.

Na sua óptica, continuarão a trabalhar de forma articulada com as administrações locais, entidades concessionárias dos serviços técnicos, como a EPAL, ENDE, entre outras, no sentido de haver menor interferência nesses serviços existentes. Considerou que o sector está engajado na celeridade destes trabalhos, razão pela qual adoptaram uma estratégia faseada na execução da empreitada.

6.17 Presidente da República visitou ontem o Sambizanga

Jornal Economia e Finanças
14 De Agosto de 2015

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, advogou ontem, quinta-feira, a participação privada no desenvolvimento do sector imobiliário, com vista a reduzir a falta de recursos financeiros com que o Estado se debate neste momento.

De acordo com a Angop, o Chefe de Estado fez este pronunciamento na reunião que manteve no Gabinete de Reconversão Urbana, no termo da jornada de campo realizada ao distrito urbano do Sambizanga, onde estão a ser erguidas urbanizações com vista a minimizar a falta de habitação com que a população se debate.

De acordo com José Eduardo dos Santos, os dois empreendimentos levados a cabo quer pelo Ministério da Construção quer pelo do Urbanismo e Habitação debatem-se com insuficiência de recursos financeiros, embora o Orçamento Geral do Estado

tenha previsto recursos para estes dois programas que estão em curso.

"A verdade é que dificilmente o Governo consegue mobilizar dinheiro suficiente para o pagamento das obras e neste contexto deve-se fazer uma melhor gestão dos solos através do direito de superfície que permita a implementação de programas de urbanismo", referiu o Chefe de Estado angolano.

O Presidente da República sublinhou que a materialização deste pressuposto passa pelo loteamento de terrenos para a implementação de projectos urbanísticos, de forma que possam ser angariados recursos para financiar o sector imobiliário.

"O Estado deve contar com a participação do sector privado sobretudo na promoção e desenvolvimento do sector imobiliário na construção de casas para pessoas que têm rendimento médio e alto e para aquelas com menos recursos", realçou.

De acordo com o Chefe de Estado serão tomadas medidas com vista a tirar, o mais rápido possível, as pessoas que se encontram em zonas de risco, acelerando a construção de cerca de quatro mil casas.

Por seu turno, o ministério da construção garante a redução do prazo de conclusão das obras na rua Ndunduma e da Encosta da Boavista antes dos 14 meses previstos no contrato.

As obras de requalificação da rua Ndunduma e da encosta da Boavista, no distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda, serão concluídas antes dos 14 meses previsto no contrato, anunciou ontem o ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre.

O governante manifestou este desejo no final de uma visita de campo efectuada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, às obras de requalificação da rua Ndunduma, encostas da Boavista, viaduto e centralidade do Sambizanga.

"Vamos reduzir o tempo da conclusão das obras, pois os 14 meses antes previstos se afiguram muito prolongado. O sector vai trabalhar nesse sentido e aprimorar os procedimentos para que este prazo seja encurtado dentro daquilo que constitui a agenda política", afirmou.

De acordo com o responsável, na rua Ndunduma estão a ser repostas e requalificadas infra-estruturas básicas.

"A empreitada de protecção e estabilização das encostas da Boavista decorre a bom ritmo. Apesar da sua primeira fase estar na parte conclusiva, ainda persistem os problemas dos realojamentos "Como principais constrangimentos ao desenvolvimento destas empreitadas", frisou.

Waldemar Pires Alexandre disse ter tomado nota da orientação do Presidente da República sobre a necessidade de se trabalhar de forma articulada, no sentido de se encontrar as melhores soluções no que toca os recursos orçamentais e financeiros para se reduzir a interferência desse fenómeno nas obras em curso.

O ministro fez saber que no bairro Marconi estão construídas infra-estruturas como escolas secundárias e uma primária, bem como as instalações do SIAC. Já no ex-mercado Roque Santeiro, o responsável garante ter encontrado em conjunto com o empreiteiro da obra mecanismo para se tornar mais célere, num horizonte temporal de dois anos restantes.

O governante esclareceu que as restantes empreitadas, quer no distrito urbano do Sambizanga, quer nas áreas circunvizinhas, os principais problemas resumem-se ao realojamento, interferência das redes técnicas e outros de natureza financeira, que já estão assegurados.

Realçou que os investimentos feitos nas encostas da Boavista são avultados, com um custo total de 85.6 milhões de dólares de investimentos para a melhoria do sistema viário.

Informou que neste momento decorrem cinco empreitadas: melhor ia dos acessos ao Porto de Luanda, estrada da Sonils, a ligação desta para com a do Kifangondo, estrada Kima Kienda e a construção de duas pontes na rotunda da Boavista (a duplicação da passagem superior do caminho-de-ferro) e a travessia da ponte do canal do Soroca.

Segundo o ministro, foram cadastrados no processo de realojamento cerca de quatro mil 500 casas e das quais cerca de 860 estão directamente relacionadas com o traçado das vias em curso.

No que toca os trabalhos de contenção das encostas da Boavista, definiu-se como zona prioritária a rotunda da Boavista, constante ainda da primeira fase do projecto, para se estabilizar as encostas e se reduzirem os desabamentos de terra que acontecem frequentemente na avenida Kima Kienda.

Durante a jornada de campo do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foram vistoriadas obras da rua Ndunduma, encostas do

Miramar, visita ao viaduto e passagem pelas antigas instalações do mercado Roque Santeiro.

6.18 Privados devem investir no imobiliário

Jornal de Angola
14 De Agosto de 2015

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, efectuou ontem uma visita ao Distrito Urbano do Sambizanga, que culminou com uma reunião de balanço durante a qual os sectores públicos envolvidos prestaram Informações e os devidos esclarecimentos sobre as obras estruturantes em curso.

Preocupado com o prazo excessivo da execução da construção das infra-estruturas básicas ao longo da Rua Ndunduma, o Presidente da República orientou que se criem condições para a sua redução e para uma melhor gestão do cadastro das redes técnicas existentes.

Em relação ao projecto de estabilização das encostas da Boavista e ao viaduto de ligação à Rua Senado da Câmara, tendo em conta que várias famílias continuam a residir nesta área em situação de grande risco, o Presidente José Eduardo dos Santos orientou a priorização do seu realojamento.

Ainda no âmbito da requalificação do Sambizanga, a visita estendeu-se à zona da ex-Rádio Marconi, onde se está a edificar uma centralidade urbana para realojamento da população do distrito urbano, estando neste momento construídos 30 dos 80 edifícios previstos e concluídos todos os equipamentos sociais projectados.

Durante a visita, o Presidente da República manifestou grande preocupação com o lento desenvolvimento da construção de infra-estruturas que decorre na zona do ex- Mercado Roque Santeiro, tendo orientado para que se adoptem mecanismos de maior celeridade para a conclusão das obras.

Exortação ao sector privado

O Presidente José Eduardo dos Santos exortou a uma maior participação do investimento privado no desenvolvimento de projectos do sector imobiliário e de infra-estruturas, sublinhando que, dada a escassez de recursos, é impossível que o Estado assumira tudo, pelo que se impõe o concurso de privados.

A visita, a segunda feita pelo Presidente da República à mesma zona desde o mês de Janeiro, permitiu identificar os principais pontos de estrangulamento das obras, que envolvem infra-estruturas básicas como novas redes de esgotos, de águas limpas e de energia eléctrica, a construção de pontes, mas também a construção de edifícios para habitação e comércio. As obras envolvem directamente os gabinetes ministeriais da Construção e do Urbanismo e Habitação, e o Presidente da República, que voltou a ser bastante interventivo no transcurso da visita, quis ouvir dos respectivos titulares explicações detalhadas sobre o andamento das mesmas.

Maiores constrangimentos

Dificuldades com o realojamento das famílias afectadas e constrangimentos de ordem financeira foram pontos comuns nas intervenções do ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre, e do ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva.

A verdade, concluiu o Chefe de Estado, é que no domínio da construção de casas dificilmente o Governo consegue mobilizar dinheiro suficiente para o pagamento das obras, daí que se imponha a participação do sector privado. O Chefe de Estado remeteu para futuras sessões da Comissão Económica e para Despachos Presidenciais, novos desenvolvimentos sobre as questões levantadas durante a visita de campo.

"Vamos tratar com profundidade alguns temas que durante a visita de campo foram abordados, nomeadamente, onde encontrar recursos para retirar o mais depressa possível as famílias que estão em zonas de risco, como acelerar a construção de casas para o realojamento das pessoas que estão nas zonas dos projectos", disse. O Presidente da República exortou ainda à necessidade de se observar maior disciplina. "As pessoas recebem casas em zonas onde estão a ser executados diferentes projectos, abandonam ou vendem essas casas e retomam para as zonas dos projectos, ocupam anarquicamente os espaços, provocando atrasos e constrangimentos", observou.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou ainda o Governo Provincial de Luanda e as administrações locais a divulgarem as intenções e objectivos do Plano Director de Reconversão do Sambizanga. "Têm de levar a mensagem a cada família para que tenham consciência do que estamos a fazer e dos benefícios que vai ter e como deve ajudar o seu município", exortou o Presidente.

Kima Kyenda em obras

Estão em curso obras de melhorias dos acessos ao Porto de Luanda, da estrada da Sonils e da ligação desta com a via expresso Luanda/Kifangondo. Decorrem ainda as obras na Avenida Comandante Kima Kyenda e a construção de duas pontes na Rotunda da Boavista, urna que corresponde à duplicação da passagem superior do caminho-de-ferro e a outra para travessia da ponte do canal do Suroca.

Em relação à contenção das encostas da Boavista, foi identificada como zona prioritária, urna parcela próximo à rotunda, na qual estão a ser concentradas atenções no sentido de estabilizar as encostas e estancar os deslizamentos que acontecem diariamente na Avenida Kima Kyenda. Quanto ao realojamento, segundo o ministro da Construção, foram cadastradas 4.500 casas, das quais 864 estão directamente relacionadas com o traçado das vias com as obras em curso.

No capítulo da construção de fogos habitacionais, ficou o apontamento feito pelo ministro do Urbanismo e Habitação sobre os 30 edifícios já concluídos, dos 80 previstos, na centralidade urbana que está a ser edificada na zona da ex -Rádio Marconi. Tal como na primeira fase, disse José Silva, a construção de novos edifícios prossegue em função da conclusão dos trabalhos de infraestruturas técnicas.

"Coloca-se a necessidade de trabalhar no sentido de criar condições para que os futuros ocupantes dos primeiros 30 edifícios possam viver tranquilos sem estarem afectados pelas obras da fase subsequente", disse.

Soito aplaude

O director do Gabinete Técnico de Requalificação Urbana do Sambizanga e Cazenga, Bento Soito, aplaudiu os resultados da visita e aproveitou para reforçar, junto do Presidente da República, a expectativa em relação a proposta Base do Plano Director do Cazenga, Sambizanga e Rangel e do regulamento de execução do projecto. Dois instrumentos fundamentais que, como disse, vão ajudar a prevenir dificuldades e dar resposta aos desafios que se colocam hoje na gestão das novas centralidades urbanas.

6.19 Demolições marcam requalificação

Jornal A Capital

15 De Agosto de 2015

Texto: Osvaldo De Nascimento

"Como deviam voltar se as residências já estavam destruídas?", eis a grande questão que os visados levantam. Seja o que for, entre o drama de quem perde uma casa onde realizou sua vida e gerou outras, sem, no entanto ser beneficiado de outra, há quem aparece a prometer que "já existe dinheiro para dar sequencia as obras".

"Em termos de execução estamos a concluir a primeira fase da requalificação urbana do Sambizanga e começar a trabalhar na aprovação do plano de gestão e manutenção dos espaços remetidos na ratificação do Plano Director que foi aprovado no ano passado pelo ministro do Urbanismo e pelo governador provincial de Luanda para que se possa orientar e regular todo o processo de desenvolvimento da requalificação urbana do Cazenga e Sambizanga", acrescentou.

"Tem a ver com algumas dificuldades de fórum financeiro que já estão equacionadas e estão a ser ultrapassadas. Esta reunião vai permitir chegar a algumas conclusões e projectar acções que visem outras celeridades e projectar as obras aos patamares que se estabeleceram a partida", disse.

"Tivemos uma reunião na qual foi nos garantido que o processo estava parado. Mas tão logo o Presidente da Republica se ausentou do pais, começaram as demolições. Fomos ter com o administrador comunal que deveria velar pelos nossos direitos, disse-nos que só recebe ordens superiores. De quem, não sabemos", queixou-se Alberto Freitas.

Alberto Freitas, por sua vez, explicou que boa parte dos populares que foram transferidos para o Zango aceitaram apenas com receio de serem desalojados, sob pena de viverem na rua. "A minha casa, por exemplo, tem 360 m2 e é de esquina. Vale muito dinheiro, não posso receber urn apartamento de 10

metros. A administradora disse no princípio das negociações que o edifício seria para os moradores e não para estranhos. Mas devo perguntar se o Matias Damásio, a Mara Dalva e tantas outras figuras publicas que estão a residir no edifício, cresceram aqui", questionou, acrescentando que não se entende como e que a administração quer negociar, uma casa com oito compartimentos e varias famílias no seu interior, com um apartamento T-2.

Em 25 de Julho passado, como frisou o nosso entrevistado, a administração do distrito Urbano do Sambizanga emitiu um comunicado, explicando aos moradores que já estavam no Zango, que quem quisesse deixar as residências lá, tinha até o dia 28 do mesmo mes entregar as chaves e voltar a sua antiga habitação, no B.O.

Foram-lhes apresentados o anteprojecto e os procedimentos seguintes. Muita gente ficou satisfeita, porque um dos princípios base era a permanência dos moradores no bairro que os viu nascer e crescer. Certo dia, continuou, "fomos chamados a Agua-Sambila onde nos reunimos com a administração do distrito do Sambizanga e a Associação dos Moradores. Nesta reunião explicaram, mais uma vez, como seria feito o processo, mas nunca se falou sobre uma suposta ida dos moradores para o Zango.

O processo de requalificação do Bairro Operário continua manchado com irregularidades. E que as promessas feitas no principio, não estão a ser efectivadas na pratica, tanto e que muitos cidadãos estão a ver suas residências demolidas, com eles à dentro, mesmo sem terem sido contemplados por apartamentos ou casas, quer nos prédios como no Zango como havia sido perspectivado.

Quem o disse foi o coordenador do Gabinete Técnico de Requalificação Urbana dos municípios do Cazenga e Sambizanga, Bento Soito, quando adiantou a comunicação social que a visita que o Presidente da Republica que efectuou ao B.O atende a expectativa de tudo o que não estava a correr a contento.

Rafael Daniel, moradora há mais de 35 anos no Bairro Operário, lembra que quando o processo de requalificação começou, as famílias foram chamadas para serem informadas sobre o processo que iria decorrer no bairro.

Só que, a dado momento, começou a ver-se que o processo já não estava a ser justo, a partir dos rumores, segundo os quais, o pessoal iria para o Zango. Num comunicado publicado afirmava-se que as famílias tradicionais iriam para o prédio, enquanto que as dos anexos para o zango. "E claro que

ninguém ficou de acordo porque não fomos informados com antecedência", reforçou.

Tão logo isso esteja preparado vamos começar o processo bola de neve que e o realojamento da população com a criação de condições nas áreas de onde as populações vão sair implantando novas estruturas, novos equipamentos, habitação social, a promoção imobiliária privada que e que dará o auto sustento ao projecto", concluiu.

6.20 Presidente da República dispensa a peneira para ver sol

Jornal A Capital

15 De Agosto de 2015

Texto: José dos Santos

Por aquilo que se ouviu do Chefe de Estado ficou-se com a nítida sensação de que a economia angolana acaba de dar entrada numa espécie de cuidados intensivos, de que precisara quanta baste de técnicas de reanimação com vista a devolver-lhe a imagem saudável com que contava até então.

Sem tergiversar, José Eduardo dos Santos demonstrou claramente que falta dinheiro para a conclusão de alguns projectos de grande dimensão já iniciados. Levantando uma hipotética bandeira branca num claro sinal de que a situação e para ser levada muito a peito, o Presidente destacou a ingente necessidade de intervenção do sector privado.

"O Estado não podera fazer tudo sozinho", reconheceu Eduardo dos Santos, apontando, inclusive, os sectores que, desde já, devem convocar uma 'mãozinha' privada. "Sobretudo na promoção e desenvolvimento do sector imobiliário para a construção de casas para diferentes níveis de rendimento. Casas para pessoas que tenham um meio de rendimento médio ou alto e também casas para aquelas pessoas que tenham rendimentos baixos, que tenham menos recursos", apelou.

E publico que decorrem no Sambizanga obras de requalificação, que passam pela construção de um projecto habitacional e a consequente protecção e estabilização das encostas da Boavista. Para tal, tudo esta dependente de como vai decorrer o processo de realojamento das pessoas que vivem nestas zonas consideradas de alto risco. São no total cerca de 4 mil 500 casas cadastradas, sendo que 864 das quais estão directamente relacionadas com o traçado das vias nesta altura em curso.

Apesar de já terem sido realojadas algumas famílias que interferiram directamente no processo, há ainda por realojar cerca de 490 famílias, daí toda a necessidade de verbas, o principal combustível para levar de avante todo este processo. Há dificuldades financeiras. Vindo da boca do PR poucos serão aqueles que se atreverão em dizer o contrário, como, alias, tem sido apanágio intramuros de algumas mentes iluminadas.

A verdade, segundo JES, é que na falta de dinheiro fica também difícil, só para citar estes, a condução de dois programas de reabilitação e realojamento que decorrem no popular distrito do Sambizanga.

Embora o Orçamento Geral do Estado (OGE) deste ano tenha previsto recursos para financiar os dois programas em curso naquela circunscrição, o certo é que não se poderão fazer omeletas sem ovos. "Este factor cria constrangimentos, dificuldades", considerou.

Este cheirinho a realidade do Chefe de Estado podera ter o mesmo efeito que um soco no estômago de todos quantos acreditavam que a visita do JES a China conformava uma espécie de milagre do tipo Jesus Cristo regressou a terra. A última reunião do Conselho de Ministros foi sintomático de como o empréstimo chinês desconhece-se o montante real obedece a programas prioritários, daí que muita coisa podera ficar de fora.

Este momento menos bom da economia, anunciado em Outubro passado pelo Presidente angolano, esta para tudo e todos. Alias, em Junho ultimo, analistas da conceituada Economist Intelligence Unit alertaram para a probabilidade de Angola começar a atrasar-se nos pagamentos do Estado e das empresas publicas ao sector privado devido a súbita desvalorização da moeda nacional (Kwanza), que ocorreu nos últimos meses.

Alinhando no mesmo diapasão, o Centro de Estudos, Investigação Científica da Universidade Católica (CEIC) garantiu em meados deste ano que Angola podera ter um crescimento médio de 3,5 por cento ao ano ate 2017, mas alertou para o facto de que tal se revela insuficiente para a distribuir para uma população que cresce cada vez mais.

E não é para menos: o Produto Interno Bruto de 4,400 para 3.875 dólares. De um tempo para cá, os níveis socio-económicos do país tendem a baixar e não há previsões de melhoria, a semelhança do nível de vida dos angolanos, com a previsão de que a situação venha a piorar ate 2017, em face de uma maior aposta na Defesa e Segurança, em detrimento dos sectores sociais (Educação, Saúde...).

O caso angolano parece ser o mais preocupante entre os países exportadores de petróleo: já em Dezembro do ano passado, por exemplo, a agência de notação financeira Moody's considerava que Angola, pela sua forte dependência do petróleo, ficarão mais vulneráveis as variações de preço.

Cerca de 76 por cento das receitas fiscais de Angola provem do petróleo, representando mais de 99 por cento das suas exportações. As coisas, porem, tendem a piorar. "A queda dos preços oferece aos países exportadores de petróleo um desafio que pode ser piorado se os preços caírem muito abaixo da previsão", reflecte a Moody's.

Neste momento, o petróleo corresponde a cerca de 66% das receitas correntes angolanas. Porem, o saldo negativo de 7,6 nas contas públicas do presente ano, ao que se junta uma estimativa de 0,2% de défice, corresponde a uma necessidade de financiamento de 1,031 biliões de kwanzas.

Como se não bastasse, o stock de dívida pública angolana atingira este ano os 48,3 mil milhões de dólares, o que corresponde a 35,5 por cento do PIB nacional. Prevê-se, por isso, uma taxa de inflação de 7 por cento, o que representa uma descida de meio ponto percentual em relação ao ano passado.

6.21 3.002 Apartamentos estão concluídos nas centralidades

Jornal Economia e Finanças
21 De Agosto de 2015

Três mil e dois apartamentos das centralidades do Cuito e Andulo, na província do Bié, que estão a ser construídas no âmbito do projecto habitacional, encontram-se concluídos, soube na passada quinta-feira (13) a Angop.

Segundo um relatório do governo da província, estão concluídos 2.830 apartamentos na Centralidade do Cuito e 172 na do município do Andulo.

Infra-estruturas de apoio

Para melhorar a qualidade de vida dos futuros habitantes da Centralidade do Cuito, sustenta o documento, está a ser erguido um novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, a partir do rio Cuquema, que decorre sem constrangimentos.

Na Centralidade do Cuito, serão construídos 6.000 apartamentos, de tipologia T3, erguidos em edifícios de dois pisos e três andares. O projecto engloba igualmente a construção de serviços sociais, económicos, culturais e desportivos.

Para a Centralidade do Andulo, 130 quilómetros a Norte da cidade do Cuito, estão projectados mil apartamentos.

A província do Bié vai ganhar 7.000 apartamentos nos municípios do Andulo e Cuito, enquanto os municípios do Cuemba, Chinguar, Cunhinga, Nhârea, Catabola, Chitembo e Camacupa terão 200 'casas sociais, cujas obras decorrem a bom ritmo.

Ainda no sector habitacional, durante a oitava reunião ordinária do Conselho de Auscultação e Concertação Social do Bié, foi apreciada a execução física e financeira das obras no âmbito do subprograma de 200 fogos por município, cujo curso considera-se positivo.

A província do Bié tem uma extensão de 70. 314 km² e a sua população está estimada em 1.794. 000 habitantes. É formada pelos municípios do Andulo, Camacupa, Catabola, Chinguar, Chitembo, Cuemba, Cunhinga, Cuito e Nhârea.

6.22 Casas desabitadas no Zango servem de depósito de lixo e covil de marginais

Jornal Seminário Angolense
21 De Agosto de 2015
Texto: João Silva

O Seminário Angolense constatou que nos Zangos 2 e 3, realmente existem diversas residências desabitadas que, quando não são vendidas ou distribuídas a pessoas próximas dos responsáveis, têm servido de covil de marginais, segundo moradores da zona.

De acordo com alguns moradores provenientes da Camuxiba, distrito urbano da Samba, há algum tempo atrás, foram avisados por funcionários do governo provincial, que até Março do corrente ano, as referidas residências seriam ocupadas por cidadãos que sairiam da Chicala-2. Contudo, os mesmos foram realojados em outra área. De seguida, uma outra informação posta a circular dava conta que quem

ocuparia aquelas residências seriam os que sairiam das montanhas da Samba.

Assim, entre informações contraditórias, as casas continuam ao léu. Indignados e preocupados, os moradores sustentam que quando foram transferidos para as actuais residências, também estiveram na situação de uma residência para duas famílias. Por não terem concordado com aquela situação, reivindicaram os seus direitos junto da administração, ameaçaram manifestar-se e levar o caso até às últimas consequências e só assim foi-lhes entregue uma casa para cada família.

Aproveitando a presença da reportagem do *Semanário Angolense*, os moradores do Zango-2, provenientes do distrito da Samba, alegam que estão preocupados com as residências desabitadas porque as mesmas também estão a servir como depósito de lixo e, caso não sejam rapidamente habitadas, outras consequências mais graves poderão advir.

Ainda segundo os moradores, tem havido muitas irregularidades no que toca à distribuição de casas nessas novas comunidades. Conforme disseram, geralmente as casas não são entregues aos verdadeiros necessitados porque, entre as administrações municipais, fiscais e outros dirigentes civis e militares, há uma rede que maneja tudo e acabam por ficar com as casas para fins próprios. Quem tem dinheiro, com toda a facilidade do mundo compra uma casa na Sapú, Zango ou Panguila.

Esses indivíduos, abusando da autoridade que têm enquanto funcionários do Estado, estão a fazer grandes fortunas com a venda das residências que seriam destinadas a esses cidadãos. «Muitos são pessoas bem da vida e possuidores de dez ou mais residências mas, mesmo assim, continuam a ter todas as facilidades para cada vez, obterem mais residências para oferecerem a familiares e outras pessoas de sua conveniência e sobretudo venderem», disse um cidadão agastado e que pediu anonimato por temer represálias.

Situações inadmissíveis

José dos Santos, de 35 anos de idade, funcionário público e morador do Zango-2, é proveniente do distrito da Samba e afirma ser preocupante a situação dessas residências que estão já há algum tempo desabitadas, considerando que ainda há dezenas de famílias a viver muito mal, amontoadas em uma só residência, em casebres de chapa ou em tendas já surradas. «Porque não transferir essas pessoas para estas residências, muitas das quais vão servindo de depósito de lixo e antro de marginais?», questionou.

Para ele, é necessário e urgente que o Governo central tome medidas imediatas contra esses prevaricadores que se aproveitam das situações para enriquecer ilicitamente em detrimento de pacatos e honestos cidadãos. «Um governo que se preze e que se diz pelo povo não pode admitir o que se está a fazer a estes cidadãos. Isto só suja e deixa bastante mau nosso governo e a pessoa do Chefe de Estado. Indivíduos deste calibre não merecem nem uma migalha de nada e devem ser exemplarmente punidos», incentivou.

Já Afonso António, de 29 anos de idade, estudante, morador do Zango-3, alega ter perdido dois anos lectivos por causa do desalojamento, coisa que o deixou muito transtornado na época. Como cidadão nacional considera ser uma grande injustiça a maneira que muitos angolanos estão a viver na sua própria pátria. Para ele, é inconcebível que haja cidadãos ainda a viver em chapas e tendas rotas, como é o caso dos primeiros habitantes do Zango-1 que se encontram em situação ignóbil desde o princípio do projecto em 2002. Adultos e crianças sofrem com o calor de dia como de noite, sobretudo quando a temperatura está alta e têm de dormir ao relento e expostos a todos os perigos. Em tempo chuvoso até faz pena ver as famílias a sofrer em meio de águas, lama e podridão. «Será que essas pessoas que estão a frente destes projectos têm alguma coisa de humano e sentem a dor dos outros ou será, como se diz, que gindungo no olho do outro é refresco?», questionou agastado jovem.

6.23 Centralidade do Kilamba

Semanário Angolense
21 De Agosto de 2015

Alguns moradores do novo Kilamba, que habitam a chamada zona KK-5000, têm vindo a mostrar-se agastados com os métodos de gestão do presidente da Comissão Administrativa desta Centralidade, Joaquim Israel, não só pelo excesso de burocracia para a concessão de autorizações para a colocação de gradeamentos nas residências, aparelhos de ar condicionado, mosaicos e azulejos, como também pelos «altos preços cobrados pela emissão de documentos. Dizem os novos inquilinos que as autorizações demoram, no mínimo uma semana para serem despachadas e que eles têm sido obrigados a o equivalente a quase 100 dólares para cada um dos documentos para a execução de obras, «De graça só mesmo o ar que respiramos» dizem os moradores, meio a sério, meio a brincar.

6.24 Cidadãos temem pelas suas vidas

Semanário Angolense
21 De Agosto de 2015

As várias famílias ouvidas por este jornal na região do Panguila, denunciaram que desde 2010 que se encontram naquela localidade já morreram mais de vinte pessoas, por razões de doenças causadas pelas situações adversas em que vivem, fundamentalmente a falta de água, de cuidados básicos de saúde, falta de uma unidade hospitalar, pelo que os moradores são obrigados a percorrerem grandes distâncias para tratamento médico. Entre os que perderam a vida pelas causas descritas, figuram crianças, idosos e jovens dos 20 aos 25 anos de idade.

A escassos quilómetros da Cidade do Kilamba, um dos maiores projectos habitacionais concebido pelo Estado Angolano desde a independência do país, está meia centena de cidadãos sinistrados provenientes do bairro do Cemitério, em Viana, do distrito urbano do Sambizanga e do município do Cazenga, que vivem igualmente em situações desagradáveis.

Os mesmos vivem em casebres de chapa e tendas muito gastas, situação que de alguma forma vai dando origem a várias situações abjectas como doenças e muitas dificuldades para manterem as crianças na escola. Segundo os que se pronunciaram à nossa reportagem, mais de quarenta famílias vivem na conhecida zona do «projecto Nandó», que se situa numa área com um condomínio com o mesmo nome. O local que alberga estes cidadãos, já registou diversos óbitos, por várias doenças, desde a trombose ao paludismo, entre outras enfermidades.

A cidadã Manuela David dos Santos, de 49 anos de idade, proveniente do bairro do Cemitério, em Viana, perdeu o filho de 25 anos de idade por doença que contraiu durante o tempo em que viviam ao relento. Contou que estiveram cerca de um ano a dormir na rua, sem qualquer protecção, enquanto esperavam pelas casas prometidas pelo senhor Bento Soito, na altura vice-governador de Luanda para a Área Técnica.

«Pelo menos aqui, mais de dez pessoas já morreram. Éramos aproximadamente 30 famílias provenientes do bairro do Cemitério e agora sobramos poucos. Neste momento que falo para o senhor, estou sem forças nos meus joelhos porque perdi um filho de 25 anos há poucos dias; o outro, de 11 anos, está com pneumonia já há um bom tempo. Não recebemos qualquer ajuda nem do governo da província ou de qualquer outra instituição».

De acordo com Manuela dos Santos, que assumiu o lugar dos coordenadores das famílias provenientes do bairro do Cemitério e também morreram por doença prolongada, os óbitos foram consecutivos. Depois da morte dos coordenadores, um agente da Polícia Nacional, que também era sinistrado, faleceu por doença prolongada em Janeiro do ano em curso.

«Temos viúvos, como é o caso do senhor Augusto Armando, que perdeu a esposa, igualmente por doença prolongada e tantas outras pessoas. Se não nos resolverem o problema acabaremos por morrer todos», alertou.

Visivelmente com um físico debilitado, Manuel Fusa, vive com a esposa num estado bastante crítico. Vende garrafas para sobreviver, mas o seu estado de saúde já não permite percorrer grandes distâncias. Em função disso tem limitações e a saúde ameaçada. «Não tenho boa saúde, tenho muitas limitações e o tempo de vida é muito limitado», disse.

Muita gente já morreu

Os sinistrados provenientes do distrito urbano do Sambizanga que também se encontram na Sapú já há cinco anos, explicaram a este jornal que de 2010 para cá perderam mais moradores, ou seja, morreram mais cidadãos por doença, do que por qualquer outro caso.

Madalena Adelaide, a coordenadora da Comissão de Moradores, informou que morreu muita gente, principalmente de trombose, cólera, má alimentação e pneumonia, entre outras doenças. A coordenadora recordou que durante os cinco anos a viverem naquelas condições, morreram os seguintes cidadãos:

José Dala, Maria do Espírito Santo, por doença prolongada, tendo deixado dois filhos; Sailundo Cacaími, João Tchiema, que deixaram quatro filhos; Cândida João Manuel, deixou 10 filhos; Narciso António, foi oficial das Forças Armadas Angolanas, Regina Maurício e Anabela Calipa, que deixaram quatro filhos.

«Perdemos todos estes indivíduos e outros tantos. O que nos resta agora é pedir a Deus que nos proteja de eventuais perigos que possam surgir, apesar, de viermos já em perigo», concluiu.

6.25 Lei do Arrendamento Urbano

Jornal Economia e Finanças
21 De Agosto de 2015

Foi aprovada em definitivo, na quarta-feira, 12 de Agosto do corrente ano, pela Assembleia Nacional, a

Lei do Arrendamento Urbano, que, grosso modo, vai substituir a Lei do Inquilinato, cujo foco de regulação incide essencialmente sobre o arrendamento dos prédios urbanos.

A Lei do Inquilinato, datada de 1961, enfrentou várias peripécias na sua aplicabilidade prática em Angola, resultado de um lado, da escassez de imóveis objectos de arrendamento e a consequente pressão habitacional e, do outro lado, da ineficácia de garantias do Estado para combater as práticas abusivas. Estes dois factores, associados a tantos outros, tornaram a referida lei que está na eminência de cessar, numa (quase) letra morta.

Neste contexto, a (nova) Lei do Arrendamento Urbano surgiu como uma forma de chamar atenção à sociedade para disciplina das relações jurídicas que se operam no mercado imobiliário, em geral, e nas práticas dos contratos de arrendamento, em particular.

Dentre as novidades que têm presidido as discussões desta lei nova, até chegar à aprovação pelo Parlamento, destacam-se, fundamentalmente, a proibição das cobranças das rendas em dólares, ou mais precisamente em moeda estrangeira e a impossibilidade da convenção de antecipação das rendas, pelo menos até seis meses.

Em boa verdade, a anterior ainda em vigor Lei do inquilinato - já orienta nesse sentido. No seu artigo 23, número 1, a lei em referência (já) proíbe a fixação da renda em moeda estrangeira. Outrossim, o artigo 27, números 1 e 2 da Lei do Inquilinato mais o artigo 1.091 do Código Civil proíbem a antecipação da renda em período superior a um mês.

Corno se pode depreender acima, já há muitos longos anos a questão da preferência das rendas em moeda estrangeira tinha sido acautelada e a declaração de ambas as partes contratantes em realizar a antecipação das prestações de rendas mensais antecipadas tinha sido limitada somente para até um mês. A nova lei vem, no entanto, alargar ainda mais este prazo, fixando-o num limite de seis meses, o que, sem dúvida alguma, irá fazer pesar o bolso do arrendatário, também conhecido como inquilino, que, diga-se de passagem, ainda é o elo mais fraco do contrato de arrendamento, pelo menos para a nossa realidade.

Não é de desconsiderar-se, pois, o acento tónico desta reforma do arrendamento urbano deveria ter sido colocado nos mecanismos de tutela controlo para cumprimento execução das normas que a Lei do Inquilinato já plasma(va), atendendo à prática social já sobejamente conhecida.

Se nos fosse permitido fazer um juízo de valor à Lei do Inquilinato e a algumas disposições do Código Civil referentes à matéria do contrato de arrendamento, diríamos ainda que tímida e holograficamente, que o regime jurídico angolano do arrendamento não é, em si, mau. Aliás, o simples carácter antiquado da lei e outras questões (algumas de carácter processuais) não poderiam forçar a substituição das "boas" normas que o regime jurídico (antigo) fixou.

De resto, não é de ignorar-se a boa intenção do legislador proponente em instituir um regime jurídico novo, embora reconhecesse que "não se tratando de aspectos nucleares, eles podem alterar aspectos estruturais do arrendamento urbano, facilitando a dinamização do mercado da habitação", como se pode ler na nota preambular da proposta de Lei do Arrendamento Urbano.

Num olhar mais social da Lei do Arrendamento Urbano, é possível reconhecer a preocupação do Estado em dar outro rumo à visão redutora da política de habitação em Angola nos dias de hoje, ou até mesmo da práxis imobiliária. "Em termos de política de habitação, é mister que o arrendamento se afigure como uma alternativa eficaz à aquisição de casa própria" - remata o preâmbulo da Lei do Arrendamento Urbano.

6.26 Promessas, promessas e promessas

Semanário Angolense
21 De Agosto de 2015

O arquitecto Bento Soito, actual director do Gabinete de Reconversão do Sambizanga e Cazenga, que já foi vice-governador de Luanda para a Área Técnica e director do Gabinete para o Realojamento das Populações em Situação de Risco, prometera há alguns anos atrás, em entrevista a este jornal, que todas as famílias a viverem em situação de promiscuidade habitacional (duas ou mais famílias na mesma casa) no Panguila ou no Zango, assim como aquelas que ainda habitam em tendas ou casebres de chapa seriam realojadas dentro de poucos dias, porque estavam em vias de acabamento as residências que lhes seriam destinadas.

Tempos depois, passado o prazo prometido, reiterou que toda a gente nessas condições teriam casas até 2012 para então passarem a viver condignamente. O

que é verdade, passados cerca de cinco anos, as famílias continuam como no princípio, com a agravante de que' as condições habitacionais, com o passar dos anos, vai piorando. Se já era difícil conceber, no princípio, diversas famílias a dividirem um mesmo tecto com espaço limitado, imagine-se agora o tormento dessa gente que, a cada dia, vão perdendo tudo, incluindo a dignidade e a saúde.

Outros, postos em tendas, lá continuam apesar de as mesmas quase já não existirem, surradas e rotas pelo tempo, já longo, em que estão a ser usadas. Muitos substituírarn-nas por casebres de chapa que, no calor, são autênticos fornos e, na chuva, transformam-se em chiqueiros lamacentos.

A propósito das reportagens que o SA estampa nesta edição, foram efectuados diversos esforços para se chegar à fala com o arquitecto, que é apontado pelas «vítimas» como sendo o culpado de todas as suas desgraças.

O arquitecto não atende os telefones nem responde às mensagens enviadas para falar sobre o assunto. Segundo uma fonte do GPL, «ele está sempre a mudar de telefone e nos últimos tempos é difícil atender números que não conhece».

Assim sendo, perdeu-se uma grande oportunidade para que, quem de direito, se pronunciasse uma vez mais sobre o futuro daquelas famílias que estão a sofrer por anos consecutivos, enquanto quem os jogou para essa situação dorme o «sono dos justos».

6.27 Um drama que se arrasta e tende a eternizar-se

Semanário Angolense
21 De Agosto de 2015
Texto: Baldino Miranda

Quando muitas famílias que vivem nos Zangos, Sapú e Panguila em situações completamente deploráveis depararam-se com a informação segundo a qual o Presidente da República. José Eduardo dos Santos efectuava no dia 13 de Agosto do mês em curso uma visita de campo nas obras de requalificação do Cazenga e Sambizanga, viram a esperança de viverem condignamente saída do poço. ou seja, a luz no fundo do túnel apareceu mais próxima do imaginado.

Mas, a beleza do discurso do Presidente da República durante a sua visita às zonas de requalificação e a realidade actual dos moradores das zonas acima

referidas é um contraste sem medida que faz perceber a qualquer um que o sonho que as famílias das localidades referenciadas tiverem pode ser uma utopia.

A verdade é que mais de trinta famílias provenientes da Ilha, do Sambizanga, Cazenga, Viana e de outras localidades da capital do país, vivem em péssimas condições. Aliás, algumas chegam a viver de forma tão desumana que são confundidas com animais irracionais.

Algumas residências de três quartos no Panguila, estão a albergar entre duas a quatro famílias. Cada família ocupa um quarto e, nos casos em que não há mais quartos disponíveis, as restantes ocupam a sala e demais espaços que houver e a vida vai prosseguindo desenrascadamente em meio a uma promiscuidade habitacional jamais vista ou imaginada. Normalmente, as famílias que passam por tal situação são compostas por pai, mãe e três ou quatro filhos.

Contas feitas numa residência chegam a morar, espantosamente, entre 12 a 24 pessoas com todos os riscos de contraírem enfermidades. Além de estarem sujeitos a outras situações adversas da vida. A situação ocorre maioritariamente no Panguila onde para além de os moradores passarem por tudo isto ainda têm que suportar uma onda de criminalidade assustadora.

É um assunto que já mereceu muita atenção por parte dos meios de comunicação social fundamentalmente dos órgãos privados mas ainda assim os problemas que prevalecem há largos anos, não mereceram a devida atenção por parte de quem de direito.

Apesar de garantias dadas logo no princípio, de que era uma situação passageira que seria resolvida em poucos dias.

Muitas pessoas das famílias que vivem nessas polémicas condições, para além do difícil convívio entre si, contraem enfermidades que acabam em óbito. Alguns membros dessas famílias já dirigiram missivas há vários órgãos. Inclusive ao Ministério da Família e Promoção da Mulher e ao Ministério da Reinserção Social mas deles nunca receberam sequer uma resposta positiva o que os deixa num estado de aflição constante.

Famílias muito agastadas

Os residentes nos Zangos, que albergam cidadãos provenientes de vários pontos de Luanda, inclusive que residiam à beira-mar e em zonas consideradas de risco reclamam contra a situação caótica em que vivem desde que lá foram postos. Alguns afirmam

mesmo que foram ali «depositados feitos resíduos sólidos» e acabaram esquecidos.

As reclamações incidem no facto de muitos terem recebido casas que não correspondiam com as que possuíam anteriormente e como se não bastasse, muitos deles ainda tiveram que fazer os acabamentos gastando os poucos recursos que possuíam acabando por viver uma situação nunca antes esperada.

Se uns tiveram a sorte de beneficiarem de casas inacabadas, outros nem essa sorte tiveram. Depois de retirados dos seus domicílios foram deixados ao relento passando pelo menos algumas semanas a dormir na rua, para beneficiarem, depois de algum tempo, de tendas. Algumas famílias, mais de meia década depois, ainda residem nas referidas tendas, aguardando pacientemente que o Estado os tire daquela situação calamitosa.

Porém, os Zangos, hoje por hoje, são uma grande miscelânea de gentes provenientes de diversos pontos de Luanda, muitos dos quais compraram casas a quem beneficiou delas e transformaram-nas em grandes vivendas. Mas os Zangos albergam igualmente cidadãos provenientes do Sambizanga e Cazenga, devido à factores naturais, nomeadamente as enchentes por causa das chuvas, como as que se registaram em 2010 no distrito urbano do Sambizanga e por outras razões que terão ocorrido no Cazenga e motivou dezenas de famílias a deixarem aquele município.

Como disseram muitas daquelas pessoas à reportagem do Semanário Angolense, andam completamente agastadas com tal situação, porque os prazos ditados pelas comissões que se responsabilizaram pelo seu desalojamento já venceram há muito tempo.

A algumas foi-lhes prometido que ficariam nas tendas de um a três meses mas, em contrapartida, já lá vivem há mais de cinco anos. Outras foram alojadas no Panguila de forma completamente desumana e, qual mercadoria em armazém, foram colocadas três, quatro e até cinco famílias, numa só residência de dois ou três quartos. Quando isso aconteceu, foi prometido a essas famílias, que ficariam naquelas condições por apenas alguns dias já que as residências que lhes seriam destinadas estavam em fase de acabamento. Infelizmente, apesar das muitas casas vagas e das que são distribuídas por simpatia, geralmente a quem não necessita delas, essas famílias continuam a viver um drama terrível. Qualquer pessoa pode imaginar o que é viver naquelas condições. Diversas famílias a viverem juntas sob um mesmo tecto e ainda por cima exíguo, obrigadas a compartilhar tudo. Alguns desses governantes que

criaram estas situações aguentariam? Eis a questão.

6.28 Viver em condições Sub-humanas

Semanário Angolense

21 De Agosto de 2015

A reportagem do *Semanário Angolense*, que também se deslocou ao Panguila para apurar a veracidade dos factos, ouviu, já no local, a cidadã Conceição Mateus Torres, proveniente dos casebres que se situavam ao lado do Mausoléu. Ela afirma estar arrependida por ter aceite a imposição do Governo da Província de Luanda em transferi-la para aquela região.

«Vivo numa casa pequena com mais duas famílias. Vivemos em extrema pobreza, não temos água, comida e não temos um mercado por perto; deste modo a situação é muito mais complicada», desabafou a interlocutora que partilha a casa de poucas dimensões, com o cidadão Gabriel Luís, que tem dois filhos e a dona Teresa que vive com 4 filhos.

A cidadã contou que os seus pais, que também residem na mesma casa, têm os dias de vida contados por causa de várias doenças obtidas desde que vivem nas condições actuais.

Helena Cassoba, é outra moradora do Panguila que também falou para este jornal e, como disse, são tratados como tudo, menos seres humanos. «O senhor jornalista não vai acreditar que eu, com os meus 59 anos de idade, tenho de estar a viver com 17 pessoas na mesma casa, que resultam de três famílias: tenho seis filhos, com mais 7 da vizinha Maria Antónia, mais um do senhor Dário e conosco os responsáveis, somos dezassete», contou.

A tia Cassoba, como é carinhosamente tratada pelos vizinhos, recordou que quando chegaram àquela região, o senhor Bento Soito, responsável do GPL para o realojamento, prometera que a situação de promiscuidade duraria no máximo quinze dias, findos os quais as famílias receberiam cada uma a sua casa.

Na medida em que o tempo foi passando, foram assistindo de forma inglória as duas semanas a eternizarem-se e, de lá para cá, nem sequer se lembram da cor dos camiões que numa tarde angustiante os depositou ali como se fossem simples mercadorias.

«Aqui não há condições para os animais irracionais viverem condignamente, agora imaginem para nós?»

Não há privacidade e muito menos respeito entre as pessoas, não trabalhamos e nem sequer temos forças para o fazer; quando chove as casas inundam totalmente, porque foram construídas em terreno argiloso. Nestas condições não temos como comprar alguma coisa para colocar na sala, aliás, não temos sala», recordou, esclarecendo que boa parte da população que vive naquelas condições sustenta-se de doações dos seus familiares que vivem em outras áreas.

Os cidadãos denunciaram que as casas novas, situadas nas proximidades e que se destinariam a albergar as famílias a mais numa só residência, estão a ser vendidas à revelia por pessoas desconhecidas, ou seja, os vendedores não mostram a cara e a vizinhança apenas se surpreende com a ocupação, quase diariamente, das residências que sempre pensaram que fossem para si.

Aristides Moisés Agostinho, partilha uma casa de três quartos com igual número de famílias; tem mulher e três filhos, não trabalha e sobrevive de alguns serviços que vai prestando a terceiros. Os filhos estão fora do sistema de ensino devido as dificuldades por que passa.

O cidadão explicou que vive com o senhor Sousa, que tem três filhos e a senhora Santa que é mãe de quatro filhos. «Corremos muitos riscos; às vezes não janto porque a minha vizinha ou uma outra pessoa com quem partilhamos a casa come o que a minha esposa deixa sobre a mesa, provocando constrangimentos de vária ordem».

Ao contrário de tantos outros em iguais circunstâncias, Matias Francisco de Andrade, antigo combatente e veterano da Pátria, vive na casa 581, lugar que partilhou, por poucos dias, com as famílias de Maria José Pereira e de Miguel Vaz Neto.

«Não aceitei em definitivo viver nas condições impostas, pelo que tive que tomar uma atitude. Com a pensão que ganho, cheguei a uma conclusão com os meus antigos vizinhos e arrendei-lhes cada um uma casa para que eu pudesse ficar mais à vontade com a minha família, porque já havia suspeitas de que o outro senhor queria relacionar-se sexualmente com a minha mulher», revelou, questionando o motivo que leva o Estado a manter aquelas famílias em semelhante calvário durante tanto tempo. «Será que o senhor Bento Soito que nos trouxe até aqui também vive nestas condições?», perguntou tristemente.

Conforme disse, a região depara-se com grandes problemas sociais, nomeadamente o saneamento básico, a falta de água e, para piorar a situação, a Comissão de Moradores não cumpre devidamente

com o seu trabalho, chegando mesmo ao ponto de não questionar nem a administração da região do Panguila e muito menos as outras autoridades.

«Nos primeiros dias parávamos com frequência na esquadra, porque havia muita anarquia. Alguns, de forma abusada, envolviam-se sexualmente com as mulheres dos outros e, para piorar, outros faziam uso do WC e não punham água, entre outros problemas domésticos», reiterou, referindo que a sala de jantar tem três mesas, todas elas juntas, que correspondem a três famílias. Mas, disse, em dado momento é proibido deixar qualquer coisa sobre a mesa sob pena de não a encontrar mais.

6.29 Moderadores pedem mudanças no Kilamba

Jornal Grandes Notícias
21 De Agosto de 2015

Assinalados quatro anos desde a sua inauguração, o projecto da Cidade do Kilamba, em Luanda, já representou para muitos o sonho da casa própria. Na realidade do dia-a-dia, o sonho esmoreceu e tornou-se num poço de problemas, de acordo com as declarações prestadas por alguns moradores, que pedem uma melhor e mais rápida intervenção da administração local.

"Com apenas quatro anos de existência o Kilamba já deixa a desejar. Há muito que deixou de ser uma cidade modelo em termos de beleza e higiene. Basta darmos uma vista de olhos ao redor para nos apercebermos disso" lamenta a empresaria Júlia Santos, coordenadora de um dos edifícios do quarteirão X. Moradora da cidade há dois anos, Júlia considera a gestão "penosa" tendo apontado a degradação dos espaços públicos, a falta de iluminação pública e a especulação nos preços dos produtos básicos como alguns dos problemas que afectam a urbanização,

"A administração do Kilamba está a falhar em todos os aspectos. Se a desculpa é a falta de verbas, ela deve pedir contas a quem de direito. Nós cobramos, mas a administração não mostra competência. Havia uma equipa de senhoras bem uniformizadas contratada pela administração que estava encarregue de varrer as ruas, mas há mais de três meses que não as vejo. O carro de lixo ficou muito tempo sem passar; creio que agora regularizou, mas a meio-gás" explica.

A lamentação da coordenadora junta-se as muitas outras postadas num dos comentários da página do Facebook "Moradores da Cidade do Kilamba" que é tida como a maior ferramenta de intercâmbio entre os moradores e a administração. Um dos habitantes solicitou uma avaliação a Joaquim Israel, presidente da centralidade. As fotos e comentários desta pastagem reflectem, de certa forma, o clima de descontentamento de muito dos moradores da cidade. A moradora, Júlia Santos pede a substituição da administração.

A moradora Júlia Santos pede a substituição da administração. Para Júlia Santos, a solução é simples. "Estamos numa política de democracia. O presidente Joaquim Israel está aí há quatro anos, e já é tempo suficiente para a substituição. Se até agora não teve competência de levar as nossas preocupações as entidades provinciais, então trocam. Esta administração não deve ser melhorada, mas sim substituída. As ideias estão viciadas" A ausência de espaços de lazer para as crianças no Kilamba consta entre as várias questões levantadas pelos condóminos. "Já pensamos nos próprios em limparmos os terrenos baldios e colocarmos balizas e outros instrumentos para o lazer dos menores:

Taxa polémica

Conforme afirmou o presidente da Cidade do Kilamba, Joaquim Israel, a solução para os problemas, segundo a administração, deve ser uma taxa de urbanização a ser implementada brevemente, mas a iniciativa não é vista com bons olhos pelos moradores que tem expressado as suas opiniões a respeito. O técnico de som Bruno Miguel, coordenador de um dos edifícios dos blocos G, condena a cobrança e afirma ser uma tarefa da administração a gestão dos espaços públicos, "Já temos muitas despesas para, além disso, ainda termos de tratar agora dos locais públicos, que é tarefa do governo. Ele devia prover isso tudo. Se temos direitos e deveres depois da assinatura do contrato, o governo também tem após receber o nosso dinheiro. Discordamos completamente dessa suposta taxa de urbanização", afirma.

Os moradores ficaram a saber da cobrança esta semana, quando a administração fez a entrega de novo regulamento interno da centralidade, que, entre outras medidas, inclui a previsão da cobrança. Até mesmo os coordenadores dos 710 edifícios da cidade estranharam o facto de ser lançado um novo documento sem que tivessem sido ouvidos. Segundo alguns moradores ouvidos pela Rede Angola, houve no princípio do ano uma reunião a respeito do novo regulamento, mas nenhuma decisão foi tomada a partir deste encontro, o que fez com que a divulgação

do documento apanhasse os moradores de surpresa. "O que falta nesta cidade é uma maior aproximação entre a administração e os moradores. Como é possível que se tenha feito um segundo regulamento interno sem que nos os coordenadores fossemos tidos em contar: lamenta Bruno Miguel.

Por seu lado, o gestor Júlio Sousa e Silva, morador do Kilamba há um ano, defende que a cobrança pode vir a ser uma solução para os problemas do Kilamba, independentemente do preço que venha a ser cobrado.

Bruno Miguel e contra a nova taxa de urbanização

Os problemas, para Júlio Sousa e Silva, não decorrem da futura taxa, e sim da falta de resposta da administração às inquietações dos moradores, pelo facto, entre outras, de ter enviado no mês de Fevereiro, uma carta à administração dando conta do aglomerado de lixo nos arredores do bloco C3S. Até ao momento, o morador diz não ter obtido resposta. "O lixo continua a aumentar. Cheguei a falar pessoalmente com a equipa de limpeza e com os fiscais, mas ainda assim o aglomerado continua queixa-se Júlio Silva.

Os aglomerados de lixo como plantas e os restos de relva que são colocados pelos moradores nas bermas das ruas, segundo Júlio, nunca são recolhidos pelas operadoras. Elas, simplesmente, ignoram-nos". Outro problema apontado pelo morador é a falta de sinalização e Fiscalização automóvel, já que muitos moradores desrespeitam as regras de trânsito e incorrem em excesso de velocidade e várias outras violações ao código de estrada, que tem resultado em acidentes e põe em perigo a vida dos transeuntes, sem que haja qualquer punição, o barulho dos motores nas horas de descanso também é preocupante.

"Não sei se o problema passa pela destituição dos elementos da administração ou é um problema do próprio sistema que não concede aos administradores municipais meios adequados para desempenharem condignamente o seu trabalho, afirma.

6.30 Presidente dá murro ponderado na mesa

Jornal Grandes Notícias
21 De Agosto de 2015
Texto: Miguel Sobrinho

Na passada quinta-feira, 13, na jornada de campo no distrito urbano do Sambizanga, para inteirar-se do andamento das obras de requalificação da rua

Ndunduma, encostas da Boavista, viaduto e a centralidade do Sambizanga, não foi diferente. O Chefe de Estado angolano voltou a dar um murro na mesa, de forma ponderada, em virtude dos atrasos que se registam, deixando-o bastante preocupado.

Na perspectiva do Titular do Poder Executivo, o prazo excessivo da execução de infraestruturais básicas ao longo da rua Ndunduma não o deixaram satisfeito, pelo que orientou, no mesmo dia, que se criem condições para a sua redução e uma melhor gestão do cadastro das redes técnicas existentes.

Acompanhado por membros do Executivo angolano, representantes do governo provincial, da comissão administrativa da cidade de Luanda, administradores municipais e membros da sociedade civil, o Chefe de Estado andou pelos projectos que vão dar uma nova imagem ao Sambizanga e conferir maior dignidade aos seus municípios.

No caso particular dos municípios, o Presidente tem uma ideia formada de como tratar a vida das famílias que ainda vivem nas encostas da Boavista, que sejam criadas, primeiro, as condições de realojamento. Mas todo este processo precisa ser realizado com ponderação por parte das autoridades afim.

O governo provincial de Luanda e as administrações locais devem, segundo o Presidente, efectuar uma divulgação ampla das intenções e objectivos que constam do Plano Director de Reversão do Sambizanga. Com esta acção, permitira que cada família como se vai operar a transformação da sociedade, ou do meio social, no Sambizanga e possa tornar-se Parte efectiva neste processo.

"Têm de levar a mensagem a cada família para que tenha consciência do que estamos a fazer e dos benefícios que ter e como deve ajudar o município elucidou José Eduardo dos Santos. A visita ao Sambizanga estendeu-se ao viaduto, nas imediações da administração distrito urbano do Sambizanga, de ligação à rua Senado Câmara, a zona da ex-Rádio Marconi, onde se está a edificar uma centralidade urbana.

No recinto constatou-se a construção de 30, dos 80 edifícios previstos, e a conclusão de todos os

equipamentos sociais projectados. O Presidente da Republica manifestou preocupação como demorado adiantamento da construção de infra-estruturas que decorre na zona do Ex-Roque Santeiro, tendo advertido para que se adoptem mecanismos de maior celeridade.

Notas das orientações

Na reunião de balanço da visita, o Presidente concedeu a palavra aos responsáveis directos do acompanhamento dos projectos. O ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre, disse ter tornado nota da orientação e comungou da mesma linha de pensamento da redução dos prazos.

"Vamos reduzir o tempo da conclusão das obras, pois os 14 meses antes previstos se afiguram muito prolongado. O sector vai trabalhar nesse sentido e aprimorar os procedimentos para que este prazo seja encurtado dentro daquilo que constitui a agenda politica"

Edifícios prontos

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, disse que trinta edificios estão concluídos no distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda, no quadro da requalificação urbana em curso na circunscricção, restando os acabamentos nas redes técnicas de agua, energia eléctrica e esgotos.

A metodologia definida para a implementação da estrategia de reconversão urbana consiste numa primeira fase, e de forma genérica, na urbanização de uma área disponível (sem ocupação) com objectivo de acomodar a população residente nas áreas circunvizinhas. "Esta estrategia permitira edificar novas urbanizações de forma faseada, nas áreas libertas após a transferência da população dos espacos degradados, disse.

6.31 Apartamentos começam a ser vendidos

Jornal de Angola
24 De Agosto de 2015

Durante a jornada de campo, o governador provincial da Lunda Norte visitou outras infra-estruturas sociais na cidade do Dundo, a serem inauguradas no quadro das comemorações do 40º aniversário da Independência Nacional.

Ernesto Muangala foi ao Aeroporto do Kamaquenzo para constatar o andamento das obras de requalificação e ampliação da pista e outras infra-estruturas de segurança aeroportuária. O governador

provincial recebeu garantias do fiscal da obra, José Ribeiro, de que tudo está a ser feito para que a pista fique concluída antes do fim deste ano, apesar do prazo contratual apontar para Junho de 2016.

O responsável da fiscalização das obras do Aeroporto do Kamaquenzo voltou a manifestar preocupações sobre a remoção de obstáculos à volta do empreendimento, sobretudo nas duas cabeceiras da pista.

Ernesto Muangala verificou as obras de requalificação das ruas secundárias da cidade do Dundo, com realce para as do bairro Caxinde, que beneficia do sistema de iluminação pública solar, num percurso de dois quilómetros e meio e a do bairro Carnaquenzo-I que está a ser asfaltada. No final da visita, o governador provincial disse estar satisfeito com a dinâmica e disponibilidade dos empreiteiros e prometeu reunir com autoridades tradicionais para informar sobre os investimentos sociais que o Executivo está a colocar à disposição da população da cidade do Dundo e pedir a contribuição da sociedade na manutenção destes equipamentos.

"É importante apelar às autoridades tradicionais para que a população não meta lixo nas valas de drenagem das águas e não assalte as baterias dos postos de iluminação que funcionam com painéis solares", apelou Ernesto Muangala. Além da inauguração da centralidade e ruas da cidade do Dundo, são também inaugurados os edificios da Caixa Social das Forças Armadas Angolanas (FAA), do Serviço de Investigação Criminal e dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

O programa prevê ainda a inauguração de infra-estruturas sociais, com destaque para o hospital geral "David Bernardino", com 92 camas, um centro infantil com capacidade para 900 crianças, uma estação de captação e tratamento de água potável, com capacidade para bombear 20 mil metros cúbicos dia, e um centro de tratamento de águas residuais.

6.32 Luanda tem novo complexo residencial

Jornal de Angola
24 De Agosto de 2015
Texto: Victorino Joaquim

O município de Belas conta com um novo complexo residencial de luxo, denominado "Vila Kuditemo", Inaugurado sábado pela vice-governadora provincial

de Luanda para o sector Político e Social, Jovelina Imperial.

Localizado na estrada principal do Lar do Patriota, a "Vila Kuditemo", que traduzido do quimbundo para português significa "não te metas", já tem, para esta primeira fase, prontas e equipadas, 17 residências de diferentes tipologias para comercialização. São vivendas T5-A, T5-C e T8. As do tipo T5 possuem dois pisos e a T8 tem três pisos.

Informações recolhidas no local pelo Jornal de Angola indicam que as residências são de venda livre. Basta aos interessados contactarem a área comercial do condomínio. Segundo o administrador adjunto do complexo habitacional, Domingos Conceição, a "Vila Kuditemo" é um projecto privado que resulta de uma parceria entre as empresas angolana Mesan e a chinesa Huashi, num investimento de 93 milhões de dólares.

O projecto residencial "Vila Kuditemo" começou a ser construído no ano passado e compreende três fases, que devem ficar concluídas em 2017. O projecto final prevê a construção de 145 vivendas de diferentes tipologias, incluindo a T4, centros comerciais de nível superior, jardim de infância, creche, espaços para festas e eventos, piscina, quadras de ténis, restaurantes, boutiques e outras infra-estruturas.

O complexo já conta com um centro desportivo, área comercial e está equipado com um sistema inteligente de vídeo segurança.

Domingos Conceição garantiu que a par deste projecto, as empresas angolana e chinesa estão ainda a construir 40 casas sociais no município da Cahama, na província do Cunene, e no Zango IV, em Luanda.

Jovelina Imperial considerou uma mais-valia a inauguração do empreendimento, por ser uma infra-estrutura imobiliária posta à disponibilidade das pessoas interessadas, que gera receitas para o Estado e melhora a imagem da zona onde está instalada.

"É uma infra-estrutura moderna, bonita, que vai ajudar a requalificar a zona do Lar do Patriota e vai minorar as dificuldades de habitação", disse, acrescentando que o sector imobiliário está a caminhar muito bem. A vice-governadora provincial garantiu dar todo o apoio necessário para ajudar a Mesan e a Huasbi a construir as casas e equipamentos sociais.

A governante provincial incentivou os empresários a investirem no sector imobiliário, por ser ainda um sector de muita carência.

Além da vice-governadora de Luanda, o acto inaugural contou com a presença do administrador municipal de Belas, Filipe Espanhol. A comitiva visitou as casas modelo, abençoadas pelo padre Matias Timóteo.

6.33 Grupo AB aplica 881,2 milhões Kz em novo projecto habitacional

Jornal Expansão

28 De Agosto de 2015

Texto: Silvana Tchissuleno

O Grupo AB Lda., vocacionado para a construção de casas sociais, prevê investir 7 milhões USD (cerca de 881,2 milhões Kz) num novo projecto habitacional de 72 residências, que será implementado a partir de Setembro, na zona da Sapu, município de Viana, avançou ao Expansão o sócio-gerente da instituição, Anderson Almeida.

As casas do projecto, que será implementado em dois anos, segundo o responsável, serão da tipologia T3 gemi nadas. Acrescentou que está igualmente prevista a construção de uma zona comercial. "Em um mês conseguimos construir duas casas, porque as nossas casas têm uma base geminada, ou seja, conseguimos construir duas casas em um mês e cada casa em 15 dias. Os interessados no projecto terão duas opções: aluguer ou a compra da casa", indicou.

Explicou que, normalmente, as casas dos projectos que a empresa desenvolve ocupam entre 50 m² e 60 m², existindo também outras cuja área de instalação atinge os no m²,

O Grupo AB foi criado em 2009, como resultado de uma parceria entre duas empresas angolanas. Segundo Anderson Almeida, a empresa dispõe de vários projectos habitacionais, com casas evolutivas, que são entregues sem electricidade, nem canalização. Possui também projectos de casas sociais económicas, em que a instalação eléctrica é feita na parte externa da parede. Fez saber que as casas são comercializadas a partir de 25 mil USD (cerca de 3 milhões Kz), não ultrapassando os 70 mil USD (cerca de 8,8 milhões Kz),

"A nossa empresa também faz parceria com pessoas que não têm capacidades de poder construir as suas casas, onde nós fazemos uma negociação, em que a empresa compra o terreno do indivíduo e depois atribuímos ao indivíduo algumas casas. Se por exemplo o terreno estiver a custar 100 mil USD

(cerca de 12,5 milhões Kz), atribuímos 4 casas ao indivíduo no valor de 100 mil USD, mas em compensação ele receberá mais uma casa para facilitar o negócio", revelou.

Por outro lado, o gesto r adiantou que o grupo vai construir na Sapú uma igreja católica, um projecto avaliado em 1 milhão USD (cerca de 125 milhões Kz), como parte de um acordo de permuta de um terreno de dois hectares. "Nesse projecto, todo o financiamento será nosso, só fizemos uma permuta de um terreno", informou.

Com um total de 20 trabalhadores, para além de Luanda, o Grupo AB pretende, com ajuda do Governo, expandir a sua actividade para as demais províncias do País, onde planeia construir casas cujos preços de venda não ultrapassem os 1,5 milhões Kz.

"Primamos em trabalhar com mão-de-obra angolana. Vendo bem, não precisamos de um americano ou de um chinês para construir as nossas casas e torná-las baratas. Nós cá já temos bons pedreiros que conseguem construir casas com boa qualidade e durabilidade", defendeu Anderson Almeida.

Crise prejudica facturação da empresa

Referindo-se ao volume de facturação da empresa, o sócio-gerente do AB fez saber que, no ano passado, a firma teve uma facturação de 2 milhões USD (cerca de 251,7 milhões Kz), perspectivando que o momento de crise económica e financeira que o País atravessa venha a afectar o desempenho este ano.

Entretanto, para dar a volta à situação, Anderson Almeida diz que a empresa vai apostar na utilização de materiais de construção produzidos internamente, sobretudo madeira e cimento, como forma de reduzir os custos com a importação.

6.34 Moradores do BO abandonam reunião de esclarecimento

Jornal O País

28 De Agosto de 2015

As vendedoras dos moradores que protestavam com murmúrios e gestos enquanto saíam, deveu-se ao facto das explicações que estavam a ser fornecidas pelos técnicos do Ministério do Urbanismo e Habitação e os responsáveis do CACL não corresponderem aos propósitos que os levou à reunião.

As reclamações foram justificadas pelo facto de a requalificação não estar a obedecer o critério de bola de neve anunciado no Início do processo pelos responsáveis do distrito de Sambizanga e da comuna do BO. Segundo os moradores, havia a promessa da permanência de todos residentes no bairro a medida que a requalificação seguisse.

"Estamos a ir embora porque não é para isso que fomos aqui chamados. As pessoas estão a ser mandadas para o Zango sem explicação, enquanto que há pessoas de fora a viverem no prédio. É necessário meter os mais velhos sentados e explicar devidamente antes de partirem as casas, porque os mais velhos querem morrer no bairro que os viu nascer", disse Virgílio Baptista de 53 anos.

Os descontentes de diferentes faixas etárias entre anciãs e jovens esperavam ver esclarecidas as modalidades de ocupação dos apartamentos do edifício Anangola erguido para os acolher, com a alegação de estar a haver infiltração de pessoas que nunca residiram no BO.

O abandono da sala, em bloco, aconteceu em duas ocasiões, ocorrendo a primeira em vésperas da apresentação teatral de um grupo convidado para animar a cerimónia, que na circunstância exibiu uma peça cuja mensagem não agradou os moradores, por suposta referência de que a urbanização do Zango apresentava melhores condições de habitabilidade em relação ao BO.

Já na segunda ocasião, a meio do encontro aconteceu quando o vice-presidente do CACL, António Fiel 'Didi' elucidava sobre as vantagens da requalificação do bairro.

Mas enquanto decorria o evento pequenos grupos iam saindo aos poucos, sendo que no final estavam presentes na sala menos de 500 moradores, dos mais de mil que lotaram o Cine São Paulo, alguns residentes em outras partes do Sambizanga, ávidos de se informarem sobre o processo em curso neste distrito.

Nos últimos meses têm sido recorrente as queixas por parte dos moradores que dizem que as famílias estão a ser retiradas das suas residências mediante força policial sem qualquer tipo de negociação.

Aliás, em Fevereiro, os moradores remeteram um processo ao tribunal provincial de Luanda solicitando a suspensão de eficácia do acto administrativo' mas o referido tribunal indeferiu a providência cautelar, considerando-o de inexistente.

Importa referir que parte dos moradores que se deslocou ao Cine São Paulo encontram -se já a residir no Zango.

“ Neste momento estamos no Zango cerca de 200 moradores, mas não é isso que nos foi prometido”, disse Victor Dinis que deixou o bairro em Março depois de 39 anos de vivência.

Transparência no processo

De modos a criar transparência no processo, os moradores insistem que se faça uma auditoria no edifício para se apurar as alegadas irregularidades verificadas na atribuição dos apartamentos com a elaboração de um edital onde deve constar os nomes de todos os moradores contemplados com os apartamentos, cujo resultado, sugerem, deve ser publicado no jornal de Angola.

É que, segundo o presidente da Comissão Adhoc, Carlos Garrido, durante uma reunião em Maio do corrente ano, o presidente da Comissão Administrativa de Luanda José Tavares, terá informado que a empreiteira chinesa que construiu o referido prédio não foi paga na totalidade, por esta razão, era necessário vender parte dos apartamentos para liquidar a dívida com a empresa.

Dos 150 apartamentos do edifício Anangola, foram entregues aos moradores do BO até à presente data 82, segundo ainda Carlos Garrido, contrariando as informações prestadas pelos responsáveis da CACL durante a sessão de esclarecimento segundo as quais foram já entregues 100 apartamentos.

"No Bairro Operário nós nos conhecemos todos e sabemos quem são os moradores que estão no prédio e outros que lá estão indevidamente mesmo não fazendo parte do perímetro de requalificação".

Entretanto, António Fiel 'Didi' esclareceu que todo processo de requalificação é complexo, surgindo sempre pessoas oportunistas e desonestas que acabam por deturpar os objectivos que se pretendem alcançar.

Apesar das contestações, Fiel Didi disse que em parte alguma do mundo quatro a cinco famílias vivendo na mesma casa são realojadas todas em apartamentos, acrescentando que se deu uma impressão negativa ao Zango.

"O Zango é hoje um bairro bom para se viver, já foi difícil quando tiramos as pessoas da encosta da Boavista e reassentamo-las em tendas. Hoje já não

acontece isso porque todos têm direito a uma casa", disse.

6.35 Centralidade é inaugurada

Jornal Economia
28 De Agosto de 2015

Os cinco mil apartamentos da Centralidade do Dundo, na província da Lunda Norte, serão inaugurados no âmbito das comemorações do 40º aniversário da independência nacional, a assinalar-se a 11 de Novembro deste ano.

O facto foi revelado recentemente, naquela cidade, pelo governador provincial, Ernesto Muangala, durante uma jornada de campo de constatação das obras nos distritos urbano do Dundo e Mussungue.

O governador manifestou-o satisfeito com a evolução das obras e augura a conclusão da pista do aeroporto para facilitar a chegada das entidades oficiais e convidados para a inauguração dos empreendimentos.

A Centralidade do Dundo terá ainda uma escola com 50 salas de aulas, um hospital com 92 camas e um centro infantil para 800 crianças, além da estação de captação e tratamento de água.

6.36 Autoridades e população longe de consenso

Jornal A Capital
29 De Agosto de 2015
Texto: Osvaldo de Nascimento

O evento surgiu em cumprimento da orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aquando da última visita de campo as obras de requalificação do Sambizanga. O chefe do Executivo aconselhou na ocasião os responsáveis locais no sentido de informarem população sobre os projectos em curso, seus benefícios e colherem opiniões sobre como podem ajudar na melhoria dos seus bairros.

Presidida pelo vice-presidente da comissão Administrativa de Luanda, acompanhado pela administradora Distrito Urbano do Sambizanga, do

assessor do presidente da Comissão e um representante do Ministério da construção, a reunião desta terça-feira juntou uma grande multidão na sala do cine São Paulo á vida de auscultar os esclarecimentos que se impõem.

Entretanto, a ansiedade acabou por durar pouco tempo quando apareceu abordagem a palavra Zango. "Zango sim" e "Zango não", pelo menos, e a tónica que mantém afastados os moradores do B.O e a Administração. Por falta de informação ou não, certo que poucos minutos depois do arranque da sessão, quando o assessor de José Tavares, Manuel Cruz, apresentava aspectos técnicos do projecto de requalificação a sala ficou praticamente vazia.

Com os ânimos alterados, os moradores vindos de vários pontos do Sambizanga, acusavam a organização de estar mais preocupada com os morado do Bairro Operário em detrimento dos outros.

"Queremos saber quando e que vão partir as nossas casas. Se o objectivo e todo o Sambizanga, não se podem apegar apenas a uma zona", reagiu um munícipe morador do bairro da Dimúca, onde, segundo ele, boa parte das casas já foram demolidas.

" Nunca vimos a administradora interessar-se em conversar com a população do nosso bairro. Estão a mandar-nos todos para o Zango, quando as obras no bairro da arcor já terminaram, e ninguém vive lá", observou ainda. "Eu nasci e cresci no Sambizanga. E não podem chegar e mandar as pessoa para onde quiserem, numa altura (que temos centenas de casas feitas, mas desabitadas", explicou Daniel Paulo.

Adilson Alfredo João, um dos elementos que abandonou a sala, defende que o problema dos moradores não é grande.

"E simples. Eles estão a demolir a nossas casas. isso, o que queremos saber e onde nos vão colocar. Não queremos muita política", disse. Moradora do Morro dos Bois, na Beavista, Cecília Adão, considerou que o processo de requalificação devia incidir mais nas pessoas que habitam em zona de risco.

"No Morro dos Bois sempre que chove morre alguém. Preferi abandonar depois que me de conta que as imagens apresentadas não inclui também a nossa zona. Só estão a falar do Miramar do Bairro Operário..." Explicou.

Com quase metade de pessoal ainda na sala a espera de explicações, predominantemente moradores do B.O, a reunião continuou até a sessão de perguntas e respostas. Entre várias questões, os populares questionaram os métodos que será usados na segunda

fase do projecto e pediram que se envolvam psicólogos e sociólogos, Houve quem lembrou que no tempo colonial, o mesmo processo aconteceu no bairro Cassequel, contudo com mais humanismo.

7. TERRA

7.1 Sinistrados recebem lotes de terreno em Benguela

Jornal O PAÍS

07 De Agosto de 2015

Texto: Constantino Eduardo

Os 300 sinistrados das enxurradas de Março último, no Lobito, receberam já os lotes de terreno, com uma base (alicerce) e materiais para darem seguimento à construção das suas casas. Com este acto, está em vias de ser desmantelado o centro de acolhimento do Camuringue aberto desde o dia do sinistro.

São no total 370 bases entregues, sendo 300 para os sinistrados e 70 para a população residente dos Cabrais, agora denominado "11 de Março".

O Governo de Benguela construiu na urbanização dos Cabrais, município da Catumbela, uma casa modelo do tipo T3.

Durante o acto de entrega formal dos lotes de terreno, o governador Isaac dos Anjos chamou a atenção para a necessidade de os beneficiários cumprirem as orientações conforme a pretensão do Executivo e não desvirtuarem o projecto.

O governante advertiu que quem não cumprir aquela determinação poderá ser "transferido", porque o que se pretende é, acima de tudo, a organização, a fim de se evitarem os erros do passado.

"Este é o novo ordenamento que vai do Biópio ao Culango. Dentro deste ordenamento temos uma urbanização que chama-se "Urbanização dos Cabrais", disse o governador de Benguela. Segundo Isaac dos Anjos, o prometido do seu executivo era que dentro de quatro meses transferisse os sinistrados do Camuringue para a urbanização 11 de Março.

Afirmou que a parte do governo estava cumprida, restando apenas que os sinistrados se mudem do antigo acampamento para o actual.

"Agora é transferirem-se, progressivamente, com calma ... ", disse. Falta dinheiro para as obras.

Os sinistrados entrevistados por O PAÍS, consideram que o discurso do governador Dos Anjos é indicativo de que, daqui em diante, os visados estão "por sua conta".

Entretanto, o problema com que se debatem os mesmos prendem-se com a falta de recursos financeiros para darem seguimento à construção das suas casas à semelhança da que o Governo definiu como modelo.

"As pessoas não têm dinheiro para pagar os empreiteiros e a nós só nos entregaram as bases", lamenta o cidadão Avelino Tchopilica, ele que disse ter perdido quase tudo com as fortes chuvas que se abateram sobre os municípios de Lobito e Catumbela.

Para Avelino Tchopilica, o mais sensato seria se o governo, pelo menos, levantasse as paredes e a eles coubesse apenas fazer os acabamentos da casa, a julgar pela falta de condições financeiras. Se, por um lado, uns se queixam da impossibilidade da construção da casa, outros elogiam "o grande esforço" do governo que no curto espaço de tempo cumpriu com o que tinha prometido. É o caso do cidadão Adelino Pedro para quem o Governo está a cumprir. "Agradeço bastante e mais força para o Governo", disse Adelino Pedro. Esta opinião não é, entretanto, partilhada pela cidadã Ester, que entende que o compromisso assumido pelo Executivo era que lhes seriam dadas residências já construídas. Ela diz-se surpreendida com entrega de lote de terreno apenas com bases feitas. "Disseram que a sociedade ia ajudar e ia-se construir as casas e agora como é que só nos deram alicerce?", questionou. Mas para o governador de Benguela, Isaac dos Anjos, "a ajuda só existe no céu, uma vez que nada é de graça", considerou.

Quando ocorreu o sinistro, em Março último, várias sensibilidades, dentre artistas e políticos, prometeram ajudar com recursos financeiros.

Houve quem tivesse prometido, inclusivamente, a construção de parte das residências para oferecer aos sinistrados como foi o caso do político e empresário, Bento Kangamba.

Ele disse com todas as letras "vou construir 30 casas" e até hoje não vemos nada," lembra o cidadão Avelino Tchopilica, que prefere, por enquanto "continuar a viver na tenda durante muitos anos". Uma fonte ligada ao governo, que não quis ser identificada, mostrou-se céptica quanto ao cumprimento do prometido por parte do general Bento Kangamba.

Uma outra fonte preferiu, entretanto, dar o benefício da dúvida ao general Kangamba, afirmando que, "tarde ou cedo, ele vai cumprir as promessas feitas na cidade do Lobito por, alegadamente, ser "um homem de palavra".

"Vai perguntar ao senhor Kangamba"

À propósito, o governador Isaac dos Anjos, interrogado por um jornalista, limitou -se a remeter o assunto à pessoa "que um dia afirmou, categoricamente, em Benguela, que construiria habitações para as pessoas", descartando qualquer responsabilidade do seu Executivo sobre o assunto. Dos Anjos sugeriu mesmo que "o caro jornalista deve perguntar ao senhor Bento Kangamba".

Questionado sobre o prazo que deu para transferência dos visados do Camuríngue para a actual urbanização, já que os mesmos afirmam carecer de bens financeiros para prosseguirem com a obra, o governador respondeu que "quem não construir, vai apanhar chuva, ficará ao relento". Para ele, "as pessoas também construíram em zonas de risco. Isso também tem um efeito educativo, tivemos que negociar, tivemos que lotear e tivemos que fazer o ordenamento. Cada base desta custa um milhão e cem mil kwanzas ", frisou.

7.2 Irão para a cadeia

Jornal Grandes Notícias
14 De Agosto 2015

A missão da Região Militar Luanda, dirigida pelo seu comandante, constatou falta de coordenação de acções entre as autoridades tradicionais e do Estado, no concernente ao tratamento dos conflitos de terrenos. A redução de casos de ocupação anárquica de terrenos foi constatada pela missão que, em comunicado, incentivou o efectivo militar a continuar vigilante e a trabalhar no patrulhamento da área. A missão da Região Militar Luanda encontrou-se com as autoridades tradicionais locais, às quais aconselhou a coordenação de acções, visando a garantia da segurança da população e dos seus haveres. O general «Wala» apelou aos militares das Forças Armadas Angolanas a absterem-se das práticas de actos de apropriação de terras da população, sob pena de serem responsabilizados criminalmente.

Recentemente, o comandante da Região Militar de Luanda abordou com a Administração Municipal do Cacucaco o alegado envolvimento de militares na ocupação anárquica de terrenos. Para se balancear o grau de cumprimento das orientações baixadas no encontro, as duas delegações agendaram outra visita dentro de 30 dias.

O general Simão Carlitos prometeu continuar a prestar apoio à população rural, particularmente das zonas sob sua jurisdição, para evitar conflitos com os militares. O comandante da Região Militar Luanda disse que as visitas do género devem prosseguir nas

várias regiões de Luanda, como forma de as autoridades acompanharem os vários acontecimentos e ao mesmo tempo evitarem o envolvimento de militares em acções delituosas.

De recordar que Simão Carlitos «Wala» foi nomeado em Maio de 2014, como comandante da Região Militar de Luanda e trabalha em coordenação com as forças policiais a fim de consolidar o clima de tranquilidade pública na capital do país.

7.3 Centenas de hectares lavrados no Huambo

Jornal de Angola
17 De Agosto de 2015
Texto: Justino Victorino

Mais de 500 hectares estão a ser lavrados pela Empresa de Mecanização Agrícola (Mecanagro), para a presente campanha agrícola nos municípios da Caála, Londuimbali e Huambo, revelou ontem o director da instituição na região.

Angelino Nacole disse que a empresa está a lavar em diversas áreas dos três municípios, como no sector de Nagandavila, comuna da Calima e Londuimbali.

O responsável da Mecanagro disse que a empresa dispõe de dezenas de tractores que, neste momento, trabalham de forma acelerada na preparação da terra para o cultivo em alguns municípios da província.

Na campanha agrícola anterior, segundo Angelino Nacole, a Mecanagro lavrou 1.669 hectares em toda a província, que resultaram na colheita de 230.436 toneladas de milho, feijão, soja, batata rena e doce, além de quantidades não especificadas de hortícolas.

O director provincial da Agricultura, Emitério Tiago, revelou que na presente campanha agrícola estão envolvidas cerca de 362.533 famílias e 384 pequenas empresas agrícolas, que contam com o apoio do Governo Provincial.

As famílias receberam meios de trabalho, como gado para tracção animal, charruas, enxadas, catanas e limas, fertilizantes e sementes.

Apesar de reconhecer algumas dificuldades, o responsável provincial disse existir na província do Huambo um aumento significativo de produção de bens alimentares.

"A nível da região temos uma agricultura forte, mas, muitas vezes, deparamo-nos com a falta de meios de

transportes para escoar os produtos do campo para os principais mercados da provincial ou mesmo do país", salientou. A situação, disse Emitério Tiago, tem sido reiteradamente abordada pelas famílias e associações camponesas, mas nem sempre encontram respostas à altura.

Com o surgimento do programa PAPAGRO, já implantado na comuna de Calenga, município da Caála, as perdas de produtos por parte de camponeses têm diminuído significativamente.

Tanto as famílias como as associações de camponeses receberam assistência técnica para as próximas campanhas.

A direcção provincial da Agricultura do Huambo verificou algumas deficiências e desorganização nas estruturas associativas.

7.4 Porto de Caio assina carta de Intenções para Exportação de fosfato

Jornal Negócios e Mundo

6 De Agosto de 2015

Texto: Maria Teixeira

O Porto de Caio assinou carta de intenções com a Minbos Resources Limited, uma empresa de exploração e extracção de minério, na província de Cabinda.

A carta de intenções, com data de 4 de Agosto, revela que o acordo envolve um pedido fume dessa empresa para exportação a partir de Porto Caio para vários países do mundo de não menos de 800 de toneladas de fosfato por ano.

"A assinatura deste acordo e conseqüente seguimento dos trabalhos é um marco significativo no cronograma deste projecto crucial", disse o Presidente do Conselho de Administração do Porto de Caio, Brian Fuggle.

"Além disso, é de salientar não apenas como o Porto apoiará os sectores de petróleo e gás em expansão em Angola, mas também será um incentivo ao crescimento e desenvolvimento das empresas", acrescentou.

Outro pormenor assumido na carta é a previsão da inauguração do Porto de Caio, cujo funcionamento está previsto para o terceiro trimestre de 2017. "O

Porto vai estimular o crescimento de novas indústrias na província de Cabinda", disse Brian Fuggle.

De salientar que os parâmetros do acordo dos serviços do porto definem um prazo de um mínimo de 10 anos (com a possibilidade de ser alargado no decorrer de 10 anos após o seu termo), uma capacidade de ancoradouro para aproximadamente 26 embarcações por ano, espaço no cais para armazenamento e acomodação de equipamentos necessários, além da alocação de cinco hectares de espaço de trabalho na área industrial do Porto de Caio.

Cacongo é o município da província de Cabinda que conta com grandes quantidades de fosfatos em toda parte da extensão da localidade. Aliás, em 2010 o ministério da Geologia e Minas fez um estudo de levantamento de fosfato, levando o administrador local, na altura, João Macaia Tati, a revelar ao "Semanário Económico" que para se explorar o minério seria necessária a criação de um porto de águas profundas para o seu escoamento. As obras do Porto Caio não tinham ainda iniciado.

O fosfato é um produto utilizado fundamentalmente na produção de fertilizantes e responde a aproximadamente 25 % do consumo mundial.

É um mineral importante no fabrico de pasta de dentes, detergentes, bebidas não alcoólicas, suplementos vitamínicos e rações de animais.

Há que ter em atenção o cuidado indispensável na aplicação do fosfato. Quando, por exemplo, utilizado na redução da dureza da água em detergentes, pode poluir rios e mananciais.

Ecologicamente, o fosfato tem estas limitações, no que se refere à sua aplicação no ambiente, pois provoca o crescimento de muitos organismos que podem causar desequilíbrios ecológicos. Se for utilizado como fertilizante, também se deve levar em conta algumas preocupações ambientais, pois a sua aplicação descuidada pode causar a poluição dos rios e lençóis de água, resultando na proliferação de algas de superfície as quais diminuem o teor de oxigénio dissolvido na água, comprometendo, desse modo, a fauna aquática.

Certo é que a industrialização do país é uma prioridade, pois tem reflexos directos nos custos de bens, na diminuição do nível de desemprego, etc. "Todavia, a exploração deste minério em Cabinda, província também rica em petróleo, com todos os seus aspectos económicos e sociais positivos já

anunciados, deve ser avaliada sob o ponto de vista ambiental", disse um especialista ao SE.

7.5 Há ou não militares na expropriação

Jornal A Capital
8 De Agosto de 2015

O problema não é novo. Com o andar do tempo, porém, fica-se com a impressão de que vai perdurar muito mais tempo, ainda. Nem mesmo a intervenção do mais alto mandatário da nação no caso foi suficiente. É que militares que já não escondem sequer a farda das nossas Forças Armadas, continuam a semear ódio e pavor nas cercanias de Luanda, expropriando terras de populares, ao mesmo tempo que destroem moradias.

As vítimas, essencialmente mulheres, camponeses e empresários, são via de regra apanhados de surpresa, ou à calada da noite ou à madrugada, com a maior da brutalidade desses supostos militares das FAA que exibem a farda alegando tratar-se do documento único que os habilita a práticas hediondas como as que se têm assistido nos dias que correm.

O relato dos factos no terreno contrasta, no entanto, com aquilo que têm sido as declarações do Comando da Região Militar de Luanda. Em finais de Julho, por exemplo, o tenente-general Simão Carlitos "Wala" descartou a possibilidade de envolvimento de militares no processo de ocupação ilegal de terras. Em declarações à Angop, na sequência de uma reunião com a Administração Municipal de Cacuaco, destinada a inteirar-se da problemática da ocupação ilegal de terrenos, o oficial superior considerou de infundadas e falsas as informações que envolvem militares.

Segundo o tenente-general, existe um relacionamento institucional positivo, que permite a observância dos limites dos espaços atribuídos à população, em detrimento da unidade militar existente em Cacuaco.

Entretanto, o oficial instou aos proprietários de terrenos, no sentido de legalizarem os mesmos junto das autoridades administrativas locais, e procederem a denúncia em caso de ocupação ilegal destes por outras pessoas.

O oficial fez-se acompanhar de membros da Região Militar Luanda, no município de Cacuaco, onde conversou com o administrador Carlos Alberto Cavukila.

Entretanto, dias imediatamente a seguir à reunião entre as entidades acima referidas, o Comando da Polícia Nacional na centralidade do Sekele foi alertada por populares de que supostos militares, com uma máquina caterpillar estavam na zona a tajhonar terrenos.

Accionados efectivos da Corporação, seis elementos, incluindo um oficial capitão das FAA, foram flagrados na operação, sem qualquer possibilidade de se porem em fuga. De acordo com a Polícia Nacional no Sekele, aquele não era um caso único, já que na mesma semana já um outro grupo havia sido apanhado em acção igual, tendo sido, tanto aquele como este, encaminhados para o Tribunal de Cacuaco.

O que no entanto o Comando da polícia Nacional no Sekele lamenta é o facto de na sua maioria, muitos dos prevaricadores não são condenados de forma exemplar para desencorajar a prática, mediante pagamento de cauções.

A ocupação ilegal de terrenos é uma prática reiterada que se tem arrastado ao longo dos anos em Luanda, de forma incontida, ao ponto de, em alguns pontos ter surtido efeito a favor dos seus praticantes, facto que, contribui para a continuação do costume.

"Há pessoas que financiam populares carentes colocando-as em casas de chapas, em condições extremamente precárias. Dão-lhes alimento e sustento no intuito de que mais tarde as autoridades não consigam repor a legalidade", acusou, José Pereira da Conceição (...), lamentando que "infelizmente haja pessoas que financiam esse mal e saem a ganhar".

7.6 Há quatro anos esquecidos no Panguila

Jornal A Capital
8 De Agosto de 2015
Texto: Manuel Alberto

Eram aproximadamente 12h00 quando a reportagem A Capital chegou ao Panguila para 'mais uma vez constatar as condições em que se encontram os ex-moradores da antiga favela da Chicala. Primeira observação: desumanidade por parte de quem para lá encaminhou e alojou tanta gente.

Àquela população se haviam prometido que, ao cabo de 15 dias viriam resolvida a questão das residências, isto é, cada família teria residência fixa. Nada disso

aconteceu até hoje, a julgar pela realidade dura que se vive no acampamento.

É que há mais de quatro anos sentem-se abandonados e humilhados pelo facto de as suas lamentações não serem levadas em conta. Conceição Torres, 47 anos, está entre as afectadas. Mãe de cinco filhos, reside numa casa com mais duas outras famílias, perfazendo ao todo 18 pessoas numa única casa de três quartos, uma sala, cozinha, quarto de banho e dispensa.

Segundo ela quando foram transferidos da Chicala para o Panguila em nenhum momento passou-lhes pela cabeça que partilhariam um único tecto mais de duas famílias. Mas, na prática, a realidade acabou por ser esta.

"É uma vida lastimável. Eu durmo com os meus cinco filhos na sala por falta de espaço na casa. Vivemos muito mal", descreveu Conceição, visivelmente agastada com a precariedade em que se encontram. Como adiantou à nossa reportagem, a sua situação é ainda mais triste e revoltante, pelo facto de ter que estar ali com os pais, deficientes.

"Viver num único quarto com os meus pais deficientes, e nestas condições, com falta de água e energia, francamente", deplorou a moradora de uma casa que, em tempo chuvoso mete água pelo tecto.

"Ninguém consegue viver assim por muito tempo", lastimou. Uma onda de insatisfação nasceu no seio daqueles munícipes que têm motivos de sobra para se perguntarem onde erraram para merecerem tamanho sofrimento?

Maria Rosa dos Santos, 37 anos, também exprimiu a sua insatisfação. Para ela a situação das famílias naquele acampamento tem se deteriorado a cada dia, sendo que, a situação mais insuportável é mesmo ter que conviver com pessoas estranhas dentro da mesma casa.

"Vivo com um vizinho que não me deixa dormir. Já fomos parar duas vezes na Polícia. Apareceu às duas horas de madrugada, enquanto eu dormia, Tive que deixar a casa por causa do comportamento dele", revelou Maria dos Santos, atestando que a falta de entendimento entre os vizinhos, tem originado brigas entre as famílias.

"Pior o quarto de banho. Há quem tem higiene e outros não. Você tem que suportar a sujeira e limpar o quarto de banho. Há vezes que, por causa de falar, sai confusão e vão parar na Polícia", retratou, para depois resumir especificou Dos Santos, implorando pela intervenção das autoridades competentes na resolução do dilema com maior brevidade.

"Que o Governo cumpra com a promessa feita quando nos colocou aqui", rogou.

"Estamos a ver coisas que não dão", completou Joana Domingos, que se junta às suas companheiras de situação, descrevendo as péssimas condições em que se encontram algumas casas, bem como o amontoado de lixo que está próximo delas.

"Estas casas são de baclite. Temos tido muitos casos de doenças por falta de higiene de alguns vizinhos. É triste. Disseram-nos que no prazo de quinze dias dar-nos-iam casas próprias", entretanto, frisou, "já se passa muito tempo", e nada, lacrimejou angustiada Joana Domingos.

Entre as necessidades prementes dos moradores do "Tecto vermelho" como é chamado o acampamento, figura uma Esquadra de Polícia, ainda que móvel, bem como um centro de saúde.

"Tem havido muita violência doméstica e roubos. Um centro ou posto médico para os primeiros socorros", reforçou.

"O nosso apelo vai no sentido de o Governo vir nos separar e dar a cada família a sua casa, conforme havia prometido", clamou.

7.7 O azar do azarado

Jornal A Capital
8 De Agosto de 2015

Aconteceu há três meses. Azarado Francisco Catambi e familiares perderam a casa e todos os seus haveres, quando chamas de fogo até ao momento de origem desconhecida devorou a moradia. Contou que na altura do incidente todos encontravam-se ausentes de casa, tendo recebido a notícia da ocorrência por telefone.

Em consequência disso, Azarado Catambi recebeu uma tenda que partilha com mais uma.

"Para remediar, os responsáveis deram-nos uma tenda, onde estamos a viver em condições péssimas", lamentou o jovem pedreiro, ansioso pelo cumprimento das promessas das autoridades.

"Disseram-nos que dariam casas no sector 11 do Panguila, mas até aqui, nada. A vida continua ruim e difícil. Praticamente estamos a sobreviver", dramatizou.

Os ex-moradores da antiga favela da Chicala estão divididos em dois sectores, nomeadamente, 09 elo,

onde se podem encontrar mais de cinco famílias a partilharem o mesmo tecto e a penúria convive de mãos dadas com os moradores.

Falta um pouco de tudo. Água, há mais de quatro anos, serviços sociais tais como bancos, supermercados, bem corrio, um hospital.

7.8 Diálogo para solucionar ocupação de terras

Jornal de Angola
11 De Agosto de 2015

A população das localidades de Mucula Ngola, Zango e Via Expresso, em Luanda, foram ontem exortadas pelo comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos "Wala", a seguirem a via do diálogo, para o problema da ocupação de terrenos.

A missão da Região Militar Luanda, dirigida pelo seu comandante, constatou falta de coordenação de acções entre as autoridades tradicionais e do Estado, no concernente ao tratamento dos conflitos de terrenos. A redução de casos de ocupação anárquica de terrenos foi constatada pela missão que, em comunicado, incentivou o efectivo militar a continuar vigilante e a trabalhar no patrulhamento da área.

A missão da Região Militar Luanda encontrou-se com as autoridades tradicionais locais, às quais aconselhou a coordenação de acções, visando a garantia da segurança da população e dos seus haveres.

O general Simão Carlitos "Wala" apelou aos militares das Forças Armadas Angolanas a absterem-se das práticas de actos de apropriação de terras da população, sob pena de serem responsabilizados criminalmente.

Recentemente, o comandante da Região Militar Luanda abordou com a Administração Municipal do Cacuaco o alegado envolvimento de militares na ocupação anárquica de terrenos. Para se balancear o grau de cumprimento das orientações baixadas no encontro, as duas delegações agendaram outra visita dentro de 30 dias.

O general Simão Carlitos "Wala" prometeu continuar a prestar apoio à população rural, particularmente das zonas sob sua jurisdição, para evitar conflitos com os militares. O comandante da Região Militar Luanda disse que visitas do género devem prosseguir nas várias regiões de Luanda, como forma de as autoridades acompanharem os vários acontecimentos

e ao mesmo tempo evitarem o envolvimento de militares em acções delituosas.

Nomeada em Maio do ano passado, a direcção da Região Militar de Luanda trabalha em coordenação com as forças policiais a fim de consolidar o clima de tranquilidade pública na capital do país.

7.9 A legalidade e as terras

Jornal de Angola
13 De Agosto de 2015

A ocupação de terrenos constitui ainda um problema a ser debelado, embora as instituições do Estado não cessem de exercer a sua autoridade e jurisdição à luz da Lei de Terras e outros dispositivos legais existentes no país. Tão pouco esperamos que continue a corrida descontrolada para aquisição de terrenos e, muitas vezes, com graves atropelos à lei sem que as autoridades façam algo para o impedir. É lamentável o papel de alguns sectores da sociedade que reagem negativamente às medidas tomadas para corrigir a ocupação ilegal de terrenos. Remetem-se ao silêncio quando se trata da ocupação ilegal inclusive de reservas fundiárias.

Não é segredo que, em muitos casos, a ocupação ilegal de terrenos nem sempre envolve uma necessidade vital de quem ocupa, a urgência em erguer um tecto para a família, mas tem a ver sobretudo com razões especulativas. E não raras vezes, a ocupação aparentemente legal da terra também não é para o seu uso útil, mas para outros fins que chocam com a legislação vigente. Além da contínua sensibilização das populações, urge tornar efectiva e eficaz a mão-pesada da lei quando se trata da ocupação ilegal de terrenos em todo o país. O desenvolvimento sustentável que pretendemos para Angola não se compatibiliza com a ocupação ilegal e cuja finalidade, regra geral, nunca obedece aos padrões arquitectónicos e paisagísticos modernos.

Em todo o caso, as autoridades procuram sempre actuar no sentido de levar as famílias a optarem pelos procedimentos legais na hora de ocuparem terrenos. É oportuna a exortação do comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos "Wala", no sentido de as populações das localidades de Mucula Ngola, Zango e Via Expresso, em Luanda, seguirem a via do diálogo para o problema da ocupação de terrenos.

Quanto maior for o envolvimento de várias instituições na contenção do fenómeno da ocupação ilegal de terrenos, mais reforçado emerge o

paradigma da legalidade e colaboração com as instituições.

As pessoas que necessitam de terrenos não podem perder de vista que, minimizando o que requer a lei e incorrendo na ocupação ilegal de terras, não estão a solucionar o seu problema. Muitas vezes esse passo nunca é precedido de conhecimento prévio sobre o terreno, um facto que deve ser levado muito a sério por causa das reservas fundiárias do Estado, as linhas de água, os cabos eléctricos e outras estruturas.

Não podemos evoluir para um ponto em que a ocupação de terrenos dê lugar a uma espécie de guerra em que famílias angolanas estejam em conflito entre si e contra as instituições do Estado. Estamos em paz e estabilidade, sendo importante a observância de regras e o cumprimento escrupuloso das leis angolanas, quer por parte de grupos civis como de militares. Foi muito bom ouvir a alta patente das Forças Armadas a dirigir-se directamente aos militares para que estes se abstenham de ocupar terrenos de forma anárquica. As famílias ficam descansadas com a promessa do general Simão Carlitos "Wala" segundo a qual vai continuar a prestar apoio à população rural para evitar conflitos com os militares.

Na verdade, com o envolvimento da Região Militar de Luanda para ajudar a debelar o problema da ocupação ilegal de terrenos, fica reforçado o combate na medida em que nos últimos tempos assistimos a uma corrida desenfreada por terrenos por parte de militares.

A necessidade de reforço da coordenação de acções entre as autoridades tradicionais e do Estado na gestão e solução de conflitos que envolvem a ocupação de terrenos em Luanda deve ser uma constante, tal como aconselhado pelo comandante da Região Militar de Luanda.

Acreditamos que há ainda um grande desafio não apenas para encurtar espaço de manobra dos infractores, mas sobretudo assegurar uma gestão de terrenos por parte das instituições do Estado que facilite o desenvolvimento que pretendemos para o país. Trata-se de um compromisso de todos, razão pela qual não se pode estranhar o envolvimento do sector castrense na luta de toda a sociedade contra a ocupação ilegal de terrenos.

O exemplo do papel exercido pela Região Militar de Luanda na contenção do fenómeno da ocupação ilegal de terras pode servir como modelo para desafios semelhantes noutras províncias.

À semelhança de Luanda, outras cidades e localidades um pouco por todo o país conheceram expansão em termos populacionais e mobilidade humana que acelerou o processo de ocupação de terrenos. Independentemente das especificidades de cada cidade e zonas circundantes, não há dúvida de que as boas experiências em matéria de combate à ocupação ilegal de terrenos devem ser seguidas. O país precisa de crescer, é verdade, mas com condições sustentáveis na ocupação dos espaços.

Esperamos que todos estes passos, sensibilização das populações, maior coordenação entre as autoridades tradicionais e as instituições do Estado, bem como o envolvimento de outros sectores da sociedade garantam tranquilidade e legalidade na ocupação de terras.

7.10 20 Mil cidadãos 'lutam' por 3.500 terrenos em Cacucaco

Jornal O País

14 De Agosto de 2015

Texto: Paulo Sérgio

Mais de 20 mil cidadãos, provenientes de diversas partes do país, candidataram-se a um dos três mil e 500 lotes de terrenos destinados à auto-construção dirigida que a administração municipal de Cacucaco pôs à disposição de quem precisa, no projecto Maye Maye, localizado por trás da centralidade do Sequele.

O director municipal de Gestão Urbanística, Urbanismo e Cadastro, José da Conceição Caunda, revelou, a O PAÍS, que para além dos lotes acima mencionados, existem mil em cada um dos projectos Vila das Ideias e Vila Verde Cativa, situados na mesma zona.

"As pessoas têm que ter consciência de que é impossível dar terrenos a todos porque o número é limitado e só podemos ceder esta quantidade. O projecto Maye Maye tem 3500 lotes, e os outros dois têm mil lotes cada, o que perfaz um total de cinco mil e 500 lotes disponíveis para os candidatos", disse.

O Maye Maye é o maior com mil e 200 hectares de terra, de seguida está o Vila Verde Cativa com 140 hectares, considerado como o mais avançado dos demais, e, por último, o Vila das ideias cuja dimensão não foi precisada.

A diferença entre os mesmos consiste no facto de Vila das Ideias ser um projecto mais virado para a integração dos camponeses que vivem na zona e dos

habitantes de um dos bairros das redondezas, vulgo bairro dos Convalescentes, nome atribuído ao bairro pela população, por causa do Hospital do Convalescentes da 101 Brigada, que foram ocupando os espaços de forma desordenada.

Reafirmou que os beneficiados terão 90 dias para darem início a construção das moradias e que a sua equipa está a fazer uma análise minuciosa de todo o processo, o seu cadastramento, e a classificação dos que estão em condições e os que não estão. Explicou que, com base no regulamento geral das concessões de terra, exigiram dos candidatos assentos de nascimento, fotocópia do Bilhete de Identidade e três requerimentos.

Assim que for cadastrado, o candidato receberá uma nota de pagamento dos emolumentos administrativos para a ocupação e a vedação do terreno, bem como um título para a ocupação e vedação. Depois disso, terá que apresentar o projecto do imóvel e receberá a licença de construção.

Esclareceu que a tipologia das residências já estão estabelecidas no plano de massa e as diferenças consistem apenas nos acabamentos. a renda média, a casa pode ir até dois pisos e na renda alta três, mas o volume é igual para todos, ao contrário da zona social em que o moradores terão que seguir o modelo das casas previamente definido que consiste em casas com duas caídas.

Empregos garantidos

José da Conceição Caunda. esclareceu que es e projecto congrega todas essas componentes que representam os quatro eixos que regem o urbanismo, designadamente, habitar, circular, lazer e trabalho. "As pes oas têm que ter estes privilégios dentro de uma área urbana, não basta habitar. Têm que haver áreas de lazer, zonas de circulação e algum trabalho. ós temos constatado que uma boa parte destes eixos funcionam nas nossas centralidades, mas não tanto quanto queríamos, principalmente a questão do trabalho porque grande parte das pessoas já os tinham antes de irem para lá residir" uma demonstração de que preultrapassar os constrangimentos que enfrentam alguns dos moradores das novas centralidades, por terem a transformado numa espécie de dormitório, esclareceram que pretendem instalar no projecto Maye Maye uma zona industrial de modos a que grande parte da população economicamente activa que for para lá residir tenha a possibilidade de conseguir um emprego ou urna oportunidade de negócio.

O entanto, alertou que o enquadramento dos requerentes em cada uma destas três áreas está a ser feito em função das suas capacidades financeiras.

7.11 Administradora do Sambizanga

Jornal Manchete

14 De Agosto de 2015

O processo de requalificação e transferência dos moradores do bairro Operário, no distrito urbano do Sambizanga, em Luanda, não tem sido conduzido com transparência.

A informação foi prestada ao Manchete, pelos próprios moradores que acusam a sua administradora, Mara Baptista de beneficiar com apartamentos alguns cidadãos que nunca Viveram na mesma circunscrição.

Segundo as fontes, muitos habitantes aproveitaram ganhar casas através de requalificação do bairro Operário. Enquanto, que os verdadeiros moradores estão a mendigar para conseguir um espaço para morar. Por outro lado, os injustiçados solicitam a intervenção imediata das autoridades centrais, sobretudo do governador da província de Luanda, Graciano Domingos com vista a colocar ordem naquilo que os cidadãos estão considerar de nepotismo.

7.12 Alerta aos empresários

Jornal O País

14 De Agosto de 2015

O arquiteto advertiu que os empreendedores que forem contemplados terão que dar um tratamento útil e efectivo aos terrenos, não bastará montarem quatro pilares em cada lado e fixarem uma placa com os dizer "futuras instalações da empresa ... ". Quem assim proceder correrá o risco de não ver validada a sua candidatura.

No que concerne ao tempo estipulado para implementarem as empresas, o arquiteto, disse que estão a ponderar em ser num período de três anos e quando elas estiverem implementadas, a mão-de-obra será constituída pelos próprios moradores.

"O nosso objectivo é que a zona cresça mas com harmonia e ordem. Já perdemos do outro lado da autoestrada o terreno que havia sido reservado para a edificação da zona industrial do Sequele. A população fez lá os casebres que foram transformados em casas

de chapas, hoje designado por bairro do Belo Monte", disse.

Disse acreditar que, com políticas desta natureza, muitas das pessoas que se instalaram no bairro do Belo Monte por acharem que não existia a perspectiva de um loteamento melhor vão aderir-lo e, assim, conseguirão desafogar a zona e implementar algum projecto de forma bem controlada. Assegurou que as coisas tendem a melhorar com a entrada em funcionamento de um sistema informático de registo de cadastramento que os permite terem o registo de todas as pessoas que têm parcelas de terra no município, por meio do qual podem analisar, onde estão, em que condições estão e como estão.

A decisão de lotear os terrenos que se encontravam sob tutela da administração, embora constituídos reservas fundiárias, para cedência pública a aqueles que realmente precisam, como diz o slogan, saiu de uma das reuniões do Conselho da Administração Municipal de Cacucaco. Antes de implementarem este projecto, a administração implementou o plano de loteamento e o seu regulamento e a aprovação do Governo Provincial de Luanda, dos Ministérios do Urbanismo e Construção e da Administração do Território, onde foram aprovados com algumas emendas.

Os técnicos de Gestão Urbana de Cacucaco estão nesse preciso momento a trabalhar com o Ministério do Urbanismo e Construção na melhoria dos planos e evolução, para passar de plano de loteamento para plano de urbanização e posteriormente em planos de pormenor.

"A administração criou os meios técnicos e logístico para implementar o projecto a nível do loteamento, por isso, tendo estes arruamentos bem delineados, as equipas de topografias a fazer os seu trabalho.

7.13 PR admite dificuldades na requalificação do Sambizanga

Jornal O País

14 De Agosto de 2015

José Eduardo dos Santos falava com membros do Executivo angolano, numa reunião de balanço da referida visita. "Este grande factor cria constrangimentos, dificuldades", disse o chefe de Estado angolano, embora o Orçamento Geral do Estado tenha previsto recursos para o financiamento desses dois programas que estão em curso.

O chefe de Estado angolano frisou a necessidade de intervenção do sector privado, salientando que o "Estado não poderá fazer tudo sozinho.

"Sobretudo na promoção e desenvolvimento do sector imobiliário para a construção de casas para diferentes níveis de rendimento. Casas para pessoas que tenham um nível de rendimento médio ou alto e também casas para aquelas pessoas que tenham rendimentos baixos, que tenham menos recursos", sublinhou.

De acordo com José Eduardo dos Santos, os dois empreendimentos levados a cabo quer pelo Ministério da Construção quer pelo do Urbanismo e Habitação debatem-se com insuficiência de recursos financeiros, embora o Orçamento Geral do Estado tenha previsto recursos para estes dois programas que estão em curso.

"A verdade é que dificilmente o Governo consegue mobilizar dinheiro suficiente para o pagamento das obras e neste contexto deve-se fazer uma melhor gestão dos solos através do direito de superfície que permita a implementação de programas de urbanismo", referiu.

O Presidente da República sublinhou que a materialização deste pressuposto passa pelo loteamento de terrenos para a implementação de projectos urbanísticos, de forma que possam ser angariados recursos para financiar o sector imobiliário.

De acordo com o Chefe de Estado serão tomadas medidas com vista a tirar, o mais rápido possível, as pessoas que se encontram em zonas de risco, acelerando a construção de cerca de quatro mil casas.

Sobre a questão dos realojamentos, José Eduardo dos Santos, manifestou preocupação com o que apelidou de "problema de disciplina", casos de pessoas que são realojadas e de seguida abandonam ou vendem as casas, retomando para as zonas dos projetos.

"Voltam a ocupar anarquicamente os espaços, dificultam o andamento dos trabalhos e das obras, provocam tremendos atrasos e vários constrangimentos. Portanto, há também o problema da disciplina e do exercício da autoridade pelos responsáveis da administração local, administradores municipais, comunais, no sentido de exercer essa autoridade, naturalmente com ponderação, mas de tal maneira que se respeite a legislação", frisou.

Concluídos 30 edifícios no distrito urbano do Sambizanga

Trinta edifícios estão concluídos no distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda, no quadro da requalificação urbana em curso na circunscrição, anunciou ontem em Luanda, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva.

O ministro fez saber que os edifícios estão em fase de entrega aos futuros ocupantes, restando os acabamentos nas redes técnicas de água, energia eléctrica e esgotos.

José Silva considerou que a metodologia definida para a implementação da estratégia de reconversão urbana consiste numa primeira fase, e de forma genérica, na urbanização de uma área disponível (sem ocupação) com objectivo de acomodar a população residente nas áreas circunvizinhas.

"Esta estratégia permitirá edificar novas urbanizações de forma faseada, nas áreas libertas após a transferência da população dos espaços degradados", frisou.

Na sua óptica, esta metodologia, apelidada de "bola de neve", permitirá que a estratégia definida para reconversão urbana se configure num ciclo de acções sustentáveis, servindo de exemplo para a intervenção noutras localidades.

A reconversão implica a alteração completa do existente de um estado degradado, para um estado renovado.

Mil e 250 metros da rua Ndunduma em reabilitação

Quatrocentos metros de estrada, dos mil e 250 previstos na rua Ndunduma, no distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda, encontram-se em reabilitação, informou ontem nesta cidade o ministro da Construção, Valdemar Pires Alexandre. O governante referiu que as intervenções em curso consistem em terraplenagem, drenagem pluvial, drenagem das águas residuais, rede de esgotos, pavimentação, equipamentos de sinalização e segurança, colocação de lancis, iluminação pública e espaços para estacionamento.

"Nesta altura nós já estamos acima dos 30 por cento de execução física. Mais ou menos na mesma proporção na execução financeira", sublinhou.

Fez saber que os constrangimentos são inúmeros e muitos têm haver com a falta de cadastramento das redes técnicas que existem ao longo desta empreitada.

Na sua óptica, continuarão a trabalhar de forma articulada com as administrações locais, entidades concessionárias dos serviços técnicos, como a EPAL, ENDE, entre outras, no sentido de haver menor

interferência nesses serviços existentes. Considerou que o sector está engajado na celeridade destes trabalhos, razão pela qual adoptaram uma estratégia faseada na execução da empreitada.

7.14 Presidente da República visitou ontem o Sambizanga

Jornal Economia e Finanças
14 De Agosto de 2015

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, advogou ontem, quinta-feira, a participação privada no desenvolvimento do sector imobiliário, com vista a reduzir a falta de recursos financeiros com que o Estado se debate neste momento.

De acordo com a Angop, o Chefe de Estado fez este pronunciamento na reunião que manteve no Gabinete de Reconversão Urbana, no termo da jornada de campo realizada ao distrito urbano do Sambizanga, onde estão a ser erguidas urbanizações com vista a minimizar a falta de habitação com que a população se debate.

De acordo com José Eduardo dos Santos, os dois empreendimentos levados a cabo quer pelo Ministério da Construção quer pelo do Urbanismo e Habitação debatem-se com insuficiência de recursos financeiros, embora o Orçamento Geral do Estado tenha previsto recursos para estes dois programas que estão em curso.

"A verdade é que dificilmente o Governo consegue mobilizar dinheiro suficiente para o pagamento das obras e neste contexto deve-se fazer urna melhor gestão dos solos através do direito de superfície que permita a implementação de programas de urbanismo", referiu o Chefe de Estado angolano.

O Presidente da República sublinhou que a materialização deste pressuposto passa pelo loteamento de terrenos para a implementação de projectos urbanísticos, de forma que possam ser

angariados recursos para financiar o sector imobiliário.

"O Estado deve contar com a participação do sector privado sobretudo na promoção e desenvolvimento do sector imobiliário na construção de casas para pessoas que têm rendimento médio e alto e para aquelas com menos recursos", realçou.

De acordo com o Chefe de Estado serão tornadas medidas com vista a tirar, o mais rápido possível, as pessoas que se encontram em zonas de risco, acelerando a construção de cerca de quatro mil casas.

Por seu turno, o ministério da construção garante a redução do prazo de conclusão das obras na rua Ndunduma e da Encosta da Boavista antes dos 14 meses previstos no contrato.

As obras de requalificação da rua Ndunduma e da encosta da Boavista, no distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda, serão concluídas antes dos 14 meses previsto no contrato, anunciou ontem o ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre.

O governante manifestou este desejo no final de uma visita de campo efectuada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, às obras de requalificação da rua Ndunduma, encostas da Boavista, viaduto e centralidade do Sambizanga.

"Vamos reduzir o tempo da conclusão das obras, pois os 14 meses antes previstos se afiguram muito prolongado. O sector vai trabalhar nesse sentido e aprimorar os procedimentos para que este prazo seja encurtado dentro daquilo que constitui a agenda política", afirmou.

De acordo com o responsável, na rua Ndunduma estão a ser repostas e requalificadas infra-estruturas básicas.

"A empreitada de protecção e estabilização das encostas da Boavista decorre a bom ritmo. Apesar da sua primeira fase estar na parte conclusiva, ainda persistem os problemas dos realojamentos "Como principais constrangimentos ao desenvolvimento destas empreitadas", frisou.

Waldemar Pires Alexandre disse ter tomado nota da orientação do Presidente da República sobre a necessidade de se trabalhar de forma articulada, no sentido de se encontrar as melhores soluções no que toca os recursos orçamentais e financeiros para se reduzir a interferência desse fenómeno nas obras em curso.

O ministro fez saber que no bairro Marconí estão construídas infra-estruturas como escolas secundárias e uma primária, bem como as instalações do SIAC. Já no ex-mercado Roque Santeiro, o responsável garante ter encontrado em conjunto com o empreiteiro da obra mecanismo para se tornar mais célere, num horizonte temporal de dois anos restantes.

O governante esclareceu que as restantes empreitadas, quer no distrito urbano do Sambizanga,

quer nas áreas circunvizinhas, os principais problemas resumem-se ao realojamento, interferência das redes técnicas e outros de natureza financeira, que já estão assegurados.

Realçou que os investimentos feitos nas encostas da Boavista são avultados, com um custo total de 85.6 milhões de dólares de investimentos para a melhoria do sistema viário.

Informou que neste momento decorrem cinco empreitadas: melhor ia dos acessos ao Porto de Luanda, estrada da Sonils, a ligação desta para com a do Kifangondo, estrada Kima Kienda e a construção de duas pontes na rotunda da Boavista (a duplicação da passagem superior do caminho-de-ferro) e a travessia da ponte do canal do Soroca.

Segundo o ministro, foram cadastrados no processo de realojamento cerca de quatro mil 500 casas e das quais cerca de 860 estão directamente relacionadas com o traçado das vias em curso.

No que toca os trabalhos de contenção das encostas da Boavista, definiu-se como zona prioritária a rotunda da Boavista, constante ainda da primeira fase do projecto, para se estabilizar as encostas e se reduzirem os desabamentos de terra que acontecem frequentemente na avenida Kima Kienda.

Durante a jornada de campo do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foram vistoriadas obras da rua Ndunduma, encostas do Miramar, visita ao viaduto e passagem pelas antigas instalações do mercado Roque Santeiro.

7.15 Aceitar viver mal na Boavista

Jornal A Capital

15 De Agosto de 2015

Texto: Manuel Alberto

Mesmo com as constantes chamadas de atenção das autoridades, populares teimam em continuar a viver em zonas extremamente críticas e precárias, sem quaisquer condições de habitabilidade. Tal é o caso da Boavista. A grande verdade é que a fotografia actual da zona transmite enorme preocupação e contrasta com a despreocupação da população que vê o lugar a se degradar cada vez mais, todos os dias.

E, o pior momento, como muitos deles considera, esta a se aproximar a passos largos. A época chuvosa. Isaías Luis, 27 anos, reside na Boavista há 11 anos com a sua família em situações extremamente críticas numa residência em condições desumanas, numa área

que não oferece nenhuma segurança para a família, Ele reconhece este facto, mas por não ter meios, prefere continuar no local.

"Quando começaram os deslizamentos de terra, aqueles que tiveram possibilidades foram para outras áreas. Os que não tiveram, permaneceram até a data actual, como é o meu caso", argumentou, reforçando que continua no local até hoje, a espera do programa de desalojamento do Governo da província que visa dar outras moradias às populações.

"No ano passado foram enumeradas algumas casas, inclusive a minha, mas até aqui, não vemos nada", lamentou Luis, para depois? Que embora receie viver naquela zona, seu grande dilema é não ter condições nem meios de abandonar o local. Outro drama de Isaiás Luis é o nível de delinquência. Segundo ele, o bairro oferece condições para a prática.

"Corremos risco de sofrer assaltos todos os dias", queixou-se, clamando pela intervenção do Governo no sentido de usar da situação. Pai de 9 filhos, todos naturais da Boavista José Vive no interior da Boavista desde o longínquo ano de 1992.

"Vivermos aqui sem condições. As que temos não favorecem a evolução da pessoa. Problemas de lixo e de outras situações, enfermam nosso quotidiano. Vivemos mal", lamentou Domingos, NOS reiterando a seguir que os que à habitam são pessoas em condições para onde ir, "Aguardamos pela promessa do Governo de nos mudar para outros sítios", manifestou, para depois adiantar que os problemas no dia-a-dia são constantes, desde as questões de roubo e casos de incêndios, que têm chegado mesmo a vitimar pessoas.

"As casas acabam por arder com o fogo, pelo facto, de a equipa de bombeiros não ter como acudir a situação. A época de chuva também é outro problema para muitos de nós", destacou. Por mais de meia hora, o A Capital viveu e conviveu de perto a realidade daquela comunidade, dura e sofrível, atendendo a maneira como muitas famílias lutam para sobreviver naquelas condições, onde o que tem de melhor parece ser a energia eléctrica,

No bairro falta água canalizada o mais marcante, mesmo, é as péssimas condições de muitos daqueles casebres, construídos de qualquer maneira, bem como o elevado número de crianças deixadas ao relento que fazem das lixeiras o seu parque de diversão. "Viver aqui e enfrentar a delinquência para além da falta de quase tudo", lamentou Domingos Luis Francisco, destacando que o problema da chuva tem sido o causador de muitos dissabores no seio da

comunidade. "Tempo chuvoso é a época mais desagradável.

7.16 Lobito reserva terrenos para a zona industrial

Jornal de Angola

18 De Agosto de 2015

Texto: Sampaio Júnior

O novo ordenamento territorial do Blóplo Culango tem reservada uma área de cinco mil hectares para a Instalação de um novo parque Industrial, disse, na cidade, o governador provincial de Benguela, Isaac dos Anjos.

Com a execução do projecto, a localidade torna-se um local agradável e propício para a construção de um conjunto de infra-estruturas produtivas e comerciais, acrescentou o governador provincial, que considerou o Corredor do Lobito uma porta para a região austral de África.

"Estão identificados os programas de estabilidade e crescimento para vencer a crise e relançar a economia no município do Lobito", disse o governador provincial, que acrescentou: "Queremos apenas um maior desempenho de gente que esteja interessada em pôr mãos à obra para deixarmos de depender do sector petrolífero".

No quadro da aposta do Executivo na diversificação da economia, a Administração do Lobito vai levar a cabo vastas acções de estudo de mercado nas comunas do Culango, Canjala e Egipto Praia, no sentido de despertar o interesse dos empresários, disse Isaac dos Anjos.

Essas localidades possuem recursos naturais pouco explorados nos domínios da pesca, agricultura, minérios, turismo rural, entre outros, que tornam "possível praticar-se actividade produtiva ou de exploração sustentável, aquela que respeita o meio ambiente".

O peso significativo que o sector petrolífero detém nas receitas fiscais é um factor de risco para a gestão orçamental ao expor a economia interna aos choques do mercado desse produto, quadro que precisa ser mudado, defendeu Isaac dos Anjos. A cidade do Lobito está a potencializar-se e vai ter um forte desempenho na mudança positiva do panorama económico do Corredor do Lobito, criando condições para enfrentar a competitividade, a partir da sua vocação turística e cosmopolita.

"Vamos continuar a trabalhar para relançar a economia, promover o emprego e prosseguir com a modernização do município, contribuir para o fortalecimento e auto-estima das famílias", acrescentou o governador provincial de Benguela.

Falta de espaço

A cidade do Lobito regista, nos últimos tempos, uma grande procura de terrenos para instalação de novas infra-estruturas, informou Isaac dos Anjos. "Em face da falta de espaços urbe, foi criado o novo ordenamento territorial do Biópio-Culango, que se apresenta com uma trajectória sustentada de crescimento no quadro do programa de expansão."

O novo ordenamento territorial é uma localidade na qual foram feitos estudos para a instalação da nova cidade do Lobito, respeitando todos os aspectos ecológicos. Os primeiros habitantes são os sinistrados das últimas chuvas, que já receberam as parcelas de terra devidamente infra-estruturadas.

A imagem da cidade ficou beliscada com as últimas chuvas, que causaram dezenas de mortos, pelo que é necessário recuperar a confiança da população com trabalho, que passa pela reabilitação das valas de drenagem e fazer a ligação com as comportas do mar, além de evitar que os cidadãos construam em zonas de risco, considerou Isaac dos Anjos, que explicou que o Lobito apresenta restrições à instalação de novos estabelecimentos públicos ou privados. "Devido às características naturais da região, começaram a surgir problemas ambientais, como a morte dos mangais e, como consequência, o desaparecimento dos flamingos cor-de-rosa, um dos símbolos da cidade."

Resgate dos flamingos

O administrador municipal do Lobito, Alberto Ngongo, apresentou como um dos desafios da municipalidade a restauração e preservação do ecossistema dos mangais. "No último ano, assistiu-se ao regresso de milhares flamingos cor-de-rosa às zonas da Caponte e Compão, o que voltou a encher de orgulho os moradores."

É urgente transformar a biodiversidade dos mangais e da Baía do Lobito em capital económico, proporcionando a coexistência entre o desenvolvimento e o ambiente e transformar o flamingo cor-de-rosa na imagem de marca da cidade, disse Alberto Ngongo. Devido à sua beleza e à concentração em grandes bandos, a ave costuma chamar a atenção de dezenas de pessoas nacionais e estrangeiras, que recolhem imagens para mostrar ao

resto de Angola e o Mundo, pelo que o flamingo cor-de-rosa ganhou o direito de ser o símbolo da cidade.

Do ponto de vista ecológico, os mangais são importantes para o enriquecimento da costa em nutrientes, como zona de alimentação, reprodução e abrigo de peixes, crustáceos e uma grande variedade de aves, assim como servem suporte a diversas comunidades de micro e macro flora e fauna terrestre e aquática.

Melhorar a mobilidade

O Governo Provincial de Benguela sente a necessidade do alargamento da Estrada Nacional 100 no troço entre o Sumbe e Benguela para melhorar a circulação rodoviária e reduzir os índices de sinistralidade, disse o administrador municipal do Lobito, Alberto Ngongo.

A plataforma da Estrada Nacional 100 entre as cidades do Lobito e Benguela recebe trânsito muito pesado, em função do fluxo rodoviário entre o Norte e o Sul do país e entre o litoral e o interior, referiu. Com o surgimento de uma nova cidade ao longo da estrada, a circulação automóvel vai aumentar nos cerca de 22 quilómetros entre o Lobito e essa centralidade, o que vai complicar ainda mais o trânsito.

Alberto Ngongo lembrou que estão a ser feitas obras em várias artérias da cidade do Lobito, para oferecer opções à Estrada Nacional 100, para a qual, disse, existem projectos de modernização ao nível do Executivo.

"Não é possível fazer tudo ao mesmo tempo. Temos de começar por algum lado e o trabalho começou e não vai parar, para termos a cidade do Lobito limpa, com os espaços verdes conservados", afirmou o administrador municipal.

A oferta de transportes públicos foi também apontada pelo administrador municipal como saída para o descongestionamento do tráfego rodoviário naquela via.

Comodidade e cidadania

O projecto do ordenamento territorial Biópio Culango inclui investimentos nos sectores económico e social. O administrador do Lobito referiu que vão ser asseguradas as condições para a instalação de empresas em áreas residenciais, como acessibilidade, distribuição de água e energia eléctrica, escolas, hospital com serviços continuados de qualidade e inclusive acesso às novas redes de banda larga. Consta desse grande projecto imobiliário, a construção de moradias e apartamentos de luxo, um

hotel de cinco estrelas, piscinas, campo de golfe e quadra polidesportiva. Alberto N gongo desafiou os lobitenses a manterem um diálogo permanente e cooperante, para que se encontrem soluções consensuais para os problemas do município.

Ouvido s pela reportagem do Jornal de Angola sobre a execução do projecto, o professor universitário José Maria louvou a iniciativa do Governo de Provincial de Benguela. "Precisamos de projectos de urbanização que melhorem a vida das pessoas", afirmou. João Maria disse que a construção de novas centralidades deve promover qualidade de vida e fortalecer os laços sociais e o respeito entre os vizinhos. "Tudo isso faz parte da nossa cultura".

Para o docente universitário, o aumento da participação democrática é importante para resgatar os bons valores. "E preciso voltar à figura de que o vizinho é o primeiro familiar que temos."

7.17 Ocupação ilegal de casas no Zango

Jornal de Angola
19 De Agosto de 2015

O comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos Wala, desencoraja a ocupação de residências e terrenos por parte de elementos das Forças Armadas Angolanas (FAA) ou outros cidadãos. O apelo decorre de uma acção realizada por uma companhia da Policia Militar, que resultou na desocupação de 160 residências pertencentes ao Ministério da Juventude e Desportos, nas localidades do Zango 4 e Sapú, município de Viana.

Por solicitação deste organismo ministerial, a Região Militar de Luanda procedeu à desocupação dos imóveis, ocupados ilegalmente e por invasão, por efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), da Policia Nacional (PN) e civis.

Como resultado da operação, os ocupantes ilegais das residências foram detidos e aguardam por procedimentos judiciais. Segundo o comandante da Região Militar de Luanda, general Carlitos Wala, operações semelhantes vão prosseguir, no sentido de desencorajar este tipo de práticas. De referir que um pouco por toda a capital do país tem ocorrido a ocupação ilegal de imóveis nas central idades e outro projectos residenciais erguidos pelo Executivo.

7.18 Bento Soite

Semanário Angolense
21 De Agosto de 2015

Quando, há coisa de três anos, procedeu-se ao despejo dos moradores da antiga Favela, à Chicala, e o seu realojamento no Panguíla, houve famílias que foram obrigadas a dividir o mesmo tecto devido a uma alegada indisponibilidade de casas. Na altura, Bento Soito- que era e ainda é responsável pelos realojamentos daqueles moradores - dera garantias à imprensa que a situação dessas famílias seria resolvida no «dentro de alguns dias». Acontece, porém, que já lá vão muitos anos e a situação ainda não se alterou, ou seja, as famílias continuam «acantonadas» no mesmo espaço, a respirar o mesmo ar, sem que haja no horizonte uma luz de esperança para o fim do calvário a que elas têm sido sujeitas. Isso faz-se?

7.19 Casas desabitadas no Zango servem de depósito de lixo e esconderismo de marginais

Seminário Angolense
21 De Agosto de 2015
Texto: João Silva

O Semanário Angolense constatou que nos Zangos 2 e 3, realmente existem diversas residências desabitadas que, quando não são vendidas ou distribuídas a pessoas próximas dos responsáveis, têm servido de covil de marginais, segundo moradores da zona.

De acordo com alguns moradores provenientes da Camuxiba, distrito urbano da Samba, há algum tempo atrás, foram avisados por funcionários do governo provincial, que até Março do corrente ano, as referidas residências seriam ocupadas por cidadãos que sairiam da Chicala-2. Contudo, os mesmos foram realojados em outra área. De seguida, uma outra informação posta a circular dava conta que quem ocuparia aquelas residências seriam os que sairiam das montanhas da Samba.

Assim, entre informações contraditórias, as casas continuam ao léu. Indignados e preocupados, os moradores sustentam que quando foram transferidos para as actuais residências, também estiveram na situação de uma residência para duas famílias. Por não terem concordado com aquela situação, reivindicaram os seus direitos junto da administração,

ameaçaram manifestar-se e levar o caso até às últimas consequências e só assim foi-lhes entregue uma casa para cada família.

Aproveitando a presença da reportagem do *Semanário Angolense*, os moradores do Zango-2, provenientes do distrito da Samba, alegam que estão preocupados com as residências desabitadas porque as mesmas também estão a servir como depósito de lixo e, caso não sejam rapidamente habitadas, outras consequências mais graves poderão advir.

Ainda segundo os moradores, tem havido muitas irregularidades no que toca à distribuição de casas nessas novas comunidades. Conforme disseram, geralmente as casas não são entregues aos verdadeiros necessitados porque, entre as administrações municipais, fiscais e outros dirigentes civis e militares, há uma rede que maneja tudo e acabam por ficar com as casas para fins próprios. Quem tem dinheiro, com toda a facilidade do mundo compra uma casa na Sapú, Zango ou Panguila.

Esses indivíduos, abusando da autoridade que têm enquanto funcionários do Estado, estão a fazer grandes fortunas com a venda das residências que seriam destinadas a esses cidadãos. «Muitos são pessoas bem da vida e possuidores de dez ou mais residências mas, mesmo assim, continuam a ter todas as facilidades para cada vez, obterem mais residências para oferecerem a familiares e outras pessoas de sua conveniência e sobretudo venderem», disse um cidadão agastado e que pediu anonimato por temer represálias.

Situações inadmissíveis

José dos Santos, de 35 anos de idade, funcionário público e morador do Zango-2, é proveniente do distrito da Samba e afirma ser preocupante a situação dessas residências que estão já há algum tempo desabitadas, considerando que ainda há dezenas de famílias a viver muito mal, amontoadas em uma só residência, em casebres de chapa ou em tendas já surradas. «Porque não transferir essas pessoas para estas residências, muitas das quais vão servindo de depósito de lixo e antro de marginais?», questionou.

Para ele, é necessário e urgente que o Governo central tome medidas imediatas contra esses prevaricadores que se aproveitam das situações para enriquecer ilícitamente em detrimento de pacatos e honestos cidadãos. «Um governo que se preze e que se diz pelo povo não pode admitir o que se está a fazer a estes cidadãos. Isto só suja e deixa bastante maio nosso governo e a pessoa do Chefe de Estado. Indivíduos deste calibre não merecem nem uma

migalha de nada e devem ser exemplarmente punidos», incentivou.

Já Afonso António, de 29 anos de idade, estudante, morador do Zango-3, alega ter perdido dois anos lectivos por causa do desalojamento, coisa que o deixou muito transtornado na época. Como cidadão nacional considera ser uma grande injustiça a maneira que muitos angolanos estão a viver na sua própria pátria. Para ele, é inconcebível que haja cidadãos ainda a viver em chapas e tendas rotas, como é o caso dos primeiros habitantes do Zango-1 que se encontram em situação ignóbil desde o princípio do projecto em 2002. Adultos e crianças sofrem com o calor de dia como de noite, sobretudo quando a temperatura está alta e têm de dormir ao relento e expostos a todos os perigos. Em tempo chuvoso até faz pena ver as famílias a sofrer em meio de águas, lama e podridão. «Será que essas pessoas que estão a frente destes projectos têm alguma coisa de humano e sentem a dor dos outros ou será, como se diz, que gindungo no olho do outro é refresco?», questionou agastado jovem.

7.20 Promessas, promessas e promessas

Semanário Angolense
21 De Agosto de 2015

O arquitecto Bento Soito, actual director do Gabinete de Reconversão do Sambizanga e Cazenga, que já foi vice-governador de Luanda para a Área Técnica e director do Gabinete para o Realojamento das Populações em Situação de Risco, prometera há alguns anos atrás, em entrevista a este jornal, que todas as famílias a viverem em situação de promiscuidade habitacional (duas ou mais famílias na mesma casa) no Panguila ou no Zango, assim como aquelas que ainda habitam em tendas ou casebres de chapa seriam realojadas dentro de poucos dias, porque estavam em vias de acabamento as residências que lhes seriam destinadas.

Tempos depois, passado o prazo prometido, reiterou que toda a gente nessas condições teriam casas até 2012 para então passarem a viver condignamente. O que é verdade, passados cerca de cinco anos, as famílias continuam como no princípio, com a agravante de que as condições habitacionais, com o passar dos anos, vai piorando. Se já era difícil conceber, no princípio, diversas famílias a dividirem um mesmo tecto com espaço limitado, imagine-se agora o tormento dessa gente que, a cada dia, vão perdendo tudo, incluindo a dignidade e a saúde.

Outros, postos em tendas, lá continuam apesar de as mesmas quase já não existirem, surradas e rotas pelo tempo, já longo, em que estão a ser usadas. Muitos substituíram-nas por casebres de chapa que, no calor, são autênticos fornos e, na chuva, transformam-se em chiqueiros lamacentos.

A propósito das reportagens que o SA estampa nesta edição, foram efectuados diversos esforços para se chegar à fala com o arquitecto, que é apontado pelas «vítimas» como sendo o culpado de todas as suas desgraças.

O arquitecto não atende os telefones nem responde às mensagens enviadas para falar sobre o assunto. Segundo uma fonte do GPL, «ele está sempre a mudar de telefone e nos últimos tempos é difícil atender números que não conhece».

Assim sendo, perdeu-se uma grande oportunidade para que, quem de direito, se pronunciasse uma vez mais sobre o futuro daquelas famílias que estão a sofrer por anos consecutivos, enquanto quem os jogou para essa situação dorme o «sono dos justos».

7.21 Cáritas denuncia invasão de terras

Novo Jornal

21 De Agosto de 2015

A CÁRITAS diocesana de Malanje denuncia que mais de setenta famílias camponesas, no município de Kiwaba Nzozi, província de Malanje estão a ficar sem as suas terras, em benefício de indivíduos detentores de poder económico no país.

O coordenador de programas da Caritas em Malanje, Carlos Ferraz que fez a denúncia no Conselho Geral da Caritas de Angola, disse haver personalidades desconhecidas e detentoras de poderes económicos oriundos de Luanda que se apoderam ilegalmente das terras comunitárias.

"Trata-se de mais de setenta famílias camponesas no município de Kiwaba Nzoje, Província de Malanje. Os agricultores encontram-se sem espaço para a agricultura" denuncia a Caritas, De Benguela, o responsável da Caritas, padre Manuel Calemba partilhou ainda a preocupação com a malária na diocese de Benguela.

O Presidente da Caritas de Angola, Dom Jesus Tirso Blanco, manifestou-se preocupado com as dificuldades que o braço caritativo da CEAST tem passado. O bispo da Diocese do Luena disse que a

caridade e de agenda permanente, o cuidado com os mais fracos sobretudo na luta pelas terras e um elemento decisivo.

A Caritas de Angola e uma federação de entidades de acção caritativa: e social da Igreja Católica em Angola. E um organismo da Conferencia Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) e membro da Caritas Internacional.

A Caritas de Angola procura ser uma força motora da caridade baseada na comunidade, promotora do desenvolvimento integral de cada homem. Desenvolve um trabalho de apoio e promoção social grupos e comunidades em situação de precariedade e/ou exclusão social, procurando o seu bem-estar físico, material e espiritual, ajudando-os a ser construtores da sua própria historia e do seu próprio desenvolvimento.

A Caritas de Angola esta autorizada a exercer a sua actividade em Angola, conforme a certidão de 12 de Fevereiro de 2009, emanada do Ministério da Justiça ao abrigo da Lei 14/91 – Lei das Associações.

7.22 'Ninguém será retirado das suas terras'

Jornal O País

21 De Agosto de 2015

Texto: Nilton Monteiro

Contactado, o administrador municipal de Belas, Filipe Barros Espanhol, disse que tem havido resistência por parte de algumas camponesas que se mostram inconformadas com o processo de requalificação. Ainda assim, o responsável tranquilizou os moradores afirmando que "nenhum camponês será retirado das suas terras".

Sem admitir a existência de agressões físicas, Filipe Espanhol realçou que os camponeses que se depararem com situações desta natureza devem de imediato denunciar as autoridades policiais para a devida intervenção.

"Não é espírito da administração e tão pouco do nosso governo agredir as pessoas. Por isso, todos que assim procederem devem ser denunciados a polícia".

Por outro lado, o responsável chamou atenção para casos de oportunismo correntes em terrenos no local, e a construção de casas no perímetro abrangido com a finalidade de beneficiarem de alguma indemnização.

Estas obras, Filipe Espanhol fez saber que a administração continuará a derrubar de modos a desincentivar os demais.

Importa salientar que o perímetro abrangido está composto pelos Bitas progresso, Cacate e Tanque. Fazem ainda parte o Bita Ambriz e Júlio, cuja finalidade é a administração de Belas transformar em zona habitacional organizada por se situar nas proximidades da Centralidade do Kilamba e evitar que surjam novos musseques no referido perímetro.

Do espaço que for tomado aos camponeses, a administração usará para a construção de infraestruturas sociais, tais como escolas, postos policiais e hospitais, sendo que o lote restante será vendido aos demais cidadãos interessados.

O processo de venda dos espaços, segundo apurou O PAÍS, será feito de forma aberta, cuja participação será feita através dos órgãos de comunicação social no sentido de oferecer transparência ao processo.

Do cadastro feito, já se atingiu os 700 camponeses que segundo o administrador, na concessão de terrenos serão os primeiros a serem contemplados. Desta forma, o camponês receberá um documento de titularidade com a quantidade de terra que lhe couber.

7.23 Divisão de terras divide camponeses dos Bitas e Administração

Jornal O País

21 De Agosto de 2015

Texto: Milton Maçana

Cerca de 50 camponeses da zona dos Bitas no Município de Belas, em Luanda manifestaram-se descontentes na manhã de Terça-feira, 18, com a forma como a administração está a levar a cabo o processo de requalificação da referida área.

Entre as descontentes está a velha Domingas Jerónimo de 62 anos, que disse ter sido agredida por supostos fiscais depois destes terem destruído 45 sacos de cimento que armazenava na sua casa.

"No dia seguinte decidimos aproveitar o pouco cimento que restou para construir um outro quarto porque eles deixaram - me na rua. Quando chegaram sem qualquer explicação foram em cima do meu filho e ao defendê-lo um deles deu-me uma pancada", contou Domingas que diz ser camponesa da área desde 1986.

Domingas acrescentou que tão logo os fiscais notaram que estava a sangrar entraram na viatura que os transportava e meteram-se em fuga. Durante a desavença, terá ainda questionado aos homens as razões que estavam na base de tal reacção, tendo os homens alegado que estavam apenas a cumprir 'ordens superiores'.

António Mendes amigo do filho da vítima, afirmou que na sua acção os fiscais têm destruído muitas casas na ausência dos seus proprietários sem no entanto se importarem com os haveres que se encontram no interior das mesmas, citando como mais recente exemplo a situação de Domingas na passada Sexta-feira, 14. "Para além da destruição de casas, estão a fazer a mesma coisa com as nassas lavras. As mães que ficaram ausentes do bairro durante dois dias encontraram as lavras todas destruídas", e entre outros meios destruídos encontram -se também materiais de construção civil como é o caso de carradas de areia e burgau que foram arrastadas pelas máquinas enquanto faziam os arruamentos.

A proposta feita pelo administrador de que o espaço seria dividido em 50 por cento para o estado e os outros 50 para os camponeses não os satisfaz pois dizem que em alguns casos os espaços foram já tomados por alegados 'homens estranhos' que têm sido vistos a circular na área. Dizem igualmente que a administração de Belas não os reuniu para atempadamente informa-los sobre o que seria feito com as suas terras, assim como seria o processo de indemnização.

"Devíamos ter sido chamados e consultados antes de nos forçarem repartir as nossas lavras, porque nós compramos esses espaços e ao longo dos anos fomos pagando ao estado pela cintura verde", disse Angelina Fonseca que revelou ter perdido as plantações de mangueiras e de cajueiros da sua lavra. as paredes de algumas casas abrangi das no perímetro de requalificação são visíveis as marcas deixados pelos fiscais em nome do Posto de Comando Unificado (PCU), como constatou O PAÍS no local, em algumas casas do Bita Cacate e Progresso.

Incapazes de travar as demolições e destruições das suas lavras, os camponeses apelam ao bom senso da administração alegando que o critério de divisão de terras não está a se efectivar na prática.

"Nós queremos as nossas lavras de volta porque é aqui onde sai os cadernos, livros e roupa dos nossos filhos. Eu que trabalho aqui há mais de 20 anos, o que vou fazer agora com a lavra destruída ", questionou Angelina Fonseca.

Com lágrimas nos olhos, algumas velhas que não esconderam o sentimento de revolta por não receberem uma resposta satisfatória do responsável máximo do município, não descuram a possibilidade de tomar de assalto as máquinas por se sentirem desrespeitadas pelos fiscais.

"Daqui a pouco vamos queimar as máquinas e correr os homens com catanas, porque eles batem e não respeitam as mamãs", disse outra velha que não se identificou, acrescentando que os esclarecimentos da administração não agradaram os camponeses.

Aproveitamento dos fiscais

Por sua vez, Manuel Van-Dúnem também camponês, disse que muitos supostos fiscais estão a tirar dividendos do processo apropriando-se indevidamente dos espaços das senhoras em nome das autoridades do município, preocupação que foi manifestada também por Felizardo Pimentel da comissão criada para defender o interesse dos lesados.

Apesar de afirmar não estar contra processo de requalificação, Pimentel mostrou-se desapontado com a forma como está a ser conduzido o processo, referindo que a situação tem afectado a saúde de muitas velhas que fazem do campo o sustento do seu agregado familiar.

"Isso está provocar trombose as mamãs que se sacrificaram durante anos para terem essas lavras. A informação que recebemos hoje do Administrador não nos satisfaz porque aos poucos estamos a perder as lavras", concluiu.

7.24 Moradores fogem da Quiçama para a Ilha

Jornal O País

21 De Agosto de 2015

Texto: Domingos Bento

Depois de ver a sua casa demolida, em Janeiro de 2014, no bairro Kilombo, e posteriormente transferido para o município da Quiçama, João Francisco está de volta à Ilha de Luanda na companhia de outros antigos moradores. Numa das zonas da Chicala, a beira-mar, o pescador, de 48 anos de idade, construiu uma pequena cubata onde decidiu morar há já três meses. Naquele espaço, João disse que, apesar de estar em péssimas condições, reencontrou a felicidade que o Governo de Luanda tirou-lhe injustamente quando no passado levou a cabo o processo de demolição do bairro Kilombo.

"O mar é tudo para mim. Nunca fiz uma outra coisa na minha vida senão pescar. Como é que um Estado sério tira um homem do mar para colocá-lo no mato. Na vida está tudo dividido: pescador vive no mar e camponês no campo. Na zona, onde nos atiraram, deviam lá pôr os homens do campo. E não a gente do mar", desabafou.

Enquanto conversava com O País, numa manhã fria, o homem alimentava-se de pão, chá e peixe grelhado que ele próprio havia acabado de pescar. Com tristeza, João recordou daquele que considera ser o pior dia da sua vida. O dia em que perdeu tudo: a casa, os documentos e todos outros bens que foram embora com a destruição do bairro Kilombo, local onde viveu mais de 21 anos.

Segundo o pescador, falar do processo de desalojamento compulsivo do seu antigo bairro para a longínqua zona da Quiçama, é um assunto que ainda lhe humedece os olhos. "Nem mesmo os animais mereciam ser tratados do jeito que nos trataram.

É desumano, não se faz. É que nem tempo de tirar as coisas nos deram. Partiram as casas e perdemos tudo, tudo. É triste" desabafa.

De acordo com o João Francisco, desde que foi "atirado" para a Quiçama, só tem vivido dias difíceis. Por este motivo decidiu voltar à Ilha. Já a esposa e os cinco filhos enviou-os a casa de familiares, no Cazenga. A ideia, tal como frisou, é criar bases sólidas na Ilha para posteriormente recebê-los. Também as crianças não estão a estudar devido a essa situação toda.

"Nada mais me fez voltar aqui, na ilha, senão mesmo a fome. Lá, na Quiçama, não temos emprego, não temos comida, não temos água, não temos nada. Nenhum ser humano vive assim. Por isso decidi voltar. Assim vou trabalhar e depois puxar a família. Nós que somos pescadores não podemos viver num sítio onde não tem mar", atestou.

Filhos do mar renunciam terra longe

Assim como João, Dezenas de antigos moradores do bairro Kilombo, alojados no município da Quiçama, estão a regressar à ilha de Luanda. De acordo com os populares, a situação na Quiçama é deplorável. Não há mínimo de condições por isso viram-se obrigados a regressarem à zona da Chicala. Este local, os regressados fazem questão de recomeçarem a vida que, segundo eles, anda estagnada desde que foram transferidos para a Quiçama.

Naquele perímetro ao ar livre, a vida começa cedo. Pequenas cubatas e tendas servem de moradias.

Todas as manhãs, enquanto os homens vão pescar, as mulheres arrumam as cubatas e preparam as condições de descanso para os maridos que, regra geral, voltam cansados do mar. Na chegada destes, as senhoras ajudam a puxar as redes. Momentos depois o peixe é recolhido e posto em bacias e sacolas. Alguns servem para o consumo diário. Outros são vendidos aos populares das zonas circunvizinhas e nas barracas de comes e bebes que ficam situadas na entrada da Chicala.

"É com o dinheiro obtido das vendas do peixe e outros frutos do mar que conseguimos sobreviver. Não é muito, mas a gente é feliz pescando. Esta é a nossa vida. E na Quiçama não temos isso. Passamos todo o dia a dormir, sem nada a fazer", assegurou Selina Paula.

Ainda de acordo com a jovem de 35 anos de idade, abandonar a Quiçama para voltar à ilha foi a solução mais acertada. "Desde que fomos lá, em 2014, as únicas coisas que nos deram foram as chapas, barrotos e pregos. Com esses materiais fizemos as casas. Do resto é tudo uma miséria. Nos esconderam aí para que as pessoas não vissem a pouca vergonha do nosso Governo".

Já Eva do Rosário, que também esteve alojada na Quiçama, afirmou que a vida naquela zona é insuportável. Por este motivo, decidiu voltar perto do mar, na Chicala, para continuar a vida. "Na Quiçama não tem nada. Eu com esse meu bebé sofremos com mosquitos, frio e falta de água. Nem eles próprios, os governantes, aceitariam viver naquela desgraça", deplorou.

Por seu turno, Paulo Joaquim falou que não dava mais para continuar a viver naquele estado que considera de abandono. Abdicar do local e instalar-se novamente na ilha foi a solução encontrada. "Nos tirarem do Kilombo a força para nos depositar naquele local é o maior pesadelo que já tive. No princípio disseram que as condições deviam melhorar a medida que o tempo passasse. Mas a verdade é que já estamos a caminho de dois anos e as coisas só tendem a piorar. E ninguém é de ferro para viver naquelas condições", atestou.

7.25 Vidas destruídas

Jornal O País

21 De Agosto de 2015

Depois de já ter estado lá em Fevereiro de 2014, O País regressou à Quiçama no início desta semana para constatar a falta de condições que estão a forçar a

fuga dos populares. Foram cerca de 75 quilómetros de distância percorridos. A medida que íamos nos aproximando do local, já a partir da ponte sobre o rio Kwanza, era possível ver casas de chapas perfiladas e ladeadas pelo mato. São mais de 500 famílias que foram parar ali depois de verem, em Janeiro do ano passado, as suas casas demolidas no bairro Kilombo, na Chicala, pelo Governo Provincial de Luanda.

Logo à nossa chegada, deparamo-nos com um ambiente desolador. A maior parte daquelas casas estão fechadas porque os seus habitantes não resistiram a tanto sofrimento e voltaram à Ilha. Os que ficaram por lá reclamam da falta de tudo. Falam de abandono, desumanidade e insensibilidade por parte de quem governa. A fome e falta de água fustigam a vida daqueles populares que anteriormente dependiam do mar para sobreviver.

É que nem mesmo as crianças estão a ser poupadas pelo sofrimento que se vive naquelas terras distantes. Além de muitas delas ficarem largas horas sem comer nem beber, ainda são obrigadas a conviver com cobras, macacos e outros animais que a qualquer momento podem atacar.

A casa de Ivalina Jorge, situada numa zona de relevo, foi a primeira a ser visitada pela reportagem desse jornal. Já passavam das 15 horas e até aquele período os três filhos menores ainda não haviam comido nada. Num dos cantos da casa, o pequeno Avelino, 7 anos de idade, que já anda adoentado em função das condições em que vive, tremia o corpo todo enquanto chorava com sede e fome.

Impotente, Ivalina pedia calma ao filho porque o único bidão de água de cinco litros que tinha em casa havia terminado na noite anterior. Para conseguir o outro líquido precioso, a senhora disse que precisava percorrer uma distância de aproximadamente seis quilómetros a pé até ao rio. Naquele dia, em virtude da fome, a mãe revelou que não conseguiria percorrer aquela distância toda. Esperar pela boa vontade dos vizinhos era a única solução encontrada pela dona de casa que nem conseguia amamentar filho cassula.

"Essa é a vida que levamos aqui: fome e sede. Assim mesmo as crianças estão a chorar e eu não tenho nada para lhes dar. Eu própria nem sequer tenho força de amamentar. Por isso não estou a conseguir ir ao rio, que é longe daqui. Estou há dois dias sem pôr nada no estômago. O pouco que os vizinhos me dão é que dou às crianças. Na Ilha tínhamos o mar pertinho de nós e era de lá que saía o nosso sustento. Mas o Governo nos tirou o mar, nos tirou tudo", lamentou a dona de casa.

Por sua vez, Luciana Ngueve, a viver também ali há mais de um ano, diz que é obrigada a deslocar-se até a comunidade de Bumba, que dista cerca de 7 quilómetros, para conseguir alimento. "Não é mesmo fácil, estamos a ser tratados como animais. Imagina que, para comer, somos obrigadas a carregar caixas de tomates das camponesas do Bumba. O reservatório de água que meteram aqui não funciona. Somos obrigados a consumir água do rio. É por isso que aqui as diarreias e sarnas são constantes" .

Segundo apuramos, o único posto médico instalado no local não funciona. Os doentes são obrigados a recorrer a Catete, a 19 quilómetros da área. A única escola do ensino de base funciona com debilidades porque os professores estão a desistir por falta de salários. Ainda segundo os populares, por causa da situação extrema de pobreza, algumas mulheres estão a se prostituir para manter o sustento da família.

"Quando chegamos aqui o Governo havia dito que nos daria casa no Zango. Mas a verdade é que alguns conseguiram e nós não. Nos abandonaram nestas matas. Nada temos senão o capim e animais a nossa volta. Assim vamos comer capim? ", questionou Anita Njinga, moradora.

Sem resposta do Governo Provincial de Luanda não conseguimos ter nenhuma explicação apesar de todas tentativas feitas neste sentido. Já o administrador municipal da Quiçama, Domingos Assis Fortes, mostrou-se indisponível a falar porque esteve reunido. Mas tudo quanto sabemos é que o perímetro referente ao bairro Kilombo, na Chicala, foi vedado com chapas. Ainda não se sabe ao certo o que as autoridades farão no local que albergava, até à sua demolição, mais de mil famílias que foram repartidas entre a Quiçama e Zango.

7.26 Desalojados recebem lotes de terrenos

Jornal De Angola

23 De Agosto de 2015

Texto: Vladimir Prata

Mais de oitocentos lotes de terreno para auto-construção foram distribuídos às famílias que viviam em zonas de risco no município do Tômbwa, revelou sexta-feira o seu administrador.

João Tchindongo referiu que as pessoas abrangidas ocupavam anteriormente antigas fábricas e pescarias há muito desactivadas, mas que passaram a constituir um risco devido ao seu avançado estado de degradação.

O responsável esclareceu que se tratavam de infra-estruturas com mais de 50 anos e com deficientes condições de saneamento básico, entre outros riscos, daí a necessidade de reassentar aqueles cidadãos.

O administrador municipal do Tômbwa anunciou que no local escolhido para reassentar as populações foi projectada a construção de uma escola com seis salas de aula, infantário, posto médico e outros serviços. João Tchindongo disse que, devido às características do Tômbwa, um município situado entre o mar e o deserto, vai ser criada uma nova cortina florestal, em benefício do denominado bairro Plató do Mundo Novo, onde as famílias hão-de ser reassentadas.

Agricultura no Pinda

O programa de apoio às famílias camponesas na localidade do Pinda, a cinco quilómetros da vila piscatória do Tômbwa, está a gerar resultados acima da expectativa, considerou o governador provincial do Namibe, Rui Falcão.

O governador do Namibe, que visitava lavras familiares naquela localidade, disse que as autoridades provinciais reforçaram a capacidade dos camponeses com o aumento das áreas de cultivo e a entrega de tractores, charruas e viaturas para o escoamento dos produtos do campo para as cidades.

A localidade do Pinda é uma das 15 localidades em que foram criados pólos de desenvolvimento agrícola na província do Namibe, visando o combate à pobreza e à diversificação da economia.

7.27 Huambo intensifica fiscalização das obras

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2015

Texto: António Canepa

A administração municipal do Huambo vai intensificar, nos próximos dias, as acções de fiscalização e sensibilização das populações, com vista a desencorajar a construção anárquica de moradias em locais de risco, garantiu sexta-feira, ao Jornal de Angola, o administrador municipal adjunto, João Figueiredo.

O administrador municipal adjunto do Huambo considerou preocupante o surgimento desordenado de residências, moradias e casebres na cidade e em alguns quintais, o que deixa descaracterizada a paisagem do Huambo, João Figueiredo considera também preocupante a construção de residências ao

longo do rio Calohumbula, devido ao risco de desabamento que correm.

Neste momento, acrescentou, decorre o levantamento do número de famílias que residem naquela zona, com vista à sua transferência para zonas mais seguras.

Ambientalistas e arquitectos contactados pelo Jornal de Angola avisam que a construção de habitações em zonas de pouca segurança constitui uma ameaça séria para as populações e aconselham a tomada de medidas preventivas. Eles argumentaram que os terrenos localizados nas linhas de drenagem de água e próximo de ravinas não estão preparados para receber habitações, uma vez que podem ceder facilmente em casos de erosão e chuva.

Dados do Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros indicam que existem no Huambo muitas pessoas a construir em locais de risco. Num encontro entre ambientalistas e arquitectos, a especialista Sofia Santana sublinhou que a construção de casas nas áreas de risco deve ser evitada, pois põe em causa a saúde pública.

Especialistas apontaram os bairros do Cambiote e São Pedro como os que mais têm habitações ao longo das linhas de drenagem e próximo de ravinas.

Casas demolidas

O governador provincial do Huambo, Kundi Paihama, numa visita à empresa de distribuição de água, determinou este ano a demolição de 375 residências e outras infra-estruturas construídas de forma ilegal ao longo da conduta de transporte para a cidade.

A medida foi adoptada para facilitar a manutenção da tubagem e a distribuição da água à cidade.

Quanto às famílias afectadas, garantiu que aquelas que tiverem as construções autorizadas pela administração vão ser realojadas em locais mais seguros.

A cidade do Huambo regista muitas construções anárquicas ao longo da conduta de água, principalmente nos bairros da Bomba Baixa, São José, Bom Pastor e na rua do Comércio.

7.28 Lotes de terreno foram entregues aos desalojados

Jornal de Angola

24 De Agosto de 2015

Texto: Adriano Sapalo

Centenas de famílias do município de Malanje beneficiaram de lotes de terreno no bairro do Mucasa de Baixo, no âmbito do projecto de autoconstrução dirigida, revelou ontem o representante da Administração Municipal.

Adão Soares salientou que os contemplados são antigos moradores que se encontravam em zonas de risco e em locais não apropriados para residir.

Cada família recebeu um espaço de 15 por 20 metros, para permitir a construção das suas moradias.

O responsável assegurou ao Jornal de Angola que a entrega de terrenos às famílias desalojadas vai prosseguir até ao final deste mês.

Outra área encontrada para alojar os cidadãos é o bairro da Quizanga, concebido para projectos de auto-construção, disse Adão Soares.

O representante da Administração Municipal de Malanje salientou que as autoridades vão continuar a envidar esforços para garantir que menos pessoas estejam a viver em condições de riscos.

Além dos pontos acima referidos, a Administração vai fazer outros levantamentos para que se encontrem terrenos que apresentem melhores condições para acomodar as famílias locais.

Adão Soares disse ser necessário a colaboração da população, que foi chamada a denunciar os cidadãos que passam por funcionários da Administração e vendem ilegalmente terrenos.

7.29 Diálogo com moradores do Bairro Operário

Jornal de Angola

26 De Agosto de 2015

Texto: Yara Simão

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda reuniu-se ontem no Cine São Paulo com os moradores do Bairro Operário para explicar como se vai desenrolar o processo de requalificação urbana daquela zona da capital do país.

O vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda, António Manuel Fiel "Didi", esclareceu que qualquer processo de reconversão ou requalificação urbana é complexo e envolve várias fases, pelo que é

sempre necessário uma grande articulação entre os promotores, os executores e os beneficiários.

"Ninguém desconhece também que nestas ocasiões surgem sempre muitos oportunistas, pessoas desonestas e pouco sérias que acabam por deturpar os objectivos que se pretende alcançar", sublinhou o edil.

O objectivo da Comissão Administrativa de Luanda é trabalhar de forma coordenada, de modo a que sejam criadas condições que permitam que a atribuição de habitações no Bairro Operário, à medida que forem concluídos os novos edifícios, se faça com transparência, obedecendo a um plano que requer o respeito pelas regras de ordem técnica.

O vice-presidente da edilidade apelou aos moradores para se organizarem, vigiarem e colaborarem com a Administração e órgãos responsáveis pela execução do projecto. "Esse apoio e ajuda tem de ser permanente, desde o cadastramento das casas e famílias até à conclusão de todo o processo para que efectivamente as pessoas que têm direito às casas não saiam prejudicadas, por qualquer manobra tendente a ludibriar os responsáveis", referiu Fiel "Didi".

A requalificação do Bairro Operário tem como marca melhorar as condições de habitabilidade, de segurança e de acessibilidade em benefício das famílias que ao longo de gerações viveram e permanecem no bairro, mediante condições especiais a estabelecer e que permitam o seu regresso às zonas de influência do projecto à medida que estiverem prontos os edifícios concebidos e construídos para esse fim, num método de "bola de neve". As outras famílias que não estão nessas condições vão ser também contempladas, mas em condições que serão objecto de regulamentação.

Com este método, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda acredita ir ao encontro das necessidades e possibilidades reais das famílias em matéria de habitação condigna e de consolidação jurídica do direito de propriedade e de posse do bem patrimonial habitacional, ao mesmo tempo que assegura a sustentabilidade operacional e financeira das operações de requalificação urbana. A sessão de ontem foi a primeira de outras que se vão seguir, destinadas ao esclarecimento sobre a reconversão do município. Alguns moradores consideraram insuficiente a informação prestada e por essa razão a Comissão Administrativa apelou a uma melhor coordenação de opiniões. Muitos dos moradores que estiveram na reunião moram na área do Ngola Kiluanje, mas o encontro de ontem era apenas destinado aos moradores do Bairro Operário.

O processo de requalificação do Bairro Operário tem uma duração prevista de cinco anos.

7.30 Sambizanga com melhor qualidade de vida

Jornal de Angola

27 De Agosto de 2015

Texto: Yara Simão

Centenas de famílias vão ser desalojadas do Sambizanga e transferidas para o Zango enquanto decorrerem as obras de requalificação do Distrito, com o fito de melhorar a qualidade de vida dos moradores. A declaração foi feita ontem pelo engenheiro Manuel Cruz, durante o encontro de esclarecimento sobre a reconversão do município.

Até agora, disse, foram entregues casas a 276 famílias. Prevê-se ao longo do ano de 2015 o desalojamento de 1.275 famílias originárias e 2.082 famílias não originárias, oriundas dos bairros Santo Rosa, Mota e Lixeira, para o arranque efectivo do programa.

Neste momento, já foram demolidos quatro grandes armazéns e igual número espera por demolição, no bairro da Dimuca, permitindo deste modo a abertura de espaço para a construção de oito edifícios com infra-estruturas integradas, dos 16 edifícios previstos para a primeira fase. No projecto em desenvolvimento, durante o período de 2015-2017, prevê-se para a primeira fase a construção das infra-estruturas e dos primeiros 16 edifícios, com 59 apartamentos, cada para albergar 944 famílias. A tipologia dos mesmos é de T-3 e comporta uma área útil de 141, 09 metros quadrados, com direito a parque de estacionamento.

O engenheiro Manuel Cruz, ao apresentar o programa executivo de requalificação do Sambizanga, informou que o projecto se enquadra geograficamente numa zona de expansão desregrada, com elevada densidade de construções precárias e degradadas, sem infra-estruturas ou equipamentos urbanos.

Os habitantes daquela área vivem privados das mínimas condições necessárias em termos de qualidade de vida familiar e saúde pública, sustentabilidade e parâmetros culturais e profissionais e o projecto vem para mudar essa realidade, fazendo do distrito urbano do Sambizanga um bom lugar para se viver. "Na Zona do Dimuca vão ser construídas infra-estruturas necessárias, desde as vias públicas, sistemas de drenagem, de telecomunicações e rede de

fornecimento de energia. Sobre a construção de equipamentos sociais que vão servir de apoio aos

municípios, o destaque recai para as unidades hospitalares e centros de apoio com serviços e escolas", garantiu o engenheiro.

A requalificação do distrito do Sambizanga tem como objectivo a criação de condições espaciais geradoras de um modo de vida moderno, funcional, harmonioso, ecológico e sustentável, o reordenamento, a reconversão e reabsorção urbana da área em questão, de forma a contribuir para a resolução de uma parte significativa dos problemas da cidade de Luanda, a melhoria da qualidade de vida das populações. O programa de requalificação tem ainda como grande objectivo a diversificação e o uso racional do espaço público.

7.31 Mais Famílias Serão Desalojadas no Sambizanga

Jornal Manchete

28 De Agosto de 2015

Centenas de famílias vão ser desalojadas do Sambizanga e transferidas para o Zango enquanto decorrerem as obras de requalificação do Distrito, com o fito de melhorar a qualidade de vida dos moradores. A declaração foi feita ontem pelo engenheiro Manuel Cruz, durante o encontro de esclarecimento sobre a reconversão do município.

Até agora, disse, foram entregues casas a 276 famílias. Prevê-se ao longo do ano de 2015 o desalojamento de 1.275 famílias originárias e 2.082 famílias não originárias, oriundas dos bairros Santo Rosa, Mota e Lixeira, para o arranque efectivo do programa. Neste momento, já foram demolidos quatro grandes armazéns e igual número espera por demolição, no bairro da Dimuca, permitindo deste modo a abertura de espaço para a construção de oito edifícios com infra-estruturas integradas, dos 16 edifícios previstos para a primeira fase. No projecto em desenvolvimento, durante o período de 2015-2017, prevê-se para a primeira fase a construção das infra-estruturas e dos primeiros 16 edifícios, com 59 apartamentos, cada para albergar 944 famílias. A tipologia dos mesmos é de T-3 e comporta uma área útil de 141, 09 metros quadrados, com direito a parque de estacionamento.

O engenheiro Manuel Cruz, ao apresentar o programa executivo de requalificação do Sambizanga,

informou que o projecto se enquadra geograficamente numa zona de expansão desregrada, com elevada densidade de construções precárias e degradadas, sem infra-estruturas ou equipamentos urbanos.

Os habitantes daquela área vivem privados das mínimas condições necessárias em termos de qualidade de vida familiar e saúde pública, sustentabilidade e parâmetros culturais e profissionais e o projecto vem para mudar essa realidade, fazendo do distrito urbano do Sambizanga um bom lugar para se viver.

"Na Zona do Dimuca vão ser construídas infra-estruturas necessárias, desde as vias públicas, sistemas de drenagem, de telecomunicações e rede de fornecimento de energia. Sobre a construção de equipamentos Sociais que vão servir de apoio aos municípios, o destaque recai para as unidades hospitalares e centros de apoio com serviços e escolas", garantiu o engenheiro.

A requalificação do distrito do Sambizanga tem como objectivo a criação de condições espaciais geradoras de um modo de vida moderno, funcional, harmonioso, ecológico e sustentável, o reordenamento, a reconversão e reabsorção urbana da área em questão, de forma a contribuir para a resolução de uma parte significativa dos problemas da cidade de Luanda, a melhoria da qualidade de vida das populações. O programa de requalificação tem ainda como grande objectivo a diversificação e o uso racional do espaço público.

7.32 Guerra de terras desemboca em caça às bruchas no Icolo e Bengo

Jornal Manchete

28 De Agosto de 2015

Texto: Francisco Cabila

Os responsáveis da Cooperativa Agrícola do Km 36, Zona 5, localizada na comuna do Bom Jesus, em Catete, dizem temer pelas suas vidas, alegadamente, por fazerem parte de uma lista de elementos, considerados pelas autoridades governamentais locais, como sendo altamente perigosos.

Segundo apurou o Manchete, tratam-se de nove camponeses que, devido à falta de segurança, tiveram que abandonar aquela zona agrícola e refugiaram-se em casa dos familiares, evitando a caça às bruxas.

De acordo com os mesmos, o mote da questão prende-se com o braço de ferro entre os camponeses e a empresa israelita, TAHAL, que pretende levar a cabo um projecto, nas terras por si ocupadas há muitos anos, que a partida estava ligado ao aproveitamento da Bacia Hidrográfica da Kimia. Consta que, várias foram as tentativas de negociações entre as partes, envolvendo a administração municipal do Icolo e Bengo, tendo as mesmas resultado em fracasso, supostamente, porque os agricultores desejam que lhes seja feita uma indemnização justa, enquanto as autoridades governamentais locais e a TAHAL falam em apenas 25 mil kwanzas para cada membro da respectiva cooperativa. "Nós estamos dispostos a deixar as terras, desde que nos seja feita uma indemnização justa, de contrário, continuaremos a lutar para que os nossos direitos sejam respeitados", disseram os lesados, visivelmente desiludidos com o cenário, de terror, que nos últimos dias paira naquela parcela da capital do país.

Ainda de acordo com as fontes deste jornal, a comunidade agrícola naquela zona ficou a saber, recentemente, da existência da lista onde constam os nomes dos nove camponeses considerados altamente perigosos, através de um oficial das Forças Armadas Angolanas (FAA), pertencente a Guarnição Militar de Luanda, identificado como tenente-coronel Guinamau. "Na ocasião, o oficial, para além de outros militares e agentes da polícia, fazia-se acompanhar do comandante da Esquadra da Polícia que foi erguida nas instalações da TAHAL, Sr. Pascoal, mais conhecido por "Vavá" e dirigiu-se a um dos responsáveis da cooperativa de camponeses e disse-lhe que o projecto está parado há dois anos e o projecto tem que andar «tenho informações de que o senhor é o grande agitador e temos uma lista de nove elementos que são agitadores e altamente perigosos», depois de lhe detalharmos o que estava a acontecer, na realidade, o tenente-coronel disse que não estava ao corrente do assunto", contaram os camponeses, acrescentando que, na altura em que o tenente-coronel Guinamau era informado apareceram os advogados dos mesmos que exigiram do oficial superior para apresentar a documentação da empresa TAHAL, respeitante a titularidade das terras. "Incapaz de satisfazer a exigência dos advogados, o oficial disse que tinha outras tarefas muito que fazer - e que o assunto se resolveria no dia seguinte", contaram as fontes.

O relatório que nunca chegou

Os camponeses lembraram à nossa reportagem, que antes da intervenção do tenente-coronel Guinamau, se deslocaram para aquela zona três tenentes-coronéis, alegadamente, pertencentes a Guarnição

Militar de Luanda, tendo mantido uma reunião com os agricultores, na qual afirmaram que a direcção da TAHAL reclama que os mesmos não querem deixar as terras. "Nós explicamos-lhes que estamos aqui há muitos anos e, como acima dissemos, o que pretendemos é uma indemnização justa e que a ideia da criação da cooperativa, a nível nacional, é do Presidente da República, José Eduardo dos Santos", disseram, sublinhado que, postas assim as coisas, os oficiais em causa disseram que iriam elaborar um relatório que deveria ser apresentado ao general Wala, Comandante da Região Militar Luanda, para depois se estabelecerem outros contactos, o que não aconteceu até agora.

Assaltos a mão armada

As coisas estão a ficar feias e, segundo os nossos interlocutores, o pior ainda não aconteceu porque só Deus sabe. Segundo contaram, os assaltos à mão armada tomou corpo naquela zona, dia 31 de Julho último, tendo os mesmos sido direccionados nas residências dos elementos constantes da lista dos nove, considerados altamente perigosos.

Tal como contaram as vítimas, tudo aconteceu, depois de a zona ter sido "visitada" por uma coluna de viaturas das FAA e da Polícia Nacional, da qual fizeram parte altas patentes destes dois organismos. "Depois deles se terem ido embora, às 20 horas começaram os assaltos. Os meliantes dirigiram-se à casa do Sr. Rendeiro onde depois de baterem insistentemente a porta, sem sucesso, fizeram disparos de armas de fogo na porta e nas janelas, tendo de seguida se dirigido para a garagem onde vandalizaram a sua viatura com tiros." Ainda de acordo com as fontes, antes desta acção, os amigos do alheio, fardados com uniforme das FAA e munidos de armas do tipo AKM, novo em folha, protagonizaram acção semelhante na residência do senhor Chuva, que também faz parte da lista negra das autoridades. "Não tendo encontrado o proprietário da residência, bateram na mulher, que se encontra em estado de gestação, correndo o risco de perder o bebé, de acordo com a observação médica feita depois da agressão", disseram, sublinhando que os homens que fazem biscates nas lavras dos elementos do grupo dos nove, também não foram poupados, tendo sido agredidos e recebidos os bens materiais e monetários. "A situação está grave, sob o olhar das autoridades, que vão contra o povo inocente", revelaram.

Prisões arbitrárias

Outras situações que estão a preocupar os camponeses, são as agressões físicas e verbais, bem

como as prisões arbitrárias de que são alvo, frequentemente.

Segundo apurou o Manchete, um dos elementos pertencentes a cooperativa de camponeses, identificado por Vicente, foi preso e barbaramente espancado, alegadamente, por pertencer ao grupo dos nove.

Um agente da Polícia de Trânsito, também foi preso no local, por elementos das FAA, por ir em defesa da sua mãe, camponesa pertencente a cooperativa, tendo sido acusado de agitador. Este jornal apurou, igualmente, que recentemente, o motorista de um brigadeiro das FAA que para lá se deslocou para levar a filha do referido oficial general, no sentido de apurar os danos feitos na sua lavra, também foi preso e só libertado horas depois dos populares implorarem pela sua liberdade.

Os traidores

Ao que tudo indica, com a caça às bruxas, que se verifica de algum tempo há esta parte naquela zona, adicionada ao trabalho das máquinas pertencentes a empresa TAHAL, que está a jogar abaixo todos os bens cultivados pelos camponeses, uma solução pacífica está distante de ser realidade. Para a concretização dos seus intentos, a TAHALL é acusada de ter subornado alguns membros da cooperativa, a troco de míseros dólares americanos. Entre estes, que passaram para o outro lado, constam nomes como os da Dona Belita, Domingos André, Adão e Mingo. "Enquanto as máquinas destroem os nossos haveres, alguns destes elementos ficam disfarçados nos carros da Polícia, indicando os limites das lavras daqueles que são considerados altamente perigosos", denunciaram, acrescentando que as lavras são destruídas na presença dos proprietários, com insultos à mistura a ver se os mesmos se revoltam.

"Não somos Kalupetekas"

Apesar de estarem com os corações dilacerados, os camponeses afectados pelas máquinas da TAHALL, disseram que apesar dos estragos e insultos, estão sensibilizados a não irem contra as autoridades para evitarem aproveitamento destas, que os querem conectar como pertencentes a um grupo rebelde. "Nós estamos a assistir, impávidos, tudo aquilo que produzimos com muito sacrifício e apesar das condições que possuímos para nos rebelarmos, preferimos o diálogo, porque nos querem conotar com o Kalupeteka", lamentaram.

Ordens superiores

Os nossos interlocutores revelaram, por outro lado, terem mantido, recentemente, um encontro com o

coronel França, da Região Militar de Luanda, tendo este dito que recebeu ordens superiores para orientar os camponeses a deixarem as terras para o projecto avançar. «Sabemos que lá é onde sai o vosso ganha-pão, mas, não podemos fazer nada...», terá dito o oficial superior, fazendo fé nas declarações das nossas fontes.

"Voltamos reafirmar, que nós nunca nos opusemos em abandonar as terras, o que pretendemos é uma indemnização justa", pontualizaram, acrescentando que "É aqui onde está o nosso futuro, o garante da nossa velhice, o que fazemos com 25 mil kwanzas?"

Falcone

Comenta-se à boca pequena que uma das figuras influentes que terá impressões digitais nas actividades da TAHAL, naquelas terras é o empresário Pierre Falcone, razão porque as autoridades angolanas viraram costas aos camponeses, saindo em defesa dos seus "invasores"

De realçar que, Pierre Falcone (nascido a 19 de Março de 1954 em Argel) é um empresário francês, Presidente do Pierson Capital Group, com actividade em desenvolvimento imobiliário, infra-estruturas de transporte e serviços petrolíferos em África, na América Latina e na China.

Origens, estudos, família. Pierre Falcone é filho de Pierre Sr Falcone, um empresário francês que criou a Papa Falcone, uma empresa totalmente integrada na indústria de peixe na Argélia. Tendo nascido na Argélia, Pierre Falcone e os seus pais foram viver para França quando ele tinha oito anos de idade. Os pais saíram da Argélia juntamente com outros cidadãos franceses quando o país optou pela independência, em 1962. Pierre Falcone estudou Direito e Economia na Universidade de Aix-en-Provence (França), entre 1973 e 1975.

Quando chegou ao Brasil, em 1977, com 23 anos, Pierre Falcone rapidamente iniciou a sua actividade comercial em produtos agrícolas. Ao longo dos anos seguintes, desenvolveu uma vasta carteira de clientes e parceiros por toda a América do Sul, o que o levou constituir-se como representante de várias empresas francesas e chinesas em países como o Brasil ou o México.

China. Pierre Falcone viajou para a China em 1988, onde viria mais tarde a instalar a sede da sua empresa Pierson Capital Ásia. Iniciou as suas operações com a China em serviços de consultoria para empresas europeias líderes que procuraram estabelecer-se na China. Negociou a primeira licença de seguro concedida pela China a uma companhia ocidental, a

gigante francesa AXA, bem como a intervenção da Aerospatiale na construção do primeiro satélite de comunicações chinês. África. Pierre Falcone tem participado em vários projectos de grande envergadura em todo o continente. Em 1993, o governo de Angola estava envolvido no conflito armado contra a UNITA, na época considerada, pelas Nações Unidas, uma organização terrorista. Pierre Falcone conseguiu negociar o financiamento do governo angolano, que foi alcançado através da futura produção de petróleo de Angola. A intervenção de Pierre Falcone contribuiu para impedir a queda do governo de Angola.

7.33 Moradores do BO abandonam reunião de esclarecimento

Jornal O País

28 De Agosto de 2015

As vendedoras dos moradores que protestavam com murmúrios e gestos enquanto saíam, deveu-se ao facto das explicações que estavam a ser fornecidas pelos técnicos do Ministério do Urbanismo e Habitação e os responsáveis do CACL não corresponderem aos propósitos que os levou à reunião.

As reclamações foram justificadas pelo facto de a requalificação não estar a obedecer o critério de bola de neve anunciado no Início do processo pelos responsáveis do distrito de Sambizanga e da comuna do BO. Segundo os moradores, havia a promessa da permanência de todos residentes no bairro a medida que a requalificação seguisse.

"Estamos a ir embora porque não é para isso que fomos aqui chamados. As pessoas estão a ser mandadas para o Zango sem explicação, enquanto que há pessoas de fora a viverem no prédio. É necessário meter os mais velhos sentados e explicar devidamente antes de partirem as casas, porque os mais velhos querem morrer no bairro que os viu nascer", disse Virgílio Baptista de 53 anos.

Os descontentes de diferentes faixas etárias entre anciãs e jovens esperavam ver esclarecidas as modalidades de ocupação dos apartamentos do edifício Anangola erguido para os acolher, com a alegação de estar a haver infiltração de pessoas que nunca residiram no BO.

O abandono da sala, em bloco, aconteceu em duas ocasiões, ocorrendo a primeira em vésperas da

apresentação teatral de um grupo convidado para animar a cerimónia, que na circunstância exibiu uma peça cuja mensagem não agradou os moradores, por suposta referência de que a urbanização do Zango apresentava melhores condições de habitabilidade em relação ao BO.

Já na segunda ocasião, a meio do encontro aconteceu quando o vice presidente do CACL, António Fiel 'Didi' elucidava sobre as vantagens da requalificação do bairro.

Mas enquanto decorria o evento pequenos grupos iam saindo aos poucos, sendo que no final estavam presentes na sala menos de 500 moradores, dos mais de mil que lotaram o Cine São Paulo, alguns residentes em outras partes do Sambizanga, ávidos de se informarem sobre o processo em curso neste distrito.

Nos últimos meses têm sido recorrente as queixas por parte dos moradores que dizem que as famílias estão a ser retiradas das suas residências mediante força policial sem qualquer tipo de negociação.

Aliás, em Fevereiro, os moradores remeteram um processo ao tribunal provincial de Luanda solicitando a suspensão de eficácia do acto administrativo' mas o referido tribunal indeferiu a providência cautelar, considerando-o de inexistente.

Importa referir que parte dos moradores que se deslocou ao Cine São Paulo encontram -se já a residir no Zango.

" Neste momento estamos no Zango cerca de 200 moradores, mas não é isso que nos foi prometido", disse Vítor Dinis que deixou o bairro em Março depois de 39 anos de vivência.

Transparência no processo

De modos a criar transparência no processo, os moradores insistem que se faça uma auditoria no edifício para se apurar as alegadas irregularidades verificadas na atribuição dos apartamentos com a elaboração de um edital onde deve constar os nomes de todos os moradores contemplados com os apartamentos, cujo resultado, sugerem, deve ser publicado no jornal de Angola.

É que, segundo o presidente da Comissão Ad-hoc, Carlos Garrido, durante uma reunião cem Maio do corrente ano, o presidente da Comissão Administrativa de Luanda José Tavares, terá informado que a empreiteira chinesa que constrói o referido prédio nãofoi paga na totalidade, por esta razão, era necessário vender parte dos apartamentos para liquidar a dívida com a empresa.

Dos 150 apartamentos do edifício Anangola, foram entregues aos moradores do BO até à presente data 82, segundo ainda Carlos Garrido, contrariando as informações prestadas pelos responsáveis da CACL durante a sessão de esclarecimento segundo as quais foram já entregues 100 apartamentos.

"No Bairro Operário nós nos co-nhecemos todos e sabemos quem são os moradores que estão no prédio e outros que lá estão indevidamente mesmo não fazendo parte do perímetro de requalificação".

Entretanto, António Fiel 'Didi' esclareceu que todo processo de requalificação é complexo, surgindo sempre pessoas oportunistas e desonestas que acabam por deturpar os objectivos que se pretendem alcançar.

Apesar das contestações, Fiel Didi disse que em parte alguma do mundo quatro a cinco famílias vivendo na mesma casa são realojadas todas em apartamentos, acrescentando que se deu uma impressão negativa ao Zango.

"O Zango é hoje um bairro bom para se viver, já foi dilicil quando tiramos as pessoas da encosta da Boavista e reassentamo-las em tendas. Hoje já não acontece isso porque todos têm direito a uma casa", disse.

7.34 Administradora garante entrega de lotes de terrenos

Jornal Grandes Noticias
28 De Agosto de 2015

A responsável assegurou que os trabalhos de desmatção e loteamento decorrem a bom ritmo devendo a entrega acontecer nos próximos dias.

Paralelamente aos trabalhos de loteamento em curso na via que do acesso a comuna do Luvu, a administradora informou que decorre também o processo de preparação dos documentos a serem atribuídos as famílias beneficiárias. "Os nossos técnicos já estão a preparar todos os documentos necessários para a obtenção de um terreno. E um projecto de auto-construção dirigida, portanto os beneficiários serão contemplados com um projecto de construção que abarca um talão de ocupação, croqui de localização e a respectiva plantas, esclareceu. De acordo com a administradora, os beneficiários num total de 200 famílias, passaram por um processo de triagem, visto que o primeiro levantamento feito apontava para mais de três mil famílias residentes aparentemente em zonas de risco.

"Estamos a refinar as nossas estatísticas, pois nem todos que foram cadastrados residem efectivamente em zonas de risco: sublinhou.

7.35 Autoridades e população longe de consenso

Jornal A Capital

29 De Agosto de 2015

Texto: Osvaldo de Nascimento

O evento surgiu em cumprimento da orientação do Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, aquando da última visita campo as obras de requalificação do Sambizanga. O chefe do Executivo aconselhou na ocasião os responsáveis locais no sentido de informarem população sobre os projectos em curso, seus benefícios e colherem opiniões sobre como podem ajudar na melhoria dos seus bairros.

Presidida pelo vice-presidente da comissão Administrativa de Luanda, acompanhado pela administradora Distrito Urbano do Sambizanga, do assessor do presidente da Comissão e um representante do Ministério da construção, a reunião desta terça-feira juntou uma grande multidão na sala do cine São Paulo ávida de auscultar os esclarecimentos que se impõem.

Entretanto, a ansiedade acabou por durar pouco tempo quando apareceu abordagem a palavra Zango. "Zango sim" e "Zango não", pelo menos, e a tónica que mantém afastados os moradores do B.O e a Administração. Por falta de informação ou não, certo que poucos minutos depois do arranque da sessão, quando o assessor de José Tavares, Manuel Cruz, apresentava aspectos técnicos do projecto de requalificação a sala ficou praticamente vazia.

Com os ânimos alterados, os moradores vindos de vários pontos do Sambizanga, acusavam a organização de estar mais preocupada com os morado do Bairro Operário em detrimento dos outros.

"Queremos saber quando e que vão partir as nossas casas. Se o objectivo e todo o Sambizanga, não se podem apegar apenas a uma zona", reagiu um munícipe morador do bairro da Dimuca, onde, segundo ele, boa parte das casas já foram demolidas.

" Nunca vimos a administradora interessar-se em conversar com a população do nosso bairro. Estão a mandar-nos todos para o Zango, quando as obras no bairro da arcorUjatern1ll1ararn,e ninguém vive lá", observou ainda. "Eu nasci e cresci no Sambizanga. E não podem chegar e mandar as pessoa para onde

quiserem, numa altura (que temos centenas de casas feitas, mas desabitadas", explicou Daniel Paulo. Adilson Alfredo João, um dos elementos que abandonou a sala, defende que problema dos moradores não é grande.

"É simples. Eles estão a demolir a nossas casas. Isso, o que queremos saber é onde nos vão colocar. Não queremos muita política", disse. Moradora do Morro dos Bois, na Beavista, Cecília Adão, considerou que o processo de requalificação devia incidir mais nas pessoas que habitam em zona de risco.

"No Morro dos Bois sempre que chove morre alguém. Preferi abandonar depois que me de conta que as imagens apresentadas não inclui também a nossa zona. Só estão a falar do Miramar do Bairro Operário..." Explicou.

Com quase metade de pessoal ainda na sala a espera de explicações, predominantemente moradores do B.O, a reunião continuou até a sessão de perguntas e respostas. Entre várias questões, os populares questionaram os métodos que será usados na segunda fase do projecto e pediram que se envolvam psicólogos e sociólogos, Houve quem lembrou que no tempo colonial, o mesmo processo aconteceu no bairro Cassequel, contudo com mais humanismo.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Elisal

Jornal de Angola
07 De Agosto de 2015

As fraquezas na recolha de lixo na capital continuam a ser uma realidade. A Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda (Elisal) pouco ou nada está a conseguir fazer. Cada vez mais existem amontoados de resíduos sólidos aqui e acolá, dando a entender que há muito a mesma perdeu o controlo da situação. Por exemplo, na comuna do Futungo 11, mesmo nas 'barbas' do Centro de Conferências de Belas (CCB), o lixo está ali há vários dias na rua ao lado, e a capacidade da operadora indigitada para esta área não se faz sentir.

Até quando, senhores?

8.2 Montanhas de lixo continuam em Luanda

Novo Jornal
07 De Agosto de 2015
Texto: António Paulo

CERCA DE UMA semana depois do tão anunciado arranque do novo modelo de recolha do lixo pelo governador de Luanda, as ruas da cidade capital continuam a apresentar-se repletas de resíduos sólidos e mal cheirosas, para desespero dos cidadãos que se vêem obrigados a conviver ainda por mais algum tempo com os amontoados de lixo que passaram já a fazer parte do desenho urbanístico da cidade.

O cenário é visível por quase toda a capital, com particular realce para as zonas periféricas, onde o amontoado de lixo chegou mesmo a fechar ruas. Cazenga, Viana, Cacuaco, Belas, Sambizanga, Kilamba-Kiáxi e centralidades têm todas as lixeiras como seu principal "cartão postal".

Os munícipes destas áreas questionam-se para quando o arranque definitivo da recolha de lixo, uma vez que Graciano Domingos garantiu que a recolha massiva dos detritos teria início no sábado passado. "Disseram que já estava tudo preparado. A operação levou quatro meses para ser montada. O que falta afinal?", questionaram-se populares ouvidos ontem pelo Novo Jornal.

O novo modelo de recolha que ainda não apresenta nenhuma visibilidade, de acordo com a opinião dos moradores, e apurado por este semanário nos diversos pontos da cidade, está orçado em cerca de 60 mil milhões de kwanzas para os próximos seis meses.

Caracterizado como sendo um modelo de recolha de lixo urbano e municipalizado com a participação efectiva da população, o novo modelo confere poderes directos aos administradores no que toca à contratação de empresas parceiras.

Graciano Domingos garantiu a semana passada que o orçamento para a operação também já foi aprovado, cabendo ao Ministério das Finanças proceder à transferência dos recursos alocados às administrações municipais. Explicou que o critério de repartição do orçamento define por cada município 20 por cento para as micro-empresas, 25% para as empresas de pré-recolha e 55% para as operadoras principais.

No processo, ainda de acordo com o governador, foram apuradas operadoras principais para os municípios de Cacuaco e Viana, ficando, entretanto, a Elisal como operadora para o município de Luanda, Cazenga e Belas em virtude do não apuramento de nenhum vencedor do concurso realizado.

A Elisal continuará a assumir o papel de gestora do sistema provincial de limpeza pública, coordenando as funções de gestão do aterro sanitário, que é uma infra-estrutura comum ao sistema de limpeza pública na Província, bem como assumirá a responsabilidade pelos postos e estações de transferência e dos lixos perigosos.

Graciano Domingos chamou igualmente a atenção das administrações municipais e centralidades para o reforço e a melhoria dos serviços de fiscalização, bem como para a obrigatoriedade do diálogo com os moradores e suas comissões.

E ainda a punição dos que colocam em risco o saneamento do meio.

Para o governante, o sucesso do programa depende do compromisso da população e não dos recursos financeiros disponíveis. "Desejo a todos os que ficarem envolvidos nesse modelo coragem e criatividade na sua implementação, que quanto a nós constitui a via acertada para uma Luanda limpa, não pelos recursos financeiros disponíveis, mas pelo compromisso da sua população com o asseio e a higiene", disse.

Por fim, o governador apelou aos municípios a, rapidamente, diferenciar o lixo doméstico do lixo das actividades comerciais que, segundo o responsável,

implicará a participação nos encargos financeiros. "É assim que, se toda a sociedade luandense se mobilizar, poderemos ter a cidade de Luanda agradável e melhorada" r perspectivou.

Pouco dinheiro para muito trabalho

O anúncio do arranque do novo modelo de recolha foi lançado num encontro do Governo da Província de Luanda em que participaram os administradores municipais, os presidentes das centralidades e o director geral da Elisal.

Graciano Domingos exortou os seus colaboradores a cumprirem as responsabilidades organizativas que o modelo de limpeza urbana e municipal exige. No entanto, alguns responsáveis municipais consideraram de "ínfimos" os valores para o combate ao lixo, alocados às suas jurisdições. Mas prometeram tudo fazer para a melhoria da imagem da cidade capital.

O administrador do Cazenga, Victor Nataniel Narciso, disse, na ocasião, que a verba destinada ao seu município é "uma gota num oceano". " Temos um orçamento de 325 milhões de kwanzas para os seis meses. O que perfaz cerca 40 milhões de kwanzas mensais para distribuímos aos nossos parceiros desde as operadoras, as micro-operadoras, e as operadoras de pré-recolha. Portanto, acho que o montante não é suficiente", reclamou Tany Narciso.

No município de Luanda as verbas também não chegam, segundo o vice-presidente da Comissão Administrativa, António Fiel Didi, que apesar da situação, pediu a colaboração dos seus munícipes. "O nosso trabalho tem como base a inserção da população no programa e esperamos que tudo corra bem. Esta é uma tarefa de todos os munícipes e esperamos que se engajem. De resto, as empresas estão todas preparadas para o projecto. A verba disponibilizada não é suficiente, mas é com ela que vamos trabalhar", disse Fiel Didi.

Já o administrador do município de Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, preferiu evitar comentários sobre o montante para a operação de limpeza atribuída à sua localidade. Afirmou apenas que as duas empresas que farão a limpeza do município estão conscientes dos "ganhos e perdas".

Por seu turno, o director da Elisal, John Júnior, reconheceu que a empreitada "não será fácil" para a sua empresa, a julgar pela responsabilidade da companhia no processo.

Porém, mostrou-se optimista no sucesso da nova aposta de recolha de lixo do Governo de Luanda. "Somos a gestora principal do sistema de limpeza e,

para além disso, vamos também recolher o lixo ali onde não há operadoras. Vamos limpar os municípios de Luanda e Belas com uma verba estimada em cerca de dez milhões de kwanzas. Uma parte deste montante é para a Elisal e a outra é para o sistema operativo. Portanto, vamos trabalhar com aquilo que temos", finalizou.

8.3 Preço da electricidade deverá subir 10% a 15%

Jornal Expansão

14 De Agosto de 2015

Texto: Osvaldo Manuel

O preço da electricidade deverá subir 10% a 15%, com a revisão do modelo tarifário a realizar no âmbito da liberalização do sector eléctrico, revelou o PCA do regulador. Em declarações ao Expansão à margem da assinatura de protocolos entre o Instituto Regulador do Sector Eléctrico (IRSE) e empresas energéticas, no final da semana passada, Luís da Silva explicou que o Estado quer baixar custos com subvenções ao preço da energia, que ascendem a cerca de 48 mil milhões Kz.

Neste momento, afirmou, "o consumidor final tem a protecção do Estado", por via das subvenções públicas, que cobrem a diferença entre o preço de venda e os custos associados à produção, transporte e distribuição de electricidade. Com o aumento do preço, "o dinheiro adicional pago pelos consumidores vai permitir às firmas suportarem os seus custos", ficando a actual subvenção destinada apenas a famílias de baixa renda. O objectivo, disse Luís da Silva, é 'cortar' os encargos com a subvenção em cerca de 50%.

De acordo com o presidente do IRSE, o preço médio da energia eléctrica ronda os 15 Kz/kWh (quilowatt-hora), mas o consumidor final doméstico apenas paga 3,4 Kz/kWh, sendo o resto suportado pelo Estado. Já no caso dos clientes com corrente trifásica - estabelecimentos de comércio e serviços, o cliente paga, actualmente, 4,4 Kz.

O modelo final não está ainda 'fechado', mas é provável que apenas as famílias de menores rendimentos tenham direito aos actuais apoios, afirma Luís da Silva. "Não é certo as subvenções continuarem a beneficiar as pessoas com mais possibilidades económicas e financeiras", adianta, aludindo às chamadas classes média e alta.

O responsável explicou que o preço comercial que é praticado entre as empresas de produção, transporte e distribuição é livre.

O Estado apenas fixa o preço ao consumidor final, diz o dirigente do IRSE. "Os preços entre as empresas do sector são definidos com base em cálculos que determinam o custo de produção, de transporte e distribuição" em função "dos custos operacionais e investimentos feitos pelas empresas com recursos próprios", disse.

RNT é o 'comprador único'

Luís da Silva acrescentou que existe apenas um valor definido entre a Rede Nacional de Transporte (RNT) e a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) que ronda cerca de 7,96 Kz/kWh, que permite "alguma sustentabilidade financeira".

No novo modelo do sector eléctrico, a RNT passa a ser o chamado 'comprador único' - adquire energia aos diversos produtores do sistema, públicos e privados, e revende às empresas de distribuição.

A liberalização, que está prevista na nova Lei do Sector Eléctrico (ver Expansão de 31 de Julho passado) visa promover a entrada de operadores privados quer na área da produção, quer na da distribuição de energia, à semelhança do que tem vindo a ocorrer noutros países, nos últimos anos.

Luís da Silva acredita que a abertura do sector à iniciativa privada vai contribuir para pôr termo às restrições que existem ao nível da produção e distribuição, sobretudo.

"Temos tido constrangimentos pelo facto de haver muita procura e pouca oferta. Quando isso existe, estamos diante de um défice energético", explicou, lembrando que já existem operadores privados na distribuição e produção.

Privados já operam

A Hidrochicapa, por exemplo, que opera na província da Lunda Sul, tem uma capacidade instalada de 16 megawatts (MW), enquanto a Canazul funciona na distribuição de electricidade das barragens das Mabubas e Lomaum, nas províncias do Bengo e Benguela, respectivamente. Existe, ainda, a Biocom, no Cacuso, Malanje, que produz energia baseada na queima de cana-de-açúcar.

Também os investimentos que o Estado está a fazer na produção vão servir para aumentar a oferta, sublinhou Luís da Silva. "Em 2017, pensamos ter uma oferta superior à demanda, e os reajustes dos tarifários vão permitir a redução dos subsídios", disse.

A redução ou eliminação gradual das subvenções ao preço da energia, recorde-se, foi recomendada por

uma comissão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) que visitou Luanda em Novembro. A redução da subvenção aos preços dos combustíveis tem vindo a ocorrer, causando aumentos dos custos suportados pelos combustíveis.

Entretanto, o IRSE, a ENDE (distribuição) e a PRODEL (produção) assinaram protocolos no quadro da reorganização do sector, nomeadamente contratos de aquisição de energia, de comércio e de acesso às redes, no âmbito dos regulamentos do sector, nomeadamente sobre relações comerciais e qualidade de serviço.

"Os contratos não têm funcionalidade prática, mas podemos afirmar que são instrumentos jurídicos que estabelecem direitos e deveres por parte das empresas, que devem ser respeitados por cada um dos agentes, sobretudo pelo produtor, transportador e distribuidor", referiu, acrescentando que um dos aspectos de maior relevância é o estabelecimento da tarifa "que deve vigorar no período de venda da energia eléctrica entre a RNT, a PRODEL e os distribuidores públicos e privados".

O documento sobre qualidade do serviço visa definir regras de medição confiáveis para os factores de qualidade, assim como tornar a informação acessível, proteger os clientes e testar mecanismos de qualidade.

8.4 Sector eléctrico não tem luz para 17 milhões de angolanos

Semanário Angolense

14 De Agosto de 2015

Dados do seminário de avaliação de relatório de análises das lacunas do sector energético, no âmbito da iniciativa de energias sustentáveis para todos, fez saber que só 30% da população de Angola tem luz eléctrica em casa. O investimento no ramo da energia está avaliado em 23,6 biliões de dólares a serem aplicados entre 2013-2017.

Na apresentação do relatório sobre a avaliação das insuficiências do sector eléctrico em Angola, feita em Luanda, na quarta-feira passada (12), pelo consultor do ramo, Miguel Barreto, «descobriu-se» que mais de 17 milhões de angolanos ainda não têm acesso a luz eléctrica. Isto é praticamente toda a população do país sem contar com Luanda.

Consultor para o sector eléctrico, Miguel Barreto é quem deu a conhecer que 30% da população

angolana tem acesso à electricidade, percentual correspondente a 24 milhões e 290 mil pessoas, de acordo

com o censo habitacional recentemente feito em Angola que registou 24 milhões e 300 mil habitantes em todo o território nacional.

Entretanto, segundo o apresentador do relatório, as perdas no país em termos de energia ultrapassam os 40%. Ao referir-se aos recursos energéticos utilizados no país, o consultor apontou a lenha, o carvão vegetal, as hídricas, as energias renováveis e o petróleo (a grande representante da economia, com cerca de nove bilhões de barris de reserva, equivalentes a cerca de 15 anos de produção).

No sector eléctrico o país registou um forte crescimento do consumo de energia ao longo dos últimos anos, um aumento da capacidade de produção disponível e extensão das redes de distribuição ao mesmo tempo que existem fortes perspectivas de crescimento até ao ano 2025.

No que toca a Energia e Desenvolvimento Económico foi informado que os subsídios dos combustíveis em Angola representavam até ao ano 2014 cerca de 3,7 por cento.

Relativamente à economia do sector, entre 2012/2013 as receitas aumentaram de 14 mil milhões de Kwanzas para 26 mil milhões de kwanzas.

Por seu turno, a funcionária do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/Angola), Amaya Olivares, ao referir-se a iniciativa Energia Sustentável disse que a nível mundial 1,3 bilhões de pessoas não têm acesso à electricidade e 2,6 bilhões nos países em desenvolvimento dependem da biomassa, enquanto em outras partes do mundo quando há energia milhões de pessoas não têm capacidade financeira para aceder a mesma.

As Nações Unidas declararam em 2012 a década 2013/2023 como sendo a de Energia Sustentável para todos. As metas indicam que até 2030 deve haver acesso à energia para todos, a duplicação da quota de energias renováveis e da taxa global de eficiência energética.

Na abertura do encontro, o secretário de Estado dos Petróleos, Aníbal Silva, sublinhou que a visão de Angola centra-se em criar um sistema energético que satisfaça a procura nacional de energia de maneira segura, oportuna, sustentável e eficiente, que se apoie na planificação, investigação e inovação contínua.

Para este efeito, o governo está a implementar, nos últimos anos, uma série de projectos a média prazo

de grande escala para o alcance dos objectivos. (ANGOP)

O relatório sobre Avaliação das insuficiências do sector eléctrico em Angola foi apresentado no seminário de validação do relatório de análises das lacunas do sector energético, no âmbito da iniciativa de energia sustentável para todos.

A procura por energia eléctrica no país vai diminuir nos próximos tempos com a recuperação e reabilitação das barragens. Enquanto acontece a construção e recuperação das infra-estruturas hidroeléctricas, o Ministério da Energia e Águas (MINEA) está a mitigar os efeitos energéticos com a montagem de centrais térmicas.

Os investimentos estão inseridos na «Estratégia Angola 2025» de desenvolvimento de longo prazo, na qual se insere o plano de acção do sector da energia e águas 2013/2017 que preconiza os objectivos claros para o desenvolvimento humano.

8.5 Um terço dos angolanos tem electricidade

Jornal de Angola
14 De Agosto de 2015

Trinta por cento da população angolana tem acesso à electricidade e o desperdício atinge 40 por cento da energia produzida, declara um Relatório de Avaliação das Insuficiências do Sector Eléctrico apresentado quarta-feira em Luanda pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

O documento foi apresentado pelo consultor de energia do BAD Miguel Barreto num seminário de validação do relatório de análise das lacunas do sector energético realizado quarta-feira, no âmbito da iniciativa de energia sustentável para todos.

O relatório aponta como opções estratégicas mais viáveis para Angola a adopção prioritária da energia hídrica e o envolvimento do capital privado da cadeia de produção e fornecimento de electricidade.

A matriz angolana de consumo energético é constituída pela lenha, carvão vegetal, fontes hídricas, energias renováveis e o petróleo, que lidera a lista dos recursos mais utilizados no país e representa nove mil milhões de barris em reservas conhecidas, o equivalente a 15 anos de produção.

O documento indica que a evolução do sector é caracterizada por um forte crescimento do consumo de energia ao longo dos últimos anos, um aumento da capacidade de produção e extensão das redes de distribuição, ao mesmo tempo que existem fortes perspectivas de crescimento até 2025.

As receitas aumentaram de 14 mil milhões de kwanzas para 26 mil milhões entre 2012 e 2013. Números da evolução do sector no mundo, apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indicam que 1,3 mil milhões de pessoas não têm acesso à electricidade e 2,6 mil milhões de pessoas nos países em desenvolvimento dependem da biomassa para produzir energia. Em muitas partes do mundo, quando há energia, milhões de pessoas não têm capacidade financeira para pagar.

As Nações Unidas declararam, em 2012, a década 2013-2023 como a da Energia Sustentável para Todos. As metas propõem que até 2030 deve haver acesso à energia para todos e a duplicação da quota produção de energias renováveis.

Na abertura do encontro, o secretário de Estado dos Petróleos, Aníbal Silva, disse que a visão de Angola centra-se em criar um sistema energético que satisfaça a procura nacional "de maneira segura, oportuna, sustentável e eficiente e que se apoie na planificação, investigação e inovação contínua". O Executivo está a uma série de projectos a médio prazo e de grande escala para o alcance dos objectivos, declarou o secretário de Estado dos Petróleos.

8.6 Ambientalistas satisfeitos com novo modelo de recolha

Jornal de Angola
17 De Agosto de 2015

O novo modelo de limpeza e recolha de lixo urbano em Luanda, que entrou em vigor no primeiro dia deste mês, recebeu, ontem, a concordância da Juventude Ecológica de Angola.

A posição da instituição de preservação do meio ambiente foi manifestada pelo seu presidente, José da Silva, para quem o novo modelo vai melhorar a imagem da capital do país.

José da Silva disse concordar com o novo modelo por ele isentar, numa primeira fase, o pagamento pela população e outros produtores de lixo, como as superfícies comerciais, de quaisquer taxas pela produção de resíduos sólidos urbanos como forma de sensibilizar a população sobre a obrigação de

pagar pelo lixo que produz.

"E altura de o Governo Provincial de Luanda fazer maior contenção de despesas, daí que os produtores de resíduos sólidos devem participar", declarou o ambientalista, que insistiu ser necessário que se diga à população: "As nossas acções, boas ou más, têm as suas repercussões, além de que todos nós temos deveres e obrigações". No que toca ao saneamento Angola começa a dar passos significativos, um dos quais é a separação dos tipos de resíduos sólidos, urbanos e industriais, uma forma correcta de protecção do ambiente e de rentabilização do próprio lixo, argumentou José da Silva.

"É necessário desfazer o mito de que é impossível acabar com o lixo na província de Luanda", defendeu o presidente da Juventude Ecológica de Angola, José da Silva, que insistiu na necessidade de reaproveitar o lixo.

O sector dos resíduos pode servir de uma grande indústria que pode gerar empregos e contribuir para o Orçamento Geral do Estado, concluiu José da Silva.

8.7 Por que falham todos os modelos?

Jornal A Capital
22 De Agosto de 2015

Em época de ajustes fiscais como a presente, o modelo de recolha de lixo deveria ser mais novo ainda, uma vez que, se na era em que ainda havia recursos, uma empresa só, gastava mais de 500 mil kwanzas por dia na actividade, quanto mais hoje.

Há que se ter em conta que em relação aos anos anteriores registou-se uma redução de quase 70% do valor adjudicado para a limpeza de Luanda.

Há anos contava-se com perto de 23 milhões de dólares norte-americanos/mês para o efeito, enquanto que agora apenas disponibilizaram-se nove milhões de dólares.

Apesar de o mesmo no acto do lançamento do "Novo Modelo" de recolha de resíduos o governador da província, Graciano Domingos, tenha assegurado que trabalhou "igualmente com o Ministério das Finanças

no que tange à transferência de recursos", aos olhos dos munícipes as coisas parecem ter passado para pior, a julgar pela inacção das operadoras que não movem um só dedo ante o crescer das montanhas de lixo.

Não obstante, segundo o governador, a aplicação do "Novo Modelo" varie de formato de uma área para outra em função da especificidade de cada, a ELISAL continuaria a ser a empresa responsável pela gestão do sistema de limpeza bem como pela sua fiscalização.

"A ELISAL continuará a assumir o papel de gestora do sistema provincial de limpeza pública da província de Luanda, assumindo as funções de gestão do aterro sanitário que é uma infra-estrutura comum ao sistema de limpeza pública na província", enfatizou ainda Graciano Domingos, acrescentando que a mesma assumirá, também, a responsabilidade dos pontos de transferência, bem como a gestão dos lixos perigosos.

Entretanto, para o governador, o êxito do plano passa por as administrações municipais e de centralidades terem de reforçar e melhorar os serviços de fiscalização, dialogar com os moradores e comissões de moradores, punindo os que põem em risco o saneamento do meio, algo que, no entanto, ainda está longe de começar a acontecer.

"É necessário que o lixo resultante do exercício de actividades comerciais implique necessariamente comparticipação dos encargos de limpeza", orientou, ao defender maior participação dos municípios para o sucesso do projecto que visa conferir uma nova imagem e beleza à Luanda.

"Se toda a sociedade luandense se mobilizar podemos ter a imagem de Luanda agradável e melhorada. Poderemos poupar mais dinheiro e medicamentos, poderemos ser mais assíduos nas escolas, no emprego e, até, ser mais alegres. Basta apenas que cada um de nós se comprometa com o bem comum, com a colectividade e com a nossa metrópole, Luanda", esperançou-se, sem calcular que a situação haveria de chegar aonde está.

Segundo o titular do GPL o novo modelo consistirá em cada município ter uma operadora principal, empresas de pré-recolha e microempresas do ramo do saneamento básico. O objectivo, como disse, é tornar a recolha dos resíduos uma responsabilidade municipal, olhando já para a descentralização administrativa que pode acontecer depois das próximas eleições gerais.

Lembre-se que nas vésperas da entrada em vigor deste modelo, o embaixador da Itália em Angola, Giorgio Di Pietrogiamo, ofereceu um lote de máquinas tais como moto-niveladoras, bull-dozeres, pá retroescavadoras articuladas, retroescavadora de pneus, retroescavadora sem esteira, camiões de sucção de 14 metros cúbicos, camião combinado de 10 mil litros cúbicos, camião rol-on, rol-off de 40

toneladas, carrinha poli-guindaste e camião compactado de 20 metros cúbicos, tendo ficado orçados em seis milhões de euros.

O funcionamento do "Novo Modelo" consistiria em, as micro-operadoras recolherem o lixo do interior dos bairros até aos Pontos de Transferência de onde vai para o aterro.

Entretanto, têm de estar equipadas com instrumentos apropriados de formas a que possam ultrapassar todas as dificuldades inerentes aos acessos. Isto é, operam com tractores, com carros de mão, ancinhos, pás..., como explicou Tany Narciso, administrador do Cazenga.

8.8 «Ingestão de água salobra provoca problemas graves à saúde»

Semanário Angolense
1 De Agosto de 2015

A afirmação é do médico e especialista em Saúde Pública, Zola Messo, que assegura que aquela água é imprópria para consumo humano e pode acarretar vários problemas por não conter as propriedades de uma água normal para o uso humano.

Zola Messo explica que a água salobra é um líquido que pode trazer consequências graves como doenças do fórum digestivo e diarreias; mas se por ventura encontrar-se outro tipo de bactéria naquele líquido, pode provocar outras doenças, como infecções da pele ou urinárias, sobretudo para o sexo feminino.

«Sabemos que há carência de água em algumas zonas de Luanda, mas não é aconselhável usar esse líquido. Devemos utilizar aquilo que é propício ao ser humano», aconselhou.

O médico disse que só o facto de a casa ficar toda húmida, «o chão traz também problemas à saúde, porque numa casa tem de haver um ambiente normal. Essa água nasce da terra, cria humidade dentro da residência, danifica a própria casa que perde a propriedade de habitabilidade, daí algumas pessoas deixarem essas casas devido às infiltrações que provavelmente danificam as paredes, o chão e o local deixa de ser próprio para habitar».

O especialista disse que a água salobra não é aconselhável nem para o banho, lavagem de roupa, louça, beber, cozinhar e até para lavagem de viaturas porque nota-se também alteração na cor dos carros. «É um líquido que não contém propriedades da água normal».

O médico realçou que a saúde deve começar em nós próprios, porque o sistema preventivo custa mais barato que o tratamento.

«Só o facto de as pessoas usarem essa água para beber e tomar banho, já estão sujeitas a apanhar variadíssimas doenças, por isso o melhor é não usar», reforçou.

Algumas áreas do Cazenga também estão afectadas com água salobra, quintais inundados e húmidos. Também algumas pessoas já abandonaram as suas residências.

Referindo-se a isso, Zola Messo, que é também o chefe do Gabinete de Saúde do município do Cazenga, disse não ter conhecimento dessa situação, mas apelou à população para informar os serviços técnicos da administração, no sentido de detectarem o problema e buscarem soluções imediatas porque, se o problema se arrastar, as consequências serão drásticas. «Não é saudável, as pessoas habitarem em locais que não oferecem condições para viver», afirmou.

O médico é de opinião que as causas devem ser estudadas e rapidamente retirar-se as pessoas que estão nessa situação para evitar o pior. Por outro lado, alertou a população para não consumir essa água sob pena de contraírem doenças.

Entretanto, a reportagem do SA esteve também no Cazenga, nomeadamente na zona do Patrício, bairro que, à semelhança do Rangel, vive exactamente os mesmos problemas. Consulte o artigo referente.

8.9 Água salobra obriga moradores do Rangel a abandonar as suas residências

Semanário Angolense

1 De Agosto de 2015

Texto: Maria Kiluanji

O distrito urbano do Rangel, de uns tempos a esta parte, é um dos mais afectados por este fenómeno natural que, além dos transtornos que causa, está a obrigar dezenas de famílias a abandonarem as suas residências.

A água, brota lentamente do solo, enche os quintais e espaços adjacentes, como as ruas e vai humedecendo

os soalhos e paredes. Pouco depois, as próprias casas acabam por ficar inundadas.

O Semanário Angolense (SA), constatou no local o sofrimento porque passam tantas famílias que, por não terem para onde ir, estão sujeitas a viver por cima e rodeados por água, com todos os constrangimentos a que isso obriga, principalmente para quem tem crianças.

Só para ter uma ideia, na muito conhecida «rua da Vaidade», actualmente mais chamada por «rua do Imperial Santana», existem mais de 30 residências abandonadas e, como consequência disso, intensificou-se o índice de delinquência naquela zona.

Os marginais fazem das casas abandonadas o seu esconderijo predilecto, assim como também fomentam a prostituição e o tráfico de drogas. Segundo os moradores, os amigos do alheio preparam as acções malfetoras nessas casas e é nelas onde, depois dos assaltos, dividem o pecúlio e violam meninas e senhoras e «estão constantemente a consumir liamba a pontos do cheiro intoxicante espalhar-se pelas ruas e casas vizinhas», explicou uma das vítimas desses assaltantes.

A mesma jovem afirma ter muita dificuldade de transitar no beco em que vive, uma vez que a sua casa é a única habitada, como foi confirmado pela reportagem do SA, que ainda foi intimidada por pessoas estranhas. Graças a um jovem do bairro que acompanhava os repórteres, nada de mal aconteceu. Mesmo assim, preocupado, o jovem pediu para sair do local por ser perigoso. Soube-se depois que os meliantes queriam roubar os aparelhos dos repórteres, sobretudo a máquina fotográfica.

Durante a reportagem no Rangel, visitou-se também uma família de nove membros que vive actualmente reduzida a um quarto e sala. A casa já teve três quartos e duas salas mas foi repartida porque a outra parte da casa ficou totalmente inundada, sem possibilidades de melhoria.

De acordo com um dos membros da família, a parte que está a servir para habitar «também não está em bom estado e corre o risco de desabar, mas como não há condições financeiras para obter outra residência, somos obrigados a viver assim», lamentou.

Por outro lado, explicou que as crianças andam constantemente com meias devido à humidade e evitar doenças. No mesmo quintal há um pequeno que está constantemente doente e a sua irmã mais velha acredita que o problema de saúde do irmão deve estar associado às condições da casa.

Para minimizar o problema, de acordo com os moradores, as pessoas são forçadas a gastar dezenas de sacos de cimento, areia e burlão para reabilitar constantemente a casa, sobretudo o chão e as paredes, por causa da humidade. «É terrível viver assim», lamentam.

Para escapar da humidade do chão, na hora de dormir as pessoas juntam vários cobertores e lençóis por baixo e colocam o colchão por cima, com mais mantas e vários lençóis para minimizar a situação e prevenir as doenças.

Dona Luzia Alberto Cahumba, moradora do Rangel há mais de 20 anos, disse com muito pesar, que é triste ver famílias e amigos muito próximos a deixarem as suas residências para viverem em casas de parentes e amigos por conta deste mal que enferma o bairro.

Outro problema que preocupa aquela população, segundo dona Luzia, são as doenças provocadas por essa água que fica estagnada dentro e fora das residências durante muito tempo e a criar imensos transtornos às pessoas, sobretudo crianças.

A dona de casa disse que basta os pais ou os adultos distraírem-se alguns minutos para que os mais pequenos usem aquela água para o banho e, às vezes mesmo, chegam a beber-la, pois a água parece tão limpa que se confunde com a potável.

O Rangel, para além de ter vários problema de saneamento básico, é também um dos distritos de Luanda que mais sofre com a falta de abastecimento de água potável. Dai a necessidade das pessoas consumirem o líquido com todos os riscos possíveis de contraírem doenças graves.

Por outro lado, os mesmos reconhecem os perigos que correm ao consumir a água salobra porque, contaram, o bairro está em cima de lixo, mas a tal água é tão limpa que as pessoas usam-na para lavar a louça, roupa, a casa e há quem mesmo se arrisque em lavar o corpo, menos beber e cozinhar, porque ela é um tanto salgada.

Os cidadãos lamentam a situação afirmando que tudo começou pouco depois da independência, quando os cubanos, para construir alguns edifícios residenciais na zona do antigo Caputo, cortaram os eucaliptos, árvores que os portugueses plantaram proposadamente para absorver as águas subterrâneas na zona.

«Nós não entendemos as motivações que levaram as pessoas a retirarem as árvores e por conta disso, hoje as consequências são drásticas, há pessoas desabrigadas, famílias desestruturadas, ruas alagadas e

intransitáveis e o governo nem está aí para nós», queixam-se.

«Nós hoje vivemos em situação muito precária, tudo porque não temos para onde ir. Várias vezes pedimos apoio à administração local que prometeu ajudar, mas até aqui, nem água vem nem água vai e esse problema continua a causar sérios problemas à população», reiteraram.

«O governo angolano tem ajudado pessoas que vivem em situação de emergência, mas isso não acontece com as pessoas que têm as suas casas invadidas pelas águas salobras. Será que isso não se trata de uma situação de emergência?»

Só os que vivem nas montanhas ou próximo das valas de drenagens e estradas é que merecem atenção do governo», questionaram os nossos interlocutores desesperados.

Uma anciã do bairro, disse com muita tristeza que custa a acreditar que o Rangel foi um dos bairros de Luanda aonde alguns líderes angolanos de hoje sentaram-se e arquitetaram os métodos para que Angola fosse hoje um país independente. «As pessoas sofrem muito não só pela água salobra, mas também pelas péssimas condições de habitabilidade em que se encontram alguns quarteirões, com águas paradas de cheiro nau-seabundo em todo lado. O Rangel cheira mal», desabafou a anciã, que apelou: «Tirem-nos daqui porque estamos a sofrer».

Alguns moradores disseram ao SA que há algum tempo os técnicos da administração visitaram o terreno e fizeram várias investigações, devido ao problema. Mas até agora nada foi feito para resolver esse drama que aflige dezenas de famílias; é complicado e isso compromete a saúde e o futuro das nossas crianças que vivem em condições desumanas».

8.10 Bairro da Polícia está intransitável e cheira muito mal

Semanário Angolense
1 De Agosto de 2015

No distrito da Maianga, a realidade é igualmente bastante chocante, concretamente no bairro da Polícia, entre a Unidade Operativa de Luanda (UOL) e o hipermercado Jumbo.

Parte da deterioração da rua Comandante Arguelles, entre a Unidade Operativa de Luanda e o hipermercado Jumbo, pode ser caracterizada pela falta de manutenção, o que se nota com a degradação

do asfalto e o entupimento dos esgotos. A degradação da via é causada por um conjunto de factores como a retenção das águas das chuvas, as más condições de saneamento básico, a acumulação de lixo e os esgotos entupidos.

Na rua do hotel Celeste, o cenário não é diferente: são buracos, lixo, esgotos entupidos e a presença de águas estagnadas. As ruas que serviriam como alternativa estão intransitáveis, porque buracos e águas paradas ocupam toda a faixa de rodagem.

Nenhum carro passa e quem arrisca corre o risco de ficar com a viatura fora de circulação. Marcos da Silva, morador há 26 anos naquela zona, afirma que nesta rua nunca houve melhorias e que a via só é reparada quando se aproxima o mês de Agosto, altura em que é feito um trabalho de terraplanagem.

Segundo Marcos «os moradores encontram-se preocupados com a aproximação das chuvas, já que se adivinha uma degradação ainda mais acentuada. Os esgotos não funcionam, o que dificulta a passagem das águas e a circulação de viaturas. A administração só se preocupa quando vai haver uma actividade de grande importância no distrito, depois disso nada é feito», conta.

A comissão de moradores tem reportado o estado da estrada, mas nada é feito. Marcos da Silva apela aos dirigentes para que façam o que lhes compete para acabar com esta situação que tem afectado negativamente a qualidade de vida dos moradores, devido aos mosquitos incontáveis e ao mau cheiro das águas.

Outra moradora é Tatiana de Sousa, de 20 anos, que lamenta a triste imagem da zona que a viu crescer. Questiona-se sobre o surgimento de buracos e águas paradas. «Os esgotos estão todos entupidos com lama e lixo e é por isso que há sempre presença de águas paradas nas estradas, o que se tem tornado fonte de algumas doenças como o paludismo e as diarreias, principalmente em crianças», frisou.

A jovem também aponta o dedo aos moradores que deitam água para o asfalto e contribuem para o aumento do mal. Já Adelina, outra jovem moradora, apela ao Estado para reparar a estrada e colocar novos esgotos, «porque os moradores já se encontram preocupados com a aproximação das chuvas».

Por incrível que pareça, o próprio hipermercado Jumbo é dos mais afectados por esta situação que já dura anos, a pontos de alguns dos seus armazéns já estarem afectados pelas águas podres. A Unidade Operativa de Luanda também sofre, mas o mal

continua a alastrar-se sem que se faça algo para estancar a situação.

Mas que aquela zona precisa de intervenção urgente é óbvio e não são precisos binóculos para o constatar.

8.1.1 Cenário triste de alguns bairros de Luanda

Semanário Angolense

1 De Agosto de 2015

Texto: Gaspar Faustino

Os moradores dos distritos da Maianga e Kilamba Kiaxi estão preocupados com o mau estado de algumas ruas, que se encontram intransitáveis devido aos inúmeros charcos de águas pútridas e cheiros nauseabundos. Esta situação está a deixar os moradores destes dois distritos preocupados com os riscos de saúde que correm. A malária é um deles.

Numa ronda efectuada nesta semana, a reportagem do *Semanário Angolense* (SA) apurou que em alguns municípios e distritos de Luanda a preocupação com o mau estado das vias é generalizada. A situação é mesmo considerada muito grave nos distritos da Maianga e no do Kilamba-Kiaxi. Os enormes e inúmeros charcos de águas pútridas, com cheiros nauseabundos e o lixo nas ruas estão no topo das preocupações.

No distrito do Kilamba-Kiaxi, os moradores lançam gritos de socorro pedindo ajuda a quem de direito devido à vala de drenagem na rua D, do bairro Palanca, adjacente à Avenida Deolinda Rodrigues, vulgo estrada de Catete.

A referida vala ameaça a vida das pessoas já há alguns anos. Por esse motivo, a estrada continua interdita ao trânsito, as obras iniciadas há três anos arrastam-se sem fim à vista e a circulação é precária por causa dos buracos, lixo e cheiros nauseabundos que podem provocar graves situações de saúde.

«A poeira, águas paradas, lixo, vermes, mosquitos, estão na origem de doenças como a malária, diarreia, vómitos, problemas pulmonares e tosse», disse Miguel dos Santos, morador na zona do Palanca há mais de 25 anos.

Para ele, a situação tornou-se complicada depois da paralisação da obra que decorria a bom ritmo naquela vala. «Ninguém esclarece nada sobre este assunto que está a constituir um enorme perigo para os nossos filhos. Só este semestre, foram três casos que

acabaram em desastre. Para além do risco de vida que nós enfrentamos por circular naquela zona, a outra questão é o aumento dos mosquitos na rua F. Recentemente, morreram dois jovens com 13 e 15 anos, de malária», evidenciou.

Os moradores garantem que já recorreram várias vezes à administração comunal para resolver o problema, mas, infelizmente, os esforços efectuados não têm surtido efeito. «Acredito que o senhor Tondela, o administrador comunal, não está interessado em melhorar a situação do bairro e apenas se preocupa em cobrar taxas às vendedoras dos mercados informais que ele próprio cria», denunciam, mostrando por que não conseguem circular pelas ruas D e Zero por causa das águas pútridas e cheiros nauseabundos.

8.12 Começa neste sábado o novo modelo de recolha de lixo em Luanda

Semanário Angolense
1 De Agosto de 2015

Os habitantes de Luanda mostram-se cépticos quanto ao novo modelo de recolha de lixo que começa já neste sábado, 1 de Agosto.

Os moradores afirmam que a iniciativa do Governo Provincial de Luanda em descentralizar os serviços é boa, mas o problema está nas vias de acesso, cuja maioria, neste momento, se encontram intransitáveis e vão piorar com a época chuvosa que se aproxima.

Outro senão, afirmam os cidadãos, são os administradores distritais e municipais que, geralmente, não fazem bom uso dos valores públicos postos à sua disposição, nem se preocupam em melhorar as condições de vida nas suas circunscrições.

O município do Cazenga, por exemplo, é o que mais orçamento vai receber neste novo processo de recolha de lixo, mas algumas pessoas defendem que hoje por hoje, Viana é o município mais extenso e populoso e com mais problemas de saneamento básico, seguindo-se o de Belas.

Apesar de todos os problemas do Cazenga, os luandenses não entendem a razão de receber a maior fatia do «bolo».

Apesar de algumas reticências quanto ao novo modelo de recolha de resíduos sólidos na capital

angolana, os populares exigem que haja maior responsabilidade e respeito com o bem público por parte das administrações e instituições que estiverem a trabalhar nessa área, tendo em conta o triste e feio «cartão postal» de Luanda nesta altura, assim como o volume de trabalho em termos de saneamento básico na capital do país, para se evitar situações como a que se está a viver agora.

Amontoados de lixo espalhados por tudo quanto é canto da cidade de Luanda, que coloca em risco a saúde da população e a imagem da capital angolana, devido à irresponsabilidade e falta de seriedade para com o bem público de algumas instituições do Estado, é um cenário que não se quer voltar a ver.

8.13 Enquanto isso a malária continua a matar

Semanário Angolense
1 De Agosto de 2015

Entre os luandenses, o sentimento é de enorme revolta devido ao número de crianças que morrem diariamente por malária. Segundo um documento da Organização Mundial da Saúde (OMS), a que o SA teve acesso, a malária continua a ser a principal causa de morte em Angola, com mais de 16 óbitos por dia, apesar de ser considerado pelas autoridades da Saúde angolanas como um caso de saúde pública que tende em diminuir.

De acordo com números do coordenador do Programa Nacional de Controlo da Malária, Filomeno Fortes, divulgados recentemente em Luanda, Angola apresenta um registo anual de três milhões de casos clínicos, numa população que ronda os 24,3 milhões e seis mil óbitos.

Em 2013 foram registados seis mil e 916 mortes entre os dois milhões 592 mil e 742 casos de malária confirmados em Angola, afectando sobretudo crianças e mulheres.

Apesar destes números, o Ministério da Saúde considera a malária um caso de saúde pública está a diminuir e estabeleceu este ano o objectivo de avançar com uma redução de 20 por cento na mortalidade pela doença no país.

8.14 Luanda fica mais limpa a partir de agora

Jornal de Angola

01 De Agosto de 2015

Texto: Nbuca Júnior

O tão aguardado novo modelo de recolha de lixo na província de Luanda entra em vigor a partir de hoje, depois de a sua existência ter sido anunciada há três meses.

Especialistas em gestão de resíduos sólidos e também a população aguardam com bastante expectativa pela entrada em vigor do novo modelo, pelo facto de os anteriores não terem dado resultados satisfatórios, uma vez que, em algum período do ano, era notória a presença de acumulado de lixo urbano, algo que não se entendia porque estavam licenciadas na província 21 operadoras de limpeza urbana, distribuídas por todos os municípios.

O novo modelo, que descentraliza orçamento destinado ao pagamento das operadoras de limpeza, entra hoje em vigor depois de terem sido realizados, entre Maio e Julho, ensaios para aferir a sua eficácia.

As autoridades da província de Luanda, depois desse período de ensaio, têm razões de sobra para pôr em funcionamento a partir de hoje o modelo que se espera vir a trazer melhorias ao saneamento básico da capital angolana.

O novo modelo vai ser materializado por seis operadoras principais, incluindo a empresa pública Elisal, a concessionária dos serviços de limpeza urbana em Luanda, que vão ser distribuídas por cada município, podendo efectuar subcontratações de outras empresas e de microempresas para as áreas de difícil acesso. O papel que o novo modelo confere às microempresas é o de servir de elo com a principal na recolha e transportação do lixo para o aterro sanitário, localizado no Mulenvos, município de Viana.

Ao contrário dos modelos anteriores, o novo dá a gestão do orçamento às administrações municipais que vão dispor de verbas próprias para resolver o problema da limpeza nos seus municípios.

O governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, disse há dias acreditar que o sucesso do novo modelo de limpeza depende do compromisso da população e não dos recursos financeiros disponíveis.

Há cinco empresas privadas que, com a pública Elisal, vão dar vazão para o aterro sanitário ao lixo que é produzido em Luanda foram seleccionados em concurso público. No processo de escolha das empresas intervenientes no processo foram apuradas operadoras principais para os municípios de Cacucos e Viana, ficando a Elisal como operadora nos municípios de Luanda, Cazenga e Belas, por não ter sido apurado nenhum vencedor no concurso realizado.

O critério de repartição do orçamento define por cada município 20 por cento para as microempresas, 25 por cento para as empresas de pré-recolha e 55 por cento para as operadoras principais.

8.15 Escassez de divisas afasta projecto de transformação de lixo em energia eléctrica

Semanário Económico

6 De Agosto de 2015

Texto: Camilo Lemos

A escassez de divisas no mercado angolano continua a inviabilizar vários investimentos. O director-geral da Pneus Vale, empresa brasileira voltada para a montagem e gestão de fábricas, projectos ambientais, Nei Vale disse que a sua empresa concebeu para Angola, um projecto de transformação de lixo em energia eléctrica, cujo investimento está avaliado em 25 milhões de dólares. Sublinhou que a sua implementação se encontra condicionada devido ao problema de divisas que se verifica em Angola, em declarações ao SE, à margem da 32ª edição da Feira Internacional de Luanda.

"Vim para Angola a fim de expor o projecto que visa transformar o lixo residual, o lixo hospitalar, qualquer tipo de biomassa em energia eléctrica, mas nos deparamos com a dificuldade de divisas", frisou salientando que, era sua intenção expor o projecto por ocasião da feira do Meio Ambiente, mas, não o fez devido à falha que houve no cronograma da data.

"Não consegui chegar a tempo e hora à feira do meio ambiente, portanto, houve um erro no cronograma de data e chegamos no último dia e em seguida veio a preparação da FILDA", acrescentou.

Segundo Nei Vale, o projecto vai produzir 2.7 megawatt de energia que em 24 horas beneficiará 170 mil habitantes (equivalente a quase um município). Entretanto, para a produção de energia, a fábrica deverá necessitar de 145 toneladas de lixo por dia. Na

sua voz, de acordo com o resultado do estudo de viabilidade efectuado, Angola produz anualmente três milhões e 200 mil toneladas de lixo ano.

"Existe a Elisal que é a colectora de lixo. Com o mesmo, nós colocamos numa oficina de transformação e tudo que é sólido, durante o processo de uma hora, transforma - se automaticamente. As moléculas do que é sólido passam para o estado gasoso, gerando, portanto, o gás de síntese ou singás.

Depois, com esse gás, nós temos os geradores a gás os quais irão produzir energia eléctrica. Nós temos unidades que começam de duas toneladas a 145 toneladas dia. Uma capacidade de 145 toneladas dia, nos daria 2.7 megawatt que em 24 horas iluminaria tranquilamente 170 mil habitantes", explicou.

No que toca às necessidades para a sua implementação, Vale disse ter o projecto em busca de pessoas que tenham interesse em investir, quer no sector privado, quer no sector público. "Temos que pensar no nosso meio ambiente. O lixo hospitalar é uma coisa séria. Com este projecto, além de geramos energia, eliminarmos o lixo definitivamente", disse.

Trinta trabalhadores por cada unidade

Apesar de ter afirmado que o mundo da tecnologia tende cada vez mais a diminuir a mão -de -obra física, o director-geral da Pneus Vale garantiu que o projecto vai gerar 30 postos de trabalho por cada unidade que será instalada. Salienta que, se pensar em tratamento de lixo no que toca à separação do mesmo, mais emprego hão-de ser gerado.

Ei Vale, ainda no que toca a oferta de posto de trabalho, faz um enquadramento económico: segundo os nossos estudos, hoje Angola tem em torno de 3.200.000 toneladas de lixo por ano.

Esse equipamento, para gerar 2,7 megawatt precisa apenas de 145 toneladas dia.

"Portanto, cada unidade que nós formos colocar trará novos postos de trabalho. Se em todas as províncias, pensarmos em amplitude macro, é só nós somarmos que teremos mais ou menos o número de funcionários que isto daria directo e indirecto", disse.

Quanto à previsão para a instalação do projecto, ei Vale disse que tudo está relacionado com os possíveis investidores. Fez saber que, no cronograma de implantação e funcionamento, a partir da disponibilização da verba para a compra dos equipamentos e das instalações fabris, nove meses seriam precisos para a sua instalação.

Nei Vale reservou-se a revelar local onde o projecto deverá ser implantado.

Afirmou que Angola tem uma deficiência em energia, daí sugerir que a energia que deverá ser gerada pelo projecto pode ser inserida na estatal através da EDEL. "Em Angola, a energia é considerada barata, existe também a logística da retirada do lixo para as instalações, existe o custo da transformação para energia, então se pensarmos, nós temos três factores que nos garantem o estudo de viabilidade económica a curto prazo do investimento do equipamento, porque é a colecta do lixo na rua, é a transformação do lixo e é a venda da energia", afirmou aquele responsável ao referir-se ao volume de negócio esperado.

Sobre a Pneus Vale

Constituída no ano de 1998, a Pneus Vale foi constituída em 1998 e vem actuando no mercado em prol do meio ambiente. Ao longo dos anos focou todas as energias e experiência de mercado em busca de técnicas para a produção de pneus ecológicos. No Brasil foram montadas fábricas com capacidade produtiva de 10 mil pneus/mês em cada unidade.

No ano de 2010, resolveu capitar novas oportunidades de negócios em prol do meio ambiente, surgindo assim a ideia do equipamento, Pirólise, onde extraí gás de síntese, bio-óleo, energia eléctrica e negro-de-fumo, gerando fontes de sustentabilidade.

A Pneus Vale, hoje é uma empresa especializada em venda de equipamentos, montagens e treinamentos de equipas para aquele empreendedor que quer ter a sua fábrica ecológica e contribuindo com meio ambiente, obtendo lucros.

8.16 Carlos Cavuquila pede colaboração

Jornal De Angola

13 De Agosto de 2015

O administrador municipal de Cacucaco, Carlos Alberto Cavuquila, apelou ontem à população a ter uma conduta mais adequada com o tratamento do lixo domiciliário, que deve ser guardado em sacos e, em seguida, colocado nos pontos de recolha.

O administrador falava durante uma visita às comunas do Kicolo e à sede municipal, onde apelou à população a cumprir o horário de deposição do lixo, entre as seis e as oito horas. Quando não houver

contentor, o lixo deve ser embalado num saco e depositado em frente de casa.

8.17 Associação ambiental elogia o novo modelo

Jornal Economia e Finanças
21 De Agosto de 2015

O presidente da Juventude Ecológica de Angola, José Silva, enalteceu recentemente o modelo de limpeza e recolha do lixo em Luanda, que está a ser implementado de forma experimental desde dia 01 de Agosto deste ano para melhorar a imagem da capital do país.

José Silva exaltou os passos da implementação do modelo, que numa primeira fase abrange todos os municípios sem quaisquer taxas pela produção do lixo, como forma de os sensibilizar sobre a obrigação de pagar pelo lixo que produzem.

A fonte esclareceu que é altura de o Governo fazer maior contenção de despesas, sendo que os produtores de resíduos devem compartilhar nos gastos com a recolha dos resíduos sólidos.

"É necessário criar consciência de que as nossas acções, quer boas, quer más, têm as suas repercussões, que acarretam deveres e obrigações", realçou, acrescentando que é necessário levar a informação à população e desfazer o mito de que é impossível acabar com o lixo. "O país começa a dar passos significativos, sobretudo na separação dos tipos de resíduos (sólidos, urbanos e industriais) como forma de proteger o ambiente e rentabilizar o próprio lixo", exemplificou.

8.18 Projectos de Rosa e Graciano podem lesar o Estado em milhões de dólares

Jornal Grandes Notícias
21 De Agosto de 2015
Texto: Wanda Rodrigues

Graciano Domingos, nas vestes de governador de Luanda, garantiu que, a partir do dia 1 de Agosto, as artérias da cidade capital ganhariam outra imagem com a entrada em vigor do novo sistema de recolha de lixo. O Estado, dentro das suas responsabilidades

sociais, investiu "pesado" em meios e outras parafernálias, para os camiões seguirem, diariamente, carregados de resíduos sólidos para os aterros, permitindo o povo respirar ar puro. Na realidade, as coisas não tem saído, em pouco menos de 20 dias, como planeado, dentro das boas intenções do novo sistema lançado, a 1 de Agosto, pelo governador de Luanda. A cidade está "controladas, de norte a sul, pelo lixo, sem que se vislumbre sinais de melhorias.

O novo sistema de lixo vai lesar o Estado em milhões de dólares, porque o projecto não foi devidamente pensado e estruturado, sendo que as maiores partes das empresas seleccionadas terem "sangue" do pessoal das administrações e todo governo provincial. E, segundo avançam gestores de gestão de resíduos, um projecto que vai morrer a nascença, para ser repensado e, antes de tudo, "eliminar os favorecimentos, que prejudicam a sumpcão de responsabilidades, por "estar-se em família: esquecendo-se do investimento efectuado pelo Estado, realçam algumas fontes do sector.

Enquanto isso, o lixo manda e descomanda a cidade. "Estamos, com este novo sistema, cada vez mais perdido e sem saber o que fazer com o lixo. Esta a chegar as portas das nossas casas: desabafa Joao Gomes, morador da rua da Brigada. Já Rosa Pacavira, a ministra do Comercio, insiste num projecto, o PAPAGRO, que já revelou, desde o início do seu arranque, ser um "buraco" que enterra dinheiro dos contribuintes. Do primeiro lote de camiões distribuídos a atribuídos para o projecto, muitos estão fora de circulação e outros andam a apresentar serviços, no transporte de carvão, no quilómetro 30, favor de terceiros.

Na nova roupagem do PAPA- 3RO, o Estado entra, uma vez mais, como financiador do projecto. Sem conseguir "recuperar" a primeira queda, a doutora Rosa Pacavira volta a distribuir dinheiro e camiões para retirar da letargia um projecto que "morreu" na primeira esquina, nos arredores do palácio de Vidro.

Os operadores do sector são unânimes em afirmar: "PAPAGRO e mais um embuste para continuarem a comer a pala do Estado". Mas a certeza é única: o Estado sairá lesado nestes dois projectos. Na próxima semana voltaremos aos dois assuntos com maiores detalhes.

8.19 Administração pede combate ao lixo

Jornal de Angola

25 De Agosto de 2015

Texto: Joaquim Figueiredo

A administradora municipal do Soyo, Lúcia Tomas, pediu no fim-de-semana uma maior participação da população para o sucesso na implementação do novo modelo de gestão de resíduos urbanos na região.

A responsável salientou que tem de haver uma resposta imediata e eficaz de todos os municípios para a solução do problema do saneamento, no sentido de evitar doenças no seio da população. Lúcia Tomas falava na abertura do Workshop realizado na região, que serviu para a apresentação do novo modelo de gestão de resíduos urbanos, cujo diploma tinha sido aprovado no âmbito do Decreto Presidencial n.º.190/12 de 24 Agosto.

Durante o Workshop, promovido pela direcção provincial de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, foram discutidos temas relacionados com o "Novo Modelo de Gestão de Resíduos Urbanos" e o "Quadro Actual da Gestão de Resíduos na Província do Zaire".

A administradora Lúcia Tomas disse que, devido ao crescimento económico que o município regista e ao aumento da produção petrolífera, torna-se necessário redefinir um modelo mais eficaz para a gestão do lixo produzido na região.

Por se tratar de um assunto com muita repercussão na vida da população não apenas do ponto de vista da saúde, mas também na preservação do ambiente, a administradora exortou os municípios a concretizarem as acções emanadas nos instrumentos jurídicos sobre esta matéria.

A administradora Lúcia Tomas salientou que o regulamento sobre a gestão de resíduos o Decreto Presidencial n.º.196/12 de 30 de Agosto, e o Decreto Executivo n.º.17/13 de 22 de Janeiro, vai permitir que as instituições produtoras de resíduos elaborem os seus planos de gestão e saibam dar o destino adequado ao lixo produzido.

O director do gabinete jurídico da agência Nacional de Resíduos, Nermadio Bartolomeu, considerou que a implementação deste sistema vai melhorar a qualidade e a maneira como tem sido prestado o serviço público de recolha e tratamento de lixo, e ao mesmo tempo a vida dos cidadãos. Para o êxito do projecto, disse, é necessário que as pessoas estejam sensibilizadas de que a recolha e tratamento do lixo é uma questão de cidadania e se formal gerida pode trazer consequências não só ao ambiente, mas também para a saúde pública.

O chefe do departamento provincial do Ambiente do Zaire, Manuel Salvador, chamou a atenção acerca dos resíduos perigosos, produzidos pela indústria petrolífera, no município do Soyo, que tem sido depositados em zonas habitadas, situação que pode causar graves danos à saúde humana.

Os resíduos, sublinhou Manuel Salvador, não devem ser acondicionados de qualquer maneira, uma vez que contaminam os solos, rios, fauna e a flora.

8.20 Valas de Drenagem Redes urbanas em reabilitação

Jornal de Angola

25 De Agosto de 2015

Texto: Jesus Silva

O primeiro secretário do MPLA no Lobito, Julião de Almeida, enalteceu ontem as iniciativas do governo provincial em reabilitar as valas de drenagem para evacuar as águas das chuvas. O dirigente partidário disse que, com essa acção, acidentes idênticos ao de 11 de Março deste ano, que causaram dezenas de vítimas mortais e danos materiais, não vão voltar a acontecer.

Julião de Almeida congratulou-se com a reparação da via rodoviária que dá acesso aos bairros do Bar Africano, São João e Santa Cruz, deterioradas há mais de 20 anos, e que criam transtornos aos automobilistas, peões e populações que transitam por aquelas zonas.

Julião de Almeida falava em conferencia de imprensa para anunciar aos resultados da reunião plenária do comité municipal do Lobito do MPLA, que fez o balance das actividades do segundo trimestre do ano em curso e aprovou a documentação a ser submetida ao encontro metodológico de organização do trabalho do partido. As reuniões do MPLA vão estender-se, em Setembro, as comunas e enquadram-se na preparação do VII Congresso Ordinário do MPLA, que se realiza no próximo ano. O primeiro secretário do Lobito do MPLA apelou aos militantes simpatizantes e amigos do partido da JMPLAe da OMA para se engajarem nas tarefas preparatórias.

8.21 Lixo e insegurança nas praias de Luanda

Jornal Manchete

28 De Agosto de 2015

Texto: Moreira Mário

A época quente ou estação chuvosa já começou. Neste período que normalmente é caracterizado por temperaturas elevadas e precipitações variáveis e que decorre de 15 de Agosto a 15 de Maio, consequentemente, resulta também ao surgimento da "Época Balnear" com maior destaque nas cidades litorais, como no caso de Luanda.

Daí que na medida em que o clima começa tomar-se mais quente, a presença de banhistas nas praias também vai aumentando, de forma progressiva a cada final de semana. Praias do Mussulo, Cacucaco, Cemitério dos Navios, Ilha de Luanda, Praia da Nicha, Morro dos Vedados, só para fazer referência, são as mais frequentadas por parte dos cidadãos que buscam nestes lugares, momentos de diversão.

A par da abertura da "Época Balnear 2015" , recentemente, pelo Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, o Manchete esteve no domingo, 22, na praia da Vila de Cacucaco e da Nicha, este último situado no Benfica, com o propósito de constatar o nível de conservação de higiene das mesmas, bem como da questão da segurança dos banhistas.

Em nenhum dos lugares notamos a presença de agentes salva-vidas para caso de afogamentos ou para outro tipo de emergência. A limpeza é deficiente, não foi para menos que encontramos pequenos amontoados de lixo espalhado pelo areal e mar adentro.

Segundo os frequentadores da orla marítima da Vila de Cacucaco, quando chove, nesta zona a água do mar apresenta-se turva e acastanhada. Para eles, este cenário representa um perigo para a saúde pública e a segurança, uma vez que retira visibilidade a quem nada ou, simplesmente, a quem banhe à beira-mar.

Quanto a situação do lixo, os mesmos reconheceram tratar-se de um problema de consciência de cada cidadão e manifestaram a necessidade da polícia marítima punir severamente todos aqueles que teimosamente insistem em deitar os detritos para o chão, "já põem em perigo a vida até daqueles que primam pela higiene".

Na praia da Nicha a realidade é mesma ao da praia de Cacucaco, um cenário se comparado, idêntico às demais existentes em Luanda.

Banhistas Ignoram Placas De Proibição

O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, confirma que as pessoas que morrem por afogamento nas zonas consideradas perigosas de se tomar banho, muitas vezes são mesmo por negligência e por ignorância das placas de proibição, havendo mesmo aqueles que as arrancam para deitar fora e aproveitarem os ferros. Aquele responsável pediu os mesmos para respeitarem as placas de sinalização colocadas pelos bombeiros e autoridades em algumas zonas da Ilha de Luanda, Morro dos Vedados e Museu da Escravatura (Samba), entre outras, para protegerem as suas próprias vidas.

8.22 Empresas com dificuldades de cumprirem trabalhos das 700 mil ligações domiciliares

Jornal Manchete

7 De Agosto de 2015

Texto: Moreira Mário

A implementação do projecto 700 mil ligações em Luanda já devia conhecer o seu término, mas devido alguns percalços que tem a ver com a questão da linha de crédito, fez com que uma das empresas envolvida nos trabalhos, tivesse que suspender.

A outra empresa também teve problemas no percurso mas que foram já ultrapassados, garantiu ao Manchete o PCA da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), Leonídio Ceita. Trata-se das empresas chinesas Guanxi e Sinohydro a quem a EPAL, na condição de dono da obra, atribuiu

responsabilidade de execução do contrato. "A Guanxi está encarregue de executar 450 mil ligações e tem a data prevista para o término dos trabalhos em Abril de 2016. Enquanto a Sinohydro deverá executar 250 mil ligações, cujo término dos trabalhos estava previsto para um período de 20 meses, pelo que a EPAL está a negociar com a mesma para que as obras terminem em Junho, igualmente do próximo ano", disse.

Torneiras secas há dois anos

Em alguns bairros apesar de terem acesso às ligações domiciliárias, há cerca de dois anos, pois o precioso líquido ainda não chegou nas torneiras das casas dos moradores. Entretanto, Leonídio Ceita explica que o constrangimento consiste pelo facto de grande parte das casas, estabelecimentos comerciais e outras estruturas encontram-se muito próximo dos passeios e das estradas, o que tem estado a impedir o percurso da colocação das tubagens. Daí que envolve a demolição desses imóveis, para a efectivação dos trabalhos.

Outro problema tem a ver com as estradas, pois têm de consultar o Instituto Nacional de Estradas para permitir a passagem de uma conduta na estrada e depois fazer a reparação necessária. Todos estes procedimentos, acrescentou, acarreta elevados custos financeiros à empresa de águas.

O responsável garante que está a ser traçadas estratégias que visam ultrapassar, todas as dificuldades que têm vindo a condicionar o andamento normal dos trabalhos, reconhecendo ser muito tempo que certos bairros aguardam pela saída da água nas torneiras, no âmbito do processo 700 mil ligações domiciliárias.

Mais projectos em curso

Leonídio Ceita revela que actualmente a EPAL conta com um total de 72 projectos, entre eles.: as Estações de Tratamento de Água - Bita e Quilonga Grande - sendo que a implementação desses dois projectos foi necessário fazer a selecção de empresas por via de um concurso público. Admitiu que o nível de fornecimento de água na capital do país ainda é insuficiente e recorda por outro lado, quando assumiu as rédeas do Conselho de Administração da empresa, segundo, a capacidade de produção do precioso líquido situava-se aos 350 mil metros cúbicos, altura em que deu-se o início da construção das ETA's Bita e Quilonga Grande.

"Julgamos que até final deste ano Luanda atingirá um volume de produção cerca de 750 mil metros cúbicos de água, e 900 mil metros cúbicos em 2016",

salientou, prevendo mais ainda melhorias de fornecimento entre 2017/2018. Nesta altura termina também as duas fases das ETA's Bita e Quilonga Grande, que terão uma capacidade de produção de 2 milhões metros cúbicos de água.

Investimentos financeiros

"Para a implementação dos projectos ETA's Bita e Quilonga Grande um financiamento em cerca de 1 bilhão e 200 milhões de dólares, que abrange a construção de 47 novos centros de distribuição de água até 2017", contou.

"Temos um plano director que vai até 2020 e será constituído por uma equipa de engenheiros hidráulicos e técnicos de outras especialidades, para fazer face a situações que eventualmente possam surgir", revelou Leonídio Ceita, manifestando que "a intenção é melhorarmos a qualidade da água distribuída à população".

8.23 Água começa nos bairros periféricos

Jornal de Angola

07 De Agosto de 2015

Texto: Domingos Mucuta

A população dos bairros periféricos da cidade do Lubango vai ver melhorado o abastecimento de água potável, com o lançamento, ontem, no bairro Helder Neto, do programa de ligações domiciliárias inserido no programa de extensão da rede de distribuição, disse, ontem, o director provincial da Energia e Aguas, Abel da Costa.

O lançamento das obras, inseridas no Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das águas na região (PDISA), avaliado em cerca de 572,6 milhões de kwanzas, foi feito pelo governador provincial da Huila, Joao Marcelino Typinge.

Prevê-se a instalação 50 quilómetros de rede de distribuição, com varias dimensões de tubagem e 4600 ligações domiciliárias nos bairros Helder Neto, Comercial, Laureamos e Lucrécia, anunciou o director provincial da Energia e Aguas, Abel da Costa, que explicou que a rede dos bairros periféricos vai interligar com as condutas de 200 milímetros de aguas dos temas de captação da Tundavala, Nossa Senhora do Monte e HI pata, instalados nas principais terias da cidade.

Os técnicos explicam que a execução do projecto de rede periférica deve superar obstáculos relacionados

com a construção desordenada de casas. A cidade do Lubango conta com 6.500 ligação domiciliária com contadores talados. A projecção para os próximos três anos é 40 mil ligações em todos os bairros.

8.24 Dívidas e garimpos 'roubam' metade da facturação da EPAL

Jornal Expansão

7 De Agosto de 2015

Texto: Osvaldo Manuel

Diz o gestor, perde-se todos os meses por causa do não pagamento da água por parte dos clientes, a que se soma o garimpo, à revelia da empresa.

De acordo com Leonídio Ceita, que falou aos jornalistas no final da semana passada, à margem do V Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, a empresa deveria ter uma facturação mensal na ordem do equivalente em kwanzas a cerca de 4 milhões USD. Mas só metade entra nos cofres da companhia.

A EPAL, revela o gestor, vai trabalhar com 13 empresas estrangeiras, no sentido de combater o garimpo de água ao longo das condutas através da aplicação de um sistema de protecção electrónica que garante a vigilância, que será feita em tempo real.

Nos últimos tempos, diz Leonídio Ceita, a empresa tem registado novos garimpos na Rua Brasileira, Bairro Capalanca, em Viana, e nas quinta, sexta e sétima avenidas, no município de Cazenga. A água proveniente do garimpo, alerta o gestor, não está tratada, pelo que é "imprópria para consumo humano".

Nos planos da EPAL está ainda pôr termo a desequilíbrios verificados em termos de pagamentos em algumas zonas. Segundo o gestor, os municípios do Cazenga, por exemplo, "gastam 6 mil Kz por mês", apesar de nem sempre terem abastecimento 24 por dia. Na Centralidade do Kilamba, por seu turno, onde há sempre água, a factura mensal dos habitantes oscila entre 450 e 1.600 Kz mensais, diz o PCA, que defende um aumento do preço.

'Água para todos' novamente adiado

Entretanto, o projecto de construção de 700 mil ligações domiciliárias até ao final deste ano apenas estará concluído em Abril de 2016, disse o gestor. O projecto, integrado no programa do Governo 'Água para Todos', foi lançado em 2012, com um investimento previsto de 400 milhões USD, mas a

EPAL tem vindo a admitir atrasos atribuídos a constrangimentos, principalmente por parte de empresas contratadas para a sua execução.

De acordo com o site da EPAL, o programa tem como empreiteiras as empresas chinesas Sinohydro e Guanxi.

Entretanto, a vice-governadora da província de Luanda para a área de Política Social, Jovelina Imperial, lançou um apelo no sentido da "monitorização e controlo da qualidade da água para consumo", assim como no "aperfeiçoamento da facturação, fiscalização e cobrança de consumo"

O ministro da Energia e Águas defendeu que é necessário "apostar na formação de quadros do sector, no quadro do processo de reestruturação e na melhoria da qualidade dos serviços prestados a nível do País", reconhecendo a "insuficiente capacidade técnica e humana no subsector das águas ainda existente em grande parte das províncias".

João Baptista Borges explicou que, no âmbito do processo de reestruturação do subsector das águas - que passa pela criação de empresas provinciais para gerir os sistemas que estão a ser reabilitados e construídos nas sedes provinciais e municipais - em cada projecto de infra-estrutura deverá existir uma componente de formação.

O ministro também defendeu a necessidade de melhoria da gestão e organização das empresas da área da energia, assim como da qualidade na prestação dos serviços.

8.25 Detido garimpeiro de água em Viana

Jornal de Angola

9 De Agosto de 2015

Um dos maiores garimpeiros de água potável nas condutas da Empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL), na localidade de Bondo Chapéu, no município de Belas, foi detido pela Polícia Nacional

O porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, disse à Angop que o detido é responsável há mais de cinco anos pelo desvio das condutas de água, para venda ilegal a camiões cisternas e tanques subterrâneos com capacidade a partir dos dez mil litros, o que causa um grande prejuízo à empresa.

De acordo com o porta-voz da EPAL, na região do Bondo Chapéu, foram desactivados, entre outros

meios, pontos de captação de água a partir das condutas, bomba de captação de água aos tanques, um negócio que rendia valores avultados. Domingos Paciência aconselhou a população a denunciar esta prática ilegal. "A água é para ser consumida por todos os cidadãos e não para ser comercializada por terceiros, que só provocam a sua distribuição irregular", disse.

Por este facto, o funcionário da EPAL apelou aos responsáveis das administrações municipais, distritais, membros de comissões de moradores a denunciarem esta prática, que tem prejudicado o normal abastecimento de água potável, com realce para a periferia da cidade.

Repetidas vezes, a empresa de água tem denunciado desvios de água a partir das suas condutas, uma prática que afecta substancialmente outros consumidores.

8.26 Habitantes de Cavunga com mais água potável

Jornal de Angola

11 De Agosto de 2015

Texto: Valter Gomes

Mais de três mil e quinhentos habitantes da regedoria do Cavunga, na província do Uíge, beneficiam de água potável desde final de Julho, fruto da instalação de um sistema de gravidade, no âmbito do Programa "Água para Todos", disse domingo, ao Jornal de Angola, o regedor Abraão Ernesto.

O equipamento funciona com um reservatório com capacidade para 50 mil metros cúbicos e vai garantir o abastecimento de água potável em seis aldeias da regedoria, nomeadamente Quilemba, Quinsanda, Cazola, Quinioma, Cumbi e Cavunga, informou o regedor Abraão Ernesto.

"Na sede da regedoria foram construídos quatro chafarizes e igual número de lavandarias, enquanto em cada uma das aldeias funcionam três chafarizes e igual número de lavandarias", disse o regedor de Cavunga.

"Antigamente acarretávamos água nos rios Quinua e Zembe, que ficam a cerca de três e quatro quilómetros da aldeia. Foram dias, meses e anos muito difíceis. Mas agora nos sentimos aliviados porque podemos acarretar água a qualquer hora do dia e bem perto das nossas casas", referiu uma moradora.

O regedor de Cavunga, Abraão Ernesto, lembrou que desde a fundação da regedoria, em 1972, a população nunca tinha beneficiado de água potável. "É um benefício que veio aliviar o sofrimento da população, principalmente das mulheres, que mesmo depois de saírem das lavras são obrigadas a percorrerem quilómetros para acarretar água e depois prepararem as refeições".

A administradora municipal do Songo, Adelina Figueiredo Pinto, recomendou à população para cuidar das torneiras, mantendo a higiene e a conservação dos equipamentos, para que possam durar mais tempo. "Água para todos" é um programa ambicioso que veio facilitar a vida da população, por isso vamos continuar a trabalhar para colocarmos água potável em todas as localidades do município do Songo onde ainda não existem sistemas instalados".

Vias terciárias reabilitadas.

A administradora municipal Adelina Pinto disse que no ano passado foram terraplenados os troços que ligam a sede do Songo às regedorias do Demba, Quicuva, Nzenguele, entre outras que facilitam o acesso rápido às localidades mais recônditas da região.

Quanto ao troço que liga a sede municipal à aldeia de Cavunga, Adelina Figueiredo Pinto tranquilizou a população: "Esta via já está contemplada no Programa de Investimentos Públicos (PIP), aguardamos apenas pelo momento certo para o arranque das obras".

A regedoria do Cavunga, acrescentou, tem uma população estimada em 3.500 habitantes, distribuídos por seis aldeias.

8.27 O consumo de água

Jornal de Angola

11 De Agosto de 2015

Já muito se falou sobre o garimpo de água, sobre os inconvenientes na extensão do acesso à água por parte de toda a população e da necessidade de uma maior participação dos consumidores para a sustentabilidade da EPAL. Contrariamente à ideia de uma eventual má prestação de serviço por parte da EPAL, reduzida produção de água ou qualquer outro factor intrinsecamente ligado ao seu funcionamento, as razões dos constrangimentos são na sua maioria exógenos.

Há dias, o PCAda EPAL lamentou o facto de milhares de ligações de fornecimento de água estarem inoperacionais em virtude de embaraços ao longo das canalizações instaladas pela empresa e outras práticas já conhecidas.

Lionídio de Ceita, anunciou também que, que para a melhoria da vida da população se prevê, até Dezembro do corrente ano, o aumento de 750 mil metros cúbicos de água e em 2017 de cerca de um milhão e 400 mil metros cúbicos na capital do país. Felizmente, grande parte das situações que inviabilizam o cumprimento dos programas traçados para a expansão do fornecimento de água potável estão plenamente identificados.

O fornecimento de água potável e o alargamento do acesso está indissolivelmente ligado ao desenvolvimento, saneamento e bem-estar das famílias.

Atendendo à dimensão do problema, não há dúvida de que a maioria das ocorrências relativamente aos estrangulamentos na rede de fornecimento de água são verdadeiros casos de polícia. A Polícia Nacional tem dado o seu contributo decisivo ao desmantelamento de numerosas redes-piratas de fornecimento de água, que desviavam milhares e milhares de metros cúbicos.

O consumo de água é vital sob todos os pontos de vista e não há dúvida de que a empresa pública responsável pela manutenção deste serviço importantíssimo pretende continuar a servir as populações.

No âmbito da estratégia denominada "Água para Todos", o Executivo tem sido bem sucedido na cobertura do fornecimento de água potável. Mas temos ainda muito trabalho pela frente porque há ainda muitos desafios resultantes de estrangulamentos e desperdícios que se registam no fornecimento de água às famílias.

Cada vez mais aumentam as necessidades de consumo de água, numa altura em que Angola se encontra no bom caminho quando se trata do cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio no que ao desenvolvimento do acesso e consumo de água potável diz respeito. Inclusive as políticas de combate à pobreza extrema podem ficar seriamente afectadas caso não sejam bem sucedidos os programas de fornecimento de água potável.

Tendo esta estratégia no centro das suas prioridades, o Executivo traçou medidas que consistem no aumento de número de famílias angolanas que possuem água canalizada ou que viram melhorar o

acesso ao líquido precioso. Trata-se de uma empreitada que está a gerar frutos na medida em que, para a satisfação das nossas comunidades, zonas longínquas dos perímetros urbanos conheceram ligações da EPAL.

Há trabalho pela frente, é verdade, razão pela qual a empresa fornecedora não desiste de continuar a crescer para manter a sua sustentabilidade. Urge fazer numerosas correcções enfrentadas pela empresa fornecedora de água potável na medida em que a expansão dos seus projectos deu azo a milhares de irregularidades. A instalação de tubagens e canalizações de água um pouco por todo o lado, um bem inigualável para servir às populações, tem sido acompanhado com uma realidade a todos os títulos reprovável.

A estratégia de fornecimento de água às famílias não deve estar condicionada às construções, grande parte delas desordenadas, que tendem a desvirtuar os objectivos de programas que visam aumentar níveis de acesso à água potável.

Acreditamos que há numerosos outros projectos, ainda relativamente ao fornecimento de água às populações, cuja implementação está condicionada a numerosos constrangimentos nas vias, com maior particularidade nas zonas suburbanas.

O combate sem tréguas aos actos ilícitos praticados por garimpeiros e à construção propositada sobre linhas de água, bem como o não-pagamento do consumo de água, além de outros procedimentos que emperram o bom funcionamento da distribuidora do líquido precioso, é fundamental.

Como destinatárias da água, as famílias devem ser também uma das partes interessadas no fornecimento ininterrupto e sem constrangimentos de nenhuma espécie. Devem cooperar em casos confirmados de estrangulamentos no fornecimento de água para que a reposição da normalidade se efective com a intervenção dos técnicos, sob pena de grande parte dos consumidores ficarem afectados.

A EPAL dá passos que, além de encorajados, devem ser preservados por todos e estimulados com pequenos gestos como o pagamento regular do consumo de água.

8.28 Investimentos públicos para a provisão de água

Jornal de Angola

27 De Agosto de 2015

O Ministério de Energia e Águas está a investir 24 milhões de dólares (3.024 milhões de kwanzas) na execução de um projecto de captação e distribuição de água potável no município da Matala, 170 quilómetros a leste da cidade do Lubango, que vai beneficiar mais de 243 mil habitantes.

Em declarações prestadas ontem à Angop, o administrador municipal da Matala disse que o projecto, financiado pelo Executivo, tem como objectivo permitir substituir a rede antiga de distribuição no casco urbano e a colocação de outra nos bairros onde nunca existiu água canalizada.

Miguel Vicente assegurou que a Administração Municipal da Matala está a acompanhar os trabalhos que tiveram início há dois meses e que devem estar concluídos em Maio de 2016.

A população da Matala consome água potável de fontenários que funcionam com placas solares, no âmbito do programa "Água para todos". Atravessado pelo rio Cunene, o município da Matala tem uma população estimada em 243.938 habitantes.

Aquicultura no Cuvango

Dez associações de aqui cultura foram criadas pela Direcção Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural do município do Cuvango, 317 quilómetros a leste do Lubango, no âmbito do programa nacional de diversificação da economia adoptado pelo Executivo.

Em declarações à Angop, o director da Agricultura do Cuvango disse que as associações foram constituídas em dez aldeias do município e neste momento estão a beneficiar de formação técnica e apoio material para o desenvolvimento do projecto.

Martinho Gregório realçou que Cuvango, banhado pelos rios Cutatu e Cubango, integrado na bacia hidrográfica de Okavango, tem potencial para ser bem-sucedido na pesca artesanal e criação de peixe em viveiros. Além disso, a população tem como principais actividades económicas a caça, pesca e agricultura.

Os pescadores capturam peixe suficiente para o mercado e consumo das famílias, onde se incluem espécies como cacusso, bagre, quimaia peixe tigre.

Q Executivo aplica um programa que fomento da piscicultura para elevar o consumo de peixe e o aumento dos rendimentos das famílias no meio rural.

Esse programa é suportado por uma elevada componente de crédito institucional afecta ao Angola Investe, uma iniciativa do Executivo que disponibiliza financiamentos a empresas de todas as dimensões para o fomento da actividade económica e a diversificação da economia angolana.

8.29 Água para todos chega a mais pessoas

Jornal Economia

28 De Agosto de 2015

Mais de 500.000 populares já beneficiam do programa "Água para Todos", na província da Huila, anunciou, recentemente, na cidade do Lubango, o director nacional das Águas, Lucrécio Costa.

Falando aos jornalistas, depois de uma visita as obras em curso na cidade do Lubango (capital da província da Huila), Lucrécio Costa disse que todos os municípios da província já tem aguam, apesar de não revelar o número de sistemas já construídos.

"O que vimos na cidade do Lubango demonstra qualidade do trabalho e a vontade do Governo de reduzir o problema de falta de água as populações; por isso, encorajamos a prosseguir com esta tarefa", referiu o responsável.

Mais projectos

Anunciou a implementacao de varies projectos ligados a agua para a cidade do Lubango, no quadro da linha de crédito do Banco Mundial (BM), que se vai estender a todos os bairros da sede capital da Huila. Segundo disse, três bairros do Lubango ganharam sistemas de fornecimento de água potável no âmbito do programa de desenvolvimento institucional do sector e o Governo vai continuar a apostar.

Em função deste programa, a sede capital da Huila (Lubango) esta também a beneficiar de urn outro denominado "Águas do Lubango", que entrou já na sua segunda fase de execução, cuja primeira permitiu substituir a rede de distribuição do centro urbano da cidade.

Investimentos

O mesmo é financiado por uma linha de crédito da Alemanha, avaliada em 12,8 mil milhões de kwanzas (90 milhões de euros), cuja execução iniciou em 2011. Por outro lado, mais de 192.000 populares da cidade do Lubango estão desde Abril do corrente ano a beneficiar de água potável através de 67 furos abertos no quadro do programa "Água para Todos", com um investimento de 128 milhões de kwanzas.

Desde a implementação do programa em 2008, mais de 300.000 habitantes das comunas da Huila, Hoque, Arimba, Quilemba e Sede beneficiaram, através da construção de sistemas de fornecimento e pontos de água. Durante a sua visita a província da Huila, o director nacional das Águas visitou as obras de captação da Nossa Senhora do Monte, da Humpata, assim como o projecto "Águas do Lubango".

A província da Huila tem uma população estimada em dois milhões 354.398 habitantes, de acordo com os dados provisórios do censo-2014.

8.30 Gestão dos recursos hídricos. SADC tem plataforma interactiva

Jornal de Angola
28 De Agosto de 2015

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) pretende criar uma plataforma interactiva entre os Estados membro sobre questões estratégicas gestão dos recursos hídricos. A comunidade pretende envolver profissionais de comunicação a juventude nestas estratégias. Para o efeito, o Ministério da energia e Águas, em colaboração com a Parceria Global para Água África Austral e o Inter Press Service África promove, nos dias 2, 3 e Setembro, uma formação dirigida a profissionais de comunicação social.

A formação para profissionais de comunicação social tem como objectivo apresentar o IV Plano Acção Estratégica Regional da comunidade de Desenvolvimento da África Austral para a gestão integrada dos recursos hídricos e prepara-los para a cobertura de questões sobre água a nível local. O ministério da Energia e Águas promove um fórum com a juventude, programada pela Divisão de Águas da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral no âmbito desta estratégia.

Segundo um comunicado de imprensa, as actividades estão inseridas na "Semana da Água da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral", que decorre

em todos os Estados membros, sob o lema "Da visão para a acção".

A "Semana nacional da água" é uma oportunidade para a sensibilização de cada Estado sobre o Programa Regional da Água da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e das iniciativas das organizações das bacias hidrográficas na prossecução da melhoria da gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos e a necessidade de harmonização das estratégias nacionais e locais com as regionais da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

8.31 Recolha de resíduos deve ser uniformizada

Jornal de Angola
07 De Agosto de 2015

As empresas de limpeza da província de Luanda devem uniformizar os horários de recolha de resíduos sólidos, tendo em conta ao novo modelo estabelecido, defendeu, na quarta-feira, em Luanda, o coordenador da Rede Ambiental Maiombe, Cesar Xangale Cassule.

Devem ser estabelecidos horários consensuais para a deposição de resíduos sólidos por parte das populações, referiu. "As empresas envolvidas neste processo devem efectuar um estudo para identificar qual o período em que os habitantes de Luanda deposita os resíduos para que se estabeleça um horário único para a recolha do lixo pelas operadoras." O coordenador da Rede Ambiental Maiombe disse que as administrações municipais precisam de elaborar planos de acção em tomo do processamento dos resíduos e reforçar os programas de educação e consciencialização em boas práticas ambientais.

Para o êxito do novo modelo de recolha de resíduos, a Rede Maiombe de Luanda está a activar núcleos comunitários ambientais nos municípios, para que sensibilizem as comunidades sobre as boas práticas de recolha selectiva de resíduos sólidos. A campanha estende-se ao dia 5 de Janeiro de 2016, em vista a promoção de atitudes comportamentos positivos perante o meio, informou o ambientalista.

No sistema porta-a porta, a campanha consiste, além de palestra, na distribuição de sacos ecológicos para o acondicionamento dos resíduos, cartilhas com informal sobre o ambiente, entre outras iniciativas, explicou César Xan Cassule. A iniciativa conta com apoio da Agência Nacional de resíduos (ANR).

8.32 ENDE coloca 70 agentes no terreno para reforçar captação de receita

Jornal Expansão

7 De Agosto de 2015

Texto: Osvaldo Manuel

A Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) tem no terreno, em Luanda, mais de 70 agentes autorizados com a missão de fazerem o levantamento dos clientes da empresa e sensibilizarem a população para a necessidade de pagar as facturas de energia, revela o presidente do conselho de administração (PCA) da companhia.

As equipas, explica Francisco Pereira de Sousa Talino, que falou ao Expansão à margem do V Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, no final da semana passada, em Luanda, vão não só ajudar a empresa a cadastrar os seus clientes, mas também a controlar os seus consumos de electricidade.

Segundo o gestor, a ENDE tem vindo a fazer um esforço a nível nacional para "ter conhecimento da funcionalidade do sector energético", de modo a estar preparada para "responder de forma exequível às exigências do mercado".

Este esforço, diz, ocorre numa altura em que a distribuição de energia pode abrir-se à concorrência, após a aprovação da nova Lei Geral da Electricidade, que permite a entrada de operadores privados no sector (ver Expansão da semana passada).

Entretanto, segundo Francisco Pereira de Sousa Talino, a ENDE prevê instalar até 2017 perto de 1,1 milhões de contadores de energia em todo o País, fabricados em solo nacional. "Trata-se de um processo abrangente, que visa substituir o contador pós pago pelo pré-pago", afirma.

Os novos contadores, explica, trazem vantagens quer para a empresa, que deixará de "acumular dívidas", quer para o consumidor, que "pagará apenas aquilo que puder consumir". "Conhecemos as dificuldades e temos de agir em função da melhoria das condições do fornecimento de electricidade", diz o PCA, que promete também "melhorar as condições de trabalho dos colaboradores" da empresa.

Projectos estruturantes vão dar frutos

Francisco Talino reconhece que continuam a existir restrições no fornecimento e distribuição de energia

eléctrica, nomeadamente em Luanda, onde habita parte significativa da população angolana, segundo o último Censo, realizado em 2014, garantindo, contudo, que existem "projectos estruturantes ao nível da produção, transporte e distribuição", que virão a produzir efeitos "em tempo oportuno".

Estas restrições, afirma, levam a empresa e o Estado, seu accionista, a sofrerem perdas de receita num montante que é "difícil de quantificar". O esforço de registo dos clientes, explica, vai ajudar também a companhia a ter conhecimento das perdas.

O PCA de ENDE destacou estar previsto "um aumento significativo da capacidade de transporte", coma construção de mais de 2.500 quilómetros de linhas, e também um reforço da capacidade de produção de energiademilpara"cerca de 9.500 megawatts até 2025".

A transformação do sector que tem vindo a ser promovida e que passou, nomeadamente, pela extinção da ENE e da EDEL, substituídas por três novas empresas para os segmentos de produção, transporte e distribuição, visa contribuir para que sejam alcançados os objectivos, disse.

De acordo com Francisco Talino, o reforço da capacidade de produção vai resultar não apenas da construção de novas centrais térmicas, mas também da "introdução significativa da componente de energias renováveis na matriz energética" nacional.

Entretanto, também a EPAL prepara medidas para combater o garimpo e o incumprimento no pagamento das contas da água por parte da população de Luanda (ver texto em baixo).

8.33 Lixo e insegurança nas praias de Luanda

Jornal Manchete

28 De Agosto de 2015

Texto: Moreira Mário

A época quente ou estação chuvosa já começou. Neste período que normalmente é caracterizado por temperaturas elevadas e precipitações variáveis e que decorre de 15 de Agosto a 15 de Maio, consequentemente, resulta também ao surgimento da "Época Balnear" com maior destaque nas cidades litorais, como no caso de Luanda.

Daí que na medida em que o clima começa tomar-se mais quente, a presença de banhistas nas praias também vai aumentando, de forma progressiva a cada

final de semana. Praias do Mussulo, Cacuaco, Cemitério dos Navios, Ilha de Luanda, Praia da Nicha, Morro dos Vedados, só para fazer referência, são as mais frequentadas por parte dos cidadãos que buscam nestes lugares, momentos de diversão.

A par da abertura da "Época Balnear 2015" , recentemente, pelo Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, o Manchete esteve no domingo, 22, na praia da Vila de Cacuaco e da Nicha, este último situado no Benfica, com o propósito de constatar o nível de conservação de higiene das mesmas, bem como da questão da segurança dos banhistas.

Em nenhum dos lugares notamos a presença de agentes salva-vidas para caso de afogamentos ou para outro tipo de emergência. A limpeza é deficiente, não foi para menos que encontramos pequenos amontoados de lixo espalhado pelo areal e mar adentro.

Segundo os frequentadores da orla marítima da Vila de Cacuaco, quando chove, nesta zona a água do mar apresenta-se turva e acastanhada. Para eles, este cenário representa um perigo para a saúde pública e a segurança, uma vez que retira visibilidade a quem nada ou, simplesmente, a quem banhe à beira-mar.

Quanto a situação do lixo, os mesmos reconheceram tratar-se de um problema de consciência de cada cidadão e manifestaram a necessidade da polícia marítima punir severamente todos aqueles que teimosamente insistem em deitar os detritos para o chão, "já põem em perigo a vida até daqueles que primam pela higiene".

Na praia da Nicha a realidade é mesma ao da praia de Cacuaco, um cenário se comparado, idêntico às demais existentes em Luanda.

Banhistas Ignoram Placas De Proibição

O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, confirma que as pessoas que morrem por afogamento nas zonas consideradas perigosas de se tomar banho, muitas vezes são mesmo por negligência e por ignorância das placas de proibição, havendo mesmo aqueles que as arrancam para deitar fora e aproveitarem os ferros. Aquele responsável pediu os mesmos para respeitarem as placas de sinalização colocadas pelos bombeiros e autoridades em algumas zonas da Ilha de Luanda, Morro dos Vedados e Museu da Escravidão (Samba), entre outras, para protegerem as suas próprias vidas.

8.34 O fenómeno do «ímã do lixo»

Jornal Semanário
28 De Agosto de 2015

Sempre que chego a casa, sobretudo a hora do jantar, e que tenho o mínimo de tempo disponível para poder ver alguns programas de televisão, Por essa altura, os meus filhos, em particular os menores, me olham logo de soslaio, porque de resto, sabem já de antemão, que o seu tempo de antena estará invariavelmente «tremido» pois a «Disneylandia» (entenda-se, bonecos animados) seu programa preferido, que consome boa parte do tempo deles, sobretudo no período pos-aulas, chega ao fim. Esse rompimento de emissão ao canal infantil deve-se ao facto de, por necessidade informativa, mudar para os canais que providenciam esse tipo de serviço.

Todavia, e num certo dia, os meus putos me olhavam um tanto ou quanta estupefactos, pois notavam que ao contrario de outros dias, eu não pedi que eles trocassem de canal, mas sim, ficamos a partilhar o canal infantil que, de quando em vez, ate me da gosto ver porque por um do alguns desses programas são bastante pedagógicos, logo, educativos e, por outro, porque me caracterizo como sendo um elemento com um sentido de humor bastante apurado, pelo que certas risadas são ate muito bem aconselhadas para a saude humana.

Ora, dizia que naquele dia não pedi para mudarem de canal, pois o programa infantil em apreço focava aspectos que despertaram muito interesse e que nos são muito «familiares» designadamente a problemática do lixo! Na época do programa infantil (bonecos animados), havia um determinado personagem que interpretava o papel de íman do Lixo, Ou seja, o personagem atraia a si, tudo quanta fosse lixo, do mesmo modo que, em realidade, o íman, nas suas características electromagnéticas, atrai para si, todos os corpos metálicos que gravitam a sua volta!

E a tal personagem da peca, um 'boneco' mas com características humanas por sinal, vangloriava-se dizendo que sentia-se bem estando envolto no meio do lixo, e auto estimava-se pela capacidade de poder atrair junto a ele, um volume considerável de resíduos sólidos pois, daquele modo, satisfazia em pleno o seu ego a viram? Tanto e que, e para o cumulo dos cúmulo, o referido personagem, a dada altura alude que ele «amava o lixo, e o lixo o amava», inversamente aos outros personagens ambientalistas

da cena que, preocupados com o absurdo do «Iman do Lixo» se desdobravam em encontrar soluções para livra-lo daquela fenomenal «patologia»! Bom, ouvido esse lado discursivo do referido personagem, algo de facto chamou a atenção, tendo em conta a realidade com que nos debatemos actualmente sobre a questão do lixo que, dia após dia, nos tern transtornado de maneira bastante preocupante, muito particularmente no que a saude publica diz respeito.

Dai que, em função disso, e numa analise profunda, uma bateria de perguntas não se pó de calar diante de tamanha anormalidade que se vive na nossa sociedade relativamente ao lixo será que pelo amontoado de lixo que nos assola no dia-a-dia, nos «transformamos» já todos no «iman do lixo»? Será que onde quer que a gente esteja, temos 'atraído' o lixo para nos rodear? Se a metáfora não se aplica a nossa realidade, então o que e que se estaria a passar, se tivermos em conta que quanta mais se limpa as ruelas, ruas, avenidas, enfim, a cidade de uma maneira geral, com campanhas de limpeza envolvendo empresas especializadas na matéria, com valores monetários bastante elevados nelas envolvidos, no intuito de se acabar com o lixo, mas o certo e que, e lamentavelmente, a impressão que se tern e que quanta mais se limpa, mais também a cidade incompreensivelmente se apresenta com volumes assustadores de lixo? Incrível Simplesmente admirável E então? o que e que se esta a passar de concreto com as pessoas e com a sociedade? Aqui chegados, a velha questão volta a ribalta: afinal o «asseado» e o que limpa ou aquele que não suja?!

Seja como for, para nos, o binómio 'sujar e limpar' deve estar sempre intrinsecamente ligado, uma vez que a primeira atitude da necessariamente consequência a outra! Ou melhor, quem sujar, deve, e em primeiríssima instancia, limpar a sujidade que produziu! E incontornável. Mas para o efeito, e necessário que haja uma boa educação das pessoas relativa mente a higiene, saude e meio ambiente desde a tenra idade, ou seja, a partir do seio familiar, passando pela escola, e noutras instituições de socialização, pois ao contrario, que ninguém se iluda, e que nada mesmo aconteceu por muita «evangelização» que possa haver, pois nesse quesito, o «milagre» simplesmente não opera. Só com trabalho, mas com muito trabalho mesmo, poderemos eventualmente a médio ou a longo prazo, ir mudando as consciências das pessoas pois que, não sendo isso somente um processo mecânico mas sobretudo educativo, levava o tempo que levar, mas e necessário que caminhemos nesse sentido com vista a mudarmos o quadro dantesco em que nos encontramos face aos desafios de eliminar os

focos de lixo que surgem como cogumelos urn pouco por todo o lado! Por conseguinte, varies modelos de ensaio na recolha de lixo já foram sucessivamente ensaiados nesse «laboratório» metropolitano, mas todos redundaram em fracasso! Porque falta trabalhar e educar o homem nesse sentido!

Porque de resto, estamos de facto todos muito orgulhosos com o desenvolvimento do erguer de varias infra-estruturas sociais, com a beleza dos novos edificios, do charme dos grandes condomínios, das denominadas vias rápidas, enfim, de tudo quanto nos agrada mas, infelizmente, tudo isso tern ficado ofuscado pelo amontoado de lixo que não poupa nem mesmo as áreas altamente urbanizadas, menos ainda as zonas periféricas da cidade. Logo, e nesse contexto, impõe-se de facto a necessidade urgente de se moldar a mente dos cidadãos, para corresponder aos grandes desafios de desenvolvimento que temos pela frente, particularmente no que diz respeito a manutenção e preservação das infra-estruturas sociais ora erguidas, e evitar, a to do o custo, que haja a reprodução e proliferação de focos de lixo, de forma a termos uma cidade não só bonita mas, sobretudo, limpa e asseada, e que seja um postal lindo para quem a observa, que viva nela, e para os visitantes vindos de outras latitudes. Porque da maneira como ela se encontra actualmente, nos envergonha a todos e em nada nos dignifica.

E com a época das chuvas já as portas, imagine-se o caos nesta cidade! A vida na periferia, por essa altura, e simplesmente sem comentários o lamaçal de podridao, associado ao lixo nauseabundo, forma dai um 'dueto' de insalubridade que repugna qualquer mente sadia. Logo, há que se ganhar definitivamente consciência seja de forma individual e também de maneira colectiva, para que saibamos que o lixo e um terrível mal a combater, mantendo-nos longe dele, eliminando-o desde logo, e evitar a sua reprodução! A errada atitude com que nos habituamos que eu sujo e os outros que limpem tem de acabar, concorrendo também, e para o efeito, a aplicação efectiva de coimas para quem assim proceder!

Mas para tal, só será possível com uma Fiscalização bem organizada e bastante serial Que actue com determinada propriedade contra as operadoras que prevariarem, e contra os cidadãos que deliberadamente sujam! Não basta também colocarem-se contentores e mais contentores de lixo em determinados sítios, para depois ficarem ai dias ou mesmo semanas consecutivas bem abarrotados com resíduos sólidos e sem serem removidos.

Quando isso ocorre, o lixo ganha cada vez mais espaço e proporção e nos 'engole' a todos. Por essa razão, e a medida que se for produzindo lixo, ele deve

ser evacuado para aterros sanitários, nos afastando dele! Por conseguinte, e agindo assim, pensamos nos, deixaremos de ser uma espécie de «Iman» que atrai em nosso redor lixo e cada vez mais lixo, que nos é muito prejudicial a saúde, contrariando deste modo, o personagem da peça dos «bonecos animados» que ama e se sente bem, estando envolto em !lixeirada! Certamente que este não pode, nem deve ser o nosso caso! Sem mais reticências, digamos 'não ao lixo', e ponto final!

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Delinquência preocupa administração e polícia em Belas

Jornal Semanário Angolense

1 De Agosto de 2015

Texto: Vandakeya Calitangue

A Administração municipal de Belas e o Comando da Polícia local prometem a construção de mais Esquadras Policiais no interior dos bairros, afim de se combater a criminalidade naquela circunscrição de Luanda.

A informação foi recentemente avançada pelo administrador municipal de Belas, Filipe Espanhol, durante um encontro que os representantes da Administração municipal e a Polícia Nacional local mantiveram com o Conselho da Juventude do município e os demais moradores ..

Filipe Espanhol informou que uma das maiores preocupações do município que dirige são a violência doméstica, os crimes violentos e a sinistralidade rodoviária.

Para colmatar este fenómeno, a administração de Belas está a trabalhar com o Comando da Polícia Nacional e o Conselho Comunitário, no sentido de criar métodos que visam diminuir o fenómeno da delinquência nos bairros.

O policiamento de proximidade, a construção de novas unidades policiais e a reabilitação das vias de acesso para facilitar o trabalho da polícia nos bairros e nas comunidades mais críticas, vão ajudar a combater o índice de criminalidade na província de Luanda e, em particular, naquela circunscrição, tendo em conta o elevado número registado actualmente.

O administrador de Belas recomendou maior engajamento aos membros da administração local e a população em geral, para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, tendo em conta o número de relatos de crimes violentos registados nos últimos tempos.

«A luta contra a criminalidade é um assunto que deve preocupar todos actores sociais, porque ela atormenta todos cidadãos e depende altíssimas quantias ao cofre do Estado», sublinhou o responsável.

Zonas mais críticas

Por sua vez, o comandante da Polícia Nacional no município de Belas, Gabriel Jorge, apontou a Zona-Verde, Ramiros e Belas, como as áreas mais críticas em termos de actuação dos miliantes naquele município.

Para além da violência doméstica que muitas vezes resulta em fatalidade, os homicídios voluntários, furto de viaturas e os assaltos a mão armada às residências, são os crimes mais praticados pelos miliantes que actuam naquelas zonas.

O responsável da Polícia Nacional em Belas, garantiu que tudo está a ser feito de modos a prevenir e reduzir a criminalidade nos bairros. Gabriel Jorge pediu maior colaboração da população, sobretudo da juventude, no sentido de diminuir este mal que a cada dia preocupa a sociedade e separa as famílias angolanas.

Falta de segurança e ordem pública

A segurança e ordem pública foram preocupações apresentadas pelos munícipes de Belas durante o encontro. Os populares apelaram para a construção, com urgência, de mais esquadras e postos policiais nos bairros, para garantir a segurança nas zonas mais críticas do município.

Os populares de Belas são de opinião que as associações juvenis desempenham um papel importante para a prevenção e combate ao fenómeno do crime, assim como para consciencializar a sociedade, por meio do diálogo, em relação aos perigos desta prática.

9.2 Aberto ciclo de palestras sobre violência

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2015

Texto: João Pedro e Ana Paulo

O secretário de Estado para os Serviços Prisionais disse ontem, em Luanda, que os 16.237 casos de violência doméstica registados em 2014 constituem uma preocupação urgente do Estado em relação ao futuro do país e das famílias.

José Bamóquina Zau, que falava na abertura de um ciclo de palestras sobre a violência doméstica, a decorrer de 18 de Agosto a 10 de Novembro em todo o país, referiu que o objectivo é reforçar a sensibilização da população. "Queremos desencorajar a prática da violência e trabalhar na moralização das famílias e da sociedade", salientou.

Muitos casos de violência sexual são cometidos por pessoas próximas da família, o que dificulta o trabalho da Polícia e as estatísticas apontam para quatro casos por dia. Por isso, "queremos reforçar as acções preventivas" e "estamos a trabalhar para termos um cadastro dos agressores nos casos de violência doméstica e agir de forma criminal", acentuou o secretário de Estado para os Serviços Penitenciários. "Vamos facilitar o acesso da justiça a esses dados para a protecção e integração social da vítima de violência doméstica e levar ao conhecimento do cidadão, por via da comunicação social, os casos julgados e punidos pela justiça", destacou José Bamóquina Zau.

9.3 Polícia evita afrontar marginais

Jornal Semanário Angolense
14 De Agosto de 2015

De acordo com os moradores, a falta de energia eléctrica tem contribuído para que os marginais realizem as suas acções livremente sem o risco de serem reconhecidos, muito menos de serem agarrados pela polícia.

Os populares contam que quando ligam para a unidade de polícia junto das bombas de combustível de Cacuo, os agentes dizem que também têm medo de morrer, principalmente devido a escuridão que torna o trabalho da polícia mais complexo. Por isso, segundo contam, os agentes só aparecem de manhã, quando os marginais já não estão no lugar.

Uma fonte ligada à polícia local informou-nos que os agentes têm medo de chegar àquela área no período nocturno por falta de capacidade, para além da falta de energia que também contribui.

As movimenta polícia e comissão de moradores. Durante o nosso trabalho de reportagem naquela zona, a nossa equipa dirigiu-se à comissão de moradores que funciona em conjunto com o comité do partido MPLA, afim de saber que diligências já foram feitas para o combate à criminalidade na zona, mas não foi possível obter essas respostas porque os responsáveis não se encontravam.

Após a nossa retirada, no dia seguinte, um dos membros da comissão de moradores daquele bairro identificado por Francisco Kizuta foi a uma estação emissora para falar sobre a situação da área.

Francisco Kizuta desmentiu a informação segundo a qual mais se 700 famílias abandonaram as suas residências, dizendo que confirma apenas o

abandono de cinco residências já a algum tempo atrás.

O responsável disse que são casos que ele próprio acompanhou e as entidades policiais locais têm conhecimento. De ressaltar que, coincidentemente, durante a nossa reportagem no Belo Monte, testemunhamos a retirada de mais uma família daquela área. Com os seu haveres num veículo motorizado vulgo «avô veio», os moradores foram a procura de tranquilidade num bairro onde é possível viver com um pouco de paz, como eles disseram.

Para Francisco Kizuta, a preocupação dos moradores tem a haver com a falta de iluminação no bairro, situação que tem sido dos principais impulsionadores da delinquência no bairro.

Francisco Kizuta disse que tem havido patrulhamento na área e a comissão de moradores pretende pedir ao comandante local a criação de uma esquadra móvel a fim de atender a população da zona.

Ao longo da nossa permanência no bairro Belo Monte, os moradores apelaram para a necessidade de se criar várias esquadras móveis na área, de formas a não se dar espaço aos amigos do alheio.

«É necessário que sejam várias esquadras, porque se for apenas uma com cinco agentes, os marginais terão coragem de invadir os policiais», advertiram os populares.

9.4 Populares contam apenas com a protecção de Deus

Jornal Semanário Angolense
14 De Agosto de 2015

Texto: Vandakeya Calitanque

Os moradores do bairro Belo Monte estão preocupados com a crescente onda de criminalidade que assola aquela zona adstrita ao município de Cacuo há mais de um ano.

De acordo com os populares visivelmente aterrorizados com a situação, os marginais actuam sobretudo no calar da noite roubando, matando, violando e espancando de forma bárbara as vítimas.

Por este motivo, segundo informações no terreno, mais de 700 famílias abandonaram as suas residências com medo de serem os próximos alvos dos malfeitores.

Das pessoas que se retiraram do bairro, algumas foram procurar abrigo em casa de familiares fora

daquela localidade, enquanto que outras, com uma certa possibilidade financeira, arrendaram casas em bairros vizinhos, informam os moradores.

«Nós continuamos aqui porque não temos para onde ir; a única solução é rezar todos os dias para que Deus nos proteja das maldades destes bandidos», disse Manuel Pedro.

Domingos Maurício, pai de cinco filhos, conta que por falta de meios para arrendar uma casa num outro lugar, optou por levar à mulher e os filhos a casa de um parente seu nas imediações da Estalagem onde só passam as noites.

«Eu fico aqui mesmo porque é muita gente na casa alheia. Como homem prefiro assegurar apenas a minha família porque os marginais que actuam no bairro, costumam matar e violar até as crianças. Nós já saímos de casa arrendada e viemos aqui onde conseguimos espaço, mas agora temos que abandonar as nossas residências para voltar a arrendar. Não vamos aguentar, mas Deus é quem sabe», desabafou.

No bairro Belo Monte a nossa equipa de reportagem constatou que há uma rua com centenas de casas e apenas quatro se encontram habitadas.

Mataram mais de 20 pessoas neste ano

De acordo com populares no local, só este ano mais de 20 pessoas foram mortas pelos marginais no bairro Belo Monte. O caso mais recente deu-se na madrugada do passado dia 23 de Julho com um senhor de 73 anos de idade que perdeu a vida depois de ter sido alvejado pelos delinquentes com sete tiros. A mulher do ancião, com cerca de 60 anos, foi fortemente espancada ao ponto de ir parar ao hospital.

Contam os vizinhos que os amigos do alheio invadiram a casa dos idosos e dispararam contra o senhor a queima-roupa. O idoso não resistiu aos ferimentos e morreu minutos depois.

Como havia gradeamento na porta e nas janelas da casa do casal, os meliantes partiram uma parte da parede da casa e entram a disparar. Os gatunos levaram dinheiro e uma botija de gás.

O casal de idosos vendia refeições em casa e eram muito conhecidos pela sua actividade. Os vizinhos visivelmente abalados, contam que no momento em que decorrem os assaltos ninguém consegue intervir, ou seja, ninguém sai de sua casa porque os malfeitores geralmente chegam num grupo de quase 10 elementos todos eles armados e mascarados. «A partir das nossas casas, às vezes é possível ver que há

sempre um grupo que entra e outro que fica espalhado pela rua», informaram.

Os moradores dizem que os momentos de assalto são tão terríveis que só é possível comparar ao ambiente que se viveu no tempo de guerra. Há tiroteio por todo lado o que causa pânico à população e muita tristeza.

«Para quem acompanhou a guerra que assolou o nosso país sabe que a sensação é a mesma. Adultos e crianças assustados, os cães não param de ladrar, há sensação de morte, enfim... é uma mistura de sentimentos e situações que só podem ser comparados ao tempo de guerra», afirmam aflitos.

Belo Monte é mais um desses bairros anárquicos que surgem com o beneplácito das administrações que vendem os terrenos sem qualquer condição de urbanização e de saneamento básico e existe desde 2010. Para quem não conhece, só pelo nome, pode pensar que é uma zona urbanizada e que faz jus à denominação.

Belo Monte é um dos bairros periféricos mais pobres de Luanda. Apesar de grande parte das habitações serem feitas de bloco, apresentam um aspecto simples. Não existem serviços sociais básicos próximos, tal como escolas, postos de saúde, posto policial, luz eléctrica e água. A localidade está situada na fronteira entre Cacucos e Viana.

9.5 Criminalidade em alta no Kilamba Kiaxi

Semanário Angolense
21 De Agosto de 2015

Numa das madrugadas do mês em curso, o dia havia começado muito mal para um determinado cidadão, morador algures no bairro do Kilamba Kiaxi, ao Golfe 1, que viu a vida por um fio, depois de assaltado na própria residência. Vamos aos factos.

Cinco horas da manhã! A vizinhança, já desperta, só então se apercebe que o vizinho havia sofrido, por volta das duas horas da madrugada, um assalto em sua casa sem que, na altura, alguém tivesse dado conta do sucedido. Segundo dados apurados, os meliantes se terão introduzido para o interior da residência através de uma das janelas, que cedeu ao mínimo esforço que fizeram e, a partir daí, tomaram de assalto a moradia. À base de terríveis ameaças, foram exigindo dinheiro para as suas necessidades. Para o efeito, e sem vacilar, amordaçaram o chefe de

família, persuadindo-o a entregar os valores monetários exigidos, sob ameaça de armas de fogo.

O coitado do cidadão, depois de ter humildemente declarado que não tinha dinheiro nenhum em posse, foi submetido a sevícias agressivas e, acto contínuo, reviraram tudo no interior da casa, e quando nada encontraram em termos monetários, lá decidiram levar alguns bens materiais tais como electrodomésticos, botija de gás, e ... o meio de locomoção que o mesmo possuía, que se resume numa motorizada, um dos seus maiores patrimónios, cujo 'tesouro' foi tão sacrificadamente conseguido.

Em posse desses bens materiais, os meliantes só viriam a desamarrar o cidadão quando, ao tentarem sair pela porta do quintal, se depararam com um terrível cão que os ameaçou de verdade, o que os obrigou a recuar e apelaram ao proprietário do canídeo, no caso o assaltado, para que amarrasse o assanhado animal e dali saíssem sem quaisquer empecilhos.

Mas antes, no ar deixaram um aviso pavoroso: «Desta vez te poupamos a vida, que já é muita sorte que está contigo, mas da próxima tens que ter dinheiro contigo, senão já não te safas como hoje!». Depois disso, lá foram eles todos tranquilos, após terem exigido do proprietário, a chave da motorizada que lhes facilitaria na sua fuga pelas ruelas isoladas do bairro, sem que nada lhes tenha acontecido.

O homem ficou trémulo e apavorado! Para os bandidos, aquela acção foi uma canja! Por norma, e salvo raríssimas excepções, dificilmente encontram obstáculos nos seus macabros intentos! E isso, os estimula e bastante, a prosseguirem para outras aventuras, para outros assaltos, feitos contra os pacatos e humildes cidadãos, indefesos e, por isso, humilhados o quanto basta! E casos dessa natureza, passaram a ser o dia-a-dia para quem mora em bairros tão arriscados como a 'Praça dos Correios', a área da Balatagem e nas cercanias, na antiga 'Escola 14 de Abril' mesmo ao lado, a área da Ecoal, a zona da Epal, enfim, para não falar-se do famoso e tão temido bairro Malanjino, que parece ser o epicentro dos maiores meliantes que, e a partir dali, se ramificam nas demais áreas adjacentes e nos arredores. Nesse bairro, acontecem situações muito graves para a segurança pública dos cidadãos, uma vez que os bandidos que 'controlam' a zona, parece nada mais temerem e fazem tudo o que lhes der na gana para intimidar, roubar, violar e, pior de tudo isso, massacrar os pobres munícipes como se de animais se tratassem. À título de exemplo, e não faz muito tempo ainda, um cidadão cinquentão, conheceu a morte de maneira terrível no referido bairro quando, ao sair em ajuda do filho que estava a

ser assaltado à madrugada, na sua residência, com o qual partilhava o mesmo espaço em que o jovem também vivia num anexo no quintal. Aflito, ao ouvir os gritos de socorro emitidos pelo filho, o pai sai de casa em sua defesa, e isso irritou ainda mais os meliantes que, sem dó e nem piedade, desferiram golpes sucessivos e fatais de navalha em quase todo o organismo do cidadão que, pela hemorragia provocada, sucumbiu mortalmente diante dos imberbes meliantes que não têm noção nenhuma do valor da vida humana. E pelo que se comenta, não há rasto nenhum dos criminosos que estarão, como é óbvio, a deambular por aí, achando normalíssimo o acto que praticaram! Esse triste episódio, dentre outros, pôs em alvoroço todo um bairro, criando revolta entre os munícipes, que questionam (agora mais que nunca), o papel das autoridades policiais nesse processo de combate à criminalidade, protagonizada por grupos de marginais que disputam entre si áreas para o seu controlo e onde possam efectuar assaltos, sem que os efectivos castrenses consigam pôr cobro a tamanhos desmandos provocados por esses desviados da lei. Sabe-se que nas suas acções de delinquência, os criminosos usam armas de fogo, mas sabe-se também, que em muitos assaltos, eles usam armas brancas, tais como catanas, facas, chaves de fenda, cacos de garrafa e demais objectos contundentes que, em substância e em termos comparativos, não podem enfrentar de maneira aberta e destemida, a capacidade técnica e operativa das forças da ordem que, por obrigação, devem desmantelá-los de acordo com o grau de intensidade com que eles agem contra os cidadãos indefesos.

Os diabólicos fazem-no de maneira até bastante confortável, pois sabem que, em princípio, nada os intimida em termos coercivos, sobretudo, punitivos. Passados dias, depois dos crimes cometidos, isso no caso de que sejam eventualmente detidos pelas forças da ordem, para espanto dos lesados, eles voltam são e salvos e se bandeiam novamente nos bairros, retomando com maior agressividade os seus actos de desmando, feitos uns 'intocáveis', Daí que, vezes sem conta, quando têm a possibilidade de agarrarem um bandido que tenha assassinado cruelmente um parente próximo, as pessoas têm a tendência em fazer justiça por mãos próprias que, não sendo no entanto uma prática correcta, tal atitude convoca a atenção imediata das autoridades para terem, por isso, um procedimento mais consentâneo para com a segurança de todos os cidadãos, pois o princípio de que 'ninguém tem o direito de tirar a vida a outrem' é transversal a todos, incluindo aos próprios meliantes e assassinos que, pelos vistos, acham-se 'mandatados' para o fazerem com ares de pura impunidade! E Isso revolta! E muito!

O crime não pode compensar, de maneira nenhuma, seja lá a quem for. Logo, e para desencorajar tal prática, os seus autores devem ser exemplarmente punidos, e com a celeridade que se impõe, para que não haja espaços e nem tempo para continuarem a cometer homicídios que deixam aterrorizados os cidadãos que são vítimas constantes de tanta crueldade, eivada com manchas sangrentas de criminalidade. A vida humana deve ser, antes e acima de tudo respeitada.

Não é por um simples telemóvel, uma botija de gás, uma motorizada ou demais objectos de somenos importância que, a torto e a direito, os meliantes se dão ao luxo de tirar, a seu belo prazer, a vida de um ser humano que, por sinal e/ou coincidência, na maioria das vezes, ela, a vítima, é tão pobre quanto ele, pois vive igual decadência em termos de sobrevivência que, já em situação deplorável, ao menos devia ter o direito de usufruir o bem mais precioso que Deus lhe concedeu: a VIDA! Mas até esta dádiva divina, os assassinos tiram-na sem quaisquer remorsos.

Deste modo, e pela gravidade da situação vigente, o apelo está lançado: é necessário que se faça algo no sentido de se poder estancar a criminalidade que está em alta nas zonas acima referidas, pois até mesmo à luz do dia, os meliantes não já se coíbem em 'desmontar' um transeunte, surrapiando, deste modo, os bens dos cidadãos, isso quando fazem o 'favor' de deixar o assaltado com vida! Não se pode admitir isso de maneira nenhuma!

Deste modo, e ainda que os contribuintes tenham que pagar mais impostos com vista a aumentar a operacionalidade das forças da ordem, que seja feita, se para o efeito isso contribuir, de facto, para a segurança efectiva de todos os cidadãos criando paz e tranquilidade junto das comunidades e nos lares.

Por exemplo, com a colocação de mais esquadras móveis em locais mais polémicos, bem como um patrulhamento sério e de rotina no meio dos bairros, certamente que iria inibir o 'todo a vontade' com que os bandidos têm tido para actuar. E isso, pode ser uma das saídas de contenção à criminalidade agora perigosamente instalada! Porque da forma que isso está, dá medo! Muito medo mesmo, uma vez que os criminosos, tão desumanos que são, criam o pânico sobretudo nas comunidades da periferia, como e quando lhes apetece! E isso não está certo!

9.6 Meliantes fazem-se passar por moto-taxistas

Jornal O Crime

29 De Agosto de 2015

Texto: Inácio Cândido

O roubo com recurso a motorizadas, a nível do município de Cacuaco, é uma prática que tem preocupado os moradores daquele território ao norte da cidade de Luanda. Segundo os munícipes, os meliantes fazem-se passar por moto-taxistas e, ao cair da noite, realizam assaltos à mão armada.

Os moto-taxistas (vulgo Kupapatas) têm sido o carrasco de muitos cidadãos, com maior incidência para as mulheres que vêem os seus haveres surrapiados por aqueles que a poderiam transportar de casa para o trabalho e vice-versa.

Os crimes são cometidos frequentemente no princípio do dia e, ao cair da noite, quando as pessoas vão e voltam dos seus locais de trabalho. Quanto aos pertences preferenciais dos marginais, destacam-se os telemóveis, carteiras, valores monetários e bijutarias em ouro.

A situação tem agastado muito os munícipes que, para contrapor a situação, preferem abandonar as suas residências e viverem em outros municípios. Catarina Lázaro, residente no bairro do Kicolo, falou ao 'O Crime' que já foi assaltada por dois indivíduos de motorizada à saída do local de trabalho para casa.

"Eles estavam armados com AKM de cano cortado, colocaram-me e puxaram a pasta onde estavam cinco cartões de saldo, cento e cinquenta mil kwanzas (150.000) e um cartão multi-caixa, ão mostrei resistência, pois não sabia o que me aconteceria".

Logo após o sucedido, a vítima contou que deu participação a polícia local, junto ao Serviço de Investigação Criminal (SIC), mas, até ao momento, nada é resolvido.

Para os moradores, nos últimos tempos, os assaltos têm aumentado gradualmente, devido a não-existência de iluminação pública a nível dos bairros. Por este facto, a partir das 18 h, os grupos de jovens marginais que fazem o trabalho de moto táxi, fazem das suas.

Madalena João, uma outra vítima dos ladrões moto-taxistas, falou que "os motoqueiros aparecem normalmente como os outros, só que no momento de te levar eles param em locais isolado e escuro e, aí, recebem tudo. Em alguns casos, acabam por te violar", explicou.

A Zona da Mundial é apontada ainda como o local onde têm ocorrido o maior número de assaltos com recurso a motorizadas e arma de fogo, onde as vítimas preferenciais são os cidadãos estrangeiros.

Os moradores pedem à Polícia local que reforce o patrulhamento, principalmente no período nocturno e que faça um trabalho de apreensão de todas as motas que trabalham ilegalmente, bem como dos seus condutores.

Bento Rafael, o presidente da Associação dos Motoqueiros e Transportadora de Angola (AMOTRANG), garantiu ao jornal 'O Crime', por telemóvel, que está em curso um trabalho aturado junto da Polícia, para se detectar infractores e, consequentemente, serem responsabilizados.

Polícia chamada a apertar o cerco Conhecida como sendo uma zona nevrálgica, o Comando da Polícia do município de Cacuaco é chamado a apertar o cerco aos marginais, tendo em conta a situação criminosa naquele território.

A falta de iluminação pública, o obsoleto estado das vias e a ausência de patrulhamento em algumas zonas têm influenciado no espoletar da delinquência naquelas paragens, com assaltos na via pública, assaltos em residências, violações, homicídios e outras práticas que retiram o sossego dos munícipes.

No que toca aos bairros mais endémicos quanto a criminalidade, destacam-se o bairro do Belo Monte, Paraíso, Augusto Ngangula, Boa Esperança, Mayombe e Ndalatando.

Os moradores, devido a este facto, procuram se defender como podem, segurando em paus, catanas, pedras, varas de ferro e outros objectos contundentes. Quando aniquilado, muitos dos malfétores acabam carbonizado em praça pública pela população.

Manuel Passy, morador do Belo Monte, salientou que o bairro tem registado muitos casos de assaltos as cantinas, roubo de motorizada, violações seguido de morte em plena luz do dia.

"Devido a isso, nós fizemos ronda no período nocturno: andamos com paus, catanas. E, quando nos deparamos com os meliantes, vamos em contra

ataque, porque os mesmos vêm com armas de fogo".

Os moradores afirmam que a falta de intervenção da Polícia em momentos oportunos é que tem causado a revolta para o cometimento da justiça por mãos própria, com a queima dos indivíduos identificados como delinquentes.

Miranda Paulo falou ainda que "nós estamos a queimar os bandidos, porque quando ligamos para o número do piquete, eles falam que não têm combustível, mas temos duas esquadras da Polícia próximas", salientou.

9.7 Meliantes fazem-se passar por moto-taxistas

Jornal O Crime

29 De Agosto de 2015

Texto: Inácio Cândido

O roubo com recurso a motorizadas, a nível do município de Cacuaco, é uma prática que tem preocupado os moradores daquele território ao norte da cidade de Luanda. Segundo os munícipes, os meliantes fazem-se passar por moto-taxistas e, ao cair da noite, realizam assaltos à mão armada.

OS moto-taxistas (vulgo Kupapatas) têm sido o carrasco de muitos cidadãos, com maior incidência para as mulheres que vêm os seus haveres surripiados por aqueles que a poderiam transportar de casa para o trabalho e vice-versa.

Os crimes são cometidos frequentemente no princípio do dia e, ao cair da noite, quando as pessoas vão

e voltam dos seus locais de trabalho. Quanto aos pertences preferenciais dos marginais, destacam-se os telemóveis, carteiras, valores monetários e bijutarias em ouro.

A situação tem agastado muito os munícipes que, para contrapor a situação, preferem abandonar as suas residências e viverem em outros municípios. Catarina Lázaro, residente no bairro do Kicolo, falou ao 'O Crime' que já foi assaltada por dois indivíduos de motorizada à saída do local de trabalho para casa.

"Eles estavam armados com AKM de cano cortado, colocaram-me e puxaram a pasta onde estavam cinco cartões de saldo, cento e cinquenta mil kwanzas

(150.000) e um cartão multi-caixa, não mostrei resistência, pois não sabia o que me aconteceria".

Logo após o sucedido, a vítima contou que deu participação a polícia local, junto ao Serviço de Investigação Criminal (SIC), mas, até ao momento, nada é resolvido.

Para os moradores, nos últimos tempos, os assaltos têm aumentado gradualmente, devido a não-existência de iluminação pública a nível dos bairros. Por este facto, a partir das 18 h, os grupos de jovens marginais que fazem o trabalho de moto táxi, fazem das suas.

Madalena João, uma outra vítima dos ladrões moto-taxistas, falou que "os motoqueiros aparecem normalmente como os outros, só que no momento de te levar eles param em locais isolado e escuro e, aí, recebem tudo. Em alguns casos, acabam por te violar", explicou.

A Zona da Mundial é apontada ainda como o local onde têm ocorrido o maior número de assaltos com recurso a motorizadas e arma de fogo, onde as vítimas preferenciais são os cidadãos estrangeiros.

Os moradores pedem à Polícia local que reforce o patrulhamento, principalmente no período nocturno e que faça um trabalho de apreensão de todas as motas que trabalham ilegalmente, bem como dos seus condutores.

Bento Rafael, o presidente da Associação dos Motoqueiros e Transportadora de Angola (AMOTRANG), garantiu ao jornal 'O Crime', por telemóvel, que está em curso um trabalho aturado junto da Polícia, para se detectos infractores e, conseqüentemente, serem responsabilizados.

Polícia chamada a apertar o cerco Conhecida como sendo uma zona nevrálgica, o Comando da Polícia do município de Cacucaco é chamado a apertar o cerco aos marginais, tendo em conta a situação criminosa naquele território.

A falta de iluminação pública, o obsoleto estado das vias e a ausência de patrulhamento em algumas zonas têm influenciado no espoletar da delinquência naquelas paragens, com assaltos na via pública, assaltos em residências, violações, homicídios e outras práticas que retiram o sossego dos munícipes.

No que toca aos bairros mais endémicos quanto a criminalidade, destacam-se o bairro do Belo Monte, Paraíso, Augusto Ngangula, Boa Esperança, Mayombe e Ndalatando.

Os moradores, devido a este facto, procuram se defender como podem, segurando em paus, catanas, pedras, varas de ferro e outros objectos contundentes. Quando aniquilado, muitos dos malfeitores acabam carbonizado em praça pública pela população.

Manuel Passy, morador do Belo Monte, salientou que o bairro tem registado muitos casos de assaltos as cantinas, roubo de motorizada, violações seguido de morte em plena luz do dia.

'Devido a isso, nós fizemos ronda no período nocturno: andamos com paus, catanas. E, quando nos deparamos com os meliantes, vamos em contra ataque, porque os mesmos vêm com armas de fogo".

Os moradores afirmam que a falta de intervenção da Polícia em momentos oportunos é que tem causado a revolta para o cometimento da justiça por mãos própria, com a queima dos indivíduos identificados como delinquentes.

Miranda Paulo falou ainda que "nós estamos a queimar os bandidos, porque quando ligamos para o número do piquete, eles falam que não têm combustível, mas temos duas esquadras da Polícia próximas", salientou.

10. AMBIENTE

10.1 Cortina florestal trava desertificação

Jornal de Angola
23 De Agosto de 2015

A cidade do Tômbwa conta este ano com uma nova cortina florestal, num perímetro de oito quilómetros, para protegê-la dos avanços das areias (dunas) que há mais de quatro anos tentam engolir a região, em virtude dos ventos fortes, anunciou ontem o chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

De acordo com Pedro Chivela Joaquim, existe um projecto financiado por uma linha de crédito israelita que prevê a instalação do segundo anel de plantação de árvores.

No quadro deste projecto, precisou, várias espécies de árvores, como prosopis hetiflora, shinus molle, leocena, gliricidia sapium e acácia nilótica são plantadas a partir de Outubro.

"O projecto está muito avançado e contempla a construção de um centro logístico com salas de aulas para a formação de jovens que pretendem seguir a cadeira do Ambiente e sobre várias matérias ligadas à desertificação", acrescentou.

No projecto, segundo o responsável, são plantadas mais de 36 mil árvores. "Se temos problemas de ventos no Namibe, no Tômbwa temos dois fenómenos (ventos e dunas), porque são os ventos que movem as areias e estes formam as dunas e se nos descuidarmos, em pouco tempo teremos o Tômbwa soterrado. Esta é a preocupação do Governo para esta cidade piscatória." O projecto anti-desertificação, destinado à contenção da progressão das areias no município do Tômbwa, esteve paralisado desde o primeiro trimestre de 2014, devido à falta de financiamento e equipamentos de irrigação da cortina florestal.

"No anterior projecto, a idade era garantida por um camião cisterna com capacidade para 25 mil litros de água, um tractor e um viveiro com capacidade de produzir 150 mil mudas de plantas e uma força de trabalho de 500 funcionários.

O polígono ficou reduzido a 60 trabalhadores para efectuar a manutenção de 300 mil árvores", acrescentou. O projecto anti-desertificação, criado há

mais de 10 anos, com o objectivo de conter os avanços das areias para a cidade do Tômbwa, contava com a ajuda do Programa Alimentar Mundial (PAM) e outras organizações não governamentais.

Em Novembro de 2004, o Governo aprovou o projecto de apoio ao combate à desertificação das cidades do Tômbwa e Namibe, para proteger a vida das populações, infra-estruturas económicas e sociais, a biodiversidade terrestre e aquática, bem como garantir a gestão sustentável dos recursos naturais.

10.2 Huambo intensifica fiscalização das obras

Jornal de Angola
23 De Agosto de 2015
Texto: António Canepa

A administração municipal do Huambo vai intensificar, nos próximos dias, as acções de fiscalização e sensibilização das populações, com vista a desencorajar a construção anárquica de moradias em locais de risco, garantiu sexta-feira, ao Jornal de Angola, o administrador municipal adjunto, João Figueiredo.

O administrador municipal adjunto do Huambo considerou preocupante o surgimento desordenado de residências, moradias e casebres na cidade e em alguns quintais, o que deixa descaracterizada a paisagem do Huambo, João Figueiredo considera também preocupante a construção de residências ao longo do rio Calohumbula, devido ao risco de desabamento que correm.

Neste momento, acrescentou, decorre o levantamento do número de famílias que residem naquela zona, com vista à sua transferência para zonas mais seguras.

Ambientalistas e arquitectos contactados pelo Jornal de Angola avisam que a construção de habitações em zonas de pouca segurança constitui uma ameaça séria para as populações e aconselham a tomada de medidas preventivas. Eles argumentaram que os terrenos localizados nas linhas de drenagem de água e próximo de ravinas não estão preparados para receber habitações, uma vez que podem ceder facilmente em casos de erosão e chuva.

Dados do Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros indicam que existem no Huambo muitas pessoas a construir em locais de risco. Num encontro entre ambientalistas e arquitectos, a especialista Sofia Santana sublinhou que a construção de casas

nas áreas de risco deve ser evitada, pois põe em causa a saúde pública.

Especialistas apontaram os bairros do Cambiote e São Pedro como os que mais têm habitações ao longo das linhas de drenagem e próximo de ravinas.

Casas demolidas

O governador provincial do Huambo, Kundi Paihama, numa visita à empresa de distribuição de água, determinou este ano a demolição de 375 residências e outras infra-estruturas construídas de forma ilegal ao longo da conduta de transporte para a cidade.

A medida foi adoptada para facilitar a manutenção da tubagem e a distribuição da água à cidade.

Quanto às famílias afectadas, garantiu que aquelas que tiverem as construções autorizadas pela administração vão ser realojadas em locais mais seguros.

A cidade do Huambo regista muitas construções anárquicas ao longo da conduta de água, principalmente nos bairros da Bomba Baixa, São José, Bom Pastor e na rua do Comércio.

10.3 Angola com níveis aceitáveis de emissão de gases de efeito de estufa

Jornal O País

28 De Agosto de 2015

A ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, disse Segunda-feira, em Luanda, que Angola tem níveis de emissão de gases de efeitos estufa baixos, estimando em 1,6 toneladas ano per capita.

"Relativamente aos países industrializados emergentes e alguns africanos, prognostica-se atingir níveis de 3,5 vezes mais baixos que esta média", disse a ministra na abertura da Primeira Conferencia sobre Alterações Climáticas.

Sem avançar dados, referiu que em Angola os sectores da agricultura e energia são os que mais causam a emissão de gases de efeito de estufa à atmosfera.

Perante membros do Executivo, deputados da Assembleia Nacional, representantes da sociedade civil e do corpo diplomático acreditado em Angola, Fátima Jardim referiu que o Governo de Angola não

tem poupado esforços para integrar a componente das alterações climáticas na sua agenda de prioridades.

Frutos dos esforços empreendidos, apontou a aprovação do primeiro projecto para o mercado de emissões, a Barragem Hidroeléctrica do Gove, pelo Comité de Cumprimento de Metas do Protocolo de Kyoto das Nações Unidas, como o primeiro projecto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) de Angola. Além disso, avançou que outros quatro projectos estão a ser preparados para serem submetidos a este organismo para a sua análise e possível aprovação.

"Em parceria com as Nações Unidas estamos a desenvolver o projecto de adaptação das alterações climáticas nas áreas costeiras de Angola, além de outros, como o projecto de promoção do carvão sustentável de Angola, o plano de emissões, estratégia das energias renováveis, a protecção das florestas, educação e consciencialização ambiental", apontou. Acrescentou que se iniciou a elaboração da contribuição nacional para edificação de uma economia de "baixo carbono" em território nacional, um trabalho que conta com a Agência Francesa para Cooperação, conforme acordado durante a visita do Presidente da República Francesa, François Hollande.

10.4 Lixo e insegurança nas praias de Luanda

Jornal Manchete

28 De Agosto de 2015

Texto: Moreira Mário

A época quente ou estação chuvosa já começou. Neste período que normalmente é caracterizado por temperaturas elevadas e precipitações variáveis e que decorre de 15 de Agosto a 15 de Maio, consequentemente, resulta também ao surgimento da "Época Balnear" com maior destaque nas cidades litorais, como no caso de Luanda.

Daí que na medida em que o clima começa tomar-se mais quente, a presença de banhistas nas praias também vai aumentando, de forma progressiva a cada final de semana. Praias do Mussulo, Cacucaco, Cemitério dos Navios, Ilha de Luanda, Praia da Nicha, Morro dos Veados, só para fazer referência, são as mais frequentadas por parte dos cidadãos que buscam nestes lugares, momentos de diversão.

A par da abertura da "Época Balnear 2015", recentemente, pelo Serviço Nacional de Protecção

Civil e Bombeiros, o Manchete esteve no domingo, 22, na praia da Vila de Cacuaco e da Nicha, este último situado no Benfica, com o propósito de constatar o nível de conservação de higiene das mesmas, bem como da questão da segurança dos banhistas.

Em nenhum dos lugares notamos a presença de agentes salva-vidas para caso de afogamentos ou para outro tipo de emergência. A limpeza é deficiente, não foi para menos que encontramos pequenos amontoados de lixo espalhado pelo areal e mar adentro.

Segundo os frequentadores da orla marítima da Vila de Cacuaco, quando chove, nesta zona a água do mar apresenta-se turva e acastanhada. Para eles, este cenário representa um perigo para a saúde pública e a segurança, uma vez que retira visibilidade a quem nada ou, simplesmente, a quem banhe à beira-mar.

Quanto a situação do lixo, os mesmos reconheceram tratar-se de um problema de consciência de cada cidadão e manifestaram a necessidade da polícia marítima punir severamente todos aqueles que teimosamente insistem em deitar os detritos para o chão, "já põem em perigo a vida até daqueles que primam pela higiene".

Na praia da Nicha a realidade é mesma ao da praia de Cacuaco, um cenário se comparado, idêntico às demais existentes em Luanda.

Banhistas Ignoram Placas De Proibição

O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, confirma que as pessoas que morrem por afogamento nas zonas consideradas perigosas de se tomar banho, muitas vezes são mesmo por negligência e por ignorância das placas de proibição, havendo mesmo aqueles que as arrancam para deitar fora e aproveitarem os ferros. Aquele responsável pediu os mesmos para respeitarem as placas de sinalização colocadas pelos bombeiros e autoridades em algumas zonas da Ilha de Luanda, Morro dos Vedados e Museu da Escravidão (Samba), entre outras, para protegerem as suas próprias vidas.

10.5 Sector da agricultura com futuro ameaçado

Jornal Manchete

28 De Agosto de 2015

Texto: Moreira Mário

A necessidade de se duplicar a produção de alimentos, para poder fazer face à carência de pelo menos três milhões de pessoas nos próximos 30 anos, poderá diminuir, ou seja, a produção agrícola e segurança alimentar (inclusive o acesso a alimentação) em muitos países e regiões africanas, será fortemente comprometido pelos impactos climáticos.

"Haverá períodos de seca em consequência da redução da quantidade de chuvas o que poderá acelerar a desertificação, originando desta forma, problemas sérios de segurança alimentar", afirmou o responsável pelo gabinete sobre Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente, Luís Constantino, que falava, esta semana, em Luanda, na Conferência Nacional sobre Alterações Climáticas.

O evento que decorreu sob o lema "Desafios e Oportunidades" e que analisou as políticas e estratégias de mitigação dos seus efeitos no país, o responsável acrescenta que outros sectores serão também vulneráveis ao fenómeno. No caso concreto de Angola, segundo Luís Constantino, o país está a preparar-se com medidas que vão permitir identificar desastres naturais a curto e longo prazo.

"Portanto, temos a elaboração da Estratégia Nacional sobre as Alterações Climáticas, do Programa de Acção Nacional para Adaptação, entre outros", disse, adiantando que estas são algumas das medidas implementadas pelo Executivo angolano na prevenção dos desastres naturais.

País Precisa Mais De 40 Biliões De Dólares

Entretanto, a titular da pasta do Ministério do Ambiente, Fátima Jardim, que fez o discurso de abertura da conferência assegurou que o país precisa mais de 40 biliões de dólares para investir na capacitação, adaptação e realização de 57 projectos sustentáveis de baixa emissão de gases e estufas.

A ministra referiu por outro lado, que as alterações climáticas podem ser combatidas através do crescimento do emprego, inclusão social e sobretudo o combate à pobreza no meio rural, aproveitando os recursos naturais de forma sustentável.

O programa de combate à seca e à desertificação, o programa de gestão de catástrofes e calamidades naturais e outros instrumentos, a governante diz que este passo coloca Angola numa posição de prestígio, relativamente a presidência do ambiente dos designados países menos avançados.

"Com esta posição única adquirida através de esforços prestigiantes do poder Executivo, para combater as alterações climáticas, é possível ligar as novas gerações ao compromisso de sustentabilidade", sublinhou Fátima Jardim.

Já o director nacional do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, António Vicente, entende ser necessário compreender a origem dos vários factores que influenciam para as alterações climáticas, tendo apontado o caso concreto dos resultados da actividade humana.

"Este ano tivemos registos bastante tristes como as ocorrências de Lobito, na província de Benguela, em que pereceram muitas vidas humanas. Tal situação poderia ser evitada caso fossem tomadas medidas de forma antecipada e não permitisse que a população construísse as suas moradias em zonas de risco", referiu.

10.6 «Ingestão de água salobra provoca problemas graves à saúde»

Semanário Angolense
1 De Agosto de 2015

A afirmação é do médico e especialista em Saúde Pública, Zola Messo, que assegura que aquela água é imprópria para consumo humano e pode acarretar vários problemas por não conter as propriedades de uma água normal para o uso humano.

Zola Messo explica que a água salobra é um líquido que pode trazer consequências graves como doenças do fórum digestivo e diarreias; mas se por ventura encontrar-se outro tipo de bactéria naquele líquido, pode provocar outras doenças, como infecções da pele ou urinárias, sobretudo para o sexo feminino.

«Sabemos que há carência de água em algumas zonas de Luanda, mas não é aconselhável usar esse líquido. Devemos utilizar aquilo que é propício ao ser humano», aconselhou.

O médico disse que só o facto de a casa ficar toda húmida, «o chão traz também problemas à saúde, porque numa casa tem de haver um ambiente normal. Essa água nasce da terra, cria humidade dentro da residência, danifica a própria casa que perde a propriedade de habitabilidade, daí algumas pessoas deixarem essas casas devido às infiltrações que provavelmente danificam as paredes, o chão e o local deixa de ser próprio para habitar».

O especialista disse que a água salobra não é aconselhável nem para o banho, lavagem de roupa, louça, beber, cozinhar e até para lavagem de viaturas porque nota-se também alteração na cor dos carros. «É um líquido que não contém propriedades da água normal».

O médico realçou que a saúde deve começar em nós próprios, porque o sistema preventivo custa mais barato que o tratamento.

«Só o facto de as pessoas usarem essa água para beber e tomar banho, já estão sujeitas a apanhar variadíssimas doenças, por isso o melhor é não usar», reforçou.

Algumas áreas do Cazenga também estão afectadas com água salobra, quintais inundados e húmidos. Também algumas pessoas já abandonaram as suas residências.

Referindo-se a isso, Zola Messo, que é também o chefe do Gabinete de Saúde do município do Cazenga, disse não ter conhecimento dessa situação, mas apelou à população para informar os serviços técnicos da administração, no sentido de detectarem o problema e buscarem soluções imediatas porque, se o problema se arrastar, as consequências serão drásticas. «Não é saudável as pessoas habitarem em locais que não oferecem condições para viver», afirmou.

O médico é de opinião que as causas devem ser estudadas e rapidamente retirar-se as pessoas que estão nessa situação para evitar o pior. Por outro lado, alertou a população para não consumir essa água sob pena de contraírem doenças.

Entretanto, a reportagem do SA esteve também no Cazenga, nomeadamente na zona do Patrício, bairro que, à semelhança do Rangel, vive exactamente os mesmos problemas. Consulte o artigo referente.

10.7 «Ingestão de água salobra provoca problemas graves à saúde»

Semanário Angolense
1 De Agosto de 2015

A afirmação é do médico e especialista em Saúde Pública, Zola Messo, que assegura que aquela água é imprópria para consumo humano e pode acarretar vários problemas por não conter as propriedades de uma água normal para o uso humano.

Zola Messo explica que a água salobra é um líquido que pode trazer consequências graves como doenças do fórum digestivo e diarreias; mas se por ventura encontrar-se outro tipo de bactéria naquele líquido, pode provocar outras doenças, como infecções da pele ou urinárias, sobretudo para o sexo feminino.

«Sabemos que há carência de água em algumas zonas de Luanda, mas não é aconselhável usar esse líquido. Devemos utilizar aquilo que é propício ao ser humano», aconselhou.

O médico disse que só o facto de a casa ficar toda húmida, «o chão traz também problemas à saúde, porque numa casa tem de haver um ambiente normal. Essa água nasce da terra, cria humidade dentro da residência, danifica a própria casa que perde a propriedade de habitabilidade, daí algumas pessoas deixarem essas casas devido às infiltrações que provavelmente danificam as paredes, o chão e o local deixa de ser próprio para habitar».

O especialista disse que a água salobra não é aconselhável nem para o banho, lavagem de roupa, louça, beber, cozinhar e até para lavagem de viaturas porque nota-se também alteração na cor dos carros. «É um líquido que não contém propriedades da água normal».

O médico realçou que a saúde deve começar em nós próprios, porque o sistema preventivo custa mais barato que o tratamento.

«Só o facto de as pessoas usarem essa água para beber e tomar banho, já estão sujeitas a apanhar variadíssimas doenças, por isso o melhor é não usar», reforçou.

Algumas áreas do Cazenga também estão afectadas com água salobra, quintais inundados e húmidos. Também algumas pessoas já abandonaram as suas residências.

Referindo-se a isso, Zola Messo, que é também o chefe do Gabinete de Saúde do município do Cazenga, disse não ter conhecimento dessa situação, mas apelou à população para informar os serviços técnicos da administração, no sentido de detectarem o problema e buscarem soluções imediatas porque, se o problema se arrastar, as consequências serão drásticas. «Não é saudável as pessoas habitarem em locais que não oferecem condições para viver», afirmou.

O médico é de opinião que as causas devem ser estudadas e rapidamente retirar-se as pessoas que estão nessa situação para evitar o pior. Por outro lado, alertou a população para não consumir essa água sob pena de contraírem doenças.

Entretanto, a reportagem do SA esteve também no Cazenga, nomeadamente na zona do Patrício, bairro que, à semelhança do Rangel, vive exactamente os mesmos problemas. Consulte o artigo referente.

10.8 Água salobra obriga moradores do Rangel a abandonar as suas residências

Semanário Angolense
1 De Agosto de 2015
Texto: Maria Kiluanji

O distrito urbano do Rangel, de uns tempos a esta parte, é um dos mais afectados por este fenómeno

natural que, além dos transtornos que causa, está a obrigar dezenas de famílias a abandonarem as suas residências.

A água, brota lentamente do solo, enche os quintais e espaços adjacentes, como as ruas e vai humedecendo os soalhos e paredes. Pouco depois, as próprias casas acabam por ficar inundadas.

O Semanário Angolense (SA), constatou no local o sofrimento porque passam tantas famílias que, por não terem para onde ir, estão sujeitas a viver por cima e rodeados por água, com todos os constrangimentos a que isso obriga, principalmente para quem tem crianças.

Só para ter uma ideia, na muito conhecida «rua da Vaidade», actualmente mais chamada por «rua do Imperial Santana», existem mais de 30 residências abandonadas e, como consequência disso, intensificou-se o índice de delinquência naquela zona.

Os marginais fazem das casas abandonadas o seu esconderijo predilecto, assim como também

fomentam a prostituição e o tráfico de drogas. Segundo os moradores, os amigos do alheio preparam as acções malfeitoras nessas casas e é nelas onde, depois dos assaltos, dividem o pecúlio e violam meninas e senhoras e «estão constantemente a consumir liamba a pontos do cheiro intoxicante espalhar-se pelas ruas e casas vizinhas», explicou uma das vítimas desses assaltantes.

A mesma jovem afirma ter muita dificuldade de transitar no beco em que vive, uma vez que a sua casa é a única habitada, como foi confirmado pela reportagem do SA, que ainda foi intimidada por pessoas estranhas. Graças a um jovem do bairro que acompanhava os repórteres, nada de mal aconteceu. Mesmo assim, preocupado, o jovem pediu para sair do local por ser perigoso. Soube-se depois que os meliantes queriam roubar os aparelhos dos repórteres, sobretudo a máquina fotográfica.

Durante a reportagem no Rangel, visitou-se também uma família de nove membros que vive actualmente reduzida a um quarto e sala. A casa já teve três quartos e duas salas mas foi repartida porque a outra parte da casa ficou totalmente inundada, sem possibilidades de melhoria.

De acordo com um dos membros da família, a parte que está a servir para habitar «também não está em bom estado e corre o risco de desabar, mas como não há condições financeiras para obter outra residência, somos obrigados a viver assim», lamentou.

Por outro lado, explicou que as crianças andam constantemente com meias devido à humidade e evitar doenças. No mesmo quintal há um pequeno que está constantemente doente e a sua irmã mais velha acredita que o problema de saúde do irmão deve estar associado às condições da casa.

Para minimizar o problema, de acordo com os moradores, as pessoas são forçadas a gastar dezenas de sacos de cimento, areia e burgau para reabilitar constantemente a casa, sobretudo o chão e as paredes, por causa da humidade. «É terrível viver assim», lamentam.

Para escapar da humidade do chão, na hora de dormir as pessoas juntam vários cobertores e lençóis por baixo e colocam o colchão por cima, com mais mantas e vários lençóis para minimizar a situação e prevenir as doenças.

Dona Luzia Alberto Cahumba, moradora do Rangel há mais de 20 anos, disse com muito pesar, que é triste ver famílias e amigos muito próximos a deixarem as suas residências para viverem em casas

de parentes e amigos por conta deste mal que enferma o bairro.

Outro problema que preocupa aquela população, segundo dona Luzia, são as doenças provocadas por essa água que fica estagnada dentro e fora das residências durante muito tempo e a criar imensos transtornos às pessoas, sobretudo crianças.

A dona de casa disse que basta os pais ou os adultos distraírem-se alguns minutos para que os mais pequenos usem aquela água para o banho e, às vezes mesmo, chegam a beber-la, pois a água parece tão limpa que se confunde com a potável.

O Rangel, para além de ter vários problemas de saneamento básico, é também um dos distritos de Luanda que mais sofre com a falta de abastecimento de água potável. Daí a necessidade das pessoas consumirem o líquido com todos os riscos possíveis de contraírem doenças graves.

Por outro lado, os mesmos reconhecem os perigos que correm ao consumir a água salobra porque, contaram, o bairro está em cima de lixo, mas a tal água é tão limpa que as pessoas usam-na para lavar a louça, roupa, a casa e há quem mesmo se arisque em lavar o corpo, menos beber e cozinhar, porque ela é um tanto salgada.

Os cidadãos lamentam a situação afirmando que tudo começou pouco depois da independência, quando os cubanos, para construir alguns edifícios residenciais na zona do antigo Caputo, cortaram os eucaliptos, árvores que os portugueses plantaram propositadamente para absorver as águas subterrâneas na zona.

«Nós não entendemos as motivações que levaram as pessoas a retirarem as árvores e por conta disso, hoje as consequências são drásticas, há pessoas desabrigadas, famílias desestruturadas, ruas alagadas e intransitáveis e o governo nem está aí para nós», queixam-se.

«Nós hoje vivemos em situação muito precária, tudo porque não temos para onde ir. Várias vezes pedimos apoio à administração local que prometeu ajudar, mas até aqui, nem água vem nem água vai e esse problema continua a causar sérios problemas à população», reiteraram.

«O governo angolano tem ajudado pessoas que vivem em situação de emergência, mas isso não acontece com as pessoas que têm as suas casas invadidas pelas águas salobras. Será que isso não se trata de uma situação de emergência?»

Só os que vivem nas montanhas ou próximo das valas de drenagens e estradas é que merecem atenção do governo», questionaram os nossos interlocutores desesperados.

Uma anciã do bairro, disse com muita tristeza que custa a acreditar que o Rangel foi um dos bairros de Luanda aonde alguns líderes angolanos de hoje sentaram-se e arquitetaram os métodos para que Angola fosse hoje um país independente. «As pessoas sofrem muito não só pela água salobra, mas também pelas péssimas condições de habitabilidade em que se encontram alguns quarteirões, com águas paradas de cheiro nau-seabundo em todo lado. O Rangel cheira mal», desabafou a anciã, que apelou: «Tirem-nos daqui porque estamos a sofrer».

Alguns moradores disseram ao SA que há algum tempo os técnicos da administração visitaram o terreno e fizeram várias investigações, devido ao problema. Mas até agora nada foi feito para resolver esse drama que aflige dezenas de famílias; é complicado e isso compromete a saúde e o futuro das nossas crianças que vivem em condições desumanas».

10.9 Bairro da Polícia está intransitável e cheira muito mal

Semanário Angolense
1 De Agosto de 2015

No distrito da Maianga, a realidade é igualmente bastante chocante, concretamente no bairro da Polícia, entre a Unidade Operativa de Luanda (UOL) e o hipermercado Jumbo.

Parte da deterioração da rua Comandante Arguelles, entre a Unidade Operativa de Luanda e o hipermercado Jumbo, pode ser caracterizada pela falta de manutenção, o que se nota com a degradação do asfalto e o entupimento dos esgotos. A degradação da via é causada por um conjunto de factores como a retenção das águas das chuvas, as más condições de saneamento básico, a acumulação de lixo e os esgotos entupidos.

Na rua do hotel Celeste, o cenário não é diferente: são buracos, lixo, esgotos entupidos e a presença de águas estagnadas. As ruas que serviriam como alternativa estão intransitáveis, porque buracos e águas paradas ocupam toda a faixa de rodagem.

Nenhum carro passa e quem arrisca corre o risco de ficar com a viatura fora de circulação. Marcos da Silva, morador há 26 anos naquela zona, afirma que nesta rua nunca houve melhorias e que a via só é

reparada quando se aproxima o mês de Agosto, altura em que é feito um trabalho de terraplanagem.

Segundo Marcos «os moradores encontram-se preocupados com a aproximação das chuvas, já que se adivinha uma degradação ainda mais acentuada. Os esgotos não funcionam, o que dificulta a passagem das águas e a circulação de viaturas. A administração só se preocupa quando vai haver uma actividade de grande importância no distrito, depois disso nada é feito», conta.

A comissão de moradores tem reportado o estado da estrada, mas nada é feito. Marcos da Silva apela aos dirigentes para que façam o que lhes compete para acabar com esta situação que tem afectado negativamente a qualidade de vida dos moradores, devido aos mosquitos incontroláveis e ao mau cheiro das águas.

Outra moradora é Tatiana de Sousa, de 20 anos, que lamenta a triste imagem da zona que a viu crescer. Questiona-se sobre o surgimento de buracos e águas paradas. «Os esgotos estão todos entupidos com lama e lixo e é por isso que há sempre presença de águas paradas nas estradas, o que se tem tornado fonte de algumas doenças como o paludismo e as diarreias, principalmente em crianças», frisou.

A jovem também aponta o dedo aos moradores que deitam água para o asfalto e contribuem para o aumento do mal. Já Adelina, outra jovem moradora, apela ao Estado para reparar a estrada e colocar novos esgotos, «porque os moradores já se encontram preocupados com a aproximação das chuvas».

Por incrível que pareça, o próprio hipermercado Jumbo é dos mais afectados por esta situação que já dura anos, a pontos de alguns dos seus armazéns já estarem afectados pelas águas podres. A Unidade Operativa de Luanda também sofre, mas o mal continua a alastrar-se sem que se faça algo para estancar a situação.

Mas que aquela zona precisa de intervenção urgente é óbvio e não são precisos binóculos para o constatar.

10.10 Cenário triste de alguns bairros de Luanda

Semanário Angolense

1 De Agosto de 2015

Texto: Gaspar Faustino

Os moradores dos distritos da Maianga e Kilamba Kiáxi estão preocupados com o mau estado de algumas ruas, que se encontram intransitáveis devido aos inúmeros charcos de águas pútridas e cheiros nauseabundos. Esta situação está a deixar os moradores destes dois distritos preocupados com os riscos de saúde que correm. A malária é um deles.

Numa ronda efectuada nesta semana, a reportagem do *Semanário Angolense* (SA) apurou que em alguns municípios e distritos de Luanda a preocupação com o mau estado das vias é generalizada. A situação é mesmo considerada muito grave nos distritos da Maianga e no do Kilamba-Kiáxi. Os enormes e inúmeros charcos de águas pútridas, com cheiros nauseabundos e o lixo nas ruas estão no topo das preocupações.

No distrito do Kilamba-Kiáxi, os moradores lançam gritos de socorro pedindo ajuda a quem de direito devido à vala de drenagem na rua D, do bairro Palanca, adjacente à Avenida Deolinda Rodrigues, vulgo estrada de Catete.

A referida vala ameaça a vida das pessoas já há alguns anos. Po'r esse motivo, a estrada continua interdita ao trânsito, as obras, iniciadas há três anos arrastam-se sem fim à vista e a circulação é precária por causa dos buracos, lixo e cheiros nauseabundos que podem provocar graves situações de saúde.

«A poeira, águas paradas, lixo, vermes, mosquitos, estão na origem de doenças como a malária, diarreia, vómitos, problemas pulmonares e tosse», disse Miguel dos Santos, morador na zona do Palanca há mais de 25 anos.

Para ele, a situação tornou-se complicada depois da paralisação da obra que decorria a bom ritmo naquela vala. «Ninguém esclarece nada sobre este assunto que está a constituir um enorme perigo para os nossos filhos. Só este semestre, foram três casos que acabaram em desastre. Para além do risco de vida que nós enfrentamos por circular naquela zona, a outra questão é o aumento dos mosquitos na rua F. Recentemente, morreram dois jovens com 13 e 15 anos, de malária», evidenciou.

Os moradores garantem que já recorreram várias vezes à administração comunal para resolver o problema, mas, infelizmente, os esforços efectuados não têm surtido efeito. «Acredito que o senhor Tondela, o administrador comunal, não está interessado em melhorar a situação do bairro e apenas se preocupa em cobrar taxas às vendedoras dos mercados informais que ele próprio cria», denunciam, mostrando por que não conseguem circular pelas ruas D e Zero por causa das águas pútridas e cheiros nauseabundos.

10.11 Enquanto isso a malária continua a matar

Semanário Angolense

1 De Agosto de 2015

Entre os luandenses, o sentimento é de enorme revolta devido ao número de crianças que morrem diariamente por malária. Segundo um documento da Organização Mundial da Saúde (OMS), a que o SA teve acesso, a malária continua a ser a principal causa de morte em Angola, com mais de 16 óbitos por dia, apesar de ser considerado pelas autoridades da Saúde angolanas como um caso de saúde pública que tende a diminuir.

De acordo com números do coordenador do Programa Nacional de Controlo da Malária, Filomeno Fortes, divulgados recentemente em Luanda, Angola apresenta um registo anual de três milhões de casos clínicos, numa população que ronda os 24,3 milhões e seis mil óbitos.

Em 2013 foram registados seis mil e 916 mortes entre os dois milhões 592 mil e 742 casos de malária confirmados em Angola, afectando sobretudo crianças e mulheres.

Apesar destes números, o Ministério da Saúde considera a malária um caso de saúde pública e está a diminuir e estabeleceu este ano o objectivo de avançar com uma redução de 20 por cento na mortalidade pela doença no país.

10.12 Aceitar viver mal na Boavista

Jornal A Capital

15 De Agosto de 2015

Texto: Manuel Alberto

Mesmo com as constantes chamadas de atenção das autoridades, populares teimam em continuar a viver em zonas extremamente críticas e precárias, sem quaisquer condições de habitabilidade. Tal é o caso da Boavista. A grande verdade é que a fotografia actual da zona transmite enorme preocupação e contrasta com a despreocupação da população que vê o lugar a se degradar cada vez mais, todos os dias.

E, o pior momento, como muitos deles considera, esta a se aproximar a passos largos. A época chuvosa. Isaiás Luis, 27 anos, reside na Boavista há 11 anos com a sua família em situações extremamente críticas numa residência em condições desumanas, numa área que não oferece nenhuma segurança para a família. Ele reconhece este facto, mas por não ter meios, prefere continuar no local.

"Quando começaram os deslizamentos de terra, aqueles que tiveram possibilidades foram para outras áreas. Os que não tiveram, permaneceram até a data actual, como é o meu caso", argumentou, reforçando que continua no local até hoje, a espera do programa de desalojamento do Governo da província que visa dar outras moradias às populações.

"No ano passado foram enumeradas algumas casas, inclusive a minha, mas até aqui, não vemos nada", lamentou Luis, para depois? Que embora receie viver naquela zona, seu grande dilema é não ter condições nem meios de abandonar o local. Outro drama de Isaiás Luis é o nível de delinquência. Segundo ele, o bairro oferece condições para a prática.

"Corremos risco de sofrer assaltos todos os dias", queixou-se, clamando pela intervenção do Governo no sentido de usar da situação. Pai de 9 filhos, todos naturais da Boavista José Vive no interior da Boavista desde o longínquo ano de 1992.

"Vivermos aqui sem condições. As que temos não favorecem a evolução da pessoa. Problemas de lixo e de outras situações, enfermam nosso quotidiano. Vivemos mal", lamentou Domingos, nos reiterando a seguir que os que à habitam são pessoas em condições para onde ir, "Aguardamos pela promessa do Governo de nos mudar para outros sítios", manifestou, para depois adiantar que os problemas no dia-a-dia são constantes, desde as questões de

roubo e casos de incêndios, que têm chegado mesmo a vitimar pessoas.

"As casas acabam por arder com o fogo, pelo facto, de a equipa de bombeiros não ter como acudir a situação. A época de chuva também é outro problema para muitos de nós", destacou. Por mais de meia hora, o A Capital viveu e conviveu de perto a realidade daquela comunidade, dura e sofrível, atendendo a maneira como muitas famílias lutam para sobreviver naquelas condições, onde o que tem de melhor parece ser a energia eléctrica,

No bairro falta água canalizada o mais marcante, mesmo, é as péssimas condições de muitos daqueles casebres, construídos de qualquer maneira, bem como o elevado número de crianças deixadas ao relento que fazem das lixeiras o seu parque de diversão. "Viver aqui e enfrentar a delinquência para além da falta de quase tudo", lamentou Domingos Luis Francisco, destacando que o problema da chuva tem sido o causador de muitos dissabores no seio da comunidade. "Tempo chuvoso é a época mais desagradável.

10.13 Associação ambiental elogia o novo modelo

Economia e Finanças

21 De Agosto de 2015

O presidente da Juventude Ecológica de Angola, José Silva, enalteceu recentemente o modelo de limpeza e recolha do lixo em Luanda, que está a ser implementado de forma experimental desde dia 01 de Agosto deste ano para melhorar a imagem da capital do país.

José Silva exaltou os passos da implementação do modelo, que numa primeira fase abrange todos os municípios sem quaisquer taxas pela produção do lixo, como forma de os sensibilizar sobre a obrigação de pagar pelo lixo que produzem.

A fonte esclareceu que é altura de o Governo fazer maior contenção de despesas, sendo que os produtores de resíduos devem participar nos gastos com a recolha dos resíduos sólidos.

"É necessário criar consciência de que as nossas acções, quer boas, quer más, têm as suas repercussões, que acarretam deveres e obrigações", realçou, acrescentando que é necessário levar a informação à população e desfazer o mito de que é impossível acabar com o lixo. "O país começa a dar passos significativos, sobretudo na separação dos tipos de resíduos (sólidos, urbanos e industriais) como forma de proteger o ambiente e rentabilizar o próprio lixo", exemplificou.

10.14 Cortina florestal trava desertificação

Jornal De Angola

23 De Agosto de 2015

A cidade do Tômbwa conta este ano com uma nova cortina florestal, num perímetro de oito quilómetros, para protegê-la dos avanços das areias (dunas) que há mais de quatro anos tentam engolir a região, em virtude dos ventos fortes, anunciou ontem o chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

De acordo com Pedro Chivela Joaquim, existe um projecto financiado por uma linha de crédito israelita que prevê a instalação do segundo anel de plantação de árvores.

No quadro deste projecto, precisou, várias espécies de árvores, como *prosopis hetiflora*, *shinus molle*, *leocena*, *gliricidia sapium* e *acácia nilótica* são plantadas a partir de Outubro.

"O projecto está muito avançado e contempla a construção de um centro logístico com salas de aulas para a formação de jovens que pretendem seguir a cadeira do Ambiente e sobre várias matérias ligadas à desertificação", acrescentou.

No projecto, segundo o responsável, são plantadas mais de 36 mil árvores. "Se temos problemas de ventos no Namibe, no Tômbwa temos dois fenómenos (ventos e dunas), porque são os ventos que movem as areias e estes formam as dunas e se nos descuidarmos, em pouco tempo teremos o Tômbwa soterrado. Esta é a preocupação do Governo para esta cidade piscatória." O projecto anti-desertificação, destinado à contenção da progressão das areias no município do Tômbwa, esteve paralisado desde o primeiro trimestre de 2014, devido a falta de financiamento e equipamentos de irrigação da cortina florestal.

"No anterior projecto, a idade era garantida por um camião cisterna com capacidade para 25 mil litros de água, um tractor e um viveiro com capacidade de produzir 150 mil mudas de plantas e uma força de trabalho de 500 funcionários.

O polígono ficou reduzido a 60 trabalhadores para efectuar a manutenção de 300 mil árvores", acrescentou. O projecto anti-desertificação, criado há mais de 10 anos, com o objectivo de conter os avanços das areias para a cidade do Tômbwa, contava com a ajuda do Programa Alimentar Mundial (PAM) e outras organizações não governamentais.

Em Novembro de 2004, o Governo aprovou o projecto de apoio ao combate à desertificação das cidades do Tômbwa e Namibe, para proteger a vida das populações, infra-estruturas económicas e sociais, a biodiversidade terrestre e aquática, bem como garantir a gestão sustentável dos recursos naturais.

10.15 Huambo intensifica fiscalização das obras

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2015

Texto: António Canepa

A administração municipal do Huambo vai intensificar, nos próximos dias, as acções de fiscalização e sensibilização das populações, com vista a desencorajar a construção anárquica de moradias em locais de risco, garantiu sexta-feira, ao Jornal de Angola, o administrador municipal adjunto, João Figueiredo.

O administrador municipal adjunto do Huambo considerou preocupante o surgimento desordenado de residências, moradias e casebres na cidade e em alguns quintais, o que deixa descaracterizada a paisagem do Huambo, João Figueiredo considera também preocupante a construção de residências ao longo do rio Calohumbula, devido ao risco de desabamento que correm.

Neste momento, acrescentou, decorre o levantamento do número de famílias que residem naquela zona, com vista à sua transferência para zonas mais seguras.

Ambientalistas e arquitectos contactados pelo Jornal de Angola avisam que a construção de habitações em zonas de pouca segurança constitui uma ameaça séria para as populações e aconselham a tomada de medidas preventivas. Eles argumentaram que os terrenos localizados nas linhas de drenagem de água e próximo de ravinas não estão preparados para

receber habitações, uma vez que podem ceder facilmente em casos de erosão e chuva.

Dados do Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros indicam que existem no Huambo muitas pessoas a construir em locais de risco. Num encontro entre ambientalistas e arquitectos, a especialista Sofia Santana sublinhou que a construção de casas nas áreas de risco deve ser evitada, pois põe em causa a saúde pública.

Especialistas apontaram os bairros do Cambiote e São Pedro como os que mais têm habitações ao longo das linhas de drenagem e próximo de ravinas.

Casas demolidas

O governador provincial do Huambo, Kundi Paihama, numa visita à empresa de distribuição de água, determinou este ano a demolição de 375 residências e outras infra-estruturas construídas de forma ilegal ao longo da conduta de transporte para a cidade.

A medida foi adoptada para facilitar a manutenção da tubagem e a distribuição da água à cidade.

Quanto às famílias afectadas, garantiu que aquelas que tiverem as construções autorizadas pela administração vão ser realojadas em locais mais seguros.

A cidade do Huambo regista muitas construções anárquicas ao longo da conduta de água, principalmente nos bairros da Bomba Baixa, São José, Bom Pastor e na rua do Comércio.

10.16 Cortina florestal trava desertificação

Jornal De Angola

23 De Agosto de 2015

A cidade do Tômbwa conta este ano com uma nova cortina florestal, num perímetro de oito quilómetros, para protegê-la dos avanços das areias (dunas) que há mais de quatro anos tentam engolir a região, em virtude dos ventos fortes, anunciou ontem o chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

De acordo com Pedro Chivela Joaquim, existe um projecto financiado por uma linha de crédito israelita que prevê a instalação do segundo anel de plantação de árvores.

No quadro deste projecto, precisou, várias espécies de árvores, como *prosopis hetiflora*, *shinus molle*, *leocena*, *gliricidia sapium* e acácia nilótica são plantadas a partir de Outubro.

"O projecto está muito avançado e contempla a construção de um centro logístico com salas de aulas para a formação de jovens que pretendem seguir a cadeira do Ambiente e sobre várias matérias ligadas à desertificação", acrescentou.

No projecto, segundo o responsável, são plantadas mais de 36 mil árvores. "Se temos problemas de ventos no Namibe, no Tômbwa temos dois fenómenos (ventos e dunas), porque são os ventos que movem as areias e estes formam as dunas e se nos descuidarmos, em pouco tempo teremos o Tômbwa soterrado. Esta é a preocupação do Governo para esta cidade piscatória." O projecto anti-desertificação, destinado à contenção da progressão das areias no município do Tômbwa, esteve paralisado desde o primeiro trimestre de 2014, devido a falta de financiamento e equipamentos de irrigação da cortina florestal.

"No anterior projecto, a idade era garantida por um camião cisterna com capacidade para 25 mil litros de água, um tractor e um viveiro com capacidade de produzir 150 mil mudas de plantas e uma força de trabalho de 500 funcionários.

O polígono ficou reduzido a 60 trabalhadores para efectuar a manutenção de 300 mil árvores", acrescentou. O projecto anti-desertificação, criado há mais de 10 anos, com o objectivo de conter os avanços das areias para a cidade do Tômbwa, contava com a ajuda do Programa Alimentar Mundial (PAM) e outras organizações não governamentais.

Em Novembro de 2004, o Governo aprovou o projecto de apoio ao combate à desertificação das cidades do Tômbwa e Namibe, para proteger a vida das populações, infra-estruturas económicas e sociais, a biodiversidade terrestre e aquática, bem como garantir a gestão sustentável dos recursos naturais.

10.17 Huambo intensifica fiscalização das obras

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2015

Texto: António Canepa

A administração municipal do Huambo vai intensificar, nos próximos dias, as acções de

fiscalização e sensibilização das populações, com vista a desencorajar a construção anárquica de moradias em locais de risco, garantiu sexta-feira, ao Jornal de Angola, o administrador municipal adjunto, João Figueiredo.

O administrador municipal adjunto do Huambo considerou preocupante o surgimento desordenado de residências, moradias e casebres na cidade e em alguns quintais, o que deixa descaracterizada a paisagem do Huambo, João Figueiredo considera também preocupante a construção de residências ao longo do rio Calohumbula, devido ao risco de desabamento que correm.

Neste momento, acrescentou, decorre o levantamento do número de famílias que residem naquela zona, com vista à sua transferência para zonas mais seguras.

Ambientalistas e arquitectos contactados pelo Jornal de Angola avisam que a construção de habitações em zonas de pouca segurança constitui uma ameaça séria para as populações e aconselham a tomada de medidas preventivas. Eles argumentaram que os terrenos localizados nas linhas de drenagem de água e próximo de ravinas não estão preparados para receber habitações, uma vez que podem ceder facilmente em casos de erosão e chuva.

Dados do Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros indicam que existem no Huambo muitas pessoas a construir em locais de risco. Num encontro entre ambientalistas e arquitectos, a especialista Sofia Santana sublinhou que a construção de casas nas áreas de risco deve ser evitada, pois põe em causa a saúde pública.

Especialistas apontaram os bairros do Cambiote e São Pedro como os que mais têm habitações ao longo das linhas de drenagem e próximo de ravinas.

Casas demolidas

O governador provincial do Huambo, Kundi Paibama, numa visita à empresa de distribuição de água, determinou este ano a demolição de 375 residências e outras infra-estruturas construídas de forma ilegal ao longo da conduta de transporte para a cidade.

A medida foi adoptada para facilitar a manutenção da tubagem e a distribuição da água à cidade.

Quanto às famílias afectadas, garantiu que aquelas que tiverem as construções autorizadas pela administração vão ser realojadas em locais mais seguros.

A cidade do Huambo regista muitas construções anárquicas ao longo da conduta de água, principalmente nos bairros da Bomba Baixa, São José, Bom Pastor e na rua do Comércio.

10.18 Nós e os efeitos das alterações climáticas

Novo Jornal

28 De Agosto de 2015

Texto: Sérgio Calundungo

Na segunda-feira, o Ministério do Ambiente, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, realizou uma Conferência Nacional sobre as Alterações Climáticas. Um evento que espero tenha servido também para a identificação de possíveis acções de apoio as pessoas que sofrem os efeitos das alterações climáticas no nosso país.

Num contexto em que são cada vez mais frequentes a ocorrência de secas, inundações, variações de temperatura, desmoronamento de terras. Chuvas torrenciais, e outros fenómenos naturais que tornam os solos improdutivos e perturbam a vida de milhares de pessoas, é importante perceber que nenhuma região dos países ficará imune aos efeitos a curto, médio e longos prazos.

Isto significa dizer que todas as pessoas nos países inteiro estão expostas, em maior ou menor grau, aos riscos, constrangimentos e impactos económicos e sociais provocados pelas variações de temperatura, inundações, secas e outros fenómenos decorrentes das alterações climáticas. Contudo, algumas pessoas são muito mais vulneráveis do que outras. Factores como as normas sociais discriminatórias, insuficiências de ordem institucional e outros, exacerbam a vulnerabilidade das pessoas.

Um exemplo do que afirmo, é a realidade vivida por todas aquelas populações que, na província do Cunene, sofrem com a falta de apoios, familiar comunitário e estatal, tão necessários para que possam recuperar dos impactos negativos da seca que há muito tempo se abateu sobre os seus meios de sustento.

Como apoiar essas pessoas, desafiando as normas e as instituições que enfraquecem ou limitam as suas capacidades para se prevenirem; absorverem e/ou recuperarem dos impactos provocadas pelas alterações do clima?

Que peso este problema ocupa nas prioridades dos digníssimos membros do Executivo, Partidos Políticos, Comunidade Académica, Organizações da Sociedade Civil e outros interessados? Será que estas questões foram abordadas durante a conferência?

Apesar dos recentes progressos na redução da pobreza, os dados oficiais indicam que a maior parte das pessoas que habitam nas zonas rurais continuam a viver em situação de pobreza ou muito próximo dela. Por viverem em zonas com alta probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremes. Estas pessoas integram o modelo dos mais vulneráveis face as alterações climáticas. A paradoxa é que elas não recebem suficientes apoios para fazer face a eventuais choques nem dispõem de qualquer mecanismo formal de protecção para o efeito.

A sua vulnerabilidade já vem de há muito e agravada por problemas que não são fáceis de superar apenas com o envio apressado de bens de primeira necessidade, tais como roupa, comida e medicamentos enviados com urgência quando a sua situação atinge contornos mediáticos. A par das necessários ajudas com bens de primeira necessidade, estas pessoas enfrentam problemas ligados as questões de género, alta prevalência do HIV sída, acesso a serviços sociais básicos e outras barreiras, défices de serem ultrapassados apenas com apoios pontuais de emergência.

Sabemos que do ponto de vista formal possuem os mesmos direitos que todos nós, mas temos de ter a consciência que também enfrentam barreiras adicionais que os impedem de participar na vida económica social, política e de obter assistência adequada, quando confrontadas com ameaças ligadas a questão climática.

Não é só a falta de capacidade para lidar com um fenómeno natural recorrente que faz sofrer estes nossos compatriotas. Alguns sofrem em maior grau devido aos constrangimentos ligados ao acesso limitado aos sistemas formais da administração local do Estado, e preconceitos que remontam a tempos passados ou resultam do facto de viverem em zonas rurais. E por isso que, quando as inundações, secas, e outros fenómenos naturais resultam em catástrofes, percebemos facilmente que a maior parte das vítimas são pessoas cujo grau de vulnerabilidade está associado a situação de pobreza preexistente a ocorrência do fenómeno.

É certo que em toda a parte do mundo, as comunidades mais pobres são as mais vulneráveis aos impactos negativos decorrentes das alterações climáticas, mas não é justo aceitarmos isto como um dado adquirido.

Sabemos que a maior parte das pessoas que vivem em zonas rurais do nosso país são pobres. E que, para sobreviver, dependem sobretudo da agricultura e de outros recursos proporcionados pela natureza. Expostos a ciclos implacáveis de baixa produtividade, desemprego sazonal e baixos salários, estão particularmente vulneráveis aos impactos provocados pelas alterações climáticas.

Sabemos o que fazer para reduzir a sua vulnerabilidade?

10.19 Angola com níveis aceitáveis de emissão de gases de efeito de estufa

Jornal O País

28 De Agosto de 2015

A ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, disse Segunda-feira, em Luanda, que Angola tem níveis de emissão de gases de efeitos estufa baixos, estimando em 1,6 toneladas ano per capita.

"Relativamente aos países industrializados emergentes e alguns africanos, prognostica-se atingir níveis de 3,5 vezes mais baixos que esta média", disse a ministra na abertura da Primeira Conferencia sobre Alterações Climáticas.

Sem avançar dados, referiu que em Angola os sectores da agricultura e energia são os que mais causam a emissão de gases de efeito de estufa à atmosfera.

Perante membros do Executivo, deputados da Assembleia Nacional, representantes da sociedade civil e do corpo diplomático acreditado em Angola, Fátima Jardim referiu que o Governo de Angola não tem poupado esforços para integrar a componente das alterações climáticas na sua agenda de prioridades.

Frutos dos esforços empreendidos, apontou a aprovação do primeiro projecto para o mercado de emissões, a Barragem Hidroeléctrica do Gove, pelo Comité de Cumprimento de Metas do Protocolo de Kyoto das Nações Unidas, como o primeiro projecto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) de Angola. Além disso, avançou que outros quatro projectos estão a ser preparados para serem submetidos a este organismo para a sua análise e possível aprovação.

"Em parceria com as Nações Unidas estamos a desenvolver o projecto de adaptação das alterações climáticas nas áreas costeiras de Angola, além de outros, como o projecto de promoção do carvão sustentável de Angola, o plano de emissões, estratégia das energias renováveis, a protecção das florestas, educação e consciencialização ambiental", apontou. Acrescentou que se iniciou a elaboração da contribuição nacional para edificação de uma economia de "baixo carbono" em território nacional, um trabalho que conta com a Agência Francesa para Cooperação, conforme acordado durante a visita do Presidente da República Francesa, François Hollande.

10.20 Lixo e insegurança nas praias de Luanda

Jornal Manchete

28 De Agosto de 2015

Texto: Moreira Mário

A época quente ou estação chuvosa já começou. Neste período que normalmente é caracterizado por temperaturas elevadas e precipitações variáveis e que decorre de 15 de Agosto a 15 de Maio, consequentemente, resulta também ao surgimento da "Época Balnear" com maior destaque nas cidades litorais, como no caso de Luanda.

Daí que na medida em que o clima começa tomar-se mais quente, a presença de banhistas nas praias também vai aumentando, de forma progressiva a cada final de semana. Praias do Mussulo, Cacucaco, Cemitério dos Navios, Ilha de Luanda, Praia da Nicha, Morro dos Vedados, só para fazer referência, são as mais frequentadas por parte dos cidadãos que buscam nestes lugares, momentos de diversão.

A par da abertura da "Época Balnear 2015" , recentemente, pelo Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, o Manchete esteve no domingo, 22, na praia da Vila de Cacucaco e da Nicha, este último situado no Benfica, com o propósito de constatar o nível de conservação de higiene das mesmas, bem como da questão da segurança dos banhistas.

Em nenhum dos lugares notamos a presença de agentes salva-vidas para caso de afogamentos ou para outro tipo de emergência. A limpeza é deficiente, não foi para menos que encontramos pequenos amontoados de lixo espalhado pelo areal e mar adentro.

Segundo os frequentadores da orla marítima da Vila de Cacucaco, quando chove, nesta zona a água do mar apresenta-se turva e acastanhada. Para eles, este cenário representa um perigo para a saúde pública e a segurança, uma vez que retira visibilidade a quem nada ou, simplesmente, a quem banhe à beira-mar.

Quanto a situação do lixo, os mesmos reconheceram tratar-se de um problema de consciência de cada cidadão e manifestaram a necessidade da polícia marítima punir severamente todos aqueles que teimosamente insistem em deitar os detritos para o chão, "já põem em perigo a vida até daqueles que primam pela higiene".

Na praia da Nicha a realidade é mesma ao da praia de Cacucaco, um cenário se comparado, idêntico às demais existentes em Luanda.

Banhistas Ignoram Placas De Proibição

O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, confirma que as pessoas que morrem por afogamento nas zonas consideradas perigosas de se tomar banho, muitas vezes são mesmo por negligência e por ignorância das placas de proibição, havendo mesmo aqueles que as arrancam para deitar fora e aproveitarem os ferros. Aquele responsável pediu os mesmos para respeitarem as placas de sinalização colocadas pelos bombeiros e autoridades em algumas zonas da Ilha de Luanda, Morro dos Vedados e Museu da Escravatura (Samba), entre outras, para protegerem as suas próprias vidas.

10.21 Sector da agricultura com futuro ameaçado

Jornal Manchete

28 De Agosto de 2015

Texto: Moreira Mário

A necessidade de se duplicar a produção de alimentos, para poder fazer face à carência de pelo menos três milhões de pessoas nos próximos 30 anos, poderá diminuir, ou seja, a produção agrícola e segurança alimentar (inclusive o acesso a alimentação) em muitos países e regiões africanas, será fortemente comprometido pelos impactos climáticos.

"Haverá períodos de seca em consequência da redução da quantidade de chuvas o que poderá acelerar a desertificação, originando desta forma, problemas sérios de segurança alimentar", afirmou o responsável pelo gabinete sobre Alterações

Climáticas do Ministério do Ambiente, Luís Constantino, que falava, esta semana, em Luanda, na Conferência Nacional sobre Alterações Climáticas.

O evento que decorreu sob o lema "Desafios e Oportunidades" e que analisou as políticas e estratégias de mitigação dos seus efeitos no país, o responsável acrescenta que outros sectores serão também vulneráveis ao fenómeno. No caso concreto de Angola, segundo Luís Constantino, o país está a preparar-se com medidas que vão permitir identificar desastres naturais a curto e longo prazo.

"Portanto, temos a elaboração da Estratégia Nacional sobre as Alterações Climáticas, do Programa de Acção Nacional para Adaptação, entre outros", disse, adiantando que estas são algumas das medidas implementadas pelo Executivo angolano na prevenção dos desastres naturais.

País Precisa Mais De 40 Bilhões De Dólares

Entretanto, a titular da pasta do Ministério do Ambiente, Fátima Jardim, que fez o discurso de abertura da conferência assegurou que o país precisa mais de 40 bilhões de dólares para investir na capacitação, adaptação e realização de 57 projectos sustentáveis de baixa emissão de gases e estufas.

A ministra referiu por outro lado, que as alterações climáticas podem ser combatidas através do crescimento do emprego, inclusão social e sobretudo o combate à pobreza no meio rural, aproveitando os recursos naturais de forma sustentável.

O programa de combate à seca e à desertificação, o programa de gestão de catástrofes e calamidades naturais e outros instrumentos, a governante diz que este passo coloca Angola numa posição de prestígio, relativamente a presidência do ambiente dos designados países menos avançados.

"Com esta posição única adquirida através de esforços prestigiantes do poder Executivo, para combater as alterações climáticas, é possível ligar as novas gerações ao compromisso de sustentabilidade", sublinhou Fátima Jardim.

Já o director nacional do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, António Vicente, entende ser necessário compreender a origem dos vários factores que influenciam para as alterações climáticas, tendo apontado o caso concreto dos resultados da actividade humana.

"Este ano tivemos registos bastante tristes como as ocorrências de Lobito, na província de Benguela, em que pereceram muitas vidas humanas. Tal situação poderia ser evitada caso fossem tomadas medidas de

forma antecipada e não permitisse que a população construísse as suas moradias em zonas de risco", referiu.

10.22 Madeireiros são obrigados a substituírem árvores abatidas

Jornal de Angola

29 De Agosto de 2015

O secretário de Estado dos Recursos Florestais avisou quinta-feira, no Huambo, que os madeireiros devem substituir as árvores abatidas em áreas de exploração, para garantirem a defesa do meio ambiente e a sustentabilidade da indústria da madeira.

Andre Moda reuniu com representantes de empresas e associações de exploração florestal e advertiu que a longo prazo, o abate indiscriminado de árvores, sem reflorestação, coloca em risco a sobrevivência das florestas. O sector necessita de uma classe empresarial forte, para contribuir para a diversificação da economia, de forma organizada, para combater os exploradores ilegais dos recursos florestais, considerou o secretário de Estado.

O processo de reflorestação, afirmou o secretário de Estado, também ajuda a preservar o ecossistema e a fazer com que este recurso esteja disponível para as futuras gerações.

Milhares de mudas

Há uma semana, o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) do Huambo anunciou que 150 mil mudas de eucaliptos, cedros e pinheiros estão disponíveis em viveiros para o repovoamento florestal daquela província.

A informação foi prestada na sexta-feira 11 agência de notícias Angop pelo responsável do IDF na cidade do Huambo, Andrade Bahu, que declarou que a produção satisfaz parcialmente as necessidades do sector.

Andrade Bahu disse que existem outros viveiros em fase de crescimento, com 500 mil plantas para a próxima campanha florestal, embora a meta estabelecida seja de um milhão por ano. A prioridade para o repovoamento é as áreas que mais sofrem com o constante abate indiscriminado de árvores para o aproveitamento de carvão.

O IDF do Huambo tem dificuldade em vigiar as florestas, por possuir apenas sete técnicos, muito aquém das exigências, já que a região possui várias áreas que estão a ser alvo de exploração ilegal. Os madeireiros furtivos abatem as árvores de noite e transportam a madeira para outras províncias onde o negócio é lucrativo, sendo o pinheiro a espécie mais sacrificada.

II. MIGRAÇÃO

II.1 Potencial económico é atractivo

Jornal de Angola

9 De Agosto de 2015

Texto: João Salvo

O Sub-Procurador-Geral da República junto do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), Joaquim Neto, avaliou sexta-feira, com as autoridades da Lunda Sul, a situação da imigração ilegal na província.

Após encontros com membros do Governo Provincial e da Direcção do Serviço de Migração e Estrangeiros, o magistrado prestou declarações à imprensa e indicou que a imigração ilegal tem sido uma das preocupações do Executivo e da Procuradoria-Geral da República e requer envolvimento de todos.

"Estamos sujeitos à presença de muitos cidadãos estrangeiros que, infelizmente, põem em causa a nossa soberania, porque muitos desses se instalam no nosso território, principalmente nas zonas diamantíferas, sem a devida autorização das autoridades" sublinhou.

Joaquim Neto reconheceu que as potencialidades económicas da Lunda Sul atraem os estrangeiros e as autoridades devem estar vigilantes para travar a prática, que pode trazer consequências no futuro.

O magistrado teve encontros com o governador provincial em exercício, António Teixeira, a quem pediu a colaboração institucional para o combate à imigração ilegal. Antes de regressar a Luanda, Joaquim Neto reuniu com os responsáveis do Serviço de Migração e Estrangeiros, com quem analisou os fracassos e êxitos obtidos no domínio da imigração.

II.2 Tunga Ngó: Por aqui entrou a imigração norte

Jornal O País

21 De Agosto de 2015

Texto: André Mussamo

O Tunga oferece em abundância apenas carvão e múcua, um magro cardápio para um local que já chegou a ser o ponto de abastecimento até para restaurantes e unidades hoteleiras.

De produtos do campo, seu antigo forte, quase já não se vê nada, dizem os vendedores, que agora a mercadoria proveniente do norte é descarregada no mercado do Km 30, arredores do município de Viana.

Calcula-se aos milhares as almas que por este ponto entraram metrópole adentro depois da independência. Na memória dos protagonistas restam lembranças de um tempo auro em que se misturavam o fervor revolucionário, a progressão da guerra fratricida e a evolução da prodigiosa candonga, à época crime de lesa-pátria, mas que arditamente sobreviveu ao combate cerrado que sempre lhe foi declarado.

Na língua nacional Quimbundo Tunga Ngó quer dizer "constrói só". É um emblemático mercado surgido com o musseque que começou a ser erguido ainda no período colonial sob designação de Reordenamento da Comissão do Rangel.

A Comissão do Rangel, como passou a ser abreviadamente chamado o novo bairro, é composto por 27 arruamentos principais, e casas rústicas destinadas pela autoridade colonial aos nativos.

Rua 11: acesso direito a paragem dos musseques

A rua 11 ficou mais conhecida que as outras, porque era o caminho direito para a estação ferroviária dos Musseques, uma rota obrigatória de muitos comerciantes e quitandeiras da época, que todos os dias eram assíduos visitantes mesmo sob risco de

assaltos protagonizados por famosos larápios que também no Tunga "ganhavam a vida".

O motivo da quase interminável romaria de luandenses à Paragem dos Musseques, não era outro, senão à caçados apetecíveis produtos escoados das zonas agrícolas à norte do país, particularmente através do famoso comboio de Malanje.

Gonçalves, um veterano na zona, hoje na casa dos 60 anos de idade, chegou ao bairro Rangel em 1971 proveniente de Nambuanguongo e viu o Tunga gó, ou seja o Reordenamento da Comissão do Rangel, a ser erguido. Conta que o bairro já foi cenário de famosos e temidos bandidos, palco de venda de diamantes e estupefacientes e um célebre restaurante de "comes e bebes" visitado por clientes vindos dos quatro cantos de Luanda.

"Muitas pessoas vinham ao Tunga só para se divertir, outros para roubar, outros mais à procura de emprego temporário ou de meninas bonitas. O Tunga era uma verdadeira feira", lembra Gonçalves. O ancião, guarda na memória lembranças de toda ordem desde boas e más, conta romances, revela amores e desencantos, histórias de fortunas e desgraças, mitos e feitiço, sonhos e lendas, à volta do Tunga e a famosa Paragem (estação) dos Musseques. Pelo Tunga Ngó Tunga Ngó não entraram apenas pessoas. O mercado era o grande ponto de abastecimento de produtos agrícolas provenientes do celeiro agrícola em que se tinha convertido a região norte e leste do país com o bombó no campo.

No Tunga vendeu-se de tudo um pouco

Sacos de bombó, milho, ginguba, verduras, fruta e paradoxamente produtos manufacturados, como óleo alimentar sabão e açúcar, que adquiridos a preços acessíveis na rede do Comércio Interno através de um sistema que economia planificada voltavam às escondidas à capital do país para serem revendidos na candonga, ou seja a preços especulativos numa Luanda já com maior poder de compra, tal era o crescimento demográfico.

Contam os moradores e veteranos vendedores do Tunga que do norte viram chegar de tudo um pouco desde o óbvio ao inusitado. Veio, desde a "loirinha", a marca de cerveja da vila do Dondo, à grandes

quantidades de estupefaciente, diz-se desde as férteis terras da palanca Negra.

Também vieram garrações de caporoto, a aguardente de fabrico caseiro que muitos chamavam "das ponteiras".

No mesmo frenesim da época, também vieram jovens aventureiros que acreditando no sonho de melhor vida na capital do país, aqui se instalaram e nunca mais voltaram as terras de origem. A fama do Tunga Ngó, que antes também já se chamou Mercado das Corridas, estendeu-se por centenas de quilómetros, particularmente na região norte e leste.

Moreno, veio de Cangandala (Malanje), Carlos Mendes da Caculo Cabaça (Cuanza-Norte), Nduanina do Maquela do Zombo (Uíge) e Maria Ramos de Camabatela (Cuanza-Norte). Hoje vizinhos no Tunga, ambos tem em comum o facto de já terem passado dos 50 anos de idade, terem constituído família, e continuarem a ser moradores do emblemático lugar da urbe luandina.

Ambos vieram a Luanda à procura do eldorado de que tanto se falava nas suas terras de origem. "aquele tempo, quando um conterrâneo regressasse de Luanda era como que uma estrela, todos queríamos falar com ele para saber mais da capital. Todos os dias a juventude no mato sonhava com a vinda à Luanda".

Os carros provenientes do Luena, Saurimo, Malanje, Uíge, Ndalatando, Dondo, Calulo, Negage, Camabatela, Gulungo-Alto e outras localidades da região, não tinham outro ponto de descarga e desembarque de passageiros senão a famosíssima Paragem do Tunga Ngó.

11.3 Cidadãos estrangeiros expulsos regressam à Lunda Norte

Jornal de Angola

21 De Agosto de 2015

Texto: Isidoro Samutula

Cidadãos da República Democrática do Congo (RDC) que tinham abandonado a província da Lunda Norte de forma voluntária, em função das acções de sensibilização desenvolvidas pelo Governo Provincial, estão a regressar ao território nacional de forma ilegal, utilizando os corredores dos postos fronteiriços de Txissanda, Nachiri, Fortuna e Furi Três. A informação foi avançada quarta-feira, no Dundo, pelo director do Gabinete de Estudos, Informação e Análise (GEIA) do Comando

Provincial da Lunda Norte da Polícia Nacional, superintendente chefe Leonardo Bernardo, durante a apresentação dos 116 cidadãos da RDC detidos nos últimos dias e que pretendiam regressar ao país, depois de terem saído voluntariamente.

Devem ser tomadas medidas judiciais para desencorajar esta prática, tendo garantido que as forças de defesa e segurança estão atentas à todas as movimentações dos imigrantes ilegais que procuram por vias impróprias atingir o território, defendeu o superintendente chefe Leonardo Bernardo, que explicou que, "fruto das acções que as forças estão a desenvolver no âmbito da protecção e segurança das fronteiras, foi possível frustrar nos sete dias anteriores 243 cidadãos da RDC em situação migratória ilegal, dos quais 209 homens e 34 mulheres acompanhadas de 35 crianças". Os corredores dos postos fronteiriços do Txissanda e Fortuna são os que mais preocupam a Polícia Nacional, por terem sido os locais onde se registou o maior número de saídas voluntárias dos estrangeiros e que muito deles fixaram-se ao longo da fronteira para o regresso ao território angolano, informou o superintendente chefe Leonardo Bernardo. "Esta situação coloca os efectivos da Polícia de Guarda Fronteira em alerta máxima", de modo a impedir que haja novamente a entrada massiva de estrangeiros ilegais, disse.

11.4 Estrangeiros repatriados a partir do Soyo

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2015

Texto: Jaquelino Figueiredo

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Zaire repatriou na sexta-feira 116 estrangeiros da República Democrática do Congo (RDC), por violação da fronteira e permanência ilegal no território nacional.

Homens, mulheres e crianças foram repatriados a partir do Posto fluvial do Kimbumba, depois de terem sido detidos durante uma micro-operação realizada em coordenação com outras forças do Ministério do Interior, no quadro do combate à imigração ilegal.

O chefe da Fiscalização do SME no Soyo, Arcádio Salongue, disse ao *Jornal de Angola* que as micro-operações vão continuar, no sentido de se evitar que

os estrangeiros afluam sem regras ao município. O Serviço de Migração e Estrangeiros e outras forças do Ministério do Interior não vão dar tréguas a todos os que insistem em violar as fronteiras nacionais e a permanecerem ilegalmente em Angola, acrescentou o chefe da Fiscalização do SME no Soyo.

Na semana passada, o director do Gabinete de Estudos, Informação e Análise (GEIA) do Comando Provincial da Lunda Norte da Polícia Nacional afirmou que estrangeiros da RDC que tinham abandonado a província da Lunda Norte de forma voluntária, em função das acções de sensibilização desenvolvidas pelo Governo Provincial, estão a regressar ao território nacional de forma ilegal, utilizando os corredores dos postos fronteiriços de Txissanda, Nachiri, Fortuna e Furi Três. O superintendente-chefe Leonardo Bernardo disse que os corredores dos postos fronteiriços do Txissanda e Fortuna são os que mais preocupam a Polícia Nacional, por terem sido os locais onde se registou o maior número de saídas voluntárias dos estrangeiros e que muitos deles se fixaram ao longo da fronteira para o regresso ao território angolano, informou o superintendente-chefe Leonardo Bernardo.

11.5 Polícia reforça combate à imigração ilegal

Jornal de Angola

24 De Agosto de 2015

Texto: Dombele Bernardo

Os Comandos da Polícia Nacional de Ambaca, Cuanza Norte, e do Negage, no Uíge, desenvolvem desde sexta-feira acções conjuntas para o reforço da fiscalização rodoviária e o combate à Imigração ilegal.

A acção enquadra-se no cumprimento das orientações de uma reunião dos comandos provinciais da região norte de Angola, que decorreu na quarta-feira, na cidade de Ndalatando, Cuanza Norte, com o objectivo de elevar a fiscalização nas principais estradas do país, sobretudo para conter o roubo e o furto de viaturas.

Em declarações à imprensa, sábado, em Camabatela, Cuanza Norte, o comandante municipal de Ambaca da Polícia Nacional, inspector-chefe André Cassule, lembrou que as forças policiais dos comandos municipais de Ambaca e Negage estão engajadas para o êxito da operação.

Com a unificação dos dois comandos policiais pretende-se também promover uma fiscalização rodoviária mais abrangente. O superintendente-chefe Domingos Fiel pediu disciplina aos agentes envolvidos na operação, bem como aos automobilistas, para que se possa alcançar os objectivos para os quais foi concebida a operação. Recentemente, o Sub-Procurador-Geral da República junto do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), Joaquim Neto, afirmou que as potencialidades económicas do país constituem atractivos para os ilegais. "Estamos sujeitos à presença de muitos estrangeiros que, infelizmente, põem em causa a nossa soberania, porque muitos desses se instalam no nosso território, principalmente nas zonas diamantíferas, sem a devida autorização das autoridades", sublinhou, depois de uma reunião com as autoridades da Lunda Sul sobre a situação da imigração ilegal na província. O magistrado indicou que a imigração ilegal tem sido uma das grandes preocupações do Executivo e da Procuradoria-Geral da República.

11.6 O custo da imigração ilegais em Angola

Novo Jornal

28 De Agosto de 2015

A Imigração Ilegal ou clandestina, entende-se como sendo todo o movimento de entrada feita sem observância dos requisitos legalmente previstos pelo Estado acolhedor ou ainda, a imigração para além das fronteiras nacionais violando as leis de imigração do país de destino. Aqui o imigrante, em situação ilegal e todo estrangeiro que atravessou ilegalmente uma fronteira política internacional, seja por via terrestre, marítima ou aérea, também é ilegal o cidadão estrangeiro que tenha entrado legalmente num dado país, mas permaneceu no mesmo país para além do prazo de validade do visto de entrada. Politicamente falando, a imigração ilegal ou invasão silenciosa tem incidência negativa em vários aspectos tais como: o Económico. Social e até Político pondo em causa a soberania do Estado. A Lei nº 2/07, de 31 de Agosto aprova o Regime Jurídico de Estrangeiros na República de Angola, tendo entrado em vigor em Novembro de 2007. Aplicável a todos os cidadãos estrangeiros que pretendam vir para a República de Angola, este diploma tem por objectivo realizar um controlo mais eficaz da imigração ilegal, regulando e permitindo a criação de melhores condições para a integração dos imigrantes em território nacional.

São vários os motivos que estão na base da imigração ilegal em Angola aqui, destacamos a guerra civil e a

procura da satisfação económica e financeira das populações, o norte de Angola nomeadamente Cabinda, Uije, Zaire, Lunda Norte, foz do rio Zaire e a costa Atlântica que compreende a densa floresta do Maiombe as dunas do Namibe com 1650 quilómetros de extensão, são os focos de entrada de imigrantes ilegais em Angola.

Após o término do conflito armado a 22/02/2002 e tratado do Luena de 04/04/2002, o Governo de Angola lançou-se num processo de reconstrução e reconciliação nacional sem igual em Africa. Treze anos passados do fim da guerra de mais de 27 anos, muitos problemas foram resolvidos e muitos ainda estão por se resolver. Os angolanos unidos e unidos da vontade de recuperar o tempo perdido no conflito, o Governo de Angola no âmbito da reconstrução nacional, recuperou e construiu infra-estruturas sociais e económicas importantes, facilitando a comunicação e transporte de pessoas e bens fomentando da Agricultura, Comercio e Industria. O crescimento económico que o país regista e um dos poucos em Africa e no Mundo, e toma Angola num dos países mais atractivos para o investimento estrangeiro. A paz e o bem maior e, veio para ficar. A reconciliação nacional, estabilidade politica, sociais são processos em curso a existência de forcas armadas republicanas e o maior exemplo de disciplina e patriotismo em Angola, facto digno de realce. Portanto. Isso faz de Angola um dos Estados mais importante e influentes na região e no continente; Angola em Africa comunga nos espaços Políticos. Económicos, Linguístico e Geográficos onde é um Estado director e muito influente.

A Paz, estabilidade e harmonia faz de Angola um país atractivo, um "El dourado" em Africa que atrai de forma directa cidadãos de varias nacionalidades e principalmente dos países limítrofes que tentam por todas as vias entrar em Angola onde sentem de facto uma oportunidade de resolver suas vidas. Em grande maioria são pessoas sem nenhuma qualificação capaz, de contribuir de forma directa no crescimento e desenvolvimento

económico do país. Segundo Joao Maria de Freitas director do SME (Serviços de Migração e Estrangeiros) afirmou que, de Janeiro a Dezembro de 2010 os números foram: 12.949, Dezembro de 2012 foram: 999 sendo que 741 eram africanos e todos travados na Lunda Norte.

Em Dezembro 2014 foram: 884 estrangeiros, alegadamente em situação ilegal, teriam sido detidos em Angola. No mesmo ano houve o desmantelamento de uma rede criminosa de cidadãos Oeste Africanos e não só que, dedicavam-se a pratica de falsificação de documentos, facilitando assim a entrada ilegal de cidadãos estrangeiros em Angola. Os

estrangeiros ilegais, foram expulsos no âmbito do combate a imigração ilegal o mesmo acrescenta que, os cidadãos expulsos do território angolano são imigrantes ilegais e quando os órgãos competentes da instituição actuam não importa a nacionalidade do visado. "Nos expulsamos imigrantes ilegais, não importa de que latitude eles procedem, agora, acontece que nos somos invadidos maioritariamente por africanos",

Portanto, 2014 foram repatriados mais de 38 mil imigrantes ilegais, sendo gastos mais de um milhão de dólares norte americanos por mes para cada processo de repatriamento, gastos feitos com manutenção dos centros de acolhimento para imigrantes após detenção, na alimentação, cuidados primários de saúde, contactos feitos entre as diferentes embaixadas e por fim com o pagamento do transporte aéreo para os emigrantes ilegais de regresso aos países de origem.: E urna soma que pesa muito na balanço económica e financeira de qualquer Estado, do nosso particularmente... Imigração ilegal, tern custos políticos no futuro pelo facto de por em causa a nossa Soberania Nacional, em função dos interesses ocultos dos muitos que se passa por imigrantes.

As medidas devem começar pelos países de origem como alguém um dia disse. A história mundial ainda não registou que urn pais no mundo se tenha desenvolvido apenas com o empenho exclusivo do seu povo. Houve, sempre a presença estrangeira em varies domínios o importante, e que se cumpram com os pressupostos legais de entrada e permanência.: E preciso, que, nos sejamos capazes de diminuir a vulnerabilidade das nossas fronteiras, potenciando os efectivos da policia de guarda fronteira com meios capazes de monitorar com eficácia e eficiências o controlo, de quem entra legal ou ilegalmente em Angola.

Povos do norte de Africa e não só, invadem a Europa na condição de imigrantes e refugiados via Mediterrâneo onde milhares perecem tentando realizar essa fatídica travessia, obrigando os países da península ibérica e a União Europeia a fazerem tudo e mais alguma coisa a fim de contrapor este triste cenário.

Rei urna pergunta que não se cala.

Existe no mundo alguns pais com fronteiras seguras?

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Governo avaliou exploração mineira

Jornal de Angola

7 De Agosto de 2015

Texto: Kumuenho da Rosa

O Governo Angola no decidiu suspender a concessão de licenças de exploração mineira, até que seja dado como concluído o processo de saneamento dos cerca de dois mil títulos atribuídos para esse efeito nos (últimos anos).

A decisão foi tomada ontem, durante a reunião conjunta das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros, que deu luz verde ao decreto presidencial que regulamenta a execução de medidas legais, administrativas e económicas, sobre as Licenças Ociosas, a luz do Código Mineiro.

Em declarações à imprensa, após a reunião que foi orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, explicou que a medida resulta de uma preocupação do Governo em relação a quantidade de licenças que não estão a ser usadas pela "esmagadora maioria" dos titulares. "Isso está a causar uma grande preocupação, já que são licenças distribuídas um pouco por todo o território nacional", disse o ministro, que vê a suspensão da concessão de novos títulos como uma medida incontornável, dado o grau adiantado de execução das tarefas do Plano Nacional Geológico (PLANAGEO).

O ministro vê no aproximar-se da conclusão dos trabalhos do PLANAGEO uma situação que obriga a tomada de medidas para prevenir possíveis constrangimentos. "Temos que arrumar a casa e preparar o país para receber investimento privado e que esse investimento possa ser realizado sem nenhum constrangimento", defendeu.

Segundo o ministro, o Código Mineiro já prevê soluções para casos de licenças que não estão a ser usadas. "O que se fez agora foi, através de uma medida regulamentar, encontrar soluções práticas de natureza legal, administrativa e também financeira, para resolver tudo isso", disse.

Tratamento caso a caso

Francisco Queiroz explicou o método que ficou definido para abordagem dos casos das licenças de exploração. Em relação às que foram emitidas legalmente, que estão dentro do prazo de validade, mas não e tão a ser usadas, vai haver o cuidado de trabalhar em conjunto para perceber se existe um projecto viável. "Daremos tratamento caso a caso", disse.

Em relação às licenças ilegais e a exploração mineral sem título competente, a solução é simples: "vão ser tomadas medidas policiais e de natureza administrativa, de modo a proibir a actividade mineira de quem esteja a realizá-la sem licença". Assim, disse o ministro, fica suspensa a emissão de novas licenças ociosas até que se conclua o processo de saneamento das que existem. "Vamos retomar o licenciamento depois de terminar as tarefas do PLANAGEO, num quadro mais organizado, com maiores garantias de sucesso dos empreendimentos mineiros, e numa perspectiva de maior transparência na gestão desse processo", prometeu.

O Ministério da Geologia e Minas contabiliza 1.836 licenças, atribuídas na sua maioria para exploração de minerais para construção civil e para produção artesanal de diamante. Outro tema em destaque na sessão conjunta das comissões Económica e para Economia Real foi a proposta do Banco Nacional de Angola de um novo quadro operacional da política cambial, que prevê alterações substantivas no modo de actuar do banco central nesse mercado.

"É consenso geral que o funcionamento actual do mercado cambial não é satisfatório", admitiu o governador do BNA, José Pedro de Moraes, que vê na aprovação da proposta pela Comissão Económica um passo importante no sentido de corrigir as anomalias detectadas e introduzir instrumentos para melhorar o sistema cambial.

Novas directrizes

O homem forte do Banco Central disse haver "muitas ineficiências no funcionamento dos vários operadores, quer do lado da oferta, quer do lado da procura", situação que leva a estabelecer "novas directrizes de actuação do BNA, que a par dos fundamentos da política cambial devem ser também do domínio de quem actua nesse mercado".

As medidas começaram a ser divulgadas formalmente através dos mecanismos próprios do BNA, mas José Pedro de Moraes tratou de adiantar o que aí vem: "Do ponto de vista do funcionamento em si do próprio mercado vamos substituir os leilões regulares que temos realizados por três tipos de leilão para venda de divisas".

Credito da China

A reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros voltou a debruçar-se sobre os projectos a inserir na Linha de Credito da China, instrumento que visa assegurar o financiamento de projectos da carteira de investimentos públicos que pela sua dimensão, localização, complementaridade e sustentabilidade são susceptíveis de estimular a competitividade e o crescimento da economia.

No domínio financeiro, foi também objecto de análise o Relatório sobre a evolução monetária e cambial, no período de 27 e 31 de Julho, durante o qual se verificou uma depreciação da taxa de cambio de 0,01 por cento no mercado primário e uma apreciação de 0,09 por cento no mercado secundário. No período em referência, o BNA vendeu aos bancos comerciais divisas que permitiram absorver a liquidez do mercado.

No domínio fiscal, foi apreciado um documento sobre o Exercício Interno de Ajuste do Orçamento Geral do Estado de 2015, bem como a Proposta de Plano de Caixa do Mes de Agosto. A Reunião de ontem aprovou os Relatórios do Segundo Trimestre de 2015, referentes ao Balanço de Execução da Programação Financeira e a Execução Orçamental Financeira e Patrimonial do OGE.

Também foi apreciado o Relatório síntese das actividades desenvolvidas pela Comissão Interministerial Responsável pela Organização das Acções Comemorativas alusivas ao 40º Aniversario da Independência Nacional e aprovada a proposta do seu Orçamento Revisto.

Despedida de embaixadores

Antes da reunião conjunta das comissões Económica e para a Economia Real, o Presidente da Republica recebeu cumprimentos de despedida dos embaixadores da China e de Moçambique. "Volto para a China e deixo Angola com muita saudade, por ter-se tornado a minha segunda casa", disse Gao Kexiang, que também deixa o serviço público.

"Como acontece com todos os diplomatas, e um momento difícil quando temos de dizer adeus, mas faço-o com o sentimento do dever cumprido, especial mente depois de neste ano termos registado as visitas do Primeiro-Ministro Li Keqiang a Angola e mais recentemente do Presidente José Eduardo dos Santos a China", lembrou.

O diplomata moçambicano voltou a falar da visita oficial do Presidente Filipe Nyusi a Angola, marcada para Novembro. Domingos Fernandes acredita que a

visita do Chefe de Estado moçambicano vai servir para alavancar a cooperação entre os dois países e povos, que tem laços de irmandade desde os primórdios da luta de libertação contra o jugo colonial português.

1.2 Casa Militar trava Endiama na investigação de garimpo no Moxico

Jornal Terra Angolana
14 De Agosto de 2015

A casa Militar da Presidente da República repeliu a investigação que a diamantífera vinha a desenvolver no âmbito das denúncias de garimpo de diamante e mortes no Cazombo, província no Moxico.

Uma fonte junto do processo revelou a este jornal que acção desencadeada pela Endiama foi frustrada porque os resultados preliminares indiciam a participação de altas patentes daquele órgão de defesa do presidente da república.

Com este cenário agora que desenvolve à volta dos diamantes do Moxico, prosseguiu, podemos relatar que as informações são preocupantes e as pessoas encarregues nem tiveram oportunidade de inquerir a verdade porque a Casa Militar já havia notificado a administração da concessionária nacional.

Esta intervenção, de acordo com a nossa fonte, revela uma cumplicidade do poder castrense com actividades ilegais de exploração de diamantes.

Recentemente, o Terra Angolana, publicou, em exclusivo, as denúncias de um grupo de jovens no Cazombo, que afirmaram haver trabalhos forçados nas minas sob o controlo das forças da casa militar.

Sob a chancela do segundo comandante daquela região militar a prática tem vindo a ganhar contornos alarmantes e a população já escreveu às autoridades da província, mas nunca houve resposta plausível.

Conforme revelou a nossa fonte mais de mil quilates são produzidos de forma ilegal na região, mas a engonharia e dirigida pelos chineses e os nativos questionam o destino das pedras exploradas no Cazombo.

Em 2013, a Endiama licenciou algumas cooperativas de garimpeiros na região, mas actividade de exploração clandestina de diamante tem vindo a crescer e prejudicando os interesses dos Estado.

12.3 Prospecção Mineira será menos onerosa

Jornal A Capital

15 De Agosto de 2015

Texto: Presbitério Lundange

Ate certo ponto vai ajudar a alavancar a economia", admite João Saraiva, numa alusão ao que se aguarda como resultado dos levantamentos aéreos do potencial mineiro angolano, em curso no âmbito do Plano Nacional de Geologia e Minas. O empresário com interesses no sector reagia assim ao andamento dos trabalhos que trarão a luz aquilo que e a diversidade mineira do país, onde a actividade esta resumida a exploração de diamantes.

"Estes dados vão incentivar o empresariado a investir nesse ramo e também criar mais emprego no país", sublinha Saraiva. Por ausência de dados, a actividade de prospecção mineira em Angola tem implicado investimentos avultados, esforço que devera ser evitado depois que o Estado concluir o mapa daquilo que o país possui no seu subsolo, algo entendido como uma mais valia para quem vier a intervir no negocio de exploração mineira.

"As pessoas faziam só a prospecção e muitas vezes o resultado era negativo", lembrou o empresário, para quem "isso vai também encurtar um pouco o investimento". Informações disponíveis revelaram que o Plano Nacional de Geologia (Planageo), lançado em Maio de 2014, já permitiu o levantamento aéreo do potencial geológico numa área equivalente a 48 por cento do território nacional.

Segundo informações do Instituto Geológico Mineiro, dos 22 blocos a sobrevoar pelos três consórcios internacionais contratados dez já foram conduzidos. "Agora vamos saber das áreas voadas quais as que são de interesse para avançar com o levantamento intensivo, onde teremos trabalho de campo", explicou há dias Makenda Ambrósio. Avaliado em 405 milhões de dólares, o Planageo permitira fazer o mapeamento dos potenciais recursos mineiros, envolvendo levantamentos aéreos, recolha e análise de amostras, sendo um dos maiores projectos do género a nível mundial, com conclusão prevista para 2017.

O plano envolvia a construção de dois laboratórios regionais, no Lubango e em Saurimo, para tratamento e análise de amostras no âmbito deste levantamento do potencial mineiro de Angola. Prevê ainda um Laboratório Geoquímico Central em Luanda, sendo

que os três equipamentos já estão em construção e com início de funcionamento previsto para o primeiro trimestre de 2016.

"Permitira que o país, pela primeira vez, tenha laboratoriais próprios para tratar a informação localmente, sublinhou o responsável. Este projecto e descrito pelo Governo angolano como um instrumento estrutural na estrategia de diversificar a economia, onde, segundo dados oficiais, o sector mineiro representa apenas 5% do Produto Interno Bruto angolano, contando quase exclusivamente com a contribuição do subsector dos diamantes, que, em 2014, rendeu aos cofres do Estado algo como 1 bilião 308 milhões de dólares.

Para o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, o valor ainda e exíguo por aquilo que e o potencial do sector mineiro angolano. "Parece um número grande mas em termos do PIB não representa muito", considerou recentemente o titular do sector, para quem "gostaríamos que o sector da Geologia e Minas tivesse uma representação no PIB muito mais elevada".

O governante tem, entretanto, fé que quadro pode inverter-se quando o país concluir os trabalhos que visam a busca de informação sobre aquilo que e seu potencial mineiro. Mas tais levantamentos não devem passar de 2015, a fazer fé nas previsões de Francisco Queiroz, ele que garante que "ate o final do ano nos vamos terminar os levantamentos aéreos geofísicos".

O país esta assim em vias de dotar-se de um instrumento que vai melhor direccionar os investimentos no sector mineiro, onde a actividade mineira e quase limitada a exploração de diamantes, relegando para planos secundários a aposta nos demais recursos disponíveis no subsolo angolano. E tudo após indicadores que sugerem a existência de grandes potencialidades nessa matéria, o que faz com que o ministério de tutela entenda ser hora de iniciar-se um processo de diversificação da actividade mineira, par via da promoção de investimentos voltados para outros recursos com grande valor comercial.

Não e por acaso que minerais como ferro, ouro, entre outros, que incluem fosfatos, passaram a merecer uma atenção particular das autoridades angolanas que, segundo o ministro da Geologia e Minas, iniciaram passos concertos no sentido da exploração de tais recursos.

Uma alusão a um conjunto de 16 projectos de âmbito não diamantífero já aprovados pelo Executivo de Luanda e a serem implementados a pesar na diversificação da actividade mineira em Angola.

"Esses projectos alguns deles entrarão em funcionamento já em 2016. E o caso dos fosfatos no Lucunga e em Cabinda, assim como o ouro na província da Huila e outros projectos que podem entrar rapidamente", anunciou.

Mas fala também na exploração de ferro do Kutato (Kwando Kubango) e da Cerca na província do Kwanza Norte, cujos projectos mereceram já aprovação do titular do poder executivo, após apreciação do Conselho de Ministros. Por outro lado, o Governo angolano esta a estudar a criar palcos de desenvolvimento mineiro pelo país, no âmbito da aposta na diversificação da economia nacional.

Na semana passada, a Comissão Multi-sectorial para a criação dos pólos de desenvolvimento mineiro reuniu-se sob presidência do ministro da Geologia e Minas, a pensar nas condições para a implementacao de tal projecto.

